

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração do Fluxo de Caixa	7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012	8
DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011	9

Demonstração do Valor Adicionado	10
----------------------------------	----

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	11
Balanço Patrimonial Passivo	13
Demonstração do Resultado	14
Demonstração do Resultado Abrangente	15
Demonstração do Fluxo de Caixa	16

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012	18
DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011	19

Demonstração do Valor Adicionado	20
----------------------------------	----

Relatório da Administração	21
----------------------------	----

Notas Explicativas	35
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Parecer dos Auditores Independentes - Sem Ressalva	173
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	175
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	176
Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes	177

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2012
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	1.866.290
Preferenciais	2.981.170
Total	4.847.460
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	10/11/2008	Dividendo	02/07/2012	Ordinária		0,01500
Reunião do Conselho de Administração	10/11/2008	Dividendo	02/07/2012	Preferencial		0,01500
Reunião do Conselho de Administração	10/11/2008	Dividendo	01/10/2012	Ordinária		0,01500
Reunião do Conselho de Administração	10/11/2008	Dividendo	01/10/2012	Preferencial		0,01500
Reunião do Conselho de Administração	10/11/2008	Dividendo	02/01/2013	Ordinária		0,01500
Reunião do Conselho de Administração	10/11/2008	Dividendo	02/01/2013	Preferencial		0,01500
Reunião do Conselho de Administração	17/12/2012	Juros sobre Capital Próprio	14/03/2013	Ordinária		0,11000
Reunião do Conselho de Administração	17/12/2012	Juros sobre Capital Próprio	14/03/2013	Preferencial		0,11000
Reunião do Conselho de Administração	10/11/2008	Dividendo	01/04/2013	Ordinária		0,01500
Reunião do Conselho de Administração	10/11/2008	Dividendo	01/04/2013	Preferencial		0,01500
Reunião do Conselho de Administração	17/12/2012	Juros sobre Capital Próprio	28/06/2013	Ordinária		0,09700
Reunião do Conselho de Administração	17/12/2012	Juros sobre Capital Próprio	28/06/2013	Preferencial		0,09700
Reunião do Conselho de Administração	04/03/2013	Juros sobre Capital Próprio	28/06/2013	Ordinária		0,12580
Reunião do Conselho de Administração	04/03/2013	Juros sobre Capital Próprio	28/06/2013	Preferencial		0,12580

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2012	Penúltimo Exercício 31/12/2011
1	Ativo Total	31.964.000	31.043.000
1.01	Ativo Circulante	1.741.000	1.511.000
1.01.02	Aplicações Financeiras	429.000	329.000
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	429.000	329.000
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	429.000	317.000
1.01.02.01.02	Títulos Disponíveis para Venda	0	12.000
1.01.06	Tributos a Recuperar	479.000	458.000
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	479.000	458.000
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	833.000	724.000
1.01.08.03	Outros	833.000	724.000
1.01.08.03.01	Depósitos em Garantia	91.000	91.000
1.01.08.03.02	Impostos e Contribuições a Compensar	253.000	160.000
1.01.08.03.03	Dividendos / Juros sobre Capital Próprio	489.000	473.000
1.02	Ativo Não Circulante	30.223.000	29.532.000
1.02.02	Investimentos	29.692.000	29.000.000
1.02.02.01	Participações Societárias	29.688.000	28.996.000
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	29.688.000	28.996.000
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	4.000	4.000
1.02.02.02.01	Outros Investimentos	4.000	4.000
1.02.03	Imobilizado	71.000	72.000
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	71.000	72.000
1.02.04	Intangível	460.000	460.000
1.02.04.01	Intangíveis	460.000	460.000

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2012	Penúltimo Exercício 31/12/2011
2	Passivo Total	31.964.000	31.043.000
2.01	Passivo Circulante	1.937.000	1.702.000
2.01.03	Obrigações Fiscais	137.000	112.000
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	137.000	112.000
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	137.000	112.000
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	573.000	751.000
2.01.04.02	Debêntures	573.000	751.000
2.01.04.02.01	Recursos Captados em Mercados Institucionais - Debêntures	366.000	751.000
2.01.04.02.02	Notas Promissórias	207.000	0
2.01.05	Outras Obrigações	1.041.000	776.000
2.01.05.02	Outros	1.041.000	776.000
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	1.041.000	776.000
2.01.06	Provisões	186.000	63.000
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	180.000	58.000
2.01.06.01.01	Provisões Fiscais	180.000	58.000
2.01.06.02	Outras Provisões	6.000	5.000
2.01.06.02.04	Outras	6.000	5.000
2.03	Patrimônio Líquido	30.027.000	29.341.000
2.03.01	Capital Social Realizado	16.500.000	13.678.000
2.03.04	Reservas de Lucros	13.233.000	16.003.000
2.03.04.01	Reserva Legal	2.246.000	2.019.000
2.03.04.02	Reserva Estatutária	10.045.000	13.249.000
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	610.000	551.000
2.03.04.09	Ações em Tesouraria	0	-80.000
2.03.04.11	Outras Reservas	332.000	264.000
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	294.000	-340.000

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	4.539.000	4.805.000
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-38.000	-40.000
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	8.000	18.000
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-159.000	-138.000
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	4.728.000	4.965.000
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	4.539.000	4.805.000
3.06	Resultado Financeiro	-21.000	-44.000
3.06.01	Receitas Financeiras	38.000	58.000
3.06.02	Despesas Financeiras	-59.000	-102.000
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	4.518.000	4.761.000
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	21.000	76.000
3.08.01	Corrente	0	-1.000
3.08.02	Diferido	21.000	77.000
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	4.539.000	4.837.000
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	4.539.000	4.837.000
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,94000	1,10000
3.99.01.02	PN	0,94000	1,10000
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,94000	1,10000
3.99.02.02	PN	0,94000	1,10000

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011
4.01	Lucro Líquido do Período	4.539.000	4.837.000
4.02	Outros Resultados Abrangentes	634.000	-201.000
4.02.01	Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	608.000	-205.000
4.02.02	Variações Cambiais de Investimentos no Exterior	197.000	115.000
4.02.03	Hedge de fluxo de caixa	-171.000	-111.000
4.03	Resultado Abrangente do Período	5.173.000	4.636.000

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-415.000	64.000
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-152.000	-81.000
6.01.01.01	Lucro líquido	4.539.000	4.837.000
6.01.01.02	Juros Sobre Debêntures	47.000	102.000
6.01.01.03	Juros sobre Notas Promissórias	9.000	0
6.01.01.04	Resultado de Equivalência Patrimonial	-4.728.000	-4.965.000
6.01.01.05	Tributos Diferidos	-21.000	-77.000
6.01.01.06	Depreciações e Amortizações	2.000	1.000
6.01.01.07	Outros	0	21.000
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-263.000	145.000
6.01.02.01	(Aumento) Redução em Outros Ativos não Financeiros	168.000	-501.000
6.01.02.02	(Redução) Aumento em Provisões e Contas a Pagar e Outros Passivos não Financeiros	-331.000	458.000
6.01.02.03	Pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social	0	-1.000
6.01.02.04	(Aumento) Redução em Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	-100.000	189.000
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	1.752.000	1.687.000
6.02.01	Alienação de Investimentos	46.000	14.000
6.02.02	Aquisição de Investimentos	-8.000	-4.000
6.02.04	Aquisição de Imobilizado de Uso	-1.000	-66.000
6.02.05	Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos Recebidos	1.715.000	1.743.000
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-1.337.000	-1.751.000
6.03.02	Subscrição de Ações	0	412.000
6.03.03	Aquisição de Ações para Tesouraria	0	-80.000
6.03.04	Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos pagos	-1.103.000	-1.667.000
6.03.07	Pagamento de Debêntures	-432.000	-416.000
6.03.08	Emissão de Notas Promissórias	400.000	0
6.03.09	Pagamento de Notas Promissórias	-202.000	0

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	13.678.000	184.000	15.819.000	0	-340.000	29.341.000
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	13.678.000	184.000	15.819.000	0	-340.000	29.341.000
5.04	Transações de Capital com os Sócios	2.822.000	148.000	-6.163.000	-1.294.000	0	-4.487.000
5.04.01	Aumentos de Capital	2.822.000	0	-2.822.000	0	0	0
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	69.000	0	0	0	69.000
5.04.06	Dividendos	0	0	-551.000	-1.294.000	0	-1.845.000
5.04.08	Cancelamento de Ações em Tesouraria	0	80.000	-80.000	0	0	0
5.04.09	Aquisição de Participação não-controladora na Redecard S.A (Nota 3)	0	0	-2.707.000	0	0	-2.707.000
5.04.10	Realização da Reserva de Reavaliação	0	-1.000	1.000	0	0	0
5.04.11	Ágio na Aquisição de Investimentos	0	0	-4.000	0	0	-4.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	4.539.000	634.000	5.173.000
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	4.539.000	0	4.539.000
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	634.000	634.000
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	3.245.000	-3.245.000	0	0
5.06.04	Reserva Legal	0	0	227.000	-227.000	0	0
5.06.05	Reservas Estatutárias	0	0	2.408.000	-2.408.000	0	0
5.06.06	Divendo a ser Proposto Excedente ao Mínimo Obrigatório	0	0	610.000	-610.000	0	0
5.07	Saldos Finais	16.500.000	332.000	12.901.000	0	294.000	30.027.000

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	13.266.000	0	13.032.000	0	-139.000	26.159.000
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	13.266.000	0	13.032.000	0	-139.000	26.159.000
5.04	Transações de Capital com os Sócios	412.000	-80.000	73.000	-1.859.000	0	-1.454.000
5.04.01	Aumentos de Capital	412.000	0	0	0	0	412.000
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	0	95.000	0	0	95.000
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-80.000	0	0	0	-80.000
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-247.000	0	-247.000
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-1.061.000	0	-1.061.000
5.04.08	Dividendo a Ser Proposto Excedente ao Mínimo Obrigatório	0	0	551.000	-551.000	0	0
5.04.09	Dividendo Excedente ao Mínimo Obrigatório de Exercícios Anteriores	0	0	-445.000	0	0	-445.000
5.04.10	Outros	0	0	-128.000	0	0	-128.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	4.837.000	-201.000	4.636.000
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	4.837.000	0	4.837.000
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-201.000	-201.000
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	2.978.000	-2.978.000	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	2.978.000	-2.978.000	0	0
5.07	Saldos Finais	13.678.000	-80.000	16.083.000	0	-340.000	29.341.000

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011
7.01	Receitas	46.000	76.000
7.01.02	Outras Receitas	46.000	76.000
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-84.000	-128.000
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-19.000	-21.000
7.02.04	Outros	-65.000	-107.000
7.03	Valor Adicionado Bruto	-38.000	-52.000
7.04	Retenções	-2.000	-1.000
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-2.000	-1.000
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-40.000	-53.000
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	4.728.000	4.965.000
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	4.728.000	4.965.000
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	4.688.000	4.912.000
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	4.688.000	4.912.000
7.08.01	Pessoal	11.000	13.000
7.08.01.01	Remuneração Direta	11.000	13.000
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	138.000	62.000
7.08.02.01	Federais	138.000	62.000
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	4.539.000	4.837.000
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	1.294.000	1.308.000
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	3.245.000	3.529.000

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2012	Penúltimo Exercício 31/12/2011
1	Ativo Total	364.017.000	312.002.000
1.01	Ativo Circulante	214.978.000	191.172.000
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	5.190.000	3.994.000
1.01.02	Aplicações Financeiras	117.859.000	102.172.000
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	117.790.000	102.127.000
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	11.994.000	14.051.000
1.01.02.01.02	Títulos Disponíveis para Venda	10.082.000	5.432.000
1.01.02.01.03	Depósitos Compulsórios no Banco Central	23.431.000	36.105.000
1.01.02.01.04	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	8.618.000	9.347.000
1.01.02.01.05	Aplicações no Mercado Aberto	61.122.000	35.001.000
1.01.02.01.06	Derivativos	2.543.000	2.191.000
1.01.02.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	69.000	45.000
1.01.02.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	69.000	45.000
1.01.03	Contas a Receber	71.441.000	67.115.000
1.01.03.01	Clientes	71.441.000	67.115.000
1.01.03.01.01	Operações de Créditos	76.824.000	72.085.000
1.01.03.01.02	(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-5.383.000	-4.970.000
1.01.04	Estoques	790.000	771.000
1.01.05	Ativos Biológicos	1.102.000	1.094.000
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	18.596.000	16.026.000
1.01.08.03	Outros	18.596.000	16.026.000
1.01.08.03.01	Outros Ativos	16.499.000	14.285.000
1.01.08.03.02	Ativos Fiscais	2.053.000	1.710.000
1.01.08.03.03	Bens Destinados a Venda	44.000	31.000
1.02	Ativo Não Circulante	149.039.000	120.830.000
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	139.095.000	111.795.000
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	67.337.000	45.386.000
1.02.01.01.01	Títulos para Negociação	41.709.000	31.067.000
1.02.01.01.02	Títulos Disponíveis para Venda	23.669.000	12.373.000
1.02.01.01.03	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	146.000	897.000
1.02.01.01.04	Aplicações no Mercado Aberto	66.000	0
1.02.01.01.05	Derivativos	1.747.000	1.049.000
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	1.109.000	1.099.000
1.02.01.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	1.109.000	1.099.000
1.02.01.03	Contas a Receber	54.089.000	51.595.000
1.02.01.03.01	Clientes	54.089.000	51.595.000
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	16.560.000	13.715.000
1.02.01.09.04	Outros Ativos	5.467.000	4.709.000
1.02.01.09.05	Ativos Fiscais	11.093.000	9.006.000
1.02.02	Investimentos	1.281.000	938.000
1.02.02.01	Participações Societárias	1.281.000	938.000
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	1.281.000	938.000
1.02.03	Imobilizado	5.463.000	5.085.000
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	5.463.000	5.085.000
1.02.04	Intangível	3.200.000	3.012.000
1.02.04.01	Intangíveis	3.200.000	3.012.000

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2012	Penúltimo Exercício 31/12/2011
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	3.200.000	3.012.000

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2012	Penúltimo Exercício 31/12/2011
2	Passivo Total	364.017.000	312.002.000
2.01	Passivo Circulante	179.805.000	143.949.000
2.01.03	Obrigações Fiscais	1.751.000	1.316.000
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	1.751.000	1.316.000
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	960.000	707.000
2.01.03.01.02	Outras	791.000	609.000
2.01.05	Outras Obrigações	177.440.000	141.477.000
2.01.05.02	Outros	177.440.000	141.477.000
2.01.05.02.04	Recursos Captados	147.243.000	113.738.000
2.01.05.02.05	Derivativos	2.029.000	1.522.000
2.01.05.02.06	Outros	28.168.000	26.217.000
2.01.06	Provisões	614.000	1.156.000
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	614.000	1.156.000
2.02	Passivo Não Circulante	151.503.000	135.763.000
2.02.02	Outras Obrigações	107.732.000	100.412.000
2.02.02.02	Outros	107.732.000	100.412.000
2.02.02.02.03	Recursos Captados	103.684.000	99.152.000
2.02.02.02.04	Derivativos	2.043.000	964.000
2.02.02.02.05	Outros	2.005.000	296.000
2.02.03	Tributos Diferidos	2.602.000	3.133.000
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	2.602.000	3.133.000
2.02.04	Provisões	41.169.000	32.218.000
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	6.883.000	5.065.000
2.02.04.02	Outras Provisões	34.286.000	27.153.000
2.02.04.02.04	Provisão de Seguros e Previdência Privada e Capitalização	34.286.000	27.153.000
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	32.709.000	32.290.000
2.03.01	Capital Social Realizado	16.500.000	13.678.000
2.03.04	Reservas de Lucros	13.233.000	16.003.000
2.03.04.01	Reserva Legal	2.246.000	2.019.000
2.03.04.02	Reserva Estatutária	10.045.000	13.249.000
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	610.000	551.000
2.03.04.09	Ações em Tesouraria	0	-80.000
2.03.04.10	Outras Reservas	332.000	264.000
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	294.000	-340.000
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	2.682.000	2.949.000

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	5.653.000	5.094.000
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-4.037.000	-3.279.000
3.03	Resultado Bruto	1.616.000	1.815.000
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-14.448.000	-14.357.000
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-12.256.000	-11.770.000
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	1.163.000	747.000
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-3.427.000	-3.182.000
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	72.000	-152.000
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-12.832.000	-12.542.000
3.06	Resultado Financeiro	19.465.000	19.173.000
3.06.01	Receitas Financeiras	53.503.000	51.904.000
3.06.01.01	Receita de Juros e Rendimentos	35.028.000	35.809.000
3.06.01.02	Ganhos (Perdas)Líquido Ativo e Passivos Financeiros	1.160.000	532.000
3.06.01.03	Receita de Dividendos	108.000	91.000
3.06.01.04	Receita de Prestação de Serviços Financeiros	6.966.000	7.126.000
3.06.01.05	Receita de Prêmios de Oper. Seguros e Previdência e Capitalização	8.856.000	6.502.000
3.06.01.06	Operações de Câmbio e Variação Cambial de Transações Exterior	1.385.000	1.844.000
3.06.02	Despesas Financeiras	-34.038.000	-32.731.000
3.06.02.01	Despesas de Juros e Rendimentos	-17.734.000	-20.525.000
3.06.02.02	Perdas com Crédito, Recebíveis e Sinistros	-7.854.000	-6.005.000
3.06.02.03	Despesas Tributárias	-1.841.000	-1.681.000
3.06.02.04	Provisões de Seguros e Previdência Privada	-6.609.000	-4.520.000
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	6.633.000	6.631.000
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-1.593.000	-1.264.000
3.08.01	Corrente	-2.968.000	-2.568.000
3.08.02	Diferido	1.375.000	1.304.000
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	5.040.000	5.367.000
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	5.040.000	5.367.000
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	4.539.000	4.837.000
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	501.000	530.000
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,94000	1,10000
3.99.01.02	PN	0,94000	1,10000
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,94000	1,10000
3.99.02.02	PN	0,94000	1,10000

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	5.040.000	5.367.000
4.02	Outros Resultados Abrangentes	634.000	-201.000
4.02.01	Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	608.000	-205.000
4.02.02	Variações Cambiais de Investimentos no Exterior	197.000	115.000
4.02.03	Hedge Fluxo de Caixa	-171.000	-111.000
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	5.674.000	5.166.000
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	5.173.000	4.636.000
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	501.000	530.000

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	19.611.000	-2.371.000
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	19.039.000	16.529.000
6.01.01.01	Lucro Líquido	5.040.000	5.367.000
6.01.01.02	Outorga de Opções Reconhecidas	65.000	60.000
6.01.01.03	Efeito das Mudanças das Taxas de Câmbio em Caixa e Equivalentes de Caixa	-570.000	-800.000
6.01.01.04	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	8.821.000	7.358.000
6.01.01.05	Despesa de Juros e Variação Cambial de Operações com Dívida Subordinada	1.609.000	1.635.000
6.01.01.06	Despesa de Juros de Operações com Debêntures	107.000	164.000
6.01.01.07	Variação das Provisões de Seguros e Previdência	6.609.000	4.520.000
6.01.01.08	Resultado de Operações de Capitalização	-182.000	-180.000
6.01.01.09	Depreciações, Amortizações e Exaustão	1.470.000	1.455.000
6.01.01.10	Tributos Diferidos	-1.375.000	-1.304.000
6.01.01.11	Resultado de Participações em Empresas não Consolidadas	-92.000	152.000
6.01.01.12	(Ganho) Perda em Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	-259.000	-148.000
6.01.01.13	Receita de Juros e Variação Cambial de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	-1.738.000	-1.379.000
6.01.01.14	Receita de Juros e Variação Cambial de Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	-182.000	-150.000
6.01.01.15	(Ganho) Perda na Alienação de Bens Destinados a Venda	-19.000	-13.000
6.01.01.16	(Ganho) Perda na Alienação de Investimentos e Imobilizado	-429.000	-55.000
6.01.01.17	(Ganho) Perda nos Distratos de Operações Intangíveis e Impairment do Imobilizado e intangível	3.000	-5.000
6.01.01.18	Juros, Variações Cambiais e Monetárias, Líquidas	171.000	206.000
6.01.01.19	Variação do Valor Justo dos Ativos Biológicos	-144.000	-154.000
6.01.01.20	Outros	134.000	-200.000
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	572.000	-18.900.000
6.01.02.01	(Aumento) Redução em Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	1.254.000	-781.000
6.01.02.02	(Aumento) Redução em Aplicações no Mercado Aberto	-22.629.000	-8.549.000
6.01.02.03	(Aumento) Redução em Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil	12.699.000	-4.487.000
6.01.02.04	(Aumento) Redução em Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	-8.691.000	-2.348.000
6.01.02.05	(Aumento) Redução em Derivativos (Ativos/Passivos)	548.000	36.000
6.01.02.06	(Aumento) Redução em Ativos Financeiros Designados a Valor Justo	-13.000	233.000
6.01.02.07	(Aumento) Redução em Operações de Crédito	-14.653.000	-24.615.000
6.01.02.08	(Aumento) Redução em Estoques	-27.000	-126.000
6.01.02.09	(Aumento) Redução em Outros Ativos Fiscais	358.000	506.000
6.01.02.10	(Redução) Aumento em Depósitos	-1.124.000	14.216.000
6.01.02.11	(Redução) Aumento em Captações no Mercado Aberto	30.145.000	-5.248.000
6.01.02.12	(Redução) Aumento em Passivos Financeiros Mantidos para Negociação	-799.000	545.000
6.01.02.13	(Redução) Aumento em Recursos de Mercados Interbancários	2.301.000	10.256.000
6.01.02.14	(Redução) Aumento em Provisão de Seguros e Previdência	531.000	637.000

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011
6.01.02.15	(Redução) Aumento em Passivos de Planos de Capitalização	202.000	266.000
6.01.02.16	(Redução) Aumento em Provisões	1.019.000	204.000
6.01.02.17	(Redução) Aumento em Obrigações Fiscais	2.338.000	-237.000
6.01.02.18	Pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social	-2.443.000	-1.477.000
6.01.02.19	Variação em Outros Ativos e Passivos Financeiros	593.000	1.390.000
6.01.02.20	Variação em Outros Ativos e Passivos Não Financeiros	-1.037.000	679.000
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-18.752.000	-1.143.000
6.02.01	Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos Recebidos de Investimentos em Empresas Não Consolidadas	78.000	26.000
6.02.02	Aquisição de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	-19.052.000	-12.372.000
6.02.03	Recursos da Venda de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	5.851.000	12.927.000
6.02.04	Aquisição de Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	0	-22.000
6.02.05	Recursos do Resgate de Ativos Financeiros Mantidos Até o Vencimento	146.000	196.000
6.02.06	Alienação de Bens Destinados a Venda	48.000	52.000
6.02.07	Alienação de Investimentos	707.000	13.000
6.02.08	Aquisição de Investimentos	-289.000	-5.000
6.02.09	Alienação de Imobilizado de Uso	112.000	278.000
6.02.10	Aquisição de Imobilizado de Uso	-1.273.000	-1.286.000
6.02.11	Distrato de Contratos do Intangível	8.000	68.000
6.02.13	Alienação de Intangível	61.000	55.000
6.02.14	Aquisição de Intangível	-711.000	-968.000
6.02.15	Aquisição e Formação de Ativo Biológico	-115.000	-105.000
6.02.18	Aquisição de Participação Adicional junto a Acionistas não Controladores - Redecard S.A.	-4.323.000	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	2.690.000	-179.000
6.03.01	Captação em Mercados Institucionais	11.036.000	6.098.000
6.03.02	Resgate em Mercados Institucionais	-6.419.000	-4.251.000
6.03.04	Variação da Participação dos Acionistas Não Controladores	-423.000	-458.000
6.03.05	Outorga de Opções de Ações - Opções Exercidas	77.000	130.000
6.03.06	Subscrição de Ações	0	412.000
6.03.07	Aquisições de Ações em Tesouraria	0	-80.000
6.03.08	Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos a Acionistas Não Controladores	-139.000	-244.000
6.03.09	Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos	-1.442.000	-1.786.000
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	570.000	800.000
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	4.119.000	-2.893.000
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	14.097.000	16.990.000
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	18.216.000	14.097.000

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	13.678.000	184.000	15.819.000	0	-340.000	29.341.000	2.949.000	32.290.000
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	13.678.000	184.000	15.819.000	0	-340.000	29.341.000	2.949.000	32.290.000
5.04	Transações de Capital com os Sócios	2.822.000	148.000	-6.163.000	-1.294.000	0	-4.487.000	-768.000	-5.255.000
5.04.01	Aumentos de Capital	2.822.000	0	-2.822.000	0	0	0	0	0
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	69.000	0	0	0	69.000	0	69.000
5.04.06	Dividendos	0	0	-551.000	-1.294.000	0	-1.845.000	0	-1.845.000
5.04.08	Cancelamento de Ações em Tesouraria	0	80.000	-80.000	0	0	0	0	0
5.04.09	Realização da Reserva de Reavaliação	0	-1.000	0	0	0	0	0	0
5.04.10	Aquisições de Participação não-controladora na Redecard S.A (Nota 3)	0	0	-2.707.000	0	0	-2.707.000	-345.000	-3.052.000
5.04.11	Ágio na Aquisição de Investimentos	0	0	-4.000	0	0	-4.000	0	-4.000
5.04.12	Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	1.000	0	0	0	0	0
5.04.13	Varição da Participação dos Acionistas Minoritários	0	0	0	0	0	0	-423.000	-423.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	4.539.000	634.000	5.173.000	501.000	5.674.000
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	4.539.000	0	4.539.000	501.000	5.040.000
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	634.000	634.000	0	634.000
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	3.245.000	-3.245.000	0	0	0	0
5.06.04	Dividendo a ser Proposto Excedente ao Mínimo Obrigatório	0	0	610.000	-610.000	0	0	0	0
5.06.05	Reserva Legal	0	0	227.000	-227.000	0	0	0	0
5.06.06	Reservas Estatutárias	0	0	2.408.000	-2.408.000	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	16.500.000	332.000	12.901.000	0	294.000	30.027.000	2.682.000	32.709.000

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	13.266.000	0	13.032.000	0	-139.000	26.159.000	2.877.000	29.036.000
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	13.266.000	0	13.032.000	0	-139.000	26.159.000	2.877.000	29.036.000
5.04	Transações de Capital com os Sócios	412.000	-80.000	73.000	-1.859.000	0	-1.454.000	-458.000	-1.912.000
5.04.01	Aumentos de Capital	412.000	0	0	0	0	412.000	0	412.000
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	0	95.000	0	0	95.000	0	95.000
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-80.000	0	0	0	-80.000	0	-80.000
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-247.000	0	-247.000	0	-247.000
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-1.061.000	0	-1.061.000	0	-1.061.000
5.04.08	Dividendo a Ser Proposto Excedente ao Mínimo Obrigatório	0	0	551.000	-551.000	0	0	0	0
5.04.09	Dividendo Excedente ao Mínimo Obrigatório de Exercícios Anteriores	0	0	-445.000	0	0	-445.000	0	-445.000
5.04.10	Outros	0	0	-128.000	0	0	-128.000	0	-128.000
5.04.11	Varição da Participação dos Acionistas Minoritários	0	0	0	0	0	0	-458.000	-458.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	4.837.000	-201.000	4.636.000	530.000	5.166.000
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	4.837.000	0	4.837.000	530.000	5.367.000
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-201.000	-201.000	0	-201.000
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	2.978.000	-2.978.000	0	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	2.978.000	-2.978.000	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	13.678.000	-80.000	16.083.000	0	-340.000	29.341.000	2.949.000	32.290.000

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011
7.01	Receitas	46.605.000	48.211.000
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	5.653.000	5.094.000
7.01.02	Outras Receitas	48.058.000	48.464.000
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-7.106.000	-5.347.000
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-32.433.000	-34.087.000
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-3.978.000	-2.945.000
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-5.248.000	-4.870.000
7.02.04	Outros	-23.207.000	-26.272.000
7.03	Valor Adicionado Bruto	14.172.000	14.124.000
7.04	Retenções	-1.470.000	-1.455.000
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-1.470.000	-1.455.000
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	12.702.000	12.669.000
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	72.000	-152.000
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	72.000	-152.000
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	12.774.000	12.517.000
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	12.774.000	12.517.000
7.08.01	Pessoal	3.367.000	3.237.000
7.08.01.01	Remuneração Direta	2.388.000	2.314.000
7.08.01.02	Benefícios	722.000	639.000
7.08.01.03	F.G.T.S.	257.000	284.000
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	4.009.000	3.577.000
7.08.02.01	Federais	3.643.000	3.199.000
7.08.02.02	Estaduais	89.000	88.000
7.08.02.03	Municipais	277.000	290.000
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	358.000	336.000
7.08.03.02	Aluguéis	358.000	336.000
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	5.040.000	5.367.000
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	1.294.000	1.308.000
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	3.245.000	3.529.000
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	501.000	530.000

Relatório da Administração – Janeiro a dezembro de 2012

Apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis da Itaúsa – Investimentos Itaú S.A. (Itaúsa) e de suas controladas relativos ao período de janeiro a dezembro de 2012, elaborados de acordo com a Legislação Societária e com as normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Contam também com o parecer favorável do Conselho Fiscal.

As demonstrações contábeis disponibilizadas à CVM e à BM&FBovespa contemplam o padrão internacional de reporte IFRS (International Financial Reporting Standards) e as normas estabelecidas pela CVM.

1) DESTAQUES

Itaúsa

A Itaúsa foi selecionada pela nona vez para compor a carteira do Dow Jones Sustainability World Index (DJSI), principal ranking de sustentabilidade empresarial do mundo. Em sua edição 2012/2013, a carteira é integrada por 340 empresas de 30 países, das quais apenas nove brasileiras. Entre elas a própria Itaúsa, o Itaú Unibanco Holding S.A., a Redecard S.A. e a Duratex S.A. Outros destaques na participação da Itaúsa são:

- Líder em Serviços Financeiros, pelo sexto ano consecutivo;
- Maior nota do setor em 12 quesitos: Política anticrime e fraudes; Gerenciamento da marca; *Costumer Relationship Management (CRM)*; Engajamento com públicos estratégicos; Gerenciamento de fornecedores; Riscos e oportunidades nos negócios; Política ambiental; Temas controversos; Inclusão financeira; Desenvolvimento do capital humano; Indicadores de práticas laborais e direitos humanos; e Retenção e atração de talentos.

O DJSI é composto por empresas reconhecidas como capazes de criar valor para os acionistas a longo prazo. O índice considera principalmente a qualidade da gestão, com a integração de valor econômico a fatores como transparência, governança corporativa e responsabilidade social e ambiental como forma de assegurar a perenidade do negócio. A participação no Dow Jones Sustainability reflete o compromisso de longo prazo da Itaúsa em manter o crescimento sustentado, direcionado à criação de valor para os acionistas e para a sociedade.

Pelo sexto ano consecutivo a Itaúsa foi selecionada para compor a carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial da BM&FBovespa (ISE) em sua edição 2012/2013. Também figuram nesta seleta lista o Itaú Unibanco e a Duratex. A nova carteira reúne 51 ações de 37 companhias, representando 16 setores que somam R\$ 1,07 trilhão em valor de mercado, o equivalente a 44,81% do valor de mercado total das companhias com ações negociadas na BM&FBovespa (em 26/11/2012).

Itaú Unibanco Holding

Em 24 de setembro, o Itaú Unibanco adquiriu, por meio de oferta pública de aquisição de ações (OPA), 44,4% do capital social da Redecard. Considerando as ações adquiridas na OPA e todas as aquisições de ações ocorridas posteriormente o investimento total foi de R\$ 11,75 bilhões. Com as aquisições mencionadas a participação do Itaú Unibanco na Redecard atingiu 100%. No dia 18 de outubro, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) aprovou o pedido de cancelamento do registro da Redecard como companhia aberta. Essa operação permitirá ao Itaú Unibanco oferecer produtos e serviços integrados aos clientes do banco e expandir os negócios para diversos outros municípios brasileiros onde hoje o banco não possui estrutura física (agências e/ou PABs).

No quarto trimestre de 2012, o Itaú Unibanco alienou, à Experian, a sua participação remanescente de 16,14% na Serasa. A Serasa é líder em serviços e produtos de análise e informações para crédito e apoio a negócios para todos os segmentos do mercado. O resultado antes dos impostos no Itaú Unibanco, decorrente dessa alienação foi de, aproximadamente, R\$ 1,5 bilhão.

Relatório da Administração

nova instituição financeira em associação com o Banco BMG S.A. (70% controlada pelo Itaú Unibanco e 30% pelo BMG), denominado Banco Itaú BMG Consignado S.A., visando a oferta, distribuição e comercialização de créditos consignados no território brasileiro. Essa associação foi aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) em outubro, e sua operação iniciada em dezembro de 2012.

No final de setembro, o Itaú Unibanco anunciou investimento de R\$ 10,4 bilhões em tecnologia, inovação e atendimento a ser realizado no período de 2012 a 2015, um dos maiores investimentos privados em prol do crescimento da economia brasileira, objetivando o aumento da eficiência, a melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados e da satisfação dos clientes.

Além da construção do novo Data Center em Mogi Mirim, um dos maiores centros tecnológicos do mundo, com capacidade para suportar a expansão das operações nas próximas três décadas, previsão de gerar cerca de 700 empregos diretos, e contribuir significativamente para o desenvolvimento da economia, comércio e capacitação de mão-de-obra na região, fazem parte deste investimento o desenvolvimento de sistemas, aquisição de sistemas de processamento de dados e de softwares.

Parte desse investimento será dedicado ao aprimoramento e criação de novas ferramentas para canais digitais em expansão, como internet banking e mobile banking:

- A facilidade de uso, segurança e conveniência levaram o internet banking a ser o canal mais usado do banco, com crescimento de 159% na média mensal de transações nos últimos 4 anos;
- No mobile banking, o total de downloads e atualizações dos aplicativos cresceu mais de 18 vezes no ano, passando de 366 mil em janeiro para um total de 6,7 milhões em dezembro no acumulado de 2012.

Duratex

Há mais de 60 anos, a Duratex é referência em confiança, qualidade, inovação e sustentabilidade. Em 2012, a Duratex sentiu a necessidade de projetar sua marca para o futuro, retrabalhando a identidade visual de forma a se preparar para um novo contexto de mercado e ir além da transformação estética.

O redesenho do rino traz contemporaneidade, evocando o símbolo da credibilidade construída ao longo dos anos. A combinação de linhas leves e fluidas dá a ideia de gota (azul) e de folha (verde), clara associação com o compromisso da Duratex com a sustentabilidade. O novo traço também remete à letra “d” de Duratex, que evidencia tradição, solidez e ética.

Em 2012, o desempenho operacional da Duratex, medido pelo EBITDA, ultrapassou R\$ 1 bilhão. Esta performance espelha a força da marca e as decisões acertadas tomadas no passado visando à expansão da capacidade de produção. No ano, foram investidos R\$ 832 milhões, equivalentes a 82,0% do EBITDA, na manutenção de sua vantagem estratégica baseada em ganhos de escala.

Na Divisão Madeira, destacaram-se: nova unidade de MDF, em Itapetininga (SP), com capacidade efetiva de 520 mil m³ anuais; investimento na unidade de Taquari (RS) para viabilizar a plena utilização da capacidade efetiva da linha de MDP, com conclusão prevista para o final da primeira metade de 2013; e aquisição de 37% de participação na Tablemac, líder na produção de painéis de madeira na Colômbia.

Na Divisão Deca, os investimentos mais relevantes contemplaram: aquisição da unidade de fabricação de válvulas industriais (Metalúrgica Ipê, Mipel) da Lupatech, em Jacareí (SP), que agregou capacidade de 780 mil peças/ano/turno; aumento de capacidade na unidade de Jundiá (SP), de 17,0 para 18,2 milhões peças/ano de metais sanitários; inauguração de uma nova unidade de produção de louças sanitárias em Queimados (RJ), com capacidade anual de 2,4 milhões de peças, equivalentes à expansão de 25% da capacidade instalada.

Em 2 de janeiro de 2013, foi anunciada a assinatura de contrato para a aquisição da Thermosystem, empresa especializada na fabricação de chuveiros eletrônicos e sistemas de aquecimento, que deverá agregar capacidade de produção de 1,5 milhão de peças anuais de chuveiros eletrônicos e aquecedores solares. O investimento, no valor de R\$ 58,1 milhões, revela o foco em ampliar o raio de ação da Duratex no segmento de materiais de acabamento da construção civil.

Relatório da Administração

No ano de 2012 foram investidos R\$ 38 milhões, dos quais R\$ 18 milhões na ampliação em 30% da capacidade produtiva da unidade de Resinas de Poliéster Insaturado no site de Várzea Paulista. Programas de aumento de produtividade, de segurança e preservação do meio ambiente foram o destino de R\$ 20 milhões de investimentos.

A criação da gerência executiva específica para Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação garantirá a renovação de portfólio através de novos projetos, parte deles firmados com institutos de tecnologia externos, seguindo a tendência mundial de inovação aberta.

A consagrada ferramenta de gestão *Management Cockpit* foi implantada no segundo semestre, perfeitamente moldada aos negócios da Elekeiroz, visando agilizar as decisões gerenciais em alinhamento com a estratégia da empresa.

Itautec

Foram investidos em 2012 R\$ 76,1 milhões, dos quais R\$ 66,1 milhões em pesquisa e desenvolvimento, em sua maior parte direcionados ao desenvolvimento de produtos nos segmentos de automação bancária e automação comercial, incluindo hardware e software, e R\$ 10,0 milhões em imobilizado operacional, sendo R\$ 4,9 milhões na área de Tecnologia da Informação, para a aquisição de equipamentos e softwares.

Em 20.03.2012 a Itautec adquiriu 70% (setenta por cento) do capital social da Biologica Sistemas LTDA., empresa sediada no Rio de Janeiro com atuação no desenvolvimento de software na área de biometria computacional e análise de sinais.

Com relação ao portfólio de produtos, a Itautec realizou importantes avanços, incluindo a expansão e atualização tecnológica dos equipamentos de Computação, o aperfeiçoamento dos produtos e soluções de Automação Bancária, como as de segurança física e lógica, incluindo biometria e criptografia, através da aquisição da Biologica, a reestruturação do portfólio de soluções de Automação Comercial, com maior ênfase nas plataformas software e serviços de integração, e o fortalecimento da oferta de Serviços Tecnológicos direcionados ao segmento corporativo, incluindo a maior capacitação nas ofertas tradicionais, como instalação e manutenção de produtos, e os investimentos em novas, como infraestrutura, redes, logística e reciclagem.

2) AMBIENTE ECONÔMICO

O ano de 2012 foi marcado por elevada volatilidade, decorrente de temores de crise global. Entretanto, nos meses mais recentes, houve aumento do otimismo nos mercados internacionais. Os cenários adversos não se materializaram. Não houve ruptura na Zona do Euro, “abismo fiscal” nos EUA ou “parada brusca” na China. A perspectiva para 2013 é um pouco melhor. A economia global começa a se estabilizar e os riscos são menores.

No Brasil, o crescimento ficou abaixo da expectativa. O Produto Interno Bruto deve encerrar 2012 próximo a 0,9%. O investimento declinou em setembro pelo quinto trimestre consecutivo, inibido pela incerteza dos cenários doméstico e externo. A recuperação vem ocorrendo num ritmo moderado, aquém do esperado. Devido à introdução de estímulos monetários e fiscais e à estabilização do quadro externo, o Brasil deve apresentar crescimento mais elevado em 2013.

Apesar da atividade ainda fraca, o mercado de trabalho manteve-se firme. O desemprego próximo aos mínimos históricos tem mantido a inflação de serviços pressionada, impactando o IPCA, que terminou o ano em 5,8%. Esta situação deve ser mantida em 2013. O IPCA deve seguir em alta devido às condições do mercado de trabalho, à inércia inflacionária e às expectativas em níveis elevados, terminando 2013 em 5,6% ou mais.

O Banco Central interrompeu, em outubro, o ciclo de queda de juros iniciado em agosto de 2011. A taxa Selic alcançou 7,25% no mês. Frente à combinação de uma retomada lenta da atividade com piora no quadro inflacionário, o Comitê de Política Monetária (Copom) tem sinalizado manutenção por período prolongado.

Relatório da Administração

intensificou as intervenções no mercado de cambial. Conseqüentemente, o real perdeu valor diante do dólar e tornou-se menos volátil. A taxa de câmbio terminou o ano em R\$ 2,05/US\$, e deverá manter-se depreciada ao longo de 2013.

3) DESEMPENHO ECONÔMICO

O lucro líquido recorrente do ano de 2012 foi de R\$ 4.787 milhões com rentabilidade recorrente anualizada sobre o patrimônio líquido médio de 16,0%. O lucro líquido no mesmo período atingiu R\$ 4.539 milhões com rentabilidade anualizada de 15,2%.

PRINCIPAIS INDICADORES DE RESULTADO DA ITAÚSA CONSOLIDADO

	Controladora		Não Controladores		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Lucro Líquido	4.539	4.837	501	530	5.040	5.367
Lucro Líquido Recorrente	4.787	5.040	484	514	5.271	5.554
Patrimônio Líquido	30.027	29.341	2.682	2.949	32.709	32.290
Rentabilidade Anualizada sobre o Patrimônio Líquido Médio (%)	15,2%	17,5%	17,7%	18,3%	15,4%	17,6%
Rentabilidade Recorrente Anualizada sobre o Patrimônio Líquido Médio (%)	16,0%	18,3%	17,1%	17,8%	16,1%	18,2%

PRINCIPAIS INDICADORES FINANCEIROS

	31/12/2012	31/12/2011	Evolução %
Indicadores por ação - em R\$			
Lucro Líquido da Controladora	0,94	1,00	(6,4)
Lucro Líquido Recorrente da Controladora	0,99	1,04	(5,3)
Valor Patrimonial da Controladora	6,19	6,05	2,3
Dividendos/JCP Líquido	0,34	0,33	2,8
Preço da Ação PN ⁽¹⁾	9,69	10,16	(4,7)
Capitalização de Mercado ⁽²⁾ - em R\$ milhões	46.972	49.268	(4,7)

(1) Cotação média das ações preferenciais no último dia do período.

(2) Calculado com base na cotação média das ações preferenciais no último dia do período (cotação da ação PN média multiplicada pela quantidade de ações em circulação no final do período).

Obs.: O número de ações em circulação e a cotação da ação foram ajustados para refletir a bonificação de 10% ocorrida em 26 de abril de 2012.

Relatório da Administração

Reconciliação do Lucro Líquido Recorrente

A fim de possibilitar adequada análise das demonstrações contábeis do período, apresentamos o Lucro Líquido com exclusão dos principais efeitos não recorrentes, líquidos dos respectivos efeitos fiscais, conforme segue:

	Controladora		Não Controladores		Consolidado	
	01/01 a 31/12/2012	01/01 a 31/12/2011	01/01 a 31/12/2012	01/01 a 31/12/2011	01/01 a 31/12/2012	01/01 a 31/12/2011
Lucro Líquido	4.539	4.837	501	530	5.040	5.367
Inclusão / (Exclusão) dos Efeitos não Recorrentes	248	203	(17)	(16)	231	187
Decorrentes de Participação Acionária no Itaú Unibanco Holding	298	212	-	-	298	212
Movimentação de Ações em Tesouraria	19	205	-	-	19	205
Provisões (Fiscais/Ações Cíveis/Planos Econômicos/Ações Trabalhistas/Outras)	317	95	-	-	317	95
Venda de Participação / Ajuste a Valor de Mercado - BPI	104	82	-	-	104	82
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	84	-	-	-	84	-
Programa de Recompensa	68	-	-	-	68	-
Programa de Pagamento ou Parcelamento de Tributos Federais - Lei nº 11.941/09	-	(170)	-	-	-	(170)
Realização de Ativos	(308)	-	-	-	(308)	-
Outros	14	-	-	-	14	-
Decorrentes de Participação nas demais empresas controladas	(50)	(9)	(17)	(16)	(67)	(25)
Duratex	(7)	(9)	(14)	(16)	(21)	(25)
Itautec	(43)	-	(3)	-	(46)	-
Lucro Líquido Recorrente	4.787	5.040	484	514	5.271	5.554

PRINCIPAIS INDICADORES DAS EMPRESAS DO CONGLOMERADO ITAÚSA

	Janeiro a dezembro	ÁREA DE SERVIÇOS FINANCEIROS	ÁREA INDUSTRIAL			CONSOLIDADO IFRS (1) (2)
		Itaú Unibanco Holding S.A.	Duratex S.A.	Elekeiroz S.A.	Itautec S.A.	
Ativos Totais	2012	957.154	7.759	678	1.076	364.017
	2011	818.136	6.814	654	1.176	312.002
Receitas Operacionais (3)	2012	125.484	3.394	900	1.545	52.325
	2011	124.877	2.970	777	1.542	51.381
Lucro Líquido	2012	12.634	460	0	2	5.040
	2011	13.837	375	15	44	5.367
Patrimônio Líquido	2012	75.902	4.024	476	543	32.709
	2011	73.941	3.693	477	538	32.290
Rentabilidade Anualizada sobre o Patrimônio Líquido Médio (%) (4)	2012	16,9%	11,9%	0,1%	0,3%	15,4%
	2011	20,0%	10,5%	3,1%	8,3%	17,6%
Geração Interna de Recursos (5)	2012	49.136	985	50	(25)	19.039
	2011	43.182	861	38	76	16.529

(1) O conglomerado Itaúsa inclui: a consolidação de 100% das empresas controladas e a consolidação proporcional à participação detida das empresas controladas em conjunto.

(2) Os dados do Consolidado/Conglomerado apresentam valores líquidos das eliminações de consolidação e dos resultados não-realizados de operações intercompanhias. Os valores do Itaú Unibanco foram consolidados proporcionalmente a participação detida pela Itaúsa em dezembro de 2012 de 36,78% (36,82% em dezembro de 2011).

(3) As Receitas Operacionais por área de atuação foram obtidas conforme segue:

- Itaú Unibanco : Receita de Juros e Rendimentos, Ganho(Perdas) Líquido com Ativos e Passivos Financeiros, Receita de Dividendos, Receita de Prestação de Serviços Financeiros, Resultado de Operações de Seguros, Previdência e Capitalização antes das Despesas com Sinistros e Comercialização e Outras Receitas Operacionais.
- Duratex S.A., Itautec S.A. e Elekeiroz S.A.: Vendas de Produtos e Serviços e Receita de Prestação de Serviços.

(4) Representa a relação entre o lucro líquido do exercício e o patrimônio líquido médio ((dez + mar + jun + set + dez)/5)

(5) Refere-se aos recursos provenientes das operações obtidos pela Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Relatório de Administração - Pronunciamento

O IFRS 11 determina que as empresas com investimentos em controladas em conjunto não terão mais a opção de contabilização pela consolidação proporcional. Estas empresas deverão utilizar sempre o método de equivalência patrimonial. O IFRS 11 entra em vigor para períodos anuais iniciados a partir de 1º de Janeiro de 2013.

Nas Demonstrações Contábeis Consolidadas da Itaúsa não haverá mais a consolidação proporcional das empresas com controle conjunto (Itaú Unibanco e IUPAR); sendo que ambas passarão a ser avaliadas pelo método de equivalência patrimonial.

Caso o IFRS 11 tivesse sido adotado no ano de 2012 os principais impactos seriam:

	Parcela do Itaú Unibanco e IUPAR Considerada no Consolidado Itaúsa Publicado	Consolidado Itaúsa Sem a Consolidação Proporcional do Itaú Unibanco e IUPAR
Balanco Patrimonial em 31/12/2012		
Ativo	364.017	39.055
Passivo	331.308	6.380
Patrimônio Líquido Consolidado	32.709	32.674
(-) Participação dos Acionistas Minoritários no Patrimônio Líquido das Empresas Consolidadas	2.682	2.647
Patrimônio Líquido dos Acionistas Controladores	30.027	30.027
Demonstração do Resultado de 01/01 a 31/12/2012		
Receita de Juros e Rendimentos	35.028	206
Despesas de Juros e Rendimentos	(17.734)	(56)
Resultado de Empresas não Consolidadas	72	4.607
Lucro Líquido Consolidado	5.040	4.836
(-) Participação dos Acionistas Minoritários no Lucro Líquido das Empresas Consolidadas	501	297
Lucro Líquido dos Acionistas Controladores	4.539	4.539

3.1) ÁREA DE SERVIÇOS FINANCEIROS

Itaú Unibanco Holding

Os valores comentados a seguir, quando relacionados às informações contábeis, foram apurados de acordo com o IFRS (*International Financial Reporting Standards*) e não estão proporcionalizados para refletir a participação acionária de 36,78% detida pela Itaúsa.

Resultados

O lucro líquido do ano de 2012 atribuível aos acionistas controladores foi 8,7% menor que o ano anterior e totalizou R\$ 12,6 bilhões, com rentabilidade anualizada de 16,9% sobre o patrimônio líquido médio (20,0% em 2011). O lucro líquido recorrente de 2012 do Itaú Unibanco alcançou R\$ 13,4 bilhões, redução de 3,0% em relação ao ano anterior, e atingiu um retorno recorrente sobre o patrimônio líquido médio de 17,9%.

O produto bancário do Itaú Unibanco em 2012 atingiu R\$ 81,2 bilhões e apresentou crescimento de 9,3% em relação ao ano anterior. Os principais componentes que contribuíram para esta evolução foram as receitas e despesas de juros e rendimentos, que cresceram 15,7%, e as receitas de prestação de serviços que somadas às receitas de operações de seguros, previdência e capitalização evoluíram 1,2%. O crescimento das receitas do Itaú Unibanco adicionadas ao controle das despesas gerais e administrativas, que evoluíram apenas 6,7% em 2012, contribuiu para o resultado apresentado.

Relatório da Administração

O total de ativos consolidados alcançou R\$ 957,2 bilhões e o patrimônio líquido dos acionistas controladores totalizou R\$ 75,9 bilhões ao final do ano de 2012, com crescimento de 17,0% e 2,7% nos últimos 12 meses, respectivamente.

A diversificação dos negócios do Itaú Unibanco se reflete na composição da carteira de crédito e na captação com clientes, reduzindo os riscos a segmentos específicos, que possam ser mais impactados pela volatilidade da economia, conforme segue:

Carteira de Crédito

Em 31 de dezembro de 2012 o saldo da carteira de crédito, incluindo avais e fianças, atingiu R\$ 427,3 bilhões, com crescimento de 7,4% em comparação ao final de 2011. A tabela abaixo apresenta a evolução da carteira de crédito no ano de 2012:

Carteira de Crédito	R\$ milhões		
	31/dez/12	31/dez/11	Variação (%)
Pessoas Físicas	150.501	149.543	0,6
Cartão de Crédito	40.531	38.961	4,0
Crédito Pessoal	40.277	36.670	9,8
Veículos	51.646	60.463	-14,6
Crédito Imobiliário	18.047	13.450	34,2
Pessoas Jurídicas	247.493	227.573	8,8
Grandes Empresas	158.534	138.709	14,3
Micro, Pequenas e Médias Empresas	88.959	88.863	0,1
Argentina/Chile/Paraguai/Uruguai	29.300	20.678	41,7
Total com Avais e Fianças	427.294	397.794	7,4

Pessoas Físicas - No Brasil, a carteira de crédito para pessoas físicas alcançou R\$ 150,5 bilhões em 31 de dezembro de 2012, 0,6% maior que o valor registrado em 31 de dezembro de 2011, efeito da alteração da composição da carteira visando à redução de risco, com os seguintes destaques:

- A carteira de crédito imobiliário apresentou crescimento de 34,2% em comparação a dezembro de 2011. A oferta de crédito imobiliário é promovida pela rede de agências, incorporadoras e corretoras, bem como por meio de parcerias com a Lopes (LPS Brasil – Consultoria de Imóveis S.A.) e a Coelho da Fonseca Empreendimentos Ltda, dentre outras.
- A carteira de crédito pessoal, que inclui o saldo de empréstimos consignados próprios, apresentou relevante crescimento acumulado de 9,8% no ano de 2012.
- O Itaú Unibanco é líder nos segmentos de financiamento para aquisição de veículos e de cartão de crédito, com saldos em 31 de dezembro de 2012 de R\$ 51,6 bilhões e R\$ 40,5 bilhões, respectivamente, redução no ano de 14,6% e aumento de 4,0%, decorrente da estratégia de priorização de menores riscos.

Pessoas Jurídicas - No Brasil, a carteira de crédito para pessoas jurídicas, atingiu R\$ 247,5 bilhões em 31 de dezembro de 2012, apresentando crescimento de 8,8% em relação a 31 de dezembro de 2011. Os clientes pessoas jurídicas são atendidos pelo Itaú Unibanco, por meio de sua estrutura dedicada que atende aos segmentos de micro, pequenas e médias empresas com produtos e serviços específicos, e pelo Itaú BBA, que atende mais de 3 mil dos maiores grupos empresariais presentes no Brasil, com uma carteira de crédito composta por empréstimos em moeda nacional e em moeda estrangeira, créditos direcionados (repasses do BNDES, crédito rural e imobiliário) e garantias.

No exterior, as carteiras de crédito das operações no Mercosul (Argentina, Chile, Uruguai e Paraguai), apresentaram crescimento significativo no segmento de pessoas físicas e jurídicas.

Relatório da Administração

adimplência total, considerando-se o saldo das operações em atraso há mais de 90 dias, alcançou 4,8% em 31 de dezembro de 2012, apresentando redução de 0,1 p.p. em relação ao final do ano de 2011, e melhora de 0,4 p.p. em comparação a junho de 2012, pico da inadimplência em 2012. Este indicador atingiu 6,8% para carteira de clientes pessoas físicas e 3,2% para carteira de clientes pessoas jurídicas em 31 de dezembro de 2012.

Captações

O Itaú Unibanco Holding possui fontes diversificadas de recursos, com parcela significativa advinda do segmento de varejo. O total dos recursos de clientes atingiu R\$ 481,1 bilhões em 31 de dezembro de 2012 e teve evolução de 7,4% nos últimos 12 meses.

Solidez do Capital

Índice de Basileia – Ao final de dezembro de 2012, o índice atingiu 16,7%, apresentando aumento de 0,3 p.p. em relação ao mesmo período em 2011, fato que evidencia a solidez na base de capital do Itaú Unibanco.

Notas Subordinadas – No ano de 2012, foram realizadas emissões de Dívida Subordinada Nível II que incrementaram significativamente a base de capital do banco. No mercado local, foi emitido um total de R\$ 13,7 bilhões em Letras Financeiras Subordinadas, o que representou 44% das emissões totais concretizadas no Brasil. No exterior, foram efetivadas quatro captações que totalizam US\$ 5,05 bilhões, com destaque para uma operação executada em novembro, que representou o maior volume captado com a menor taxa ao investidor (*yield*) dentre as transações de Dívida Subordinada Nível II em moeda estrangeira de bancos latino-americanos no ano de 2012. Este valor representou aproximadamente 31% do total das emissões externas em dólar por instituições financeiras brasileiras no ano. O Itaú Unibanco conquistou a liderança no *ranking* de emissões de dívida subordinada no mercado local e estrangeiro, em 2012.

Patrimônio Líquido – Ao final de dezembro de 2012, atingiu R\$ 75,9 bilhões, aumento de 2,7% em relação ao mesmo período em 2011. O capital social é representado por 4.571 milhões de ações, sendo 2.289 milhões de ações ordinárias e 2.282 milhões de ações preferenciais, as quais possuem *Tag Along* de 80%. Os valores dos dividendos pagos aos acionistas são iguais entre os tipos de ações. Ações em tesouraria totalizaram R\$ 1.523 milhões em dezembro de 2012, valor que é deduzido do Patrimônio Líquido.

Agências de *Ratings* – Ao longo do ano ocorreu uma revisão mundial das notas de bancos pela agência Moody's, sendo que o Itaú Unibanco e o Itaú BBA permaneceram um grau acima do rating soberano do Brasil, e o Itaú Unibanco Holding obteve a mesma classificação do país. Durante o período, a agência Standard & Poor's também divulgou uma reavaliação, melhorando as notas atribuídas ao Itaú Unibanco nas classificações quanto à capacidade de pagamento de obrigações no curto prazo.

3.2) ÁREA INDUSTRIAL

Duratex

A receita líquida consolidada somou R\$ 3.394 milhões, 14,3% acima do ano anterior, impulsionada pelo crescimento dos negócios nas duas divisões, Deca e Madeira. O EBITDA, recorrente de R\$ 1.005 milhões, representa alta de 25,7% e margem de 29,6% (26,9% no encerramento de 2011). O lucro líquido recorrente foi de R\$ 437 milhões, incremento de 25,1% em comparação a 2011.

Na Divisão Deca, o volume expedido, de 25,8 milhões de peças, representou expansão de 1,0% em relação ao ano anterior. Esse desempenho pode ser explicado pelo desaquecimento da demanda no segmento de reformas, mais suscetível às condições macroeconômicas de curto prazo, em um ano de fraco desempenho da economia.

A receita líquida, no entanto, cresceu 7,7%, acima da média setorial de 1,4% apurada pela Associação Brasileira da Indústria de Materiais de Construção (Abramat). Esse desempenho espelha a força da marca Deca e premia o movimento de diversificação geográfica das unidades, iniciado em 2008, aproximando ainda mais a empresa dos seus consumidores. O EBITDA recorrente foi de R\$ 273 milhões, equivalente a uma margem de 23,2%. De forma a manter a sua linha de produtos alinhada às novas tendências, a Deca lançou no ano seis novos projetos em louças sanitárias, destacando-se a linha infantil Studio Kids, e três em metais sanitários, a exemplo da Caixa de Embutir Hydra.

Relatório da Administração

Madeira foi bastante positivo durante todo o ano. O volume expedido cresceu 16,1%, para 2,6 milhões de m³, acima do índice de 11,4% registrado pelo mercado, de acordo com dados da Associação Brasileira da Indústria de Painéis de Madeira (Abipa). Esse movimento espelha decisões tomadas no passado, de expansão de capacidade e foco nos resultados, o que permitiu recuperar participação de mercado. No ano, foram desenvolvidos 18 novos produtos em painéis com inovações e *design* alinhado às tendências internacionais nos seus acabamentos.

A receita líquida totalizou R\$ 2.216 milhões, 18,1% acima de 2011. O desempenho reflete a combinação de volume recorde de habitações entregues no ano a medidas governamentais de impulso ao segmento de móveis – como redução a zero da alíquota de IPI, prazos mais adequados de financiamento e incentivos tributários, igualando as condições de concorrência a bens de consumo, como da linha branca. Ganhos de escala e aumento de receita líquida unitária acima dos custos levaram o EBITDA recorrente para R\$ 732 milhões, com margem de 33,0%.

Elekeiroz

A expedição física de produtos totalizou 470,6 mil toneladas, 6,3% acima do ano anterior, destacando-se o incremento de 50,0% nas vendas de orgânicos para o mercado externo (47,4 mil toneladas). Em todos os trimestres houve recuperação de vendas sobre os períodos equivalentes do ano anterior.

De acordo com a Associação Brasileira da Indústria Química (Abiquim), o segmento de produtos químicos de uso industrial registrou crescimento de 2,9% na produção e de 7,4% nas vendas para o mercado interno em relação a 2011, ano que fora marcado por retração. O índice de preços para a indústria química aumentou 10,6% no acumulado do ano, inferior aos 17,2% da nafta petroquímica, principal matéria-prima do setor.

Nesse cenário, a receita líquida da Elekeiroz alcançou R\$ 900 milhões, 15,8% superior à de 2011, com alta de 10,0% no mercado interno (83,0% das vendas) e de 58,0% no mercado externo. O aumento da receita total foi acompanhado, todavia, de acréscimo de 17,0% no custo dos produtos vendidos, do que resultou, no acumulado do ano, a geração de uma margem bruta ainda insuficiente para a companhia recuperar seus níveis normais de rentabilidade.

Acompanhando a tendência de melhora do lucro operacional, a empresa encerrou o ano com lucro líquido de R\$ 0,5 milhão (R\$ 15 milhões em 2011). O EBITDA do quarto trimestre confirma a tendência de recuperação da rentabilidade da empresa, encerrando o ano 2012 com alta de 42% sobre 2011.

Itautec

No acumulado do ano, a receita líquida consolidada de vendas e serviços foi de R\$ 1.545,3 milhões, o que representa um crescimento de 0,2% em relação a 2011, em linha com o crescimento da economia brasileira no exercício de 2012.

Apesar da redução de 4,1% no número de ATMs expedidos, a Unidade de Automações apresentou crescimento de 6,3%, com receita líquida de R\$ 404,0 milhões, em função da maior comercialização de softwares e implantação de projetos de biometria para instituições bancárias, e projetos que incluíram a substituição de impressoras fiscais para grandes varejistas no Brasil.

A Unidade de Computação teve crescimento de 6,4% no volume de produtos faturados, com destaque ao crescimento de 10,7% nos mobiles, como *notebooks*, *netbooks* e *tablets*, mas não suficiente para gerar um crescimento de receita, que foi reduzida em 2,9% para R\$ 700,4 milhões em função dos menores preços e alteração de mix de produtos vendidos.

A Unidade de Serviços Tecnológicos manteve-se no patamar de receita do ano anterior (R\$ 440,9 milhões), conseguindo compensar, com novos contratos, a perda de receita de R\$ 20 milhões por trimestre a partir do segundo trimestre de 2012, devido ao encerramento de contrato de prestação de serviços de logística, e às reduções oriundas das renegociações contratuais impostas pelo setor bancário público e privado.

O lucro bruto de 2012 foi de R\$ 192,2 milhões, 31,6% inferior a 2011, em função dos impactos na receita mencionados acima, do aumento dos custos com mão de obra e insumos, principalmente relacionados à

significativa valorização do dólar frente ao real no decorrer do exercício, e dos gastos pontuais para readequação organizacional.

Em novembro, a Companhia reconheceu um ativo decorrente de créditos com precatórios. Trata-se de processo relativo a ação de repetição de indébito, correspondente a cobrança de Taxa de Serviço Administrativo – TSA, incidente sobre a internação e importação de mercadorias na Zona Franca de Manaus, para o qual se obteve decisão favorável, com trânsito em julgado. O crédito por precatório judicial foi

Relatório da Administração resultado na rubrica de “Outros Ganhos (Perdas), Líquido” que, trazido a valor presente pelo método do fluxo de caixa descontado, totalizou o valor líquido de R\$ 65,1 milhões.

O EBITDA e o lucro líquido de 2012 foram R\$ 17,7 milhões e R\$ 1,5 milhão, respectivamente, e o saldo de disponibilidades financeiras ao final do exercício foi de R\$ 196,4 milhões, fazendo com que a Companhia mantivesse uma dívida líquida negativa (excesso de caixa) de R\$ 44,6 milhões.

4) GESTÃO DE PESSOAS

As empresas do Conglomerado Itaúsa contavam com 113,4 mil colaboradores ao final de dezembro, sendo que 6,9 mil estavam no exterior. A remuneração fixa dos colaboradores somada aos seus encargos e benefícios totalizou R\$ 11,3 bilhões no período. Os benefícios sociais proporcionados aos colaboradores e seus dependentes somaram R\$ 1,2 bilhão. Além disso, foram investidos aproximadamente R\$ 244 milhões em programas de formação, treinamento e desenvolvimento.

5) SUSTENTABILIDADE E RESPONSABILIDADE CORPORATIVA

Itaú Unibanco Holding

O Itaú Unibanco pauta a gestão de sustentabilidade em três focos estratégicos: Educação Financeira, Riscos e Oportunidades Socioambientais e Diálogo e Transparência. Mais do que criar novos produtos, trabalha para ajustar a atuação, encontrar diferenciais competitivos, mitigar riscos e gerar receita em um contexto de maior demanda por uma gestão de impactos sociais e ambientais. Essa estratégia é monitorada sistematicamente por um Painel de Gestão de Sustentabilidade.

O Itaú Unibanco tem tido êxito no desenvolvimento de iniciativas que agreguem valor aos produtos e serviços. A incorporação de critérios socioambientais para a concessão de crédito, financiamento de projetos, seguros e investimentos, além da expansão do microcrédito, são exemplos reconhecidos pelo mercado.

O Itaú Unibanco orienta seus colaboradores, clientes e demais públicos a ter uma relação saudável com o dinheiro e a fazer um bom uso dos produtos financeiros. Em 2012, destaca-se o novo portal de uso consciente do dinheiro do Itaú Unibanco (www.itaubank.com.br/usoconsciente), uma inovadora ferramenta de educação financeira que tem o objetivo de ajudar as pessoas a usarem melhor o dinheiro nos diferentes momentos de vida. Clientes e não clientes do banco têm acesso a temas que abordam de forma simples situações cotidianas, como: dicas para sair do vermelho; economizar sem abrir mão do consumo; falar sobre dinheiro em família, entre outros, além de poder enviar dúvidas que serão respondidas por especialistas da instituição.

Em 2012 o Itaú Unibanco lançou a nova Política para Transações com Partes Relacionadas, que revisa e estabelece as regras e os procedimentos que devem ser observados para assegurar a igualdade e a transparência na ocorrência de transações entre Partes Relacionadas, garantindo aos acionistas, investidores e outras partes interessadas, que a atuação do banco está de acordo com as melhores práticas de governança corporativa.

Divulgou também no ano a Política Corporativa de Doação a Campanhas Eleitorais, que estabelece as diretrizes e regras a serem observadas no Conglomerado Itaú Unibanco para a doação de recursos a campanhas eleitorais, considerando os valores e princípios de ética e transparência do Conglomerado e as leis e normas vigentes que objetivam fortalecer o processo democrático brasileiro. Nesta política destaca-se o Comitê de Avaliação Política, que além de aprovar a própria política, definirá o orçamento total para doações, avaliará rigorosamente o histórico e currículo dos candidatos, e fará a aprovação final da contribuição por candidato. São vedadas doações em favor de partidos políticos ou de qualquer espécie de comitê financeiro, salvo se aprovadas pelo Comitê de Avaliação Política, em caráter excepcional.

Além destas, foram atualizadas a Política de Governança Corporativa, a Política de Negociação de Valores Mobiliários, o Regimento Interno do Comitê de Remuneração, o Regimento Interno do Comitê de Pessoas e o Estatuto Social.

Duratex

Em setembro, a Duratex foi selecionada para integrar, pela primeira vez, a carteira do *Dow Jones Sustainability World Index*. No processo de avaliação a companhia obteve a nota absoluta de 79, o que a posiciona entre as 10% melhores, com aproveitamento de 93%. Registrou a melhor nota do setor em cinco critérios dentre os quais destacam-se: Gestão de Riscos e Crises, Engajamento dos *Stakeholders* e Normas Internacionais de Produção. A Duratex foi a única empresa latino-americana do setor de materiais de construção incluída no índice.

Relatório da Administração

milhões, em 2012, em ações direcionadas ao meio ambiente, sendo destaques tratamento de efluentes, coleta de resíduos e manutenção de áreas florestais. Esse valor corresponde a um aumento de 3,8% em relação ao ano anterior.

As divisões Madeira e Deca receberam recomendação da Bureau Veritas Certification (BVC) para certificação pela norma ISO 14001 das fábricas de painéis de madeira de Uberaba (MG) e Agudos (SP), de metais em São Paulo (SP) e de louças em São Leopoldo (RS).

Elekeiroz

A Elekeiroz é signatária do Programa de Atuação Responsável do *International Council of Chemical Association*, administrado no Brasil pela Associação Brasileira da Indústria Química (Abiquim), participando de várias comissões criadas no âmbito desta entidade. A empresa tem todas as linhas de produção certificadas pela ISO 9001.

Participou do Projeto Banco Contemporâneo, desenvolvido por cliente da empresa, com a linha de resinas Biopoli, produzidas com matérias-primas de fontes renováveis e recicladas. O projeto consiste na construção de terminais bancários sustentáveis, utilizando, além das resinas Elekeiroz, painéis fotovoltaicos, lâmpadas de LED, ar-condicionado econômico e filmes redutores de raios infravermelhos.

Itautec

Uma das principais ações realizadas no ano foi a execução, na Ásia, da primeira fase do projeto para a integração da sustentabilidade na cadeia de fornecimento. Dois eventos foram organizados nas cidades de Shanghai (China) e Taipei (Taiwan), para cerca de 50 fornecedores.

A companhia obteve a certificação das linhas de desktops, notebooks e monitores com base na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), da Comunidade Europeia, que restringe o uso de substâncias químicas nocivas na fabricação dos equipamentos. Desde 2006, em linha com a diretiva, a Itautec investe na implantação de processo de produção livre de chumbo e de outras substâncias nocivas ao meio ambiente.

6) INVESTIMENTOS SOCIAIS E CULTURAIS

Itaú Unibanco Holding

O Itaú Unibanco, no ano de 2012, investiu R\$ 197,5 milhões em ações educacionais, culturais e esportivas. Para a área de educação e cultura foram destinados R\$ 71,3 milhões. Outros R\$ 15,9 milhões foram investidos por meio da Lei Rouanet, em 11 estados brasileiros, e mais R\$ 4,5 milhões foram empregados de acordo com as diretrizes da Lei de Incentivo ao Esporte. As principais iniciativas na educação foram:

- A **Fundação Itaú Social** busca promover o desenvolvimento e aumentar a qualidade do ensino fundamental brasileiro. Para isso, definiu desde sua fundação quatro grandes eixos de atuação: Educação Integral, Gestão Educacional, Avaliação Econômica de Projetos Sociais e Mobilização Social. Em 2012, o Programa Itaú Criança destacou-se com a campanha nacional de incentivo à leitura, por meio da distribuição gratuita de livros infantis e a mobilização de colaboradores e da sociedade em geral. Em 2012, foram distribuídos mais de 7 milhões de livros;
- O **Instituto Unibanco** trabalha na melhoria da educação no ensino médio. Sua atuação se dá por meio do desenvolvimento de tecnologias e metodologias educacionais que aumentem a efetividade de políticas públicas nas escolas de Ensino Médio, em parceria com o Ministério da Educação e secretarias estaduais de educação. Em 2012, a iniciativa beneficiou alunos do ensino médio de 791 escolas no Brasil;
- O **Itaú Viver Mais**, iniciativa lançada em 2012 a partir de um novo conceito da marca baseado em três pilares – Viver, Conviver e Reviver –, é uma associação sem fins lucrativos que oferece atividades socioculturais a pessoas com mais de 55 anos de idade. Em 2012, contava com 2,5 mil inscritos.

Duratex

Ao longo de 2012, a Duratex destinou R\$ 9 milhões a projetos com foco educacional, socioambiental, saúde, incentivo à cultura e ao esporte. Entre projetos iniciados no ano e que terão continuidade em 2013, destacam-se: Salas de Cinema – Cine Moviola e Casinha de Filmes, com doação a escolas públicas de estruturas

Relatório da Administração

filmes digitais e capacitação dos profissionais encarregados da sua utilização; restauro da Estação Ferroviária e implantação do Museu de História da Ferrovia de Botucatu; e projeto Um Passe para Educação.

No final do ano, foi dado apoio a projetos para execução em 2013, como Plano Anual de Atividades de 2013 do Instituto Tomie Othake; Encena Brasil, uma caravana itinerante de espetáculos teatrais, apresentações de circo, sessões de cinema, contações de histórias, oficinas, exposições e shows musicais em oito cidades; e o ProCine São Paulo, que consiste na doação a prefeituras e entidades sociais de materiais para a montagem de três espaços de produção experimental de vídeos e de oficinas de capacitação na área de produção de vídeos.

Elekeiroz

A companhia apoiou o Programa Construindo o Futuro, que visa mostrar aos estudantes as características que o trabalhador deve ter e, sobretudo, despertar nos jovens o interesse em trabalhar na indústria. É uma iniciativa do Comitê de Fomento Industrial de Camaçari (Cofic) em parceria com as Secretarias de Educação de Camaçari e Dias D'Ávila.

A empresa foi ainda uma das patrocinadoras da 7ª Semana de Engenharia Química da Escola Politécnica da USP e da 15ª Semana da Engenharia Química da Unicamp. Esses eventos têm como característica comum a preparação dos estudantes para o ingresso no mercado de trabalho.

A Elekeiroz foi também uma das vinte empresas brasileiras selecionadas para um intercâmbio internacional, pela Universidade Twente, da Holanda, tendo recebido a visita de 20 alunos acompanhados por professor com o objetivo de conhecer suas áreas de Tecnologia, Produção e Comércio Exterior.

Itautec

A Itautec promove ações e faz parcerias que contribuam para o desenvolvimento das comunidades de sua área de atuação. Nesse sentido, repassou R\$ 1 milhão ao Instituto Ayrton Senna, entidade que compartilha do princípio de que o investimento em educação de qualidade é capaz de transformar realidades. Desde 2010, a Itautec destina ao Instituto parte da renda de cada computador vendido no varejo.

Outra iniciativa é o Programa Visita à Fábrica, que permite a alunos de escolas, universidades e cursos técnicos consolidarem e vivenciarem os conhecimentos adquiridos em sala de aula. No ano, foram recebidos 419 alunos.

7) PRÊMIOS E RECONHECIMENTOS

Itaú Unibanco Holding

- *The Banker (Financial Times)* – 1º lugar entre as instituições financeiras da América Latina no *Top 1000 World Banks 2012*, vencedor do prêmio *Innovation in Banking Technology* no *Innovation in Banking Technology Awards 2012*. O Itaú BBA foi reconhecido pela terceira vez como *Most Innovative Investment Bank in Latam*;
- 1º lugar na lista *As Empresas mais Admiradas no Brasil 2012* (revista Carta Capital) no segmento Bancos de Varejo, cuja premiação reconhece as empresas que contribuem para a disseminação da ética empresarial e o desenvolvimento socioeconômico do País;
- 1º lugar na *Melhores e Maiores da Exame 2012* (revista Exame) na lista dos 50 maiores bancos brasileiros por patrimônio;
- 1º lugar desde 2007 na categoria Bancos do Prêmio *Top of Mind Internet* (Datafolha-UOL), pesquisa que premia profissionais e marcas que valorizam a mídia online;
- *Global Private Banking Awards 2012 (Excellence in Wealth Management)* – O Itaú Private Bank foi reconhecido como *Best Private Bank in Latin America* e *Best Private Bank in Brazil*;
- *Global Finance Magazine* – Reconhecido como *Best Trade Finance Bank in Brazil*, *World's Best Foreign Exchange Providers in Brazil*, *World's Best Sub-Custodian Banks in Brazil*, *World's Best Banks in Brazil and Paraguay*, *Best Investment Bank in Latin America*, *Best Emerging Market Banks in Latin America* e o banco brasileiro com a melhor colocação no *ranking Safest Emerging Market Banks in Latin America*;
- *Euromoney Best Managed Companies in Latin America* – 1º lugar nas categorias *Banking and financial* e *Best Corporate Governance in Brazil*;

Relatório da Administração

- *World Business and Development Awards 2012* – Vencedor na categoria especial *Brasil* com o case do Itaú Microcrédito, reconhece contribuições do setor privado para as metas do milênio (objetivos definidos pela ONU para promover redução da pobreza, igualdade de gênero, promoção da saúde, e combater mortalidade infantil, Aids e outras doenças);
- *Institutional Investor Magazine* – De oito prêmios, o Itaú Unibanco ficou na primeira colocação em seis: Melhor Relações com Investidores pelos *Sell e Buy Sides*; Melhor CEO pelos *Sell e Buy Sides*; Melhor CFO, pelo *Buy Side*; e Melhor Profissional de Relações com Investidores, pelo *Buy Side*;
- Atendimento - Apontado como uma das dez melhores ouvidorias do País, no Prêmio de Ouvidorias Brasil 2012, e como referência em *call Center*, pela *2012 NICE Customer Excellence Awards* na categoria *Enterprise Implementation Excellence*;
- Pessoas - Reconhecido como uma das Melhores Empresas para Trabalhar (*Great Place to Work* em parceria com revista Época), Empresa dos Sonhos dos Jovens (Cia. de Talentos), As Melhores Empresas para Você Trabalhar e As Melhores Empresas para Começar a Carreira (Guia Você S/A), Empresa do Ano na premiação VAGAS 10+ (Vagas.com);
- Sustentabilidade – Eleito pelo quarto ano consecutivo no *2012 FT/IFC Sustainable Finance Awards – Americas*, um dos reconhecimentos mundiais mais relevantes na área da sustentabilidade e que elege as instituições financeiras focadas no desenvolvimento sustentável, e uma das empresas modelo no *Guia Exame de Sustentabilidade 2012*.

Duratex

- Prêmio Abrasca, 14ª edição, na categoria Destaque Setorial 2012 – Papel e Celulose, como melhor caso de criação de valor no ano de 2011;
- Prêmio Top MóBILE, um dos mais importantes do setor moveleiro do País, pela quinta vez consecutiva. A empresa obteve a primeira colocação nas categorias Painéis de MDP e Painéis de MDF, no segmento Fornecedores da Indústria;
- As marcas Deca e Durafloor foram as mais lembradas pelo público em seus segmentos de atuação na 15ª edição do Prêmio *Top of Mind* promovido pela revista *Casa&Mercado*.
- Melhor empresa do segmento Materiais de Construção e Decoração do primeiro anuário *Época Negócios 360º*, especial da Editora Globo.
- Campeã do setor de Materiais de Construção e Decoração da 12ª edição do anuário *Valor 1000*, publicação do jornal *Valor Econômico*.
- Melhor empresa do segmento de Materiais de Construção e Decoração de *As Melhores da Dinheiro 2012*, publicação especial da *IstoÉ Dinheiro*.
- A área Florestal da Duratex foi eleita a melhor do setor de madeira e celulose no *ranking Melhores e Maiores 2012* elaborado pela revista *Exame*.
- Prêmio Idea – Ouro para o chuveiro Twin Spa, na categoria Banheiros e Spas.
- Prêmio Pini, pelo primeiro lugar nas categorias Louças e Metais Sanitários.

Itautec

- A Itautec recebeu no ano três reconhecimentos em premiação da América Latina da revista internacional *World Finance*: Best Automated Banking Branch Technology, que reconhece a capacidade de entrega no ambiente da agência em todos os pontos de contato com o cliente; Best Retail Banking Systems Technology Provider, pela expertise no desenvolvimento de soluções focadas nos processos dos clientes; e Best Security Technology Company, pela capacidade em oferecer soluções de segurança, monitoramento e combate a fraudes a seus clientes.
- Pelo quarto ano consecutivo a Itautec foi a empresa latino americana melhor colocada no ranking FinTech 100, ocupando a 34ª posição. O levantamento anual reúne os cem maiores fornecedores globais de tecnologia para o setor financeiro.

Relatório da Administração

8) AUDITORIA INDEPENDENTE – INSTRUÇÃO CVM nº 381

Procedimentos adotados pela Sociedade

A política de atuação da Itaúsa e empresas controladas na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa dos nossos auditores independentes se fundamenta na regulamentação aplicável e nos princípios internacionalmente aceitos que preservam a independência do auditor. Estes princípios consistem em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

No período de janeiro a dezembro de 2012, não foram contratados junto aos auditores independentes e partes a eles relacionadas, serviços não relacionados à auditoria externa em patamar superior a 5% do total dos honorários relativos aos serviços de auditoria externa.

Conforme estabelecido na instrução CVM nº 381, relacionamos os outros serviços prestados e sua data de contratação:

- 24 de janeiro e 5 de dezembro de 2012 - análise de vulnerabilidade e testes de intrusão de aplicações do perímetro internet;
- 17 de fevereiro e 02 de agosto de 2012 – revisão dos aspectos relacionados ao programa de continuidade de negócios;
- 23 de fevereiro, 29 de março, 04 de julho, 31 de julho e 03 de outubro de 2012 - aquisição de materiais técnicos;
- 02 de março de 2012 – consultoria na instalação e treinamento de software;
- 06 de março, 12 de junho, 10 de agosto e 08 de novembro de 2012 – participações em cursos abertos ao público, relacionados a finanças e contabilidade;
- 27 de abril e 07 de agosto de 2012 – consultoria no pedido de autorização ao órgão regulador para abertura de uma subsidiária no exterior.
- 01 de outubro de 2012 – assessoria tributária.
- 22 de outubro de 2012 – mapeamento e identificação de oportunidades do mercado Prime Services.

Justificativa dos Auditores Independentes – PricewaterhouseCoopers

A prestação de outros serviços profissionais não relacionados à auditoria externa, acima descritos, não afeta a independência nem a objetividade na condução dos exames de auditoria externa efetuados à Itaúsa e suas controladas/coligadas. A política de atuação com a Itaúsa na prestação de serviços não relacionados à auditoria externa se substancia nos princípios que preservam a independência do Auditor Independente, todos observados na prestação dos referidos serviços.

9) AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos nossos acionistas e clientes pela confiança a nós dispensada, a quem procuramos retribuir sempre com a obtenção de resultados diferenciados em relação ao mercado e com a oferta de produtos e serviços de qualidade, e aos nossos colaboradores, pelo talento com que têm contribuído para garantir o crescimento sustentável de nossos negócios.

(Aprovado na Reunião do Conselho de Administração de 04/03/2013).

Notas Explicativas

ITAÚSA – INVESTIMENTOS ITAÚ S.A **Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas** **Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011** (Em milhões de Reais)

NOTA 01 – INFORMAÇÕES GERAIS

A Itaúsa – Investimentos Itaú S.A. (“ITAÚSA”) é uma sociedade anônima de capital aberto, constituída e existente segundo as leis brasileiras e está localizada na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100 Jabaquara, Torre Olavo Setubal, na cidade de São Paulo, Brasil.

A ITAÚSA tem por objeto apoiar as empresas de cujo capital participa, através de estudos, análises e sugestões sobre a política operacional e os projetos de expansão das aludidas empresas, mobilizando recursos para o atendimento das respectivas necessidades adicionais de capital de risco mediante subscrição ou aquisição de valores mobiliários que emitirem, objetivando o fortalecimento da posição no mercado de capitais e atividades correlatas ou subsidiárias de interesse das mencionadas sociedades, excetuadas as privativas de instituições financeiras.

Por intermédio de suas controladas e controlada em conjunto, a ITAÚSA participa dos mercados de serviços financeiros (Itaú Unibanco Holding), painéis de madeira, louças e metais sanitários (Duratex), tecnologia da informação (Itautec) e produtos químicos (Elekeiroz) – conforme demonstrado na Nota 32 “Informações por segmento”.

A ITAÚSA é uma holding controlada pela família Egydio de Souza Aranha que detém 61,12% das ações ordinárias e 17,95% das ações preferenciais, 34,57% do total.

Estas Demonstrações Contábeis Consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração da ITAÚSA – Investimentos Itaú S.A. em 04 de março de 2013.

Notas Explicativas

NOTA 2 - POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis consolidadas estão descritas abaixo.

2.1 BASE DE PREPARAÇÃO

Demonstrações contábeis consolidadas

As demonstrações contábeis consolidadas da Itaúsa e suas controladas (ITAÚSA CONSOLIDADO) foram elaboradas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), bem como pelas normas internacionais de relatórios financeiros (*International Financial Reporting Standards* – IFRS) emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Demonstrações contábeis individuais

As demonstrações contábeis individuais da controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo CPC e são apresentadas em conjunto com as demonstrações contábeis consolidadas.

Nas demonstrações contábeis individuais as controladas e coligadas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações contábeis individuais quanto nas demonstrações contábeis consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora. No caso da ITAÚSA, as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicadas nas demonstrações contábeis individuais, diferem do IFRS aplicável às demonstrações contábeis separadas, apenas pela avaliação dos investimentos em controladas e coligadas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto conforme o IFRS seria custo ou valor justo.

Todas as referências aos Pronunciamentos do CPC devem ser entendidas também como referências aos correspondentes Pronunciamentos dos IFRS e vice-versa, observando que, em geral, a adoção antecipada de revisões ou novos IFRSs não estão disponíveis no Brasil.

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo da aplicação das políticas contábeis da ITAÚSA e de suas controladas. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e tem maior complexidade, bem como as áreas nas quais as premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis consolidadas estão divulgadas na Nota 2.3.

2.2 NOVOS PRONUNCIAMENTOS E ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE PRONUNCIAMENTOS EXISTENTES

a) Pronunciamentos contábeis aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2012

- Alteração do IFRS 7 - "*Financial Instruments: Disclosures*" – Em outubro de 2010 foi emitida uma alteração nesse pronunciamento requerendo divulgações adicionais sobre transferências de ativos financeiros com risco remanescentes. Os efeitos dos requerimentos de divulgação estão apresentados na Nota 12.
- Alteração do IAS 12 – "*Income taxes*" - em Dezembro de 2010 foi emitida uma alteração nesse pronunciamento inserindo uma exceção na mensuração dos ativos e passivos de impostos diferidos, referente a investimentos em propriedades mensuradas pelo valor justo. Essa alteração no pronunciamento não gerou impacto nas demonstrações contábeis consolidadas.

b) Pronunciamentos contábeis emitidos recentemente e aplicáveis em períodos futuros

Os pronunciamentos a seguir entrarão em vigor para períodos após a data destas Demonstrações Contábeis Consolidadas e não foram adotados antecipadamente:

Notas Explicativas

- Alteração do IAS 32 – “*Financial Instruments: Presentation*” – Essa alteração foi emitida para esclarecer os requerimentos de *offsetting* de instrumentos financeiros no Balanço Patrimonial. Essa alteração não é efetiva até 1º de janeiro de 2014. Os possíveis impactos decorrentes da adoção dessa alteração estão sendo avaliados.
- Alterações do IFRS 7 – “*Financial Instruments: Disclosures*” – Em dezembro de 2011 foi emitida nova alteração do pronunciamento requerendo divulgações adicionais sobre o processo de *offsetting*. Esses requerimentos não são efetivos até 1º de janeiro de 2013. A aplicação desse pronunciamento não resultará em impactos relevantes nas Demonstrações Contábeis Consolidadas.
- IFRS 9 – “*Financial Instruments*” – O pronunciamento é a primeira etapa no processo de substituir o IAS 39 “*Financial Instruments: Recognition and Measurement*”. O IFRS 9 introduz novos requerimentos para classificar e mensurar ativos financeiros e é esperado que afete a contabilização de instrumentos financeiros do ITAÚ UNIBANCO HOLDING. Não é efetivo até 1º de janeiro de 2015, sua adoção antecipada é permitida pelo IASB, mas vedada pelo Banco Central do Brasil.
- Alteração do IAS 19 – “*Employee Benefits*” – Essa alteração exclui a alternativa do uso do método do “corredor”, requer que os ganhos e perdas atuariais sejam lançados em Outros Resultados Abrangentes Acumulados e determina que o custo de juros para o exercício seguinte seja apurado sobre o valor reconhecido no ativo ou passivo. Não é efetivo até 1º de janeiro de 2013. A aplicação desse pronunciamento não resultará em impactos relevantes nas Demonstrações Contábeis Consolidadas.
- IFRS 10 – “*Consolidated Financial Statements*” – O pronunciamento altera o princípio atual, identificando o conceito de controle como fator determinante para uma entidade ser consolidada. Não é efetivo até 1º de janeiro de 2013. Na ITAÚSA não houve impacto na avaliação do controle das controladas e controladas em conjunto.
- IFRS 11 – “*Joint Arrangements*” – O pronunciamento fornece uma abordagem diferente para análises de “*Joint Arrangements*” com foco maior nos direitos e obrigações dos acordos, do que nas formas legais. O IFRS 11 divide os “*Joint Arrangements*” em duas formas: “*Joint Operations*” e “*Joint Ventures*”, de acordo com os direitos e as obrigações das partes. Para investimentos em “*Joint Ventures*”, a consolidação proporcional não é mais permitida. Não é efetivo até 1º de janeiro de 2013. Na ITAÚSA o impacto será a não consolidação das empresas com controle conjunto (Itaú Unibanco Holding e IUPAR – Itaú Unibanco Participações), ambas serão avaliadas pelo método de equivalência patrimonial.

No quadro abaixo os principais impactos nas demonstrações contábeis, se este pronunciamento fosse adotado para o fechamento de 31.12.2012:

Posição Financeira	Apresentação atual	Parcela não consolidada	Apresentação futura
Ativo	364.017	(324.962)	39.055
Passivo	331.308	(324.928)	6.380
PL	32.709	(35)	32.674
DRE			
Receita de Juros e Rendimentos	35.028	(34.822)	206
Despesa de Juros e Rendimentos	(17.734)	17.678	(56)
Resultado de Empresas não consolidadas	72	4.535	4.607
Lucro Líquido acionistas controladores	4.539	-	4.539
Lucro Líquido Consolidado	5.040	(204)	4.836
Fluxos de Caixa			
Atividades Operacionais	19.611	(19.856)	(245)
Atividades de Investimentos	(14.429)	14.318	(111)
Atividades de Financiamentos	(1.633)	2.145	512

Notas Explicativas

- IFRS 12 – “*Disclosures of Interests in Other Entities*” – O pronunciamento inclui novas exigências de divulgação de todas as formas de investimento em outras entidades, tal como “*Joint Arrangements*”, associações e sociedades de propósitos específicos. Não é efetivo até 1º de janeiro de 2013. O maior impacto será nas notas explicativas, onde as informações da controlada em conjunto Itaú Unibanco Holding serão apresentadas de forma resumida na nota de investimentos e informações selecionadas.
- IFRS 13 – “*Fair Value Measurement*” – O pronunciamento tem como objetivo um maior alinhamento entre IFRS e USGAAP, aumentando a consistência e diminuindo a complexidade das divulgações, utilizando definições precisas de valor justo. Não é efetivo até 1º de janeiro de 2013. Os possíveis impactos decorrentes da adoção desse pronunciamento estão sendo avaliados.
- Annual Improvements cycle (2009-2011) – Anualmente o IASB faz pequenas alterações em uma série de pronunciamentos, com objetivo de esclarecer as normas atuais e evitar dupla interpretação. Nesse ciclo foram revisados o IFRS 1 – “*First-time adoption of IFRS*”, IAS 1 – “*Presentation of Financial Statements*”, IAS 16 – “*Property, Plant and Equipment*”, IAS 32 – “*Financial Instruments: Presentation*” e IAS 34 – “*Interim Financial Reporting*”. As alterações não são efetivas até 1º de janeiro de 2013. Não há impactos relevantes.
- *Investment Entities - Amendments to IFRS 10 – “Consolidated Financial Statements”, IFRS 12 – “Disclosure of Interests in Other Entities” e IAS 27 – “Separate Financial Statements”* - São aplicáveis as entidades de investimento, que possuem como objetivo investir em fundos, exclusivamente para obter retornos de valorização do capital, rendas de investimento ou ambos. Não é efetivo até 1º de janeiro de 2014. Os possíveis impactos dessas alterações estão sendo avaliados.

2.3 ESTIMATIVAS CONTÁBEIS CRÍTICAS E JULGAMENTOS

A preparação das demonstrações contábeis consolidadas em conformidade com os CPCs exige que a Administração realize estimativas e utilize premissas que afetam os saldos de ativos e passivos e passivos contingentes divulgados na data das demonstrações contábeis consolidadas, bem como os montantes divulgados de receitas, despesas, ganhos e perdas durante os períodos apresentados e em períodos subsequentes, pois os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles apurados de acordo com tais estimativas e premissas.

Todas as estimativas e as premissas utilizadas pela Administração estão em conformidade com os CPCs e são as melhores estimativas atuais realizadas em conformidade com a norma aplicável. As estimativas e os julgamentos são avaliados em base contínua, e consideram a experiência passada e outros fatores.

As demonstrações contábeis consolidadas incluem diversas estimativas e premissas utilizadas. As estimativas contábeis e premissas críticas que apresentam impacto mais significativo nos valores contábeis de ativos e passivos, estão descritas abaixo:

a) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A ITAÚSA e suas controladas revisam periodicamente sua carteira de operações de créditos a cliente para avaliar a existência de perda por valor recuperável nas suas operações.

Para determinar o montante com provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa na Demonstração Consolidada do Resultado para certos créditos ou para uma determinada classe de créditos, a ITAÚSA e suas controladas exercem seus julgamentos considerando se existem evidências objetivas que indicam que houve uma mudança adversa em relação aos fluxos de caixas recebidos esperados da contraparte ou a existência de uma mudança nas condições econômicas locais ou internacionais que se correlacionem com as perdas por valor recuperável. A Administração utiliza estimativas baseadas em experiência histórica de perdas para operações com características semelhantes e evidência objetiva de deterioração. A metodologia e as premissas utilizadas para estimar os fluxos de caixa futuros são revistas regularmente pela Administração, tendo em vista a adequação dos modelos e a suficiência dos volumes em provisões face à experiência de perda incorrida.

A ITAÚSA e suas controladas utilizam modelos estatísticos para o cálculo da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa na carteira de crédito homogênea. Periodicamente, a ITAÚSA e suas controladas realizam procedimentos para aprimorar estas estimativas, alinhando a exigência de provisões aos níveis de perda observados pelo

Notas Explicativas

comportamento histórico (conforme descrito na Nota 2.4g VIII). Este alinhamento visa a garantir que o volume de provisionamento reflita as condições econômicas atuais, a composição da carteira de empréstimos, a qualidade das garantias obtidas e o perfil de nossos clientes. Em 2012, o aprimoramento das premissas de modelos gerou um incremento no nível de provisões de R\$ 549.

O montante de provisão em 31 de dezembro de 2012 era de R\$ 9.458 (R\$ 8.791 em 31/12/2011).

Se o valor presente dos fluxos de caixa estimados apresentasse uma variação positiva ou negativa de 1%, a provisão para créditos de liquidação duvidosa seria aumentada ou diminuída em R\$ 1.255 (R\$ 1.187 em 31/12/2011).

Os detalhes sobre a metodologia e premissas utilizadas pela Administração estão apresentadas na Nota 2.4g VIII.

b) Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos

Conforme explicado na Nota 2.4o, ativos fiscais diferidos são reconhecidos somente em relação as diferenças temporárias e créditos e prejuízos fiscais a compensar na medida em que se considera provável que a ITAÚSA e suas controladas irão gerar lucro tributável futuro para sua realização. A realização esperada do crédito tributário da ITAÚSA e de suas controladas é baseada na projeção de receitas futuras e outros estudos técnicos, conforme divulgado na Nota 26. O montante de ativo fiscal diferido era de R\$ 11.093 (R\$ 9.006 em 31/12/2011).

c) Valor justo de instrumentos financeiros, incluindo derivativos

Os instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo em 31 de dezembro de 2012 totalizam ativos no valor de R\$ 91.744 (R\$ 66.163 em 31/12/11) (dos quais R\$ 4.290 são derivativos) (R\$ 3.240 em 31/12/2011) e passivos no valor de R\$ 4.308 (R\$ 3.523 em 31/12/2011) (dos quais R\$ 4.072 são derivativos) (R\$ 2.486 em 31/12/11). O Valor Justo de Instrumentos Financeiros, incluindo Derivativos que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Esse cálculo é baseado em premissas, que levam em consideração o julgamento da administração da ITAÚSA e suas controladas com base em informações e condições de mercado existentes na data do balanço.

A ITAÚSA e suas controladas classificam as mensurações de valor justo usando a hierarquia de valor justo que reflete a significância por relevância dos *inputs* usados no processo de mensuração. Há três grandes níveis referentes à hierarquia de valor justo que estão detalhados na Nota 31.

A ITAÚSA e suas controladas acreditam que todas as metodologias adotadas são apropriadas e consistentes com os participantes do mercado e que independentemente disso, a adoção de outras metodologias ou o uso de pressupostos diferentes para apurar o valor justo pode resultar em estimativas diferentes dos valores justos.

As metodologias usadas para avaliar o valor justo de determinados instrumentos financeiros também são descritas em detalhes na Nota 31.

d) Planos de pensão de benefício definido

Em 31 de dezembro de 2012 o montante de R\$ 11 (R\$ 36 em 31/12/2011) relacionado aos Planos de Pensão de Benefício Definido foi reconhecido no Balanço Patrimonial. O valor atual de obrigações de planos de pensão é obtido por cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para esses planos, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

A ITAÚSA e suas controladas determinam a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício e esta é usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a ITAÚSA e suas controladas consideram as taxas de juros de títulos do Tesouro Nacional, sendo estes denominados em Reais, a moeda em que os benefícios serão pagos, e que têm prazos de vencimento próximos dos prazos das respectivas obrigações.

Se a taxa de desconto usada apresentasse uma redução de 0,5% em relação às estimativas atuais da Administração, o valor atuarial das obrigações de planos de pensão aumentaria em aproximadamente R\$ 319.

Notas Explicativas

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão baseiam-se, em parte, em condições atuais do mercado. Informações adicionais estão divulgadas na Nota 29.

e) Ativos e Passivos contingentes

A ITAÚSA e suas controladas revisam periodicamente suas contingências. Essas contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração, levando em consideração o parecer de assessores legais quando houver probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa se razoavelmente estimado.

As contingências classificadas como Perdas Prováveis, são reconhecidas no Balanço Patrimonial na rubrica Provisões.

Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente aos prazos e valores, conforme detalhado na Nota 32.

O valor contábil dessas provisões em 31 de dezembro de 2012 é de R\$ 7.497 (R\$ 6.221 em 31/12/11).

f) Ativos biológicos

As reservas florestais são reconhecidas ao seu valor justo, deduzidos dos custos estimados de venda no momento da colheita conforme Nota 17. Para plantações imaturas (até um ano de vida), considera-se que o seu custo se aproxima ao seu valor justo. Os ganhos ou perdas surgidos do reconhecimento de um ativo biológico ao valor justo, menos os custos de venda, são reconhecidos na demonstração de resultado. A exaustão apropriada na demonstração do resultado é formada pela parcela do custo de formação e da parcela referente ao diferencial do valor justo.

Os custos de formação desses ativos são reconhecidos na demonstração de resultado conforme incorridos e são apresentados líquidos dos efeitos da variação do valor justo do ativo biológico em conta própria no demonstrativo de resultado.

g) Provisões Técnicas de Seguros e Previdência

As provisões técnicas são passivos decorrentes de obrigações das controladas da ITAÚSA para com os seus segurados e participantes. Essas obrigações podem ter uma natureza de curta duração (seguros de danos) ou de média ou de longa duração (seguros de vida e previdência).

A determinação do valor do passivo atuarial depende de inúmeras incertezas inerentes às coberturas dos contratos de seguros e previdência, tais como premissas de persistência, mortalidade, invalidez, longevidade, morbidade, despesas, frequência de sinistros, severidade, conversão em renda, resgates e rentabilidade sobre ativos.

As estimativas dessas premissas baseiam-se na experiência histórica da ITAÚSA CONSOLIDADO, *benchmarks* de mercado e na experiência do atuário, e buscam convergência às melhores práticas do mercado e objetiva a revisão contínua do passivo atuarial. Ajustes resultantes dessas melhorias contínuas, quando necessárias, são reconhecidos nos resultados do respectivo período.

Informações adicionais estão descritas na Nota 30.

Notas Explicativas

2.4 RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

a) CONSOLIDAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO PROPORCIONAL

I. Subsidiárias

De acordo com o CPC 36 – “Demonstrações Consolidadas”, as subsidiárias são entidades nas quais a ITAÚSA CONSOLIDADO tem o poder de controle financeiro e operacional com o objetivo de obter os benefícios de suas atividades e que normalmente detêm participação superior a 50% em seu capital votante.

II. Sociedades de Propósito Específico (“SPEs”)

De acordo com SIC 12 – “Consolidation – Special Purpose Entities”, consolidamos as sociedades de propósito específico, quando a substância do relacionamento entre a ITAÚSA CONSOLIDADO e as SPEs indica que elas são controladas pela ITAÚSA CONSOLIDADO. As seguintes circunstâncias podem evidenciar controle:

- Em substância, as atividades das SPEs estão sendo conduzidas em favor da ITAÚSA CONSOLIDADO, de acordo com as necessidades específicas do negócio e a ITAÚSA CONSOLIDADO obtém benefícios de sua operação.
- Em substância, a ITAÚSA CONSOLIDADO tem o poder de decisão para obter a maioria dos benefícios das atividades das SPEs ou a ITAÚSA CONSOLIDADO tem o poder de delegar tais poderes.
- Em substância, a ITAÚSA CONSOLIDADO tem o direito de obter a maioria dos benefícios das SPEs e por consequência pode estar exposto aos riscos inerentes as suas atividades.
- Em substância, a ITAÚSA CONSOLIDADO retém a maioria dos riscos residuais das SPEs ou seus ativos, com o fim de obter os benefícios de suas atividades.

III. Entidades sob Controle Conjunto (Joint Ventures)

O CPC 19 – Investimento em Empreendimento controlado em conjunto (“Joint Ventures”), define entidades sob controle conjunto por duas ou mais entidades não relacionadas (empreendedores). As entidades sob controle conjunto incluem acordos contratuais nos quais duas ou mais entidades detêm controle compartilhado em entidades ou têm operações ou detêm ativos, de modo que as decisões financeiras e operacionais estratégicas que as afetem dependam da decisão unânime dos empreendedores.

Ainda de acordo com o CPC 19: o tratamento contábil das entidades sob controle conjunto pode ser consolidado proporcional ou pelo método de equivalência patrimonial”. A ITAÚSA CONSOLIDADO optou pela consolidação proporcional.

A tabela a seguir apresenta as entidades sob controle conjunto da ITAÚSA CONSOLIDADO que são consolidadas proporcionalmente nestas demonstrações contábeis e as subsidiárias consolidadas integralmente.

	País de constituição	Atividade	Porcentagem do capital em 31/12/2012	Porcentagem do capital em 31/12/2011
Áreas de Serviços Financeiros - Controle Conjunto				
IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A.	Brasil	Holding	66,53%	66,53%
Itaú Unibanco Holding S.A.	Brasil	Holding/Instituição Financeira	36,78%	36,82%
Área Industrial - Consolidação Integral				
Duratex S.A.	Brasil	Madeira, Louças e Metais Sanitários	35,46%	35,40%
Elekeiroz S.A.	Brasil	Produtos Químicos	96,49%	96,49%
Itautec S.A.	Brasil	Tecnologia da Informação	94,01%	94,01%

Notas Explicativas

A tabela abaixo apresenta os valores incluídos nos balanços patrimoniais consolidados e nas demonstrações do resultado de entidades controladas em conjunto (Joint Ventures) consolidadas proporcionalmente pela ITAÚSA:

	31/12/2012	31/12/2011
Total de Ativos	957.163	818.146
Total de Passivos	882.431	744.076
Total de Receitas	129.239	129.875
Total de Despesas	(116.063)	(115.278)

Consolidação Proporcional do Itaú Unibanco Holding

Consolidação proporcional é o método de contabilização pelo qual a participação do empreendedor nos ativos, passivos, receitas e despesas da entidade controlada em conjunto são combinadas, linha a linha, com itens similares nas demonstrações contábeis do empreendedor, ou em linhas separadas nessas demonstrações contábeis.

Pelos termos definidos no Acordo de Acionistas da IUPAR (Itaú Unibanco Participações), a ITAÚSA e a Família Moreira Salles exercem o controle compartilhado da ITAÚ UNIBANCO HOLDING, com plenos direitos de sócios, que asseguram de modo permanente a maioria dos votos nas deliberações da Assembléia Geral e o poder de eleger a maioria dos administradores do ITAÚ UNIBANCO HOLDING e de suas controladas, usando efetivamente seu poder para dirigir todas as suas atividades.

Em decorrência da consolidação proporcional do Itaú Unibanco Holding e para melhor entendimento, as notas explicativas cujos valores têm maior correlação com a atividade financeira estão sendo apresentadas com os valores integrais do Itaú Unibanco Holding com a indicação do valor correspondente à participação da ITAÚSA. Para as demais notas, os valores já estão apresentados na proporção da participação societária.

IV. Combinações de Negócios

A contabilização de combinações de negócios de acordo com o CPC 15 somente é aplicável quando um negócio é adquirido. De acordo com o CPC 15, um negócio é definido como um conjunto integrado de atividades e de ativos conduzidos e administrados com o propósito de fornecer retorno aos investidores ou redução de custos ou ainda outros benefícios econômicos. Um negócio geralmente consiste em *inputs*, processos aplicados a tais *inputs* e *outputs*, que são, ou irão ser, usados para gerar renda. Se existe ágio em um conjunto de atividades e ativos transferidos, presume-se que este é um negócio. Para as aquisições que atendem a definição de negócio, a contabilização pelo método da compra é requerida.

O custo de uma aquisição é mensurado como o valor justo dos ativos entregues, instrumentos de patrimônio emitidos e passivos incorridos ou assumidos na data da troca, adicionados os custos diretamente atribuíveis à aquisição. Os ativos adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos identificáveis em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente a valor justo na data de aquisição, independentemente da existência de participação de não controladores. O excesso do custo de aquisição sobre o valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos é reconhecido como ágio.

O tratamento do ágio é descrito na Nota 2.4(l). Se o custo de aquisição for menor que o valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos, a diferença é reconhecida diretamente no resultado.

Para cada combinação de negócios o adquirente deve mensurar qualquer participação não controladora na adquirida pelo valor justo ou pelo valor proporcional de sua participação nos ativos líquidos da adquirida.

Notas Explicativas

b) CONVERSÃO DE MOEDAS ESTRANGEIRAS

I) Moeda funcional e moeda de apresentação

As Demonstrações Contábeis Consolidadas da ITAÚSA e suas controladas estão apresentadas em Reais, que é sua moeda funcional e de apresentação destas Demonstrações Contábeis Consolidadas. Para cada investimento detido, a ITAÚSA e suas controladas definiram a moeda funcional.

O CPC 02 – “Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis” define moeda funcional como a moeda do ambiente econômico primário no qual a entidade opera. Se os indicadores são mistos e a moeda funcional não é obviamente identificada, a Administração precisa utilizar seu julgamento para determinar a moeda funcional que representa de forma mais realista (ou confiável) os resultados econômicos das operações da entidade, focando a moeda que influencia majoritariamente a precificação de transações. Indicadores adicionais são a moeda de financiamento ou a moeda em que os recursos de financiamento são gerados ou recebidos por meio das atividades operacionais, bem como a natureza das atividades e extensão das transações entre subsidiárias no exterior e outras entidades do grupo consolidado.

Os ativos e passivos de subsidiárias com moeda funcional diferente ao Real são convertidos como segue:

- ativos e passivos são convertidos pela taxa de câmbio da data do balanço.
- receitas e despesas são convertidas pela taxa de câmbio média mensal.
- ganhos e perdas de conversão são registrados na rubrica Resultado Abrangente Acumulado.

II) Transações em moeda estrangeira

As operações em moedas estrangeiras são convertidas utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do período, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado como Resultado de Operações de Câmbio e Variação Cambial de Transações no Exterior, e totalizavam R\$ 408 para o período de 01/01 a 31/12/12 (R\$ 805 de 01/01 a 31/12/11).

No caso de mudanças no valor justo de ativos monetários denominados em moeda estrangeira classificados como disponíveis para venda é feita uma distinção entre as diferenças cambiais que resultam de uma mudança no custo amortizado do instrumento e todas as outras mudanças no valor contábil do instrumento. As diferenças cambiais que resultam de uma mudança no custo amortizado do instrumento são reconhecidas no resultado enquanto as diferenças cambiais que resultam de outras mudanças no valor contábil, exceto perda por redução ao valor recuperável são reconhecidas em resultado abrangente acumulado até o desreconhecimento ou redução ao valor recuperável.

c) CAIXA E EQUIVALENTES A CAIXA

A ITAÚSA CONSOLIDADO define como Caixa e Equivalentes a Caixa as Disponibilidades (que compreendem o caixa e contas correntes em bancos, considerados no Balanço Patrimonial consolidado na rubrica Disponibilidades), Aplicações em Depósitos Interfinanceiros, Aplicações no Mercado Aberto e Ativos Financeiros com prazo original igual ou inferior a 90 dias, conforme demonstrado na Nota 4.

d) DEPÓSITOS COMPULSÓRIOS NO BANCO CENTRAL

Os Bancos Centrais dos países, onde o ITAÚ UNIBANCO HOLDING opera, impõem atualmente diversas exigências de depósito compulsório às instituições financeiras. Tais exigências são aplicadas a um amplo leque de atividades e de operações bancárias, como depósitos à vista, depósitos em poupança e depósitos a prazo. No caso do Brasil, também é exigida a aquisição e manutenção de títulos públicos federais brasileiros.

Os depósitos compulsórios são reconhecidos inicialmente a valor justo e subsequentemente ao custo amortizado utilizando-se o método da taxa efetiva de juros conforme detalhado na Nota 2.4g VI.

Notas Explicativas

e) APLICAÇÕES EM DEPÓSITOS INTERFINANCEIROS

A ITAÚSA CONSOLIDADO apresenta suas Aplicações de Depósitos Interfinanceiros em seu Balanço Patrimonial inicialmente a valor justo e subsequentemente pelo custo amortizado utilizando-se do método da taxa efetiva de juros conforme detalhado na Nota 2.4g VI.

f) VENDAS COM COMPROMISSO DE RECOMPRA E COMPRAS COM COMPROMISSO DE REVENDA

A ITAÚSA CONSOLIDADO dispõe de operações de compra com compromisso de revenda ("compromisso de revenda") e de venda com compromisso de recompra ("compromisso de recompra") de ativos financeiros. Os compromissos de revenda e compromissos de recompra são contabilizados nas rubricas Aplicações no Mercado Aberto e Captações no Mercado Aberto, respectivamente.

Os montantes aplicados em operações com compromisso de revenda e os montantes captados em operações com compromisso de recompra são registrados inicialmente no balanço patrimonial pelos seus valores adiantados ou captados e subsequentemente registrados ao custo amortizado. A diferença entre o preço de venda e de recompra é tratada como juros e é reconhecida durante o prazo do acordo usando o método dos juros efetivos. Os juros auferidos em operações com compromisso de revenda e os juros incorridos em operações com compromisso de recompra são lançados em Receitas de Juros e Rendimentos e Despesas de Juros e Rendimentos, respectivamente.

Os ativos financeiros aceitos como garantias em compromissos de revenda podem ser usados, quando permitido pelos termos dos acordos, como garantias de compromissos de recompra ou podem ser vendidos.

No Brasil, o controle de custódia de ativos financeiros é centralizado e a posse das aplicações no mercado aberto é temporariamente transferida ao comprador. A ITAÚSA CONSOLIDADO monitora rigorosamente o valor de mercado dos ativos financeiros que lastreiam as operações com compromisso de recompra e ajustamos o valor da garantia quando apropriado.

Os ativos financeiros dados como garantia às contrapartes também são mantidos nas demonstrações contábeis consolidadas. Quando a contraparte tem o direito de vender ou de usar como garantia os títulos e valores mobiliários dados como garantia, tais títulos são reclassificados no Balanço Patrimonial em classe de ativos financeiros apropriada.

g) ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

De acordo com o CPC 38 todos os ativos e passivos financeiros, incluindo os instrumentos financeiros derivativos devem ser reconhecidos no Balanço Patrimonial e mensurados de acordo com a categoria no qual o instrumento foi classificado.

Os ativos e passivos financeiros podem ser classificados sob as seguintes categorias:

- Ativos e passivos financeiros ao valor justo através do resultado – mantidos para negociação.
- Ativos e passivos financeiros ao valor justo através do resultado – designados a valor justo.
- Ativos financeiros disponíveis para venda.
- Ativos financeiros mantidos até o vencimento.
- Ativos financeiros empréstimos e recebíveis.
- Passivos financeiros ao custo amortizado.

A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos ou os passivos financeiros foram assumidos. A Administração determina a classificação de seus instrumentos financeiros no reconhecimento inicial.

A ITAÚSA categoriza os instrumentos financeiros em classes que refletem a natureza e as características desses instrumentos financeiros.

Notas Explicativas

A ITAÚSA CONSOLIDADO classifica como empréstimos e recebíveis as seguintes rubricas do Balanço Patrimonial: Disponibilidades, Depósitos Compulsórios no Banco Central, Aplicações em Depósitos Interfinanceiros (Nota 2.4(e)), Aplicações no Mercado Aberto (Nota 2.4f), Operações de Crédito (Nota 2.4g VI) e Outros Ativos Financeiros (Nota 2.4g IX).

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas e baixados, respectivamente, na data de negociação.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber os fluxos de caixa se expiram ou quando a ITAÚSA e suas controladas transferem substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade e tal transferência se qualifica para baixa de acordo com os requerimentos do CPC 38. Portanto, se os riscos e benefícios não foram substancialmente transferidos, a ITAÚSA e suas controladas devem avaliar o controle para determinar se o envolvimento contínuo relacionado com qualquer controle retido não impede a baixa. Os passivos financeiros são baixados quando liquidados ou extintos.

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no Balanço Patrimonial exclusivamente quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

I. Ativos e passivos financeiros mantidos para negociação

São os ativos e passivos adquiridos e incorridos principalmente com o intuito de venda no curto prazo ou quando fazem parte de um portfólio de instrumentos financeiros que são administrados como um todo e para os quais existe evidência de um histórico recente de vendas no curto prazo. Os derivativos também são classificados como mantidos para negociação exceto quando são designados e efetivos como instrumentos de hedge contábil. A ITAÚSA e suas controladas optaram por divulgar os derivativos em linha segregada no Balanço Patrimonial Consolidado (vide item III abaixo).

Os ativos e passivos financeiros incluídos nesta categoria são reconhecidos inicialmente e subsequentemente pelo seu valor justo. Os custos de transação são registrados diretamente na Demonstração consolidada do resultado. Os ganhos e as perdas oriundos de alterações no valor justo são incluídos diretamente na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Ganho (Perda) líquido com ativos e passivos financeiros. As receitas de juros e rendimentos são contabilizadas na rubrica Receita de juros e rendimentos e as despesas de juros e rendimentos são contabilizadas na rubrica Despesa de juros e rendimentos.

II. Ativos e passivos financeiros designados a valor justo

São os ativos e passivos designados a valor justo através do resultado no reconhecimento inicial (opção de valor justo). Essa designação não pode ser alterada subsequentemente. De acordo com o CPC 38, a opção de valor justo somente pode ser aplicada quando sua aplicação reduz ou elimina inconsistências contábeis no resultado ou quando os ativos financeiros fazem parte de uma carteira cujo risco é administrado e reportado à Administração com base no seu valor justo ou ainda, quando esses ativos consistem em instrumento de dívida e em derivativo embutido que devem ser separados.

Os ativos e passivos financeiros incluídos nesta categoria são reconhecidos inicialmente e subsequentemente pelo seu valor justo. Os custos de transação são registrados diretamente na Demonstração consolidada do resultado. Os ganhos e perdas oriundos de alterações no valor justo são incluídos diretamente na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Ganho (Perda) Líquido com Ativos e Passivos Financeiros. As receitas de juros e rendimentos são contabilizadas em Receita de Juros e Rendimentos e as despesas de juros e rendimentos são contabilizadas na rubrica Despesa de Juros e Rendimentos.

A ITAÚSA e suas controladas designam certos ativos a valor justo através do resultado no reconhecimento inicial, pois sua avaliação e desempenho são efetuadas diariamente com base no valor justo.

Notas Explicativas

III. Derivativos

Os derivativos são inicialmente reconhecidos a valor justo na data em que o contrato é firmado e são subsequentemente reavaliados a valor justo. Todos os derivativos são contabilizados como ativos quando o valor justo é positivo e como passivos quando é negativo.

Certos derivativos embutidos em outros instrumentos financeiros são tratados como derivativos separados quando suas características e seus riscos econômicos não são intimamente relacionados àqueles do contrato principal e este não é contabilizado a valor justo através do resultado. Esses derivativos embutidos são contabilizados separadamente a valor justo, com as variações reconhecidas na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Ganho (Perda) líquido com ativos e passivos financeiros exceto se a Administração optar por designar esses contratos híbridos, como um todo, na categoria a valor justo através do resultado.

Derivativos podem ser designados e podem ser qualificados como instrumento de *hedge* para fins contábeis e, em se qualificando, dependendo da natureza do item objeto de *hedge* o método de reconhecer os ganhos ou as perdas de valor justo será diferente. Estes derivativos, que são utilizados para proteger exposições a risco ou para modificar as características de ativos e de passivos financeiros, e que atendem aos critérios do CPC 38 são contabilizados como *hedge* contábil.

De acordo com o CPC 38, para qualificar-se como *hedge* contábil todas as seguintes condições devem ser atendidas:

- no início do *hedge*, existe designação e documentação formais da relação de *hedge* e do objetivo e estratégia da gestão de risco da entidade para levar a efeito o *hedge*.
- é esperado que o *hedge* seja altamente efetivo ao conseguir alterações de compensação no valor justo ou nos fluxos de caixa atribuíveis ao risco coberto, consistentemente com a estratégia de gestão de risco originalmente documentada para essa relação de *hedge* em particular.
- quanto ao *hedge* de fluxo de caixa, uma transação prevista que seja objeto de *hedge* tem de ser altamente provável e tem de apresentar exposição a variações nos fluxos de caixa que poderiam em última análise afetar o resultado.
- a efetividade do *hedge* pode ser confiavelmente medida, isto é, o valor justo ou os fluxos de caixa do item coberto que sejam atribuíveis ao risco coberto e ao valor justo do instrumento de *hedge* podem ser confiavelmente medidos.
- o *hedge* é avaliado em base contínua e efetivamente determinado como tendo sido altamente efetivo durante todos os períodos das demonstrações contábeis para o qual o *hedge* foi designado.

O CPC 38 apresenta três estratégias de *hedge*: *hedge* de valor justo, *hedge* de fluxo de caixa e *hedge* de investimento líquido em operações no exterior.

A ITAÚSA e suas controladas utilizam-se de derivativos como instrumento de *hedge* em estratégias de *hedge* de fluxo de caixa e *hedge* de investimento líquido de operações no exterior, conforme detalhado na Nota 9.

Hedge de valor justo

Para os derivativos que são designados e se qualificam como *hedge* de valor justo, as seguintes práticas são aplicadas:

- a. o ganho ou a perda resultante da nova mensuração do instrumento de *hedge* pelo valor justo deve ser reconhecido no resultado; e
- b. o ganho ou a perda resultante do item coberto atribuível a parcela efetiva do risco coberto deve ajustar o valor contábil do item coberto a ser reconhecido no resultado.

Quando o derivativo expirar ou for vendido, o *hedge* não atender mais aos critérios de *hedge* contábil ou a entidade revogar a designação, a entidade deve descontinuar prospectivamente o *hedge* contábil. Além disso, qualquer ajuste no valor contábil do item coberto deve ser amortizado no resultado.

Notas Explicativas

“Hedge” de fluxo de caixa

Para os derivativos que são designados e se qualificam como *hedge* de fluxo de caixa, a parcela efetiva dos ganhos ou das perdas do derivativo é registrada na demonstração do resultado abrangente – *Hedge* de Fluxo de Caixa, e reclassificada para resultado no mesmo período ou períodos em que a transação protegida por *hedge* afeta o resultado. A parcela dos ganhos e das perdas sobre os derivativos que representam a parcela não efetiva ou os componentes de *hedge* excluídos da análise de efetividade, é reconhecida no resultado. Os montantes originalmente reconhecidos no patrimônio e subsequentemente reclassificados para resultado são reconhecidos na correspondente linha de receita ou despesa na qual o item de *hedge* relacionado é relatado.

Quando o derivativo expirar ou for vendido, ou quando o *hedge* não atender mais aos critérios de *hedge* contábil ou ainda quando a entidade revogar a designação do *hedge* contábil, qualquer ganho ou perda acumulado existente em resultado abrangente acumulado até este momento deve permanecer reconhecido separadamente no patrimônio líquido até que a transação prevista ocorra ou deixe de se esperar que ocorra, sendo reclassificada para o resultado neste momento. Porém, quando já não se espera que a transação prevista ocorra, qualquer ganho ou perda acumulado reconhecido em resultado abrangente acumulado é imediatamente reconhecido no resultado.

“Hedge” de investimento líquido em operação no exterior

O *hedge* de um investimento líquido em uma operação no exterior, incluindo *hedge* de um item monetário que seja contabilizado como parte do investimento líquido, é contabilizado de forma similar ao “*Hedge*” de fluxo de caixa:

- a) a parcela do ganho ou da perda sobre o instrumento de *hedge* que for determinada como *hedge* efetivo é reconhecida em resultado abrangente acumulado.
- b) a parcela inefetiva é reconhecida no resultado do período.

O ganho ou a perda sobre o instrumento de *hedge* relacionado à parcela efetiva do *hedge* que tiver sido reconhecida em Resultado Abrangente Acumulado é reclassificado do Patrimônio Líquido para o resultado do período como um ajuste de reclassificação, na alienação total ou parcial da operação no exterior.

IV. Ativos financeiros disponíveis para venda

De acordo com o CPC 38, os ativos financeiros são classificados como disponíveis para venda quando, no julgamento da administração, eles podem ser vendidos em resposta ou em antecipação a alterações nas condições de mercado e não forem classificados como ativos financeiros a valor justo através do resultado, empréstimos e recebíveis ou mantidos até o vencimento.

Os ativos financeiros disponíveis para venda são inicialmente e subsequentemente contabilizados no Balanço patrimonial consolidado pelo seu valor justo, que consiste inicialmente no montante pago incluindo quaisquer custos de transação. Os ganhos e as perdas não realizados (exceto perdas por redução ao valor recuperável, diferenças cambiais, dividendos e receita de juros) são reconhecidos, líquidos dos impostos aplicáveis, no Resultado Abrangente Acumulado. Os juros, inclusive a amortização de prêmios e descontos, são reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Receita de Juros e Rendimentos. O custo médio é usado para determinar os ganhos e as perdas realizadas na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, os quais são registrados na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Ganho (Perda) líquido com ativos e passivos financeiros. Dividendos sobre ativos disponíveis para venda são reconhecidos na Demonstração consolidada do resultado como “Receita de dividendos” quando é provável que se estabeleça o direito da ITAÚSA CONSOLIDADO de receber tais dividendos e ter entradas de benefícios econômicos.

Notas Explicativas

A ITAÚSA CONSOLIDADO avalia na data do balanço patrimonial se existe evidência que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros estão em situação de perda de seu valor recuperável. No caso de instrumentos de patrimônio classificados como ativos financeiros disponíveis para venda, um declínio prolongado e significativo no valor justo, abaixo de seu valor de custo é uma evidência de redução do valor recuperável, resultando no reconhecimento de uma perda por redução ao valor recuperável. Se existir evidência de perda para ativos financeiros disponíveis para venda, a perda acumulada, mensurada pela diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer perda por redução ao valor recuperável previamente reconhecida no resultado, é reconhecida na Demonstração Consolidada do Resultado como um ajuste de reclassificação do resultado abrangente acumulado.

As perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas no resultado em relação com instrumentos de patrimônio não são revertidas por meio do resultado. No entanto, se em período subsequente, o valor justo de um instrumento de dívida classificado como ativo financeiro disponível para venda aumentar e esse aumento puder ser objetivamente relacionado a um evento ocorrido após o reconhecimento da perda, tal perda é revertida por meio do resultado.

V. Ativos financeiros mantidos até o vencimento

De acordo com o CPC 38 os ativos financeiros classificados como mantidos até o vencimento são ativos financeiros não-derivativos, que a ITAÚSA CONSOLIDADO tem a firme intenção e capacidade financeira de manter até o vencimento.

Esses ativos são reconhecidos inicialmente a valor justo, que é o valor pago incluindo os custos de transação e subsequentemente mensurados ao custo amortizado, usando-se a taxa efetiva de juros (conforme detalhado no item VI abaixo). Os juros, inclusive a amortização de prêmios e descontos, são apresentados na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Receita de Juros e Rendimentos.

Quando há redução ao valor recuperável dos ativos financeiros mantidos até o vencimento, a perda é registrada como uma redução de seu valor contábil e reconhecida na Demonstração Consolidada do Resultado. Em um período subsequente, se o montante de perda for reduzido e a redução estiver relacionada objetivamente a um evento que ocorreu após o reconhecimento da perda, a perda reconhecida anteriormente é revertida. O montante de reversão também é reconhecido na Demonstração Consolidada do Resultado.

VI. Operações de crédito

As operações de crédito são inicialmente contabilizadas a valor justo, que é o valor para originá-las ou comprá-las, incluindo quaisquer custos de transação e mensuradas subsequentemente ao custo amortizado, utilizando-se o método da taxa efetiva de juros.

O método da taxa efetiva de juros é o método utilizado para calcular o custo amortizado de ativo ou de passivo financeiro e de alocar a receita ou a despesa de juros no período. A taxa efetiva de juros é a taxa de desconto que é aplicada sobre os pagamentos ou recebimentos futuros sendo estimada ao longo da expectativa de vigência do instrumento financeiro que resulta no montante igual ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. Ao calcular a taxa efetiva de juros, a ITAÚSA CONSOLIDADO estima os fluxos de caixa considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro, mas não considera perdas de crédito futuras. O cálculo inclui todas as comissões pagas ou recebidas entre as partes do contrato, os custos de transação e todos os outros prêmios ou descontos.

A ITAUSA classifica uma operação de crédito como não performando se o pagamento do principal ou dos juros apresentar atraso de 60 dias ou mais. Quando uma operação de crédito é assim classificada a apropriação de juros deixa de ser reconhecida.

Quando um ativo ou um grupo de ativos financeiros similares está em situação de perda no valor recuperável o valor contábil é reduzido por meio da constituição de provisões para créditos de liquidação duvidosa, a receita de juros subsequentemente é reconhecida no valor contábil reduzido utilizando a taxa efetiva de juros utilizada para descontar os fluxos de caixa futuros para fins de mensuração da provisão para credores de liquidação duvidosa.

Notas Explicativas

Nossa carteira de Pessoas Físicas consiste principalmente em financiamento de veículos, cartão de crédito, empréstimos pessoais (incluindo, principalmente, crédito ao consumidor e cheque especial) e crédito imobiliário. Nossa carteira de Grandes Empresas inclui empréstimos feitos para grandes clientes corporativos. Nossa carteira de Micro, Pequenas e Médias Empresas corresponde a empréstimos para uma variedade de clientes de empresas de pequeno e médio porte. O segmento de empréstimos para clientes da América Latina é composto essencialmente por empréstimos concedidos a pessoas físicas na Argentina, Chile, Paraguai e Uruguai.

No nível corporativo, o Itaú Unibanco Holding tem duas áreas (independentes das áreas de negócios): área de risco de crédito e área de finanças, que são responsáveis por definir as metodologias utilizadas para mensurar a provisão para perdas em operações de crédito e avaliar recorrentemente a evolução dos montantes de provisão.

Á área de risco de crédito e a área de finanças, no nível corporativo, monitoram as tendências observadas na provisão para créditos de liquidação duvidosa por segmento, além de estabelecerem um entendimento inicial das variáveis que podem desencadear mudanças na provisão, na PD (probabilidade de *default*) ou na LGD (perda dado o *default*).

Uma vez que as tendências são identificadas e uma avaliação inicial das variáveis é feita em nível corporativo, as áreas de negócios tornam-se responsáveis por aprofundar a análise dessas tendências em nível detalhado por segmento, por entender as razões relacionadas às estas tendências e decidir se serão necessárias mudanças em nossas políticas de crédito.

VII. Operações de arrendamento mercantil financeiro (como arrendador)

Quando os ativos são mantidos em um arrendamento mercantil financeiro, o valor presente dos pagamentos é reconhecido como um crédito no Balanço Patrimonial Consolidado na rubrica Operações de Crédito.

Os custos diretos iniciais quando incorridos pela ITAÚSA CONSOLIDADO são incluídos na mensuração inicial do recebível do arrendamento, reduzindo o valor da renda reconhecida pelo prazo do arrendamento. Tais custos iniciais geralmente incluem comissões e honorários legais.

O reconhecimento da receita de juros reflete uma taxa de retorno constante sobre o investimento líquido na ITAÚSA CONSOLIDADO e ocorre na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Receitas de Juros e Rendimentos.

VIII. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Geral

A ITAÚSA CONSOLIDADO avalia periodicamente a existência de qualquer evidência objetiva de que um crédito ou um grupo de créditos esteja deteriorado. Um crédito ou um grupo de créditos está deteriorado e existe a necessidade de reconhecer uma perda caso exista a evidência objetiva de perda como resultado de um ou mais eventos que ocorreram após o reconhecimento inicial do ativo ("evento de perda") e se esse evento (ou eventos) de perda representar impacto que possa ser confiavelmente estimado nos fluxos de caixa futuros.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é uma provisão constituída para prováveis perdas inerentes à carteira na data do Balanço Patrimonial. A determinação do nível da provisão depende de diversas ponderações e premissas, inclusive das condições econômicas atuais, da composição da carteira de empréstimos, da experiência anterior com perdas em operações de crédito e arrendamento mercantil e da avaliação do risco de crédito relacionada aos empréstimos individuais. Nosso processo para determinar a adequada provisão para créditos de liquidação duvidosa inclui julgamento da administração e o uso de estimativas. A adequação da provisão é analisada regularmente pela Administração.

Notas Explicativas

O critério utilizado pela ITAÚSA CONSOLIDADO para determinar a existência de evidência objetiva de perda inclui:

- Inadimplência nos pagamentos do principal ou juros.
- Dificuldades financeiras do devedor e outras evidências objetivas que resultem em uma deterioração na posição financeira do devedor (por exemplo, índice patrimonial, porcentagem da receita líquida de vendas ou outros indicadores capturados pelos sistemas utilizados para monitorar créditos, particularmente para carteira de varejo).
- Violação de cláusulas ou termos de empréstimos.
- Início de processo de falência.
- Deterioração da posição competitiva do emissor.

O período estimado entre o evento de perda e sua identificação é definido pela Administração para cada carteira identificada de créditos semelhantes. Geralmente, os períodos utilizados pela Administração são de 12 meses, sendo que aqueles observados para carteiras de créditos homogêneos oscilam dependendo da característica da carteira e podem variar entre 9 e 12 meses. A Administração optou por utilizar o período de 12 meses como sendo o mais representativo, sendo que aqueles observados para as carteiras de créditos avaliados individualmente por *impairment* é de, no máximo 12 meses considerando o ciclo de revisão de cada crédito.

Avaliação

A ITAÚSA CONSOLIDADO avalia primeiro a existência de evidência objetiva de perda alocada individualmente, para créditos que sejam individualmente significativos, ou coletivamente, para créditos que não sejam individualmente significativos.

Para determinar o valor da provisão para créditos individualmente significativos com evidência objetiva de perda, utilizamos metodologias que consideram a qualidade do cliente e também a natureza da transação, inclusive sua garantia, para estimar os fluxos de caixa esperados dessas operações de créditos.

Se não houver evidência objetiva de perda para um crédito individualmente avaliado, seja ele significativo ou não, este é incluído num grupo de créditos com características semelhantes de risco de crédito e avaliado coletivamente. Os créditos que são individualmente avaliados e para os quais há uma redução de seu valor recuperável por deterioração, não são incluídos na avaliação coletiva. O montante da perda é mensurado como a diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo as perdas de crédito futuras que não tenham sido incorridas), descontado à taxa efetiva de juros original do crédito.

Para os créditos avaliados coletivamente, cálculo do valor presente dos fluxos de caixa futuros para o qual exista uma garantia recebida, reflete o desempenho histórico da execução e recuperação do valor justo, considerando os fluxos de caixa que eventualmente serão gerados pela execução da garantia menos os custos para obter e vender tal garantia.

Para fins de avaliação coletiva da necessidade de constituição de provisão, os créditos são agregados com base em características semelhantes de risco de crédito. Essas características são relevantes para estimar os fluxos de caixa futuros de tais créditos pelo fato de poderem ser um indicador de dificuldade do devedor em pagar os montantes devidos, de acordo com as condições contratuais do crédito que está sendo avaliado. Os fluxos de caixa futuros de grupo de créditos que sejam coletivamente avaliados para fins de identificação da necessidade de constituição de provisão são estimados com base nos fluxos de caixa contratuais dos créditos do grupo e na experiência histórica de perda para créditos com características de risco de crédito semelhantes. A experiência de perda histórica é ajustada com base em informação disponível na data corrente observável, de forma a refletir (i) os efeitos de condições correntes que não tenham afetado o período em que a experiência de perda histórica é baseada e (ii) excluir os efeitos de condições no período histórico que não existem atualmente.

Notas Explicativas

No caso dos créditos individualmente significativos sem evidência objetiva de perda, nós classificamos essas operações de crédito em certas categorias de *rating* com base em diversos fatores qualitativos e quantitativos aplicados por meio de modelos desenvolvidos internamente. Considerando o tamanho e as diferentes características de risco de cada contrato, a categoria de *rating* determinada de acordo com os modelos internos pode ser revisada e modificada pelo nosso Comitê de Crédito Corporativo, cujos membros são executivos e especialistas em risco de crédito de grandes empresas. Estimamos perdas inerentes a cada categoria considerando uma abordagem desenvolvida internamente para carteiras com baixa inadimplência, a qual utiliza a nossa experiência histórica dos últimos anos para construir modelos internos usados tanto para estimar a PD (probabilidade de “default”) quanto para estimar a LGD (perda dado o “default”).

Para determinar o valor da provisão dos créditos individualmente não significativos, essas operações são segregadas em classes, considerando os riscos relacionados e as características de cada grupo. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é determinada para cada uma dessas classes por meio de um processo que considera a inadimplência histórica e a experiência de prejuízo em operações de crédito nos últimos anos.

Mensuração

A metodologia utilizada para mensurar a provisão para créditos de liquidação duvidosa foi desenvolvida por nossas áreas de risco de crédito e de finanças nível corporativo. Entre essas áreas, considerando as diferentes características das carteiras, áreas diferentes são responsáveis por definir a metodologia para mensurar a provisão para cada uma delas: Grandes empresas (incluindo operações de crédito com evidência objetiva de perda e operações de crédito individualmente significativas, mas sem evidência objetiva de perda), Pessoas Físicas, Micro / Pequenas e Médias Empresas e Unidades Externas América Latina. Cada uma das áreas responsáveis por definir a metodologia para mensurar a provisão para créditos de liquidação duvidosa é ainda dividido em grupos: Os que desenvolvem a metodologia e os que a validam. Um grupo centralizado na área de risco de crédito é responsável por mensurar a provisão em base recorrente, seguindo as metodologias desenvolvidas e aprovadas para cada uma das quatro áreas.

Essa metodologia está baseada em dois componentes para aferir o montante de provisão: a probabilidade de inadimplência da contraparte (PD) e o potencial e prazo esperado de recuperação de créditos inadimplentes (LGD) que são aplicáveis aos saldos das operações de crédito em aberto. A mensuração e a avaliação desses componentes de risco fazem parte do processo de concessão de crédito e da gestão da carteira. Os montantes estimados de PD e de LGD são mensurados com base em modelos estatísticos, que consideram um número significativo de diferentes variáveis para cada classe, que incluem receitas, patrimônio líquido, histórico de empréstimos passados, nível de endividamento, setores econômicos que afetam a capacidade de recebimento, outros atributos de cada contraparte, ambiente econômico, entre outros. Esses modelos são atualizados regularmente por conta de mudanças nas condições econômicas e de negócios.

O processo de atualização de um modelo é iniciado quando a área de modelagem identifica que ele não está capturando em um relativo curto espaço de tempo efeitos significativos nas mudanças das condições econômicas ou quando é feita alguma alteração na metodologia de apuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa. Quando uma alteração de modelo é processada, o modelo é validado por meio de “*back-testing*”, que é o processo de testar periodicamente os modelos por meio de sua aplicação a dados históricos. São aplicados métodos estatísticos para mensurar a performance do modelo, através da análise detalhada de sua documentação, descrevendo passo a passo como o processo é executado para chegar na atualização do modelo, esse detalhamento permite que uma área independente consiga replicar o processo. Essa validação é realizada por uma área independente da área que o desenvolveu. A área de validação dos modelos emite um parecer técnico sobre as premissas usadas (integridade, consistência e replicabilidade das bases) e sobre a metodologia matemática usada para alterar o modelo. O parecer técnico posteriormente é submetido ao CTAM (Comissão técnica de avaliação de modelos), que é a instância máxima para aprovação das revisões dos modelos.

Notas Explicativas

Considerando as diferentes características das operações de crédito em cada uma das áreas (Grandes Empresas (sem evidência objetiva de perda), Pessoas Físicas, Micro/ Pequenas e Médias Empresas e Unidades Externas América Latina), equipes diferentes dentro da área de risco de crédito são responsáveis por desenvolver e aprovar as metodologias para operações de crédito em cada um dessas quatro áreas. A administração acredita que o fato de diferentes áreas focarem em cada um das quatro carteiras resulta em maior conhecimento, especialização e conscientização das equipes quanto aos fatores que são mais relevantes para cada área na mensuração das perdas em operações de crédito. Também considerando essas diferentes características e outros fatores, são utilizados dados e informações diferentes para estimar a PD e a LGD, conforme detalhado a seguir:

- Grandes Empresas (sem evidência objetiva de perda) - Os fatores considerados e os dados utilizados são, principalmente, o nosso histórico de relacionamento do cliente, os resultados da análise das demonstrações contábeis da empresa e as informações obtidas por meio de contatos frequentes com seus diretores, objetivando o entendimento da estratégia e a qualidade de sua administração. Além disso, também são incluídos na análise os fatores setoriais e macroeconômicos. Todos esses fatores (que são quantitativos e qualitativos) são utilizados como informações para o modelo interno desenvolvido para determinar a categoria de *rating* correspondente. Essa abordagem é também aplicada à carteira de crédito de grandes empresas no Brasil e no exterior.
- Pessoas Físicas – Os fatores considerados e as informações utilizadas são principalmente o histórico de relacionamento com o cliente e as informações disponíveis nos serviços de proteção ao crédito (informações negativas).
- Micro/Pequenas e Médias Empresas – Os fatores considerados e as informações utilizadas incluem, além do histórico de relacionamento com o cliente e das informações dos serviços de proteção ao crédito sobre a empresa, a especialização do setor e as informações sobre seus acionistas e diretores, entre outros.
- Unidades Externas América Latina – Considerando o tamanho relativamente menor desta carteira e sua natureza mais recente, os modelos são mais simples e usam o *status* “vencido” e o *rating* interno do cliente como os principais fatores.

Reversão, *Write-off* e Renegociação

Em um período subsequente, se o montante de perda for reduzido e a redução estiver relacionada objetivamente a um evento que ocorreu após o reconhecimento da perda (tais como a melhoria de *rating* de crédito do devedor) a perda reconhecida anteriormente é revertida. O montante de reversão é reconhecido na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Despesa de provisão para créditos de liquidação duvidosa.

Quando um empréstimo é incobrável este é baixado do Balanço Patrimonial na rubrica Provisão para créditos de liquidação duvidosa. Tais empréstimos são baixados 360 dias após os empréstimos apresentarem atraso nos pagamentos, ou em 540 dias, no caso de empréstimos com prazos remanescentes superiores há 36 meses.

Na quase totalidade dos casos exige-se pelo menos o pagamento de uma parcela nos termos pactuados para que operações renegociadas retornem para a condição de crédito normal. Os empréstimos renegociados retornam à condição de operação de crédito de curso anormal e tem a interrupção no reconhecimento da receita, quando o período de atraso alcança 60 dias após o vencimento sob os termos da renegociação, o que normalmente corresponde ao devedor deixar de realizar dois ou mais pagamentos.

IX. Outros ativos financeiros

A ITAÚSA CONSOLIDADO apresenta estes ativos, cuja composição está apresentada na Nota 21a, em seu Balanço Patrimonial Consolidado inicialmente a valor justo e subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando-se o método da taxa efetiva de juros.

As receitas de juros são reconhecidas na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Receita de Juros e Rendimento.

Notas Explicativas

X. Passivos financeiros ao custo amortizado

Os passivos financeiros que não são classificados a valor justo através do resultado estão classificados nesta categoria e inicialmente são reconhecidos pelo valor justo e subsequentemente são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de taxa efetiva de juros. A despesa de juros é apresentada na Demonstração consolidada do resultado em Despesas de Juros e Rendimentos.

Os seguintes passivos financeiros apresentados no Balanço Patrimonial consolidado são reconhecidos a custo amortizado:

- Depósitos (Nota 19).
- Captações no mercado aberto (conforme descrito anteriormente no item f).
- Recursos de mercados interbancários.
- Recursos de mercados institucionais.
- Obrigações de planos de capitalização.
- Outros passivos financeiros (Nota 22b).

h) ESTOQUES

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O custo é determinado pelo método de custo médio de aquisição ou produção. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende os custos de matérias-primas, mão-de-obra direta e outros custos diretos, excluindo os custos de empréstimos, e são reconhecidos no resultado quando os produtos são vendidos. Quando aplicável, é constituída provisão para desvalorização de estoques, obsolescência de produtos e perdas de inventário físico.

As importações em andamento são demonstradas ao custo de cada importação.

O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos as despesas de venda variáveis aplicáveis.

i) INVESTIMENTOS EM EMPRESAS NÃO CONSOLIDADAS

Empresas não consolidadas (termo que a ITAÚSA CONSOLIDADO utiliza para associadas, conforme definido pelo CPC 18) são aquelas empresas nas quais o investidor têm influência significativa, porém não detém o controle. Influência significativa é presumida quando é mantida uma participação no capital votante de 20% a 50%. Os investimentos nessas empresas são reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição e avaliados subsequentemente pelo método de equivalência patrimonial. O investimento em empresas não consolidadas inclui o ágio identificado na aquisição, líquido de qualquer perda por redução ao valor recuperável acumulada.

A participação da ITAÚSA e de suas controladas nos lucros ou prejuízos de suas empresas não consolidadas pós-aquisição é reconhecida na Demonstração Consolidada do Resultado. A participação na movimentação em reservas do Patrimônio Líquido de suas empresas não consolidadas é reconhecida em suas reservas correspondentes do Patrimônio Líquido. As movimentações cumulativas pós-aquisição são ajustadas contra o valor contábil do investimento. Quando a participação da ITAÚSA e de suas controladas nas perdas de uma empresa não consolidada for igual ou superior à sua participação em empresas não consolidadas, incluindo quaisquer outros recebíveis, a ITAÚSA e suas controladas não reconhecem perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da empresa não consolidada.

Os ganhos não realizados das operações entre a ITAÚSA CONSOLIDADO e suas empresas não consolidadas são eliminados na proporção da participação da ITAÚSA CONSOLIDADO. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a operação forneça evidências de uma perda por redução ao valor recuperável do ativo transferido. As políticas contábeis das empresas não consolidadas foram alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pela ITAÚSA CONSOLIDADO.

Se a participação acionária na empresa não consolidada for reduzida, mas a ITAÚSA CONSOLIDADO mantiver influência significativa, somente uma parte proporcional dos valores anteriormente reconhecidos em outros Resultados Abrangentes será reclassificada no resultado, quando apropriado.

Notas Explicativas

Os ganhos e as perdas de diluição ocorridos em participações em empresas não consolidadas, são reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado.

j) COMPROMISSOS DE ARRENDAMENTO MERCANTIL (como arrendatária)

Como arrendatária, a ITAÚSA CONSOLIDADO tem contratos de arrendamento mercantil operacional e financeiro.

A ITAÚSA CONSOLIDADO arrenda certos bens do imobilizado. Os arrendamentos do imobilizado nos quais o Itaú Unibanco Holding detém substancialmente todos os riscos e benefício de sua propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. Estes são capitalizados no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do bem e o valor presente dos pagamentos mínimos futuros do arrendamento.

Cada parcela paga do arrendamento é alocada parte ao passivo e parte aos encargos financeiros, para que dessa forma seja obtida uma taxa constante sobre o saldo da dívida em aberto. As obrigações correspondentes, líquidas dos encargos financeiros futuros, são incluídas em Outros passivos financeiros. Os juros das despesas financeiras são reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado durante o período do arrendamento para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período. O imobilizado adquirido por meio de arrendamentos financeiros é depreciado durante a vida útil do ativo.

As operações realizadas pela ITAÚSA CONSOLIDADO classificadas como arrendamentos operacionais têm sua despesa reconhecida na Demonstração Consolidada do Resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento.

Quando um arrendamento operacional é terminado antes da expiração do período de arrendamento qualquer pagamento a ser efetuado ao arrendador sob a forma de multa é reconhecido como despesa no período.

k) IMOBILIZADO

De acordo com o CPC 27 – “Ativo Imobilizado”, o imobilizado é contabilizado pelo seu custo de aquisição menos depreciação acumulada, que é calculada pelo método linear com a utilização de taxas baseadas na vida útil estimada desses ativos. Tais taxas são apresentadas na Nota 16.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados se apropriado ao final de cada período.

A ITAÚSA CONSOLIDADO avalia os ativos a fim de identificar indicações de redução em seus valores recuperáveis. Se tais indicações forem identificadas, os ativos imobilizados são testados a fim de avaliar se seus valores contábeis são plenamente recuperáveis. De acordo com o CPC 01 – “Redução ao Valor Recuperável de Ativos”, perdas por reduções ao valor recuperável são reconhecidas pelo montante no qual o valor contábil do ativo (ou grupo de ativos) excede seu valor recuperável e são contabilizadas na Demonstração Consolidada do Resultado. O valor recuperável do ativo é definido como o maior valor entre o valor justo menos seu custo de venda e o valor em uso. Para fins de avaliar eventual redução no valor recuperável, os ativos são agrupados ao nível mínimo para o qual podem ser identificados fluxos de caixa independentes (unidades geradoras de caixa). A avaliação pode ser feita ao nível de um ativo individual quando o valor justo menos seu custo de venda pode ser determinado de forma confiável.

A ITAUSA CONSOLIDADO não reconheceu no exercício findo em 31/12/2012 perdas por redução ao valor recuperável, referente ao Imobilizado de Uso, por conta dos resultados obtidos serem superiores aos benefícios econômicos previstos. (Em 31/12/2011 reconheceu perdas por redução ao valor recuperável no valor de R\$ 6).

Os ganhos e perdas na alienação de ativos imobilizados são registrados na Demonstração Consolidada do Resultado nas rubricas Outras Receitas Operacionais ou Despesas Gerais e Administrativas.

Notas Explicativas

I) ATIVO INTANGÍVEL - ÁGIO

De acordo com o CPC 15 – “Combinação de Negócios”, ágio é o excesso entre o custo de uma aquisição e o valor justo da participação do comprador nos ativos e passivos identificáveis da entidade adquirida na data de aquisição. O ágio não é amortizado, mas seu valor recuperável é avaliado anualmente ou quando exista indicação de uma situação de perda por redução ao valor recuperável, com a utilização de uma abordagem que envolve a identificação das unidades geradoras de caixa e a estimativa de seu valor justo menos seu custo de venda e/ou seu valor em uso.

Conforme definido no CPC 01, uma unidade geradora de caixa é o menor agrupamento de ativos capazes de gerar fluxos de caixas independentemente das entradas de caixa atribuídas a outros ativos e outros grupos de ativos. O ágio é alocado para as unidades geradoras de fluxo de caixa para propósito do teste do valor recuperável. A alocação é efetuada para aquelas unidades geradoras de caixa em que são esperados benefícios em decorrência da combinação de negócio.

O CPC 01 determina que uma perda por redução ao valor recuperável deve ser reconhecida para a unidade geradora de caixa se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que seu valor contábil. A perda deve ser alocada para reduzir, primeiramente o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade geradora de caixa e, em seguida, dos outros ativos da unidade em uma base pro-rata do valor contábil de cada ativo. A perda não pode reduzir o valor contábil de um ativo abaixo do maior valor entre o valor justo menos os custos de venda e seu valor em uso. A perda por redução ao valor recuperável do ágio não pode ser revertida.

Os ágios das empresas não consolidadas são apresentados como parte do investimento no Balanço Patrimonial consolidado na rubrica Investimentos em empresas não consolidadas e a análise do valor recuperável é realizada em relação ao saldo total dos investimentos (incluindo o ágio).

m) ATIVO INTANGÍVEL – OUTROS ATIVOS INTANGÍVEIS

Os ativos intangíveis compreendem bens incorpóreos, incluem softwares e outros ativos e são reconhecidos inicialmente ao custo. Os ativos intangíveis são reconhecidos quando provem de direitos legais ou contratuais, seu custo pode ser mensurável confiavelmente e, no caso de intangíveis não oriundos de aquisições separadas ou combinações de negócios, é provável que existam benefícios econômicos futuros oriundo do seu uso. O saldo de ativos intangíveis refere-se a ativos adquiridos ou produzidos internamente.

Os ativos intangíveis podem ser de vida útil definida ou indefinida. Os ativos intangíveis de vida útil definida são amortizados de forma linear pelo prazo de sua vida útil estimada. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas testados anualmente para identificar eventuais perdas por redução ao valor recuperável.

A ITAÚSA e suas controladas avaliam semestralmente seus ativos intangíveis a fim de identificar indicações de redução em seus valores recuperáveis, bem como uma possível reversão nas perdas por redução de valores recuperáveis. Se tais indicações forem identificadas, os ativos intangíveis são testados a fim de avaliar se seus valores contábeis são plenamente recuperáveis. De acordo com o CPC 01, perdas por reduções ao valor recuperável são reconhecidas pelo montante no qual o valor contábil do ativo (ou grupos de ativos) excede seu valor recuperável e são contabilizadas na Demonstração Consolidada do Resultado. O valor recuperável do ativo é definido como o maior valor entre o valor justo menos seu custo de venda e o valor em uso. Para fins de avaliar eventual redução no valor recuperável os ativos são grupados ao nível mínimo para o qual podem ser identificados fluxos de caixa (unidades geradoras de caixa). A avaliação pode ser feita ao nível de um ativo individual quando o valor justo menos seu custo de venda pode ser determinado de forma confiável.

No exercício findo em 31/12/2012 a ITAÚSA CONSOLIDADO reconheceu perdas por redução ao valor recuperável no valor de R\$ 3 (R\$ 11 de 31/12/2011), referente aos direitos de aquisição de folha de pagamento e associações para promoção e oferta de produtos e serviços financeiros, causadas por resultados inferiores aos previstos.

Conforme previsto pelo CPC 4, a ITAÚSA CONSOLIDADO elegeu o modelo de custo para mensurar seus ativos intangíveis após seu reconhecimento inicial.

Notas Explicativas

n) BENS DESTINADOS A VENDA

Os bens destinados à venda são registrados no Balanço Patrimonial Consolidado quando ocorre sua efetiva apreensão ou intenção de venda. Estes ativos são contabilizados inicialmente pelo valor justo.

Reduções subsequentes ao valor contábil do ativo são registradas como perda por reduções ao valor justo menos os custos de venda e são contabilizadas na Demonstração consolidada do resultado na rubrica Outras despesas operacionais. Em caso de recuperação do valor justo, menos os custos de venda, as perdas reconhecidas podem ser revertidas.

o) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Existem dois componentes na provisão para imposto de renda e contribuição social: corrente e diferido.

O componente corrente aproxima-se dos impostos a serem pagos ou recuperados no período aplicável. O ativo corrente e o passivo corrente são registrados no Balanço Patrimonial nas rubricas Ativos Fiscais – Impostos de Renda e Contribuição Social a compensar e Obrigações Fiscais – Imposto Renda e Contribuição Social Correntes.

O componente diferido representado pelos créditos tributários e as obrigações fiscais diferidas é obtido pelas diferenças entre as bases de cálculo contábil e tributárias dos ativos e passivos no final de cada exercício. Os créditos tributários, incluindo os decorrentes de prejuízos fiscais, somente são reconhecidos quando é provável que lucros tributáveis futuros estarão à disposição para sua compensação. Os créditos tributários e as obrigações fiscais diferidas são reconhecidos no Balanço Patrimonial na rubrica Ativos fiscais – Imposto de renda e contribuição social diferidos e Obrigações fiscais – Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidas, respectivamente.

A despesa de imposto de renda e contribuição social é reconhecida na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Imposto de Renda e Contribuição Social, exceto quando se refere a itens reconhecidos diretamente no Resultado abrangente acumulado, tal como: o imposto diferido sobre a mensuração ao valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda e o imposto sobre hedges de fluxo de caixa. Os impostos diferidos destes itens são inicialmente reconhecidos no Resultado abrangente acumulado e posteriormente reconhecidos no resultado conjuntamente com o reconhecimento do ganho/perda originalmente diferido.

Alterações na legislação fiscal e nas alíquotas tributárias são reconhecidas na Demonstração consolidada do resultado na rubrica Imposto de renda e contribuição social no período em que entram em vigor. Os juros e multas são reconhecidos na Demonstração consolidada do resultado na rubrica de Despesas gerais e administrativas. O imposto de renda e a contribuição social são calculados às alíquotas abaixo apresentadas e consideram para efeito de cálculo as respectivas bases, a legislação vigente pertinente a cada encargo, que no caso das operações no Brasil são para todos os períodos apresentados:

	2012 e 2011
Imposto de Renda	15%
Adicional de Imposto de Renda	10%
Contribuição Social (*)	9%

(*) A partir de 01/05/2008, para as empresas financeiras e equiparadas, a alíquota foi alterada de 9% para 15% conforme artigos 17 e 41 da Lei nº 11.727 de 24/06/2008.

Para determinar o nível adequado de provisões para impostos a serem mantidas para posições tributárias incertas é usada uma abordagem de duas etapas segundo a qual um benefício fiscal é reconhecido se uma posição tiver mais probabilidade de ser sustentada do que de não o ser. O montante do benefício é então mensurado para ser o maior benefício fiscal que tenha mais de 50% de probabilidade de ser realizado.

Notas Explicativas

p) CONTRATOS DE SEGUROS E PREVIDÊNCIA PRIVADA

O CPC 11 – Contratos de Seguros define contrato de seguro como um contrato em que o emissor aceita um risco de seguro significativo da contra parte concordando em compensá-lo se um evento futuro incerto específico afetá-lo adversamente.

A ITAÚSA CONSOLIDADO, por meio das subsidiárias do Itaú Unibanco Holding, emite contratos a clientes que contem riscos de seguros, riscos financeiros ou uma combinação de ambos. Um contrato sob o qual a ITAÚSA CONSOLIDADO aceita riscos significativos de seguro de seus clientes e concorda em compensá-los na ocorrência de um evento futuro incerto específico é classificado como contrato de seguro. O contrato de seguro também pode transferir risco financeiro, mas é contabilizado como contrato de seguro se o risco de seguro é significativo.

Conforme permitido pelo CPC 37 Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, quando da adoção inicial, a ITAÚSA CONSOLIDADO decidiu não alterar suas políticas contábeis para contratos de seguros, que seguem as práticas contábeis geralmente aceitas no Brasil (“BR GAAP”).

Contratos de investimento são aqueles que transferem risco financeiro significativo. Risco financeiro é o risco de uma mudança futura em uma ou mais variáveis como taxa de juros, preço dos ativos financeiros, preço das commodities, taxa de câmbio, índice de preços ou juros, classificação de risco de crédito ou índice de crédito ou outra variável.

Os contratos de investimento podem ser reclassificados como contratos de seguro após sua classificação inicial se o risco de seguro tornar-se significativo.

Os contratos de investimento com características de participação discricionária são instrumentos financeiros, mas são tratados como contratos de seguro, conforme previsto pelo CPC 11.

Uma vez que o contrato é classificado como um contrato de seguro, ele permanece como tal até o final de sua vida mesmo que o risco de seguro se reduza significativamente durante esse período, a menos que todos os direitos e obrigações sejam extintos ou expirados.

A Nota 30 apresenta uma descrição detalhada dos produtos classificados como contratos de seguros.

Planos de previdência privada

Segundo o CPC 11, um contrato de seguro é aquele que expõe o seu emitente a um risco de seguro significativo. O risco de seguro é significativo somente, e somente se, o evento segurado possa levar o emitente da apólice a pagar benefícios adicionais significativos em qualquer cenário, excluindo aqueles que não têm substância comercial. Os benefícios adicionais referem-se a montantes que excedem aqueles que seriam pagos se o evento segurado não ocorresse.

Os contratos em que estão previstos benefícios de aposentadoria após o período de acumulação de capital (conhecidos como PGBL, VGBL e FGB) garantem, na data inicial do contrato, as bases para cálculo do benefício de aposentadoria (tábua de mortalidade e juros mínimos). Os contratos especificam as taxas de anuidade e, portanto, transferem o risco de seguro para a emitente no início, sendo classificados como contratos de seguros.

O pagamento de benefício adicional é considerado significativo em todos os cenários com substância comercial, pois a sobrevivência dos beneficiários pode exceder as estimativas de sobrevivência na tábua atuarial utilizada para definição do benefício acordado no contrato. A opção de conversão em um montante fixo a ser pago de forma vitalícia não é oferecida, havendo em todos os contratos o direito à contraparte de escolher o recebimento de uma renda vitalícia.

Prêmios de Seguros

Os prêmios de seguros são contabilizados no decorrer do período de vigência dos contratos na proporção do valor de proteção de seguro fornecido. Os prêmios de seguros são contabilizados como receita na Demonstração Consolidada do Resultado.

Notas Explicativas

Se há evidência de perda por redução ao valor recuperável relacionada aos recebíveis de prêmios de seguros, a ITAÚSA CONSOLIDADO constitui uma provisão suficiente para cobrir tal perda com base na análise dos riscos de realização dos prêmios a receber com parcelas vencidas há mais de 60 dias.

Resseguros

Os prêmios de resseguro são reconhecidos durante o mesmo período em que os prêmios dos seguros relacionados são reconhecidos na Demonstração do Resultado.

No curso normal dos negócios, a ITAÚSA CONSOLIDADO ressegura uma parcela dos riscos subscritos, particularmente riscos de propriedades e de acidentes que excedam os limites máximos de responsabilidade que entende serem apropriados para cada segmento e produto (após um estudo que leva em consideração o tamanho, a experiência, as especificidades e o capital necessário para suportar esses limites). A ITAÚSA CONSOLIDADO ressegura a maior parte de seus riscos junto ao IRB Brasil Resseguros S.A., entidade controlada pelo governo brasileiro. Esses contratos de resseguros permitem a recuperação de uma parcela dos prejuízos com o ressegurador, embora não liberem o segurador da obrigação principal como segurador direto dos riscos objeto do resseguro.

Os ativos de resseguros são avaliados segundo bases consistentes dos contratos de cessão de riscos e para os casos de perdas efetivamente pagas eles são reavaliados após 365 dias quanto à possibilidade de não recuperação destes. Em caso de dúvida tais ativos são reduzidos pela constituição de provisão para risco de créditos com resseguros.

Custos de Aquisição

Os custos de aquisição incluem os custos diretos e indiretos relacionados à originação de seguros. Estes custos, com exceção das comissões pagas aos corretores e a outros, são lançados diretamente no resultado quando incorridos. Já as comissões são diferidas e lançadas proporcionalmente ao reconhecimento das receitas com prêmios, ou seja, pelo prazo do correspondente contrato de seguro.

Passivos

As reservas para sinistros são estabelecidas com base na experiência histórica, sinistros em processo de pagamento, valores projetados de sinistros incorridos, mas ainda não reportados, e outros fatores relevantes aos níveis exigidos de reservas. Uma provisão para insuficiência de prêmios é reconhecida se o montante estimado de insuficiência de prêmios excede o custo diferido de aquisição. As despesas relacionadas ao reconhecimento dos passivos de contratos de seguros são registradas na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Variações nas provisões de seguros e previdência privada.

Derivativos Embutidos

A ITAÚSA efetua a análise de todos os contratos a fim de avaliar a existência de derivativos embutidos. Nos casos em que tais derivativos atendam a definição de contrato de seguros por si só, não efetuamos sua bifurcação. Não identificamos derivativos embutidos em nossos contratos de seguros que devam ser separados ou mensurados a valor justo de acordo com os requerimentos do CPC 11.

Teste de adequação do passivo

O CPC 11 requer que as companhias de seguro analisem a adequação de seus passivos de seguros a cada período de apresentação por meio de um teste mínimo de adequação. A ITAÚSA efetua o teste de adequação dos passivos em IFRS utilizando-se premissas atuariais correntes para fluxo de caixa futuro de todos os contratos de seguro em aberto na data de balanço.

Notas Explicativas

Como resultado deste teste, caso a análise demonstre que o valor contábil dos passivos de seguros (deduzindo-se os custos diferidos de aquisição dos contratos e ativos intangíveis de seguros) é inferior aos fluxos de caixa futuros esperados do contrato, é contabilizada imediatamente no resultado do período qualquer deficiência identificada (após o lançamento dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis relacionados às carteiras deficitárias conforme a política contábil). Para a realização do teste de adequação, os contratos de seguros são agrupados em carteiras que estão sujeitas, de forma geral, a riscos similares e cujos riscos são gerenciados conjuntamente como uma única carteira. O teste abrange tanto seguros de danos como seguros de vida e previdência.

Os pressupostos utilizados para realizar o teste de adequação do passivo estão detalhadas no Nota 30.

q) PLANOS DE CAPITALIZAÇÃO

A ITAÚSA através do Itaú Unibanco Holding comercializa títulos de capitalização nos quais são depositados pelos clientes valores específicos, dependendo do plano, que são resgatáveis pelo montante original adicionado de uma taxa de remuneração. Os clientes participam, durante o prazo do plano, de sorteios de prêmios em dinheiro.

Enquanto que para fins regulatórios no Brasil eles são regulados pelo mesmo órgão que regula o mercado segurador, estes planos não atendem à definição de contrato de seguro segundo o CPC 11 e, portanto, foram classificados como um passivo financeiro pelo custo amortizado segundo o CPC 39.

A receita dos planos de capitalização é reconhecida durante o período do contrato e mensurada pela diferença entre o valor depositado pelo cliente e o valor que a ITAÚSA tem a obrigação de reembolsar. Reconhecemos como despesa, o valor do passivo constituído para pagamento de prêmios em dinheiro mensurados atuarialmente.

r) BENEFÍCIOS A FUNCIONÁRIOS

A ITAÚSA e suas controladas são obrigadas a fazer contribuições para a previdência social pública e plano de indenizações trabalhistas, no Brasil e em outros países onde opera que são contabilizadas na Demonstração Consolidada do Resultado como Despesas Gerais e Administrativas, quando incorridas. Essas contribuições totalizaram R\$ 547 de 01/01 a 31/12/2012 (R\$ 526 de 01/01 a 31/12/2011).

Adicionalmente, a ITAÚSA e suas controladas patrocinam planos de benefícios definidos e planos de contribuição definida, contabilizados de acordo com o CPC 33.

Planos de pensão – planos de benefício definido

O passivo (ou ativo, conforme o caso) reconhecido no Balanço Patrimonial consolidado referente aos planos de benefício definido corresponde ao valor presente das obrigações de benefício definido menos o valor justo dos ativos do plano. As obrigações de benefício definido são calculadas anualmente por empresa atuarial independente, utilizando-se o método do crédito unitário projetado. O valor presente das obrigações de benefício definido é determinado descontando-se o valor estimado de fluxos futuros de caixa de pagamentos de benefícios com base em taxas de títulos do governo brasileiro, denominados em reais e com prazo de vencimento aproximado ao do passivo do plano de pensão.

Os ganhos e as perdas atuariais são reconhecidos integralmente no resultado no período em que surgem na rubrica Despesas Gerais e Administrativas – Planos de aposentadoria e benefícios pós-aposentadoria.

Os seguintes montantes são reconhecidos na demonstração do resultado consolidada:

- O retorno esperado sobre ativos do plano e os ganhos ou as perdas correspondentes à diferença entre os retornos esperados e os efetivos.
- Ganhos e perdas atuariais - são resultantes de diferenças entre as premissas atuariais anteriores e o que efetivamente se realizou, e incluem os efeitos de mudanças nas premissas atuariais.
- Custo de serviço corrente - é o aumento no valor presente das obrigações resultantes de serviços de funcionários no período corrente.
- Custo de serviço passado – é a alteração no valor presente das obrigações por benefícios definidos pelo serviço do empregado em períodos anteriores, que afeta o período corrente.

Notas Explicativas

- Custo de juros - é o aumento durante o exercício no valor presente das obrigações como resultado do tempo decorrido.

De acordo com o CPC 33, uma redução é um evento que diminui significativamente os anos esperados de serviços futuros dos funcionários atuais ou que elimina ou reduz, para um número significativo de funcionários, a qualificação de benefícios para a totalidade ou parte dos seus serviços futuros. Já a liquidação é uma transação que é uma ação irrevogável, libera o empregador (ou o plano) da responsabilidade primária da obrigação de um benefício de pensão ou pós-aposentadoria, e, portanto elimina riscos significativos referentes à obrigação e aos ativos relacionados.

Um ganho ou uma perda na redução do plano é a soma de dois elementos: (a) do reconhecimento no resultado de um custo de serviço anterior diferido associado aos anos de serviço que não precisarão mais ser prestados e (b) da alteração na obrigação projetada do benefício. Se a redução fizer com que a obrigação projetada do benefício diminua, o resultado será um ganho de redução. Se a redução fizer com que a obrigação projetada do benefício aumente, o resultado será uma perda.

Quando ocorrer a liquidação do plano, um ganho ou uma perda será reconhecido.

Planos de pensão - contribuição definida

Para os planos de contribuição definida, as contribuições aos planos efetuadas pela ITAÚSA e suas controladas são reconhecidas como despesa, quando devidas.

Outras obrigações pós-emprego

Algumas das empresas adquiridas pela ITAÚSA ou por suas controladas ao longo dos últimos anos patrocinavam planos de benefício de assistência médica pós-aposentadoria e a ITAÚSA está comprometida pelos contratos de aquisição a manter tais benefícios por um período específico. Tais benefícios também são contabilizados de acordo com o CPC 33, de forma semelhante aos planos de benefício definido.

s) PLANO DE OUTORGA DE OPÇÕES DE AÇÕES

Os planos de outorga de ações são contabilizados de acordo com o CPC 10 – “Pagamentos baseado em ações” que determina que a entidade calcule o valor dos instrumentos patrimoniais outorgados com base no valor justo dos mesmos na data da outorga das opções. Esse custo é reconhecido durante o período de carência para aquisição do direito de exercício dos instrumentos.

O montante total a ser lançado como despesa é determinado pelo valor justo das opções outorgadas excluindo o impacto de qualquer prestação de serviços e condições de carência para performance que não de mercado (especialmente empregados que permaneçam na entidade durante um período de tempo específico). O cumprimento de condições de carência que não de mercado estão incluídos nos pressupostos referentes ao número de opções que se espera que sejam exercidas. No final de cada período, a entidade revisa suas estimativas sobre o número de opções que se espera que sejam exercidas baseados nas condições de carência que não de mercado. É reconhecido o impacto da revisão de estimativas originais, se for o caso, na demonstração do resultado, com um ajuste correspondente no Patrimônio Líquido.

Quando as opções são exercidas, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING geralmente entrega ações em tesouraria para os beneficiários.

O valor justo das opções de ações é estimado utilizando-se modelos de precificação de opções que levam em conta o preço de exercício da opção, a cotação atual, a taxa de juros livre de risco e a volatilidade esperada do preço da ação sobre a vida da opção.

Todos os planos para outorga de opções de ações estabelecidos pelo Itaú Unibanco Holding correspondem a planos que podem ser liquidados exclusivamente com a entrega de ações – Nota 24.

Notas Explicativas

t) GARANTIAS FINANCEIRAS

De acordo com o CPC 38, o emissor de um contrato de garantia financeira tem uma obrigação e deve reconhecê-la inicialmente pelo seu valor justo. Subsequentemente essa obrigação deve ser mensurada pelo maior valor entre o valor inicialmente reconhecido menos a amortização acumulada e o valor determinado de acordo com o CPC 25 – “Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes”.

A ITAÚSA e suas controladas reconhecem no Balanço Patrimonial consolidado como uma obrigação na rubrica “Outros passivos”, na data de sua emissão, o valor justo das garantias emitidas. O valor justo é geralmente representado pela tarifa cobrada do cliente pela emissão da garantia. Esse valor é amortizado pelo prazo da garantia emitida e reconhecido na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Receita de prestação de serviços financeiros.

Após a emissão, se com base na melhor estimativa concluirmos que a ocorrência de uma perda em relação à garantia emitida é provável, e o valor da perda for maior que o valor justo inicial menos amortização acumulada, uma provisão é reconhecida por tal valor.

u) PROVISÕES, ATIVOS CONTINGENTES E PASSIVOS CONTINGENTES

Provisões, ativos contingentes e passivos contingentes são avaliados, reconhecidos e divulgados de acordo com o CPC 25. Ativos contingentes e passivos contingentes são direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência depende de eventos futuros.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis consolidadas, exceto quando a Administração da ITAÚSA entende que sua realização é virtualmente certa, e geralmente corresponde a ações com decisões favoráveis em julgamento final e inapelável e pela retirada de ações como resultado da liquidação de pagamentos que tenham sido recebidos ou como resultado de acordo de compensação com um passivo existente.

Os passivos contingentes decorrem principalmente de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos nossos negócios, movidos por terceiros, ex-funcionários e órgãos públicos em ações cíveis, trabalhistas e de natureza fiscal e previdenciária.

Essas contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas da administração, levando em consideração o parecer de assessores legais quando houver probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com razoável segurança.

As contingências são classificadas como:

- Prováveis: as quais são constituídos passivos reconhecidos no Balanço Patrimonial Consolidado na rubrica Provisões;
- Possíveis: as quais são divulgadas nas demonstrações contábeis, não sendo nenhuma provisão registrada; e
- Remotas: as quais não requerem provisão e nem divulgação.

Os passivos contingentes registrados como Provisões e os divulgados como possíveis são quantificados pela melhor estimativa, utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente aos prazos e valores, conforme os critérios detalhados na Nota 32.

O montante dos depósitos judiciais é atualizado de acordo com a regulamentação vigente.

Os passivos contingentes garantidos por cláusulas de indenização estabelecidas por terceiros, por exemplo, em combinações de negócios consumados antes da data de transição, são reconhecidos quando uma demanda é feita, e um valor a receber é reconhecido simultaneamente, quando o pagamento for considerado provável. Para as combinações de negócios consumados após a data de transição, os ativos de indenização são reconhecidos ao mesmo tempo e mensurados na mesma base do item indenizado, sujeitos à possibilidade de recebimento ou às limitações contratuais do valor indenizado.

Notas Explicativas

v) CAPITAL SOCIAL E AÇÕES EM TESOURARIA

Capital Social

As ações ordinárias e as preferenciais, que para fins contábeis são consideradas como ações ordinárias sem direito a voto, são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquido de impostos.

Ações em Tesouraria

As ações preferenciais e ordinárias recompradas são registradas no Patrimônio Líquido em Ações em tesouraria pelo seu preço médio de aquisição.

As ações em tesouraria que venham a ser vendidas posteriormente, por exemplo, as vendidas aos beneficiários do Plano de Outorga de Opções de Ações, são registradas como uma redução das ações em tesouraria pelo preço médio das ações mantidas em tesouraria naquela data.

A diferença entre o preço de venda e o preço médio das ações em tesouraria é contabilizada como uma redução ou um aumento em Reservas Integralizadas. O cancelamento de ações mantidas em tesouraria é contabilizado como uma redução nas ações em tesouraria contra Reservas integralizadas, pelo preço médio das ações em tesouraria na data do cancelamento.

w) DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO

Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido de cada ano com pagamentos trimestrais, ajustado de acordo com a legislação vigente. Os valores de dividendo mínimo estabelecido no estatuto social são contabilizados como passivo no final de cada trimestre. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido como passivo quando aprovados pelos acionistas em Assembleia Geral. Desde 1º de janeiro de 1996, as empresas brasileiras têm a permissão para atribuir uma despesa nominal de juros, dedutível para fins fiscais, sobre seu capital próprio.

Os juros sobre o capital próprio são tratados, para fins contábeis, como dividendos e são apresentados nas Demonstrações Contábeis Consolidadas como uma redução do patrimônio líquido. O benefício fiscal relacionado é registrado na Demonstração consolidada do resultado.

x) LUCRO POR AÇÃO

O lucro por ação é calculado pela divisão do lucro líquido atribuído aos controladores da ITAÚSA pela média ponderada do número de ações ordinárias e preferenciais em circulação em cada exercício. A média ponderada do número de ações é calculada com base nos períodos nos quais as ações estavam em circulação.

O lucro por ação é apresentado com base nas duas classes de ações emitidas pela ITAÚSA. Ambas as classes, ordinárias e preferenciais, participam nos dividendos praticamente na mesma base, exceto pelo fato de as ações preferenciais terem direito à prioridade no recebimento de um dividendo mínimo anual, não cumulativo, de R\$ 0,015 por ação. O lucro por ação é calculado com base nos lucros distribuídos (dividendos e juros sobre o capital próprio) e não distribuídos da ITAÚSA após o reconhecimento do efeito da preferência acima indicada, independentemente de os lucros serem ou não totalmente distribuídos. O montante do lucro por ação foi determinado como se todos os lucros fossem distribuídos e calculados de acordo com os requerimentos do CPC 41 – “Resultado por Ação”.

A ITAÚSA outorga opções de ações cujo efeito de diluição está refletido no lucro por ação diluído com a aplicação do “método das ações em tesouraria”. Segundo esse método, o lucro por ação é calculado como se todas as opções tivessem sido exercidas e como se os recursos recebidos (consistindo de fundos a serem recebidos mediante o exercício das opções de ações e do montante de custo de remuneração atribuído aos serviços futuros e ainda não reconhecidos) tivessem sido utilizados para adquirir as próprias ações da ITAÚSA.

Notas Explicativas

y) RECEITAS

Venda de produtos e serviços

A receita de venda é apurada em conformidade com o regime contábil de competência.

Vendas de produtos

A receita de venda de produtos é reconhecida no resultado quando os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa quanto à sua realização.

Vendas de serviços

A ITAÚSA CONSOLIDADO, através da sua subsidiária Itaotec S.A., presta serviços no segmento de automações e computação. A receita é, geralmente, reconhecida com base nos serviços realizados até o momento.

Receita de Prestação de Serviços – ITAÚ UNIBANCO HOLDING

O Itaú Unibanco Holding presta diversos serviços a seus clientes tais como, administração de investimentos, relacionados a cartões de crédito, a banco de investimento e determinados serviços de banco comercial.

Os serviços relacionados à conta corrente são oferecidos aos clientes em pacotes e individualmente. As receitas são reconhecidas quando tais serviços são prestados.

As receitas de determinados serviços como taxas de administração de fundos, de desempenho, de cobrança para clientes atacado, de custódia e relacionadas a cartões de crédito, são reconhecidas ao longo da vida dos respectivos contratos de forma linear.

z) INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

O CPC 22 – “Informações por segmento” determina que os segmentos operacionais sejam divulgados de maneira consistente com as informações fornecidas ao tomador de decisões operacionais, que é a pessoa ou grupo de pessoas que aloca os recursos aos segmentos e que avalia sua performance. A ITAÚSA considera que seu Comitê Executivo é o tomador de decisões operacionais.

A ITAÚSA possui os seguintes segmentos de negócios: Área de Serviços Financeiros e área Industrial subdividida em Duratex, Itaotec e Elekeiroz.

As Informações por Segmento estão apresentadas na Nota 33.

aa) TRANSAÇÕES JUNTO A ACIONISTAS NÃO CONTROLADORES

O CPC 36 – Demonstrações Consolidadas determina que alterações de participação em uma subsidiária, que não resultam em alteração de controle, são contabilizadas como transações de capital e qualquer diferença entre o valor pago e o valor correspondente aos acionistas não controladores é reconhecida diretamente no patrimônio líquido consolidado.

Notas Explicativas

NOTA 3 – DESENVOLVIMENTO DE NEGÓCIOS

a) BSF Holding S.A

Em 14 de abril de 2011, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A. e o Carrefour Comércio e Indústria Ltda. (“Carrefour”) firmaram contrato de compra e venda de ações para a aquisição de 49% do BSF Holding S.A. (“Banco Carrefour”), entidade responsável pela oferta e distribuição, com exclusividade, de produtos e serviços financeiros, securitários e previdenciários nos canais de distribuição do Carrefour Brasil operados com a bandeira “Carrefour” no Brasil. A consumação da operação estava sujeita à aprovação do Banco Central do Brasil, a qual foi obtida em 23 de abril de 2012 e à transferência das ações da BSF ao Itaú Unibanco Holding S.A., a qual foi efetuada em 31 de maio de 2012.

Em 31 de Maio de 2012, passamos a contabilizar esta participação na BSF pelo método de equivalência patrimonial (Nota 15) e as transações entre partes relacionadas (Nota 34).

Concluiremos no decorrer do 1º semestre de 2013 a alocação final do diferencial entre o valor pago para BSF Holding e a participação em seus ativos líquidos ao valor justo.

b) FAI - Financeira Americanas Itaú S.A. Crédito, Financiamento e Investimento (“FAI”)

Em 09 de agosto de 2012, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A. informou o encerramento de sua parceria com a LOJAS AMERICANAS S.A. (“LASA”), celebrada em 2005, para a oferta, distribuição e comercialização, com exclusividade pela FAI (entidade controlada em conjunto por ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A. e LASA), de produtos e serviços financeiros, securitários e previdenciários aos clientes da LASA e de suas afiliadas.

Em consequência de referido encerramento, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A. e LASA celebraram, naquela data, contrato de compra e venda e outras avenças por meio do qual a LASA concordou em (i) vender para o ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A. a totalidade da participação que detinha no capital social da FAI, pelo valor aproximado de R\$ 83 milhões; e (ii) adquirir o direito de lavra detido pela FAI, relativo à exclusividade para a oferta, distribuição e comercialização dos Produtos e Serviços Financeiros por meio dos canais de distribuição da LASA e/ou de suas afiliadas, pelo valor aproximado de R\$ 112 milhões. A conclusão da operação estava sujeita à aprovação do Banco Central do Brasil, a qual foi obtida em 27 de dezembro de 2012.

Como resultado dessa transação, a FAI deixou de ser uma entidade controlada em conjunto entre ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A e LASA e passou a ser uma subsidiária integral do ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A. Em 31/12/2012 o saldo das contas patrimoniais da FAI foram consolidados integralmente, entretanto o resultado do exercício de 2012 foi consolidado proporcionalmente.

Concluiremos no decorrer de 2013 a alocação final do diferencial entre o valor pago pela FAI e a participação em seus ativos líquidos ao valor justo.

c) Redecard

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A. detinha 46,4% do capital votante da Redecard S.A. Em 30 de março de 2009 adquiriu 3,61% de participação e passou a ser seu acionista controlador, com 50,01% de participação no capital votante.

Em 24 de setembro de 2012, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A. concluiu o leilão de oferta pública de ações (OPA) para fins de cancelamento do registro de companhia aberta da Redecard, nos termos do edital da OPA publicado em 23 de agosto de 2012.

Notas Explicativas

Como resultado do leilão, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A. adquiriu, por meio de sua subsidiária não financeira Banestado Participações, Administração e Serviços Ltda., 298.989.237 ações ordinárias de emissão da Redecard, representativas de 44,4% do capital social, passando a deter 635.474.593 ações ordinárias, representativas de 94,4% de seu capital social. As ações foram adquiridas pelo preço unitário de R\$ 35,00, totalizando o valor de R\$ 10.469.

Com o intuito de concluir a compra da participação minoritária remanescente, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING adquiriu por meio de sua subsidiária Banestado Participações, Administração e Serviços Ltda., 36.423.856 ações ordinárias (24.207.582 em outubro de 2012; 9.893.659 em novembro de 2012; e 2.322.615 em dezembro de 2012) pelo valor ofertado na OPA de 24 de setembro de 2012 de R\$ 35,00 acrescido da variação da SELIC do período, resgatou 999.884 ações ordinárias e cancelou 72.372 ações em tesouraria, aumentando a sua participação no capital social de 94,4% para 100,0%, totalizando o valor de R\$ 1.283 (incluindo taxas e corretagens)

No dia 18 de outubro de 2012, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) cancelou o registro da Redecard como companhia aberta.

As alterações no patrimônio líquido atribuível ao ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A., em virtude da compra de ações de não controladores da Redecard, são demonstradas abaixo:

	2012
Efeito da alteração de participação	(11.151)
Reconhecimento da receita de imposto de renda diferido por diferenças temporárias ⁽¹⁾	3.791
Diminuição do patrimônio líquido pela compra de ações da Redecard ⁽²⁾	(7.360)

(1) Para as controladas não financeiras a alíquota do Imposto de Renda e da Contribuição Social é de 34%.

(2) Refletidos no consolidado da ITAÚSA proporcionalmente: (R\$ 2.707).

d) Associação com o Banco BMG S.A.

Em 09 de julho de 2012 o ITAÚ UNIBANCO HOLDING celebrou o Contrato de Associação com o Banco BMG S.A. ("BMG"), visando à oferta, distribuição e comercialização de créditos consignados através da constituição de instituição financeira, o Banco Itaú BMG Consignado S.A. ("Itaú BMG Consignado"). Após a obtenção da aprovação prévia necessária para início das operações, emitida pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE em 17 de outubro de 2012, os documentos finais foram assinados em 13 de dezembro de 2012 e o Banco BMG passou a ser acionista do Itaú BMG Consignado em 7 de janeiro de 2013. A associação está sujeita à homologação do Banco Central do Brasil.

e) Subscrição de Capital Tablemac S.A

Em agosto de 2012 a Duratex S.A, por meio de suas subsidiárias indiretas Duratex Europe NV., e Duratex Belgium NV., efetivou a subscrição de 25% do capital social da Tablemac S.A. empresa líder no mercado colombiano na fabricação de painéis de madeira industrializada, por meio de uma emissão primária de ações. Esse evento representou um aporte de R\$ 116,1 milhões na empresa colombiana, equivalente a R\$ 116,6 em 31 de julho, sendo R\$ 107,4 relativos à participação adquirida e R\$ 9,2 relativo à compra de opção de subscrição de 15% adicionais de ações da Tablemac, opção essa que possui um prazo de dois anos (registrada na rubrica outras contas a receber no ativo não circulante). Esta operação se enquadra nas regras do CPC 18 R1 "Investimento em Coligada e Controlada" aprovada pela Deliberação CVM nº 688 de 4 de outubro de 2012. Dessa forma, a companhia apurou o valor justo da sua participação sobre os ativos e passivos registrados ou não contabilmente pela Tablemac, apurando ágio no valor de R\$ 27,5 milhões.

Notas Explicativas

Adicionalmente à aquisição acima, a Duratex por meio de OPA – Oferta Pública de Aquisição de Ações no mercado colombiano, adquiriu participação adicional de 12% do capital da Tablemac S.A., atingindo 37% no capital total dessa companhia. O valor deste investimento foi de aproximadamente R\$ 54 milhões.

Os detalhes dos valores justos adquiridos e o ágio são como seguem:

	Em milhões de Reais	
	Primeira aquisição	Segunda aquisição
Ativos	531	447
Caixa e equivalentes de caixa	117	36
Contas a receber de clientes	26	23
Estoques	31	34
Impostos e contribuições a recuperar	3	7
Demais créditos	-	2
Imobilizado	306	295
Ativos Biológicos	12	12
Relação contratual com cliente	36	38
Passivos	211	137
Fornecedores	16	13
Instituições financeiras	133	72
Obrigações com pessoal	1	2
Contas a pagar	33	26
Impostos e contribuições	4	7
Contingências	7	4
I. Renda e C. Social diferidos	17	13
Total dos ativos líquidos	320	310
Percentual adquirido =	25%	80 12%
Goodwill	27	17
Valor pago na aquisição	107	54

f) Aquisição e incorporação da Indústria Metalúrgica Jacareí Ltda.

Em 2 de outubro de 2012, a Duratex S.A adquiriu a totalidade das quotas sociais da Indústria Metalúrgica Jacareí Ltda. (MIPEL), pelo valor de R\$ 46 milhões. Esta operação se enquadra nas regras do CPC 15 aprovada pela Deliberação CVM nº 580 de 31 de julho de 2009. Dessa forma os ativos e passivos registrados foram avaliados aos seus respectivos valores justos.

Notas Explicativas

Os detalhes dos valores em livros, valores justos líquidos adquiridos e o ágio são como seguem:

	Em milhões de Reais	
	Valor Justo	Valor Contábil da adquirida
Ativos	47	16
Contas a receber de clientes	2	2
Estoques	9	7
Impostos a Recuperar	1	1
Imobilizado	20	5
Intangível	1	1
Relação contratual com cliente	13	-
Marcas	1	-
Passivos	3	3
Fornecedores	2	2
Obrigações com pessoal	1	1
Total dos ativos líquidos	44	13
Goodwill	2	
Valor pago na aquisição	46	

Em 28 de dezembro de 2012, foi aprovada pela Assembléia Geral Extraordinária a incorporação pela Duratex S.A da Indústria Metalúrgica Jacareí Ltda., a valor de livros, visando a otimização de seus processos de produção.

Notas Explicativas**NOTA 4 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

Para os fins da demonstração consolidada de fluxos de caixa, o valor de Caixa e Equivalentes de Caixa para a ITAÚSA CONSOLIDADO é composto pelos seguintes itens (montantes com prazos originais de vencimento igual ou inferior a 90 dias):

	31/12/2012	31/12/2011
Disponibilidades	5.190	3.994
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	5.277	6.967
Aplicações em Operações Compromissadas - Mercado Aberto	7.424	3.136
Ativos Financeiros	325	-
Total	18.216	14.097

Os valores referentes a Aplicações em Depósitos Interfinanceiros e Aplicações no Mercado Aberto não equivalentes de caixa são de R\$ 3.487 (R\$ 3.277 em 31/12/2011) e R\$ 53.764 (R\$ 30.832 em 31/12/2011), respectivamente.

NOTA 5 - DEPÓSITOS COMPULSÓRIOS NO BANCO CENTRAL

	31/12/2012	31/12/2011
Não Remunerados	2.371	2.110
Remunerados	21.060	33.995
Total	23.431	36.105

NOTA 6 - APLICAÇÕES EM DEPÓSITOS INTERFINANCEIROS E NO MERCADO ABERTO

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	31/12/2012			31/12/2011		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	23.430	396	23.826	25.384	2.437	27.821
Aplicações no Mercado Aberto (*)	162.558	179	162.737	92.248	-	92.248
Total	185.988	575	186.563	117.632	2.437	120.069
Participação Itaúsa	68.412	212	68.624	43.314	897	44.212
		36,78%			36,82%	
Itaúsa e Empresas Industriais	1.328	-	1.328	1.033	-	1.033
Total	69.740	212	69.952	44.347	897	45.245

(*) O montante de R\$ 9.106 (R\$ 7.046 em 31/12/2011) está dado em garantia de operações na BM&F Bovespa S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros o montante de R\$ 116.922 (R\$ 49.701 em 31/12/2011) está dado em garantia de operações com compromisso de recompra, em conformidade com as políticas descritas na nota 2.4f, refletidos no Consolidado da Itaúsa proporcionalmente: R\$ 3.349 (R\$ 2.595 em 31/12/2011) e R\$ 43.008 (R\$ 18.301 em 31/12/2011).

Notas Explicativas

NOTA 7 - ATIVOS FINANCEIROS MANTIDOS PARA NEGOCIAÇÃO E DESIGNADOS A VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO

a) Os Ativos Financeiros Mantidos para Negociação contabilizados pelo seu Valor Justo são apresentados na tabela a seguir:

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	31/12/2012			
	Custo/ Custo Amortizado	Resultados não realizados		Valor Justo
		Ganhos	Perdas	
Fundos de Investimento	1.422	47	(1)	1.468
Títulos Públicos do Governo Brasileiro (1a)	110.999	212	(5)	111.206
Títulos da Dívida Externa do Governo Brasileiro	1.250	39	(3)	1.286
Títulos Públicos - Outros Países (1b)	860	16	(4)	872
Argentina	105	5	(4)	106
Estados Unidos	335	10	-	345
México	224	1	-	225
Chile	108	-	-	108
Uruguai	33	-	-	33
Colômbia	34	-	-	34
Outros	21	-	-	21
Títulos de Dívida de Empresas (1c)	30.613	185	(114)	30.684
Ações Negociáveis	2.777	137	(99)	2.815
Certificado de Recebíveis Imobiliários	21	-	-	21
Certificado de Depósito Bancário	2.933	-	-	2.933
Debêntures	4.629	8	(1)	4.636
Euro Bonds e Assemelhados	1.587	39	(14)	1.612
Letras Financeiras	18.440	1	-	18.441
Notas Promissórias	20	-	-	20
Outros	206	-	-	206
TOTAL	145.144	499	(127)	145.516
Participação Itaúsa - 36,78%	53.389	184	(47)	53.525
Outras Empresas	87	13	(3)	97
TOTAL	53.476	197	(50)	53.622

(1) Os Ativos Mantidos para Negociação dados em Garantias de Operações de Captações de Instituições Financeira em 31/12/2012 eram: a) R\$ 1.881 e b) R\$ 467, totalizando R\$ 2.348, refletidos no Consolidado da Itaúsa proporcionalmente: a) R\$ 692 e b) R\$ 172, totalizando R\$ 864.

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	31/12/2011			
	Custo/ Custo Amortizado	Resultados não realizados		Valor Justo
		Ganhos	Perdas	
Fundos de Investimento	1.326	35	(22)	1.339
Títulos Públicos do Governo Brasileiro (1a)	93.914	184	(184)	93.914
Títulos da Dívida Externa do Governo Brasileiro	868	42	-	910
Títulos Públicos - Outros Países (1b)	787	28	(13)	802
Argentina	226	12	(13)	225
Estados Unidos	280	12	-	292
México	201	4	-	205
Chile	50	-	-	50
Uruguai	27	-	-	27
Outros	3	-	-	3
Títulos de Dívida de Empresas (1c)	24.965	84	(125)	24.924
Ações Negociáveis	2.325	69	(97)	2.297
Certificado de Recebíveis Imobiliários	23	1	-	24
Certificado de Depósito Bancário	7.820	-	-	7.820
Debêntures	3.525	2	(1)	3.526
Euro Bonds e Assemelhados	1.446	12	(27)	1.431
Letras Financeiras	8.973	-	-	8.973
Outros	853	-	-	853
TOTAL	121.860	373	(344)	121.889
Participação Itaúsa - 36,82%	44.871	137	(127)	44.882
Outras Empresas	169	50	(52)	167
TOTAL	45.040	187	(179)	45.049

(1) Os Ativos Mantidos para Negociação dados em Garantias de Operações de Captações de Instituições Financeira em 31/12/2011 eram: a) R\$ 12.010, b) R\$ 84 e c) R\$ 48, refletidos no Consolidado da Itaúsa proporcionalmente: a) R\$ 4.422, b) R\$ 31 e c) R\$ 18, totalizando R\$ 4.471.

Ganhos e Perdas Realizados e Não Realizados

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	01/01 a	01/01 a
	31/12/2012	31/12/2011
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação		
Ganhos	4.808	2.995
Perdas	(1.609)	(2.559)
TOTAL	3.199	436
Participação Itaúsa - 36,78% em Dez/12 e 36,82% em Dez/11	1.177	161
TOTAL	1.177	161

Notas Explicativas

O custo amortizado e o valor justo, por vencimento, dos Ativos Financeiros Mantidos para Negociação foram os seguintes:

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	31/12/2012		31/12/2011	
	Custo / Custo Amortizado	Valor justo	Custo / Custo Amortizado	Valor justo
Circulante	32.225	32.334	37.701	37.706
Sem vencimento	4.199	4.284	3.650	3.635
Até um ano	28.026	28.050	34.051	34.071
Não Circulante	112.919	113.182	84.159	84.183
De um a cinco anos	85.418	85.581	72.064	72.088
De cinco a dez anos	17.878	17.934	8.570	8.550
Após dez anos	9.623	9.667	3.525	3.545
TOTAL	145.144	145.516	121.860	121.889
Participação Itaúsa - 36,78% em Dez/12 e 36,82% em Dez/11	53.389	53.525	44.871	44.882
Outras Empresas	87	97	169	167
	53.476	53.622	45.040	45.049

Ativos Financeiros Mantidos para Negociação incluem ativos de fundos exclusivos de propriedade da Itaú Vida e Previdência S.A, com um valor justo de R\$ 75.146 (R\$ 57.734 em 31/12/2011), refletidos no Consolidado da Itaúsa proporcionalmente R\$ 27.641 e (R\$ 21.259 em 31/12/2011). O retorno de tais ativos (positivo e negativo) é transferido na sua totalidade para clientes de planos de PGBL e VGBL cujas contribuições (líquidas de taxas) são usadas por nossa subsidiária para comprar cotas de tais fundos de investimentos.

b) Os Ativos Financeiros designados a Valor Justo por meio do resultado são apresentados na tabela a seguir:

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	Custo / Custo Amortizado	31/12/2012 Resultados não realizados		Valor Justo
		Ganhos	Perdas	
Títulos da Dívida Externa do Governo Brasileiro	217	3	-	220
Participação Itaúsa - 36,78%	80	1	-	81
TOTAL	80	1	-	81

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	Custo / Custo Amortizado	31/12/2011 Resultados não realizados		Valor Justo
		Ganhos	Perdas	
Títulos da Dívida Externa do Governo Brasileiro	182	4	-	186
Participação Itaúsa - 36,82%	68	1	-	69
TOTAL	68	1	-	69

Ganhos e Perdas Realizados

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	01/01 a	01/01 a
	31/12/2012	31/12/2011
Ganhos	17	20
TOTAL	17	20
Participação Itaúsa - 36,78% em Dez/12 e 36,82% em Dez/11	6	7
TOTAL	6	7

O custo amortizado e o valor justo, por vencimento, dos Ativos Financeiros designados a Valor Justo por meio do resultado foram os seguintes:

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	31/12/2012		31/12/2011	
	Custo / Custo Amortizado	Valor justo	Custo / Custo Amortizado	Valor justo
Não Circulante	217	220	182	186
Após dez anos	217	220	182	186
Participação Itaúsa - 36,78% em Dez/12 e 36,82% em Dez/11	80	81	68	69
TOTAL	80	81	68	69

Notas Explicativas

NOTA 8 – DERIVATIVOS

A ITAÚSA por intermédio principalmente de sua controlada em conjunto Itaú Unibanco Holding negocia instrumentos financeiros derivativos com diversas contrapartes para administrar suas exposições globais e para auxiliar seus clientes a administrar suas próprias exposições. Os principais instrumentos negociados são:

Futuros - Contratos futuros de taxa de juros e de moedas estrangeiras são compromissos para comprar ou vender um instrumento financeiro em uma data futura a um preço ou rendimento contratado, e podem ser liquidados em dinheiro ou por entrega. O valor nominal representa o valor de face do instrumento relacionado. Contratos futuros de mercadorias ou Títulos são compromissos para comprar ou vender mercadorias (principalmente ouro, café e suco de laranja) em uma data futura, por um preço contratado, que são liquidados em dinheiro. O valor referencial representa a quantidade dessas mercadorias multiplicada pelo preço futuro na data do contrato. Para todos os instrumentos são efetuadas liquidações diárias dos movimentos de preços.

Termo - Contratos a termo de juros são contratos para efetuar troca de pagamentos em uma data futura especificada, com base na flutuação em mercado da taxa de juros entre a data da negociação e a data da liquidação do contrato. Contratos a termo de câmbio representam contratos para a troca da moeda de um país pela de um outro, por um preço contratado em uma data de liquidação futura acordada. Contratos a Termo de Títulos são compromissos para comprar ou vender um instrumento financeiro em uma data futura, a um preço contratado e são liquidados em dinheiro.

Swaps - Contratos de *swaps* de taxa de juros e de câmbio são compromissos para liquidar em dinheiro em uma data ou datas futuras, o diferencial entre dois índices financeiros especificados (duas taxas de juros diferentes em uma única moeda ou duas taxas diferentes, cada uma delas em uma moeda diferente) aplicados sobre um valor referencial de principal. Os contratos de swap apresentados na tabela abaixo como Outros correspondem, principalmente, a contratos de *swaps* de índices de inflação.

Opções - Contratos de opção dão ao comprador, mediante o pagamento de um prêmio, o direito, mas não a obrigação, de comprar ou vender, um instrumento financeiro dentro de um prazo limitado inclusive um fluxo de juros, moedas estrangeiras, mercadorias ou instrumentos financeiros, a um preço contratado que também pode ser liquidado em dinheiro, com base no diferencial entre índices específicos.

Derivativos de Crédito - Derivativos de crédito são instrumentos financeiros cujo valor deriva do risco de crédito associado à dívida emitida por um terceiro (entidade de referência) e permite que uma entidade (comprador da proteção) transfira esse risco a uma contraparte (vendedor da proteção). O vendedor da proteção é obrigado a realizar pagamentos com base no contrato quando a entidade de referência sofrer um evento de crédito, tal como falência, inadimplência ou reestruturação da dívida. O vendedor da proteção recebe um prêmio pela proteção, mas por outro lado recebe o risco de que o instrumento subjacente referenciado no contrato sofra um evento de crédito e tenha que fazer um pagamento ao comprador da proteção que pode chegar ao valor referencial do derivativo de crédito.

O valor total das margens dadas em garantia pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING era de R\$ 4.424 (R\$ 8.225 em 31/12/2011) e estava basicamente composto por títulos públicos, refletidos no consolidado da Itaúsa proporcionalmente R\$ 1.627 (R\$ 3.029 em 31/12/2011).

Notas Explicativas

As tabelas a seguir apresentam a composição dos derivativos por indexador:

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	Conta de Compensação	Custo Amortizado	Ganhos / (Perdas)	Valor Justo
	Valor Referencial			
	31/12/2012	31/12/2012	31/12/2012	31/12/2012
Contratos de futuros	537.449	46	(69)	(23)
Compromissos de Compra	349.872	47	-	47
Moeda Estrangeira	15.013	29	-	29
Mercado Interfinanceiro	289.816	11	-	11
Índices	38.012	6	-	6
Títulos	6.731	-	-	-
Commodities	294	1	-	1
Outros	6	-	-	-
Compromissos de Venda	187.577	(1)	(69)	(70)
Moeda Estrangeira	58.848	2	(68)	(66)
Mercado Interfinanceiro	107.854	(5)	-	(5)
Índices	13.429	2	(1)	1
Títulos	7.196	-	-	-
Commodities	250	-	-	-
Contratos de Swaps		(906)	(476)	(1.382)
Posição Ativa	130.949	2.131	1.555	3.686
Moeda Estrangeira	12.851	518	140	658
Mercado Interfinanceiro	44.778	366	(7)	359
Prefixados	35.527	444	379	823
Pós-Fixados	4.742	13	4	17
Índices	32.492	741	1.011	1.752
Títulos	559	49	25	74
Outros	-	-	3	3
Posição Passiva	131.855	(3.037)	(2.031)	(5.068)
Moeda Estrangeira	14.899	(860)	(227)	(1.087)
Mercado Interfinanceiro	28.081	(89)	24	(65)
Prefixados	45.070	(735)	(444)	(1.179)
Pós-Fixados	6.652	(54)	(4)	(58)
Índices	36.526	(1.184)	(1.410)	(2.594)
Títulos	569	(115)	30	(85)
Commodities	28	-	-	-
Outros	30	-	-	-
Contratos de Opções	2.027.095	(168)	(207)	(375)
De Compra - Posição Comprada	525.476	428	(202)	226
Moeda Estrangeira	15.634	227	(109)	118
Mercado Interfinanceiro	80.332	57	(55)	2
Pós-Fixados	174	1	(1)	-
Índices	428.463	125	(46)	79
Títulos	632	7	13	20
Commodities	200	11	(4)	7
Outros	41	-	-	-
De Venda - Posição Comprada	578.535	1.058	622	1.680
Moeda Estrangeira	12.098	130	(16)	114
Mercado Interfinanceiro	20.343	125	100	225
Pós-Fixados	923	1	-	1
Índices	541.676	614	478	1.092
Títulos	3.054	165	37	202
Commodities	109	11	(3)	8
Outros	332	12	26	38
De Compra - Posição Vendida	296.683	(473)	263	(210)
Moeda Estrangeira	11.990	(212)	91	(121)
Mercado Interfinanceiro	45.296	(47)	46	(1)
Índices	238.695	(195)	139	(56)
Títulos	592	(7)	(17)	(24)
Commodities	84	(12)	5	(7)
Outros	26	-	(1)	(1)
De Venda - Posição Vendida	626.401	(1.181)	(890)	(2.071)
Moeda Estrangeira	9.379	(178)	6	(172)
Mercado Interfinanceiro	117.429	(143)	(322)	(465)
Índices	497.633	(668)	(513)	(1.181)
Títulos	1.455	(168)	(38)	(206)
Commodities	173	(12)	3	(9)
Outros	332	(12)	(26)	(38)

Notas Explicativas

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	Conta de Compensação	Custo Amortizado	Ganhos / (Perdas)	Valor Justo
	Valor Referencial			
	31/12/2011	31/12/2011	31/12/2011	31/12/2011
Contratos de futuros	268.806	75	(49)	26
Compromissos de Compra	251.094	75	19	94
Moeda Estrangeira	59.087	(1)	12	11
Mercado Interfinanceiro	144.154	1	-	1
Índices	41.365	75	7	82
Títulos	6.338	-	-	-
Commodities	122	-	-	-
Outros	28	-	-	-
Compromissos de Venda	17.712	-	(68)	(68)
Moeda Estrangeira	15.796	-	(63)	(63)
Mercado Interfinanceiro	52	-	-	-
Índices	1.106	-	-	-
Títulos	230	-	(3)	(3)
Commodities	513	-	(2)	(2)
Outros	15	-	-	-
Contratos de Swaps	-	72	(120)	(48)
Posição Ativa	94.806	2.155	595	2.750
Moeda Estrangeira	9.883	605	7	612
Mercado Interfinanceiro	39.936	545	50	595
Prefixados	16.808	227	241	468
Pós-Fixados	3.809	3	-	3
Índices	23.995	739	312	1.051
Títulos	28	23	(26)	(3)
Commodities	3	-	-	-
Outros	344	13	11	24
Posição Passiva	94.734	(2.083)	(715)	(2.798)
Moeda Estrangeira	11.171	(608)	22	(586)
Mercado Interfinanceiro	24.958	(100)	10	(90)
Prefixados	21.733	(325)	(301)	(626)
Pós-Fixados	6.144	(133)	2	(131)
Índices	29.225	(816)	(477)	(1.293)
Títulos	112	(85)	34	(51)
Commodities	108	(1)	(4)	(5)
Outros	1.283	(15)	(1)	(16)
Contratos de Opções	1.108.517	576	(739)	(163)
De Compra - Posição Comprada	237.863	1.122	(373)	749
Moeda Estrangeira	17.481	887	(289)	598
Mercado Interfinanceiro	36.911	65	(36)	29
Pós-Fixados	278	1	(1)	-
Índices	181.517	124	(58)	66
Títulos	1.162	31	11	42
Commodities	501	14	-	14
Outros	13	-	-	-
De Venda - Posição Comprada	354.697	1.457	237	1.694
Moeda Estrangeira	7.635	149	(41)	108
Mercado Interfinanceiro	27.212	293	(49)	244
Prefixados	2	-	1	1
Pós-Fixados	218	1	-	1
Índices	315.903	915	(2)	913
Títulos	2.821	82	317	399
Commodities	768	14	-	14
Outros	138	3	11	14
De Compra - Posição Vendida	174.398	(778)	47	(731)
Moeda Estrangeira	10.325	(454)	(97)	(551)
Mercado Interfinanceiro	23.954	(47)	11	(36)
Índices	139.248	(258)	144	(114)
Títulos	795	(15)	(13)	(28)
Commodities	65	(4)	2	(2)
Outros	11	-	-	-
De Venda - Posição Vendida	341.559	(1.225)	(650)	(1.875)
Moeda Estrangeira	10.757	(309)	113	(196)
Mercado Interfinanceiro	35.433	(178)	(239)	(417)
Prefixados	2	-	(1)	(1)
Índices	293.394	(647)	(197)	(844)
Títulos	1.636	(79)	(316)	(395)
Commodities	197	(9)	1	(8)
Outros	140	(3)	(11)	(14)

Notas Explicativas

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	Conta de		Ganhos / (Perdas)	Valor Justo
	Compensação	Custo Amortizado		
	Valor Referencial	31/12/2012	31/12/2012	31/12/2012
Contratos a Termo	23.641	1.227	10	1.237
Compras a Receber	4.103	1.170	(3)	1.167
Moeda Estrangeira	3.116	185	(3)	182
Prefixados	727	727	-	727
Pós-Fixados	258	258	-	258
Commodities	2	-	-	-
Obrigações por Compra a Pagar	5.894	(1.077)	13	(1.064)
Moeda Estrangeira	5.759	(82)	13	(69)
Prefixados	-	(727)	-	(727)
Pós-Fixados	-	(258)	-	(258)
Commodities	135	(10)	-	(10)
Vendas a Receber	12.054	2.368	(5)	2.363
Moeda Estrangeira	6.788	107	(3)	104
Mercado Interfinanceiro	2.908	7	-	7
Prefixados	868	891	(1)	890
Pós-Fixados	395	396	(1)	395
Índices	5	5	-	5
Títulos	961	951	(2)	949
Commodities	129	11	2	13
Obrigações por Venda a Entregar	1.590	(1.234)	5	(1.229)
Moeda Estrangeira	1.558	(58)	4	(54)
Prefixados	-	(779)	-	(779)
Pós-Fixados	-	(396)	1	(395)
Commodities	32	(1)	-	(1)
Derivativos de Crédito	6.198	630	8	638
Posição Ativa	3.150	734	(6)	728
Prefixados	2.307	734	(12)	722
Títulos	650	-	5	5
Outros	193	-	1	1
Posição Passiva	3.048	(104)	14	(90)
Prefixados	2.810	(104)	20	(84)
Títulos	232	-	(6)	(6)
Outros	6	-	-	-
Forwards	39.875	(47)	80	33
Posição Ativa	18.969	315	64	379
Moeda Estrangeira	18.522	305	64	369
Pós-Fixados	410	8	-	8
Índices	25	2	-	2
Títulos	12	-	-	-
Posição Passiva	20.906	(362)	16	(346)
Moeda Estrangeira	20.890	(362)	16	(346)
Mercado Interfinanceiro	14	-	-	-
Índices	2	-	-	-
Swap com Verificação	1.087	(1)	(41)	(42)
Posição Ativa - Mercado Interfinanceiro	543	-	-	-
Posição Passiva	544	(1)	(41)	(42)
Moeda Estrangeira	479	(1)	(40)	(41)
Mercado Interfinanceiro	65	-	(1)	(1)
Verificação de Swap - Posição Ativa - Moeda Estrangeira	547	-	35	35
Outros Instrumentos Financeiros Derivativos	6.677	276	131	407
Posição Ativa	5.493	1.291	42	1.333
Moeda Estrangeira	485	104	5	109
Prefixados	1.633	776	40	816
Pós-Fixados	285	262	-	262
Títulos	2.994	149	(4)	145
Outros	96	-	1	1
Posição Passiva	1.184	(1.015)	89	(926)
Moeda Estrangeira	179	(92)	94	2
Prefixados	-	(637)	2	(635)
Pós-Fixados	-	(286)	(1)	(287)
Títulos	819	-	(5)	(5)
Outros	186	-	(1)	(1)
ATIVO	9.495	2.102	11.597	
PASSIVO	(8.438)	(2.631)	(11.069)	
TOTAL	1.057	(529)	528	

Ativo - Participação Itaúsa - 36,78% em Dez/12	3.493	773	4.266
Passivo - Participação Itaúsa - 36,78% em Dez/12	(3.104)	(968)	(4.072)
TOTAL	389	(195)	194
Empresas Industriais Ativo	13	11	24
Empresas Industriais Passivo	-	-	-
ATIVO	3.506	784	4.290
PASSIVO	(3.104)	(968)	(4.072)
TOTAL	402	(184)	218

Os contratos de derivativos possuem os seguintes vencimentos em dias:

Compensação - Valor Referencial	0 - 30	31 - 180	181 - 365	Acima de 365	31/12/2012
Contrato de Futuros	107.856	116.709	147.543	165.341	537.449
Contratos de Swaps - Ajuste a Pagar	14.159	29.218	21.019	64.422	128.818
Contrato de Opções	1.000.052	97.773	420.582	508.688	2.027.095
Contratos a Termo	7.057	9.140	3.512	3.932	23.641
Derivativos de Crédito	224	1.806	154	4.014	6.198
Forwards	11.037	22.537	4.186	2.115	39.875
Swaps com Verificação	-	-	-	543	543
Verificação de Swap	-	-	-	547	547
Outros Instrumentos Financeiros Derivativos	132	1.498	710	4.337	6.677

Notas Explicativas

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	Conta de				
	Compensação	Custo Amortizado	Ganhos / (Perdas)	Valor Justo	
	Valor Referencial				
	31/12/2011	31/12/2011	31/12/2011	31/12/2011	
Contratos a Termo	17.248	1.092	(31)	1.061	
Compras a Receber	8.702	921	(62)	859	
Moeda Estrangeira	7.883	623	(62)	561	
Mercado Interfinanceiro	520	-	-	-	
Prefixados	-	35	-	35	
Pós-Fixados	262	262	-	262	
Commodities	37	1	-	1	
Obrigações por Compra a Pagar	1.351	(324)	(9)	(333)	
Moeda Estrangeira	1.218	(43)	(8)	(51)	
Pós-Fixados	-	(262)	-	(262)	
Commodities	131	(19)	(1)	(20)	
Outros	2	-	-	-	
Vendas a Receber	2.230	1.013	7	1.020	
Moeda Estrangeira	1.181	24	9	33	
Mercado Interfinanceiro	48	1	-	1	
Prefixados	148	148	(1)	147	
Pós-Fixados	110	110	-	110	
Títulos	731	726	(1)	725	
Commodities	12	4	-	4	
Obrigações por Venda a Entregar	4.965	(518)	33	(485)	
Moeda Estrangeira	4.905	(342)	32	(310)	
Prefixados	-	(54)	-	(54)	
Pós-Fixados	-	(110)	-	(110)	
Commodities	60	(12)	1	(11)	
Derivativos de Crédito	7.194	153	136	289	
Posição Ativa	3.659	242	157	399	
Moeda Estrangeira	117	-	1	1	
Prefixados	1.820	226	134	360	
Pós-Fixados	-	5	11	16	
Índices	-	11	(1)	10	
Títulos	1.721	-	12	12	
Outros	1	-	-	-	
Posição Passiva	3.535	(89)	(21)	(110)	
Moeda Estrangeira	117	-	(1)	(1)	
Prefixados	2.900	(89)	(8)	(97)	
Títulos	517	-	(12)	(12)	
Outros	1	-	-	-	
Operações de Forwards	31.285	69	56	125	
Posição Ativa	16.257	421	30	451	
Moeda Estrangeira	15.862	415	30	445	
Mercado Interfinanceiro	19	-	-	-	
Pós-Fixados	376	6	-	6	
Posição Passiva	15.028	(352)	26	(326)	
Moeda Estrangeira	14.946	(348)	26	(322)	
Mercado Interfinanceiro	13	-	-	-	
Pós-Fixados	69	(1)	-	(1)	
Índices	-	(1)	-	(1)	
Títulos	-	(2)	-	(2)	
Swap com Verificação	102	-	(2)	(2)	
Posição Ativa - Mercado Interfinanceiro	51	-	-	-	
Posição Passiva - Mercado Interfinanceiro	51	-	(2)	(2)	
Verificação de Swap - Posição Ativa - Moeda Estrangeira	53	-	4	4	
Outros Instrumentos Financeiros Derivativos	4.894	695	20	715	
Posição Ativa	4.640	769	33	802	
Moeda Estrangeira	608	55	31	86	
Prefixados	973	521	-	521	
Títulos	3.054	193	2	195	
Outros	5	-	-	-	
Posição Passiva	254	(74)	(13)	(87)	
Moeda Estrangeira	118	(74)	(11)	(85)	
Títulos	75	-	-	-	
Outros	61	-	(2)	(2)	
	ATIVO	8.175	579	8.754	
	PASSIVO	(5.443)	(1.304)	(6.747)	
	TOTAL	2.732	(725)	2.007	
Ativo - Participação Itaúsa - 36,82% em Dez/11		3.010	214	3.224	
Passivo - Participação Itaúsa - 36,82% em Dez/11		(2.004)	(480)	(2.484)	
TOTAL		1.006	(266)	740	
Empresas Industriais Ativo		7	9	16	
Empresas Industriais Passivo		(3)	1	(2)	
ATIVO		3.017	223	3.240	
PASSIVO		(2.007)	(479)	(2.486)	
TOTAL		1.010	(256)	754	
Os contratos de derivativos possuem os seguintes vencimentos em dias:					
Compensação - Valor Referencial	0 - 30	31 - 180	181 - 365	Acima de 365	31/12/2011
Contrato de Futuros	75.850	67.789	36.072	89.095	268.806
Contratos de Swaps - Ajuste a Pagar	9.939	16.691	19.679	46.342	92.651
Contrato de Opções	846.277	58.377	176.965	26.898	1.108.517
Contratos a Termo	3.393	7.970	3.626	2.259	17.248
Derivativos de Crédito	88	1.902	1.025	4.179	7.194
Forwards	6.636	14.066	6.899	3.684	31.285
Swaps com Verificação	-	-	-	51	51
Verificação de Swap	-	-	-	53	53
Outros Instrumentos Financeiros Derivativos	112	1.372	760	2.650	4.894

Notas Explicativas

Instrumentos Financeiros Derivativos

Abaixo, composição da carteira de Instrumentos Financeiros Derivativos (Ativos e Passivos) por tipo de instrumento demonstrada pelo seu valor de custo e de mercado e por prazo de vencimento.

	31/12/2012							
	Valor Justo	%	0-30 dias	31-90 dias	91-180 dias	181-365 dias	366-720 dias	Acima de 720 dias
ATIVO								
Contratos de Swaps - Ajustes a Receber	3.686	31,7	275	215	171	519	568	1.938
BM&FBovespa	471	4,1	5	10	13	17	145	281
Instituições Financeiras	420	3,6	86	137	19	27	32	119
Empresas	2.746	23,6	180	68	136	463	389	1.510
Pessoas Físicas	49	0,4	4	-	3	12	2	28
Contratos de Opções	1.906	16,4	936	176	83	295	358	58
BM&FBovespa	1.396	12,0	853	31	14	220	278	-
Instituições Financeiras	118	1,0	26	32	20	17	16	7
Empresas	392	3,4	57	113	49	58	64	51
Contratos a Termo	3.530	30,5	547	652	677	427	718	509
BM&FBovespa	961	8,3	285	502	149	25	-	-
Instituições Financeiras	172	1,5	171	1	-	-	-	-
Empresas	2.396	20,7	91	149	528	402	718	508
Pessoas Físicas	1	0,0	-	-	-	-	-	1
Derivativos de Crédito - Instituições Financeiras	728	6,3	119	564	1	1	2	41
Forwards	379	3,3	66	86	56	58	49	64
Instituições Financeiras	126	1,1	38	45	26	14	2	1
Empresas	253	2,2	28	41	30	44	47	63
Verificação de Swap - Empresas	35	0,3	-	-	-	-	1	34
Outros	1.333	11,5	-	900	-	90	60	283
Instituições Financeiras	786	6,8	-	576	-	71	6	133
Empresas	547	4,7	-	324	-	19	54	150
Total (*)	11.597	100,0	1.943	2.593	988	1.390	1.756	2.927
% por prazo de vencimento			16,8	22,4	8,5	12,0	15,1	25,2
Participação Itaúsa - 36,78% em dez/12	4.266		715	954	363	511	646	1.077
Empresas Industriais	24	-	-	-	-	-	-	24
TOTAL	4.290		715	954	363	511	646	1.101

(*) Do total da carteira ativa de Instrumentos Financeiros Derivativos, R\$ 2.543 referem-se ao circulante e R\$ 1.747 ao não circulante.

Instrumentos Financeiros Derivativos

Abaixo, composição da carteira de Instrumentos Financeiros Derivativos (Ativos e Passivos) por tipo de instrumento demonstrada pelo seu valor de custo e de mercado e por prazo de vencimento.

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	31/12/2011							
	Valor Justo	%	0-30	31-90	91-180	181-365	366-720	Acima de 720
ATIVO								
Futuros	26	0	1	51	5	(1)	(3)	(27)
BM&FBovespa	31	0	1	57	5	(1)	(4)	(27)
Instituições Financeiras	(4)	-	-	(2)	-	(2)	-	-
Empresas	(1)	-	-	(4)	-	2	1	-
Prêmios de Opções	2.443	27,9	1.252	182	223	660	113	13
BM&FBovespa	1.689	19,3	1.162	11	35	471	10	-
Instituições Financeiras	286	3,3	45	67	59	87	27	1
Empresas	468	5,3	45	104	129	102	76	12
Operações a Termo	1.879	21,3	644	384	156	209	146	340
BM&FBovespa	727	8,3	461	219	47	-	-	-
Instituições Financeiras	80	0,9	74	-	1	2	3	-
Empresas	1.072	12,1	109	165	108	207	143	340
Swaps - Ajuste a Receber	2.750	31,4	230	351	168	502	534	965
BM&FBovespa	332	3,8	13	25	31	61	22	180
Instituições Financeiras	259	3,0	29	63	13	28	49	77
Empresas	2.155	24,6	187	262	122	413	463	708
Pessoas Físicas	4	-	1	1	2	-	-	-
Derivativos de Crédito	399	4,6	-	15	17	6	52	309
Instituições Financeiras	95	1,1	-	15	17	2	2	59
Empresas	304	3,5	-	-	-	4	50	250
Forwards	451	5,2	96	101	73	67	44	70
Instituições Financeiras	279	3,2	83	73	45	31	8	39
Empresas	172	2,0	13	28	28	36	36	31
Swaps com Verificação - Empresas	4	0,0	-	-	-	-	-	4
Outros	802	9,2	54	470	3	30	74	171
Instituições Financeiras	778	8,9	54	467	1	11	74	171
Empresas	24	0,3	-	3	2	19	-	-
Total (*)	8.754	100,0	2.277	1.554	645	1.473	960	1.845
% por prazo de vencimento			26,0	17,8	7,4	16,8	11,0	21,0
Participação Itaúsa - 36,82% em Dez/11	3.224	37	838	572	238	542	353	679
Empresas Industriais	16	-	-	-	-	-	16	-
TOTAL	3.240	37	838	572	238	542	369	679

(*) Do total do valor justo da carteira ativa de Instrumentos Financeiros Derivativos R\$ 2.191 referem-se ao circulante e R\$ 1.049 ao não circulante.

Notas Explicativas

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	31/12/2012							
	Valor Justo	%	0 - 30	31 - 90	91 - 180	181 - 365	366 - 720	Acima de 720 dias
PASSIVO								
Contratos de Futuros - BM&FBovespa	(23)	0,2					(8)	(6)
Contratos de Swaps - Ajuste a Pagar	(5.068)	45,8	(351)	(186)	(536)	(404)	(902)	(2.689)
BM&FBovespa	(819)	7,4	(3)	(10)	(169)	(13)	(170)	(454)
Instituições Financeiras	(1.111)	10,0	(238)	(78)	(66)	(184)	(100)	(445)
Empresas	(2.882)	26,1	(102)	(87)	(294)	(195)	(623)	(1.581)
Pessoas Físicas	(256)	2,3	(8)	(11)	(7)	(12)	(9)	(209)
Contratos de Opções	(2.281)	20,5	(1.145)	(152)	(145)	(275)	(508)	(56)
BM&FBovespa	(1.720)	15,5	(1.104)	(34)	(31)	(131)	(420)	-
Instituições Financeiras	(335)	3,0	(24)	(91)	(54)	(52)	(64)	(50)
Empresas	(226)	2,0	(17)	(27)	(60)	(92)	(24)	(6)
Contratos a Termo	(2.293)	20,7	(152)	(50)	(492)	(381)	(710)	(508)
Instituições Financeiras	(138)	1,2	(131)	-	(1)	(1)	(5)	-
Empresas	(2.155)	19,5	(21)	(50)	(491)	(380)	(705)	(508)
Derivativos de Crédito - Instituições Financeiras	(90)	0,8	(4)	(1)			(7)	(78)
Forwards	(346)	3,2	(72)	(153)	(40)	(58)	(18)	(5)
Instituições Financeiras	(185)	1,7	(48)	(77)	(26)	(33)	(1)	-
Empresas	(161)	1,5	(24)	(76)	(14)	(25)	(17)	(5)
Swaps com Verificação - Empresas	(42)	0,4					(1)	(41)
Outros	(926)	8,4		(826)	(1)	(85)	(2)	(12)
Instituições Financeiras	(606)	5,5	-	(512)	-	(84)	-	(10)
Empresas	(320)	2,9	-	(314)	(1)	(1)	(2)	(2)
Total (*)	(11.069)	100,0	(1.724)	(1.368)	(1.214)	(1.211)	(2.154)	(3.398)
% por prazo de vencimento			15,6	12,4	11,0	10,9	19,5	30,6
Participação Itaúsa - 36,78% em Dez/12	(4.072)		(634)	(503)	(447)	(445)	(792)	(1.250)
Outras Empresas								
TOTAL	(4.072)		(634)	(503)	(447)	(445)	(792)	(1.250)

(*) Do total da carteira passiva de Instrumentos Financeiros Derivativos, R\$ (2.029) referem-se ao circulante e R\$ (2.043) ao não circulante.

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	31/12/2011							
	Valor Justo	%	0 - 30	31 - 90	91 - 180	181 - 365	366 - 720	Acima de 720 dias
PASSIVO								
Prêmios de Opções	(2.606)	38,6	(1.205)	(289)	(235)	(712)	(153)	(12)
BM&FBovespa	(1.768)	26,2	(1.114)	(87)	(20)	(484)	(63)	-
Instituições Financeiras	(687)	10,2	(86)	(185)	(180)	(162)	(63)	(11)
Empresas	(151)	2,2	(5)	(17)	(35)	(66)	(27)	(1)
Operações a Termo	(818)	12,1	(42)	(92)	(194)	(56)	(99)	(335)
Instituições Financeiras	(67)	1,0	(6)	(31)	(30)	-	-	-
Empresas	(751)	11,1	(36)	(61)	(164)	(56)	(99)	(335)
Swaps - Ajuste a Pagar	(2.798)	41,5	(211)	(177)	(116)	(534)	(497)	(1.263)
BM&FBovespa	(518)	7,7	(6)	(11)	(24)	(131)	(102)	(244)
Instituições Financeiras	(682)	10,1	(134)	(75)	(13)	(41)	(110)	(309)
Empresas	(1.557)	23,1	(70)	(89)	(73)	(342)	(274)	(709)
Pessoas Físicas	(41)	0,6	(1)	(2)	(6)	(20)	(11)	(1)
Derivativos de Crédito	(110)	1,7		(5)	(9)	(7)	(8)	(81)
Instituições Financeiras	(106)	1,6	-	(5)	(9)	(5)	(7)	(80)
Empresas	(4)	0,1	-	-	-	(2)	(1)	(1)
Forwards	(326)	4,8	(68)	(67)	(61)	(49)	(47)	(34)
Instituições Financeiras	(246)	3,6	(55)	(51)	(40)	(33)	(38)	(29)
Empresas	(80)	1,2	(13)	(16)	(21)	(16)	(9)	(5)
Swaps com Verificação - Empresas	(2)	0,0						(2)
Outros	(87)	1,3				(6)	(81)	
Instituições Financeiras	(80)	1,2	-	-	-	-	(80)	-
Empresas	(7)	0,1	-	-	-	(6)	(1)	-
Total (*)	(6.747)	100,0	(1.526)	(630)	(615)	(1.364)	(885)	(1.727)
% por prazo de vencimento			22,7	9,3	9,1	20,2	13,1	25,6
Participação Itaúsa - 36,82% em Dez/11	(2.484)		(562)	(232)	(226)	(502)	(326)	(636)
Outras Empresas	(2)	-	-	-	-	-	(2)	-
TOTAL	(2.486)		(562)	(232)	(226)	(502)	(328)	(636)

(*) Do total do valor justo da carteira passiva de Instrumentos Financeiros Derivativos, R\$ (1.523) referem-se ao circulante e R\$ (964) ao não circulante.

Notas Explicativas

Ganhos e (Perdas) Realizados e não Realizados na Carteira de Derivativos

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	01/01 a 31/12/2012	01/01 a 31/12/2011
Swap	(911)	(476)
Termo	71	(139)
Futuro	(2.148)	91
Opções	322	323
Derivativos de Crédito	191	185
Outros	17	367
Total	(2.458)	351
Participação Itaúsa - 36,78% em Dez/12 e 36,82% em Dez/11	(904)	129
TOTAL	(904)	129

a) Informações sobre Derivativos de Crédito

A ITAÚSA e suas controladas compram e vendem proteção de crédito predominantemente relacionada a títulos privados de empresas brasileiras, visando atender a necessidades de seus clientes. Quando a ITAÚSA e suas controladas vendem proteção de crédito, a exposição para uma dada entidade de referência pode ser compensada, parcial ou totalmente, por um contrato de compra de proteção de crédito de outra contraparte para a mesma entidade de referência ou entidade similar. Os derivativos de crédito em que a ITAÚSA e suas controladas são vendedores de proteção são *credit default swaps* e *total return swaps*.

Credit Default Swaps – CDS

CDS são derivativos de crédito em que, na ocorrência de um evento de crédito com respeito à entidade de referência, conforme os termos do contrato, o comprador da proteção tem direito a receber do vendedor da proteção o valor equivalente à diferença entre o valor de face do contrato de CDS e o valor justo da obrigação na data da liquidação do contrato, também conhecido como valor recuperado. O comprador da proteção não precisa deter o instrumento de dívida da entidade de referência para que receba os montantes devidos conforme os termos do contrato de CDS quando um evento de crédito ocorre.

Total Return Swap – TRS

TRS é uma transação na qual uma parte troca o retorno total de uma entidade de referência ou de uma cesta de ativos por fluxos de caixa periódicos, comumente juros e uma garantia contra perda de capital. Em um contrato TRS as partes não transferem a propriedade dos ativos.

A tabela abaixo apresenta a carteira de derivativos de crédito na qual a ITAÚSA e suas controladas vendem proteção a terceiros, por vencimento, e o potencial máximo de pagamentos futuros, bruto de quaisquer garantias, bem como a classificação por instrumento, risco e entidade de referência.

Notas Explicativas

31/12/2012						
ITAÚ UNIBANCO HOLDING	Potencial Máximo de Pagamentos Futuros, bruto	Antes de 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Valor Justo
Por Instrumento						
CDS	3.847	858	1.983	1.006	-	(72)
TRS	1.285	1.275	10	-	-	672
Total por Instrumento	5.132	2.133	1.993	1.006	-	600
Participação Itaúsa - 36,78% em dez/12	1.888	785	733	370	-	221
TOTAL	1.888	785	733	370	-	221
Por Classificação de Risco						
Grau de Investimento	5.132	2.133	1.993	1.006	-	600
Total por Risco	5.132	2.133	1.993	1.006	-	600
Participação Itaúsa - 36,78% em dez/12	1.888	785	733	370	-	221
TOTAL	1.888	785	733	370	-	221
Por Entidade de Referência						
Entidades Privadas	5.132	2.133	1.993	1.006	-	600
Total por Entidade	5.132	2.133	1.993	1.006	-	600
Participação Itaúsa - 36,78% em dez/12	1.888	785	733	370	-	221
TOTAL	1.888	785	733	370	-	221

31/12/2011						
ITAÚ UNIBANCO HOLDING	Potencial Máximo de Pagamentos Futuros, bruto	Antes de 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Valor Justo
Por Instrumento						
CDS	3.427	1.302	1.106	925	94	(92)
TRS	982	973	-	9	-	511
Total por Instrumento (*)	4.409	2.275	1.106	934	94	419
Participação Itaúsa - 36,82% em Dez/11	1.623	838	407	344	35	154
TOTAL	1.623	838	407	344	35	154
Por Classificação de Risco						
Grau de Investimento	4.409	2.275	1.106	934	94	419
Total por Risco (*)	4.409	2.275	1.106	934	94	419
Participação Itaúsa - 36,82% em Dez/11	1.624	838	407	344	35	154
TOTAL	1.624	838	407	344	35	154
Por Entidade de Referência						
Entidades Privadas	4.409	2.275	1.106	934	94	419
Total por Entidade (*)	4.409	2.275	1.106	934	94	419
Participação Itaúsa - 36,82% em Dez/11	1.624	838	407	344	35	154
TOTAL	1.624	838	407	344	35	154

(*) No período tivemos um alinhamento dos procedimentos de divulgação das informações de derivativos de crédito visando demonstrar a posição no mesmo padrão da divulgação de Gerenciamento de Riscos (www.itaunibanco.com.br/ri, na seção Governança Corporativa/ Gerenciamento de Riscos - Circular 3.477).

A ITAÚSA e suas controladas avaliam o risco do derivativo de crédito com base nas classificações de crédito atribuídas à entidade de referência, dado por agências de classificação de risco independentes. São consideradas como grau de investimento aquelas entidades cujo risco de crédito é classificado como Baa3 ou superior, conforme a classificação da Moody's, e BBB- ou superior, pela classificação da Standard & Poor's e da Fitch Ratings. A perda potencial máxima que pode ser incorrida com o derivativo de crédito se baseia no valor contratual do derivativo (*notional*). A ITAÚSA e suas controladas, com base em sua experiência histórica, que o montante de perda potencial máxima não representa o nível de perda real. Isso porque, caso ocorra um evento de perda, o montante da perda potencial máxima deverá ser reduzido do valor nominal pelo valor recuperável.

Os derivativos de crédito vendidos não estão cobertos por garantias, sendo que, durante o período, a ITAÚSA e suas controladas não incorreram em nenhum evento de perda relativo a qualquer contrato de derivativos de crédito.

A tabela a seguir apresenta o valor *nominal* dos derivativos de crédito comprados que possuem valores subjacentes idênticos àqueles que a ITAÚSA e suas controladas atuam como vendedor da proteção.

Notas Explicativas

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	31/12/2012		
	Valor Nominal da Proteção Vendida	Valor Nominal da Proteção comprada com Valor Subjacente Idêntico	Posição Líquida
CDS	(3.847)	1.066	(2.781)
TRS	(1.285)	-	(1.285)
Total	(5.132)	1.066	(4.066)
Participação Itaúsa - 36,78% em dez/12	(1.888)	392	(1.496)
TOTAL	(1.888)	392	(1.496)

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	31/12/2011		
	Valor Nominal da Proteção Vendida	Valor Nominal da Proteção comprada com Valor Subjacente Idêntico	Posição Líquida
CDS	(3.427)	1.001	(2.426)
TRS	(982)	1.188	206
Total	(4.409)	2.189	(2.220)
Participação Itaúsa - 36,82 em Dez/11	(1.623)	806	(817)
TOTAL (*)	(1.623)	806	(817)

(*) No período tivemos um alinhamento dos procedimentos de divulgação das informações de derivativos de crédito visando demonstrar a posição no mesmo padrão da divulgação de Gerenciamento de Riscos (www.itaunibanco.com.br/ri, na seção Governança Corporativa/ Gerenciamento de Riscos - Circular 3.477).

NOTA 9 – HEDGE CONTÁBIL

O hedge contábil varia de acordo com a natureza do objeto de hedge e da transação. Os derivativos podem ser qualificada como instrumento de hedge para fins contábeis se são designados como instrumentos de hedge de valor justo, fluxo de caixa ou de investimento líquido de operações no exterior.

Hedge de Fluxo de Caixa

Para proteger a variação de fluxos de caixa futuros de pagamentos de juros, a ITAÚSA CONSOLIDADO por intermédio de sua controlada Itaú Unibanco Holding utiliza: (i) contratos de futuros DI negociados na BM&FBOVESPA relativos a certos passivos pós fixados, denominados em reais, e (ii) swaps de taxas de juros, relativos a ações preferenciais resgatáveis, denominadas em dólares, emitidas por uma de nossas subsidiárias.

Nos contratos de Futuros DI, um pagamento (recebimento) líquido é feito pela diferença entre um montante computado e multiplicado pelo CDI e um montante computado e multiplicado por uma taxa fixa. No swap de taxa de juros, um pagamento (recebimento) líquido é feito pela diferença entre o montante computado e multiplicado pela LIBOR e um montante computado e multiplicado por uma taxa fixa.

As estratégias de hedge de fluxo de caixa consistem em um hedge de exposição à variação nos fluxos de caixa, em pagamentos de juros, que são atribuíveis as alterações nas taxas de juros relativas a passivos reconhecidos.

A ITAÚSA CONSOLIDADO por intermédio de sua controlada Itaú Unibanco Holding aplica o hedge de fluxo de caixa como segue:

- Hedge de depósitos a prazo e operações compromissadas: proteger as alterações no fluxo de caixa de pagamento de juros resultantes de variações no CDI;
- Hedge de ações preferenciais resgatáveis: proteger a variação nos fluxos de caixa de pagamento de juros resultantes de variações na LIBOR; e
- Hedge de CDB subordinado: proteger as variações nos fluxos de caixa de pagamento de juros resultantes de variações no CDI.

Notas Explicativas

Para avaliar a eficácia e medir a ineficácia dessas estratégias, a ITAÚSA CONSOLIDADO por intermédio de sua controlada Itaú Unibanco Holding adota o método derivativo hipotético. O método derivativo hipotético é baseado em uma comparação da mudança no valor justo de um derivativo hipotético com prazos idênticos aos prazos da obrigação de taxa variável, sendo que essa mudança no valor justo do derivativo hipotético é considerada uma representação do valor presente da mudança cumulativa no fluxo de caixa futuro esperado da obrigação protegida.

As estratégias de hedge accounting foram inicialmente designadas em 2008 (hedge CDB subordinado), 2009 (Hedge de Ações Preferenciais Resgatáveis) e 2010 (Hedge de Depósitos denominados em reais e operações compromissadas), sendo que os vencimentos dos derivativos relacionados ocorrerão entre 2013 e 2017. O período em que se espera que os pagamentos de fluxo de caixa esperados ocorram e afetem a demonstração do resultado são:

- Hedge de depósitos a prazo e operações compromissadas: juros pagos/recebidos diariamente;
- Hedge de ações preferenciais resgatáveis: juros pagos/recebidos semestralmente;
- Hedge de CDB subordinado: juros pagos/recebidos no final da operação.

As estratégias de investimento líquido no exterior da ITAÚSA e de suas controladas consistem em um hedge de exposição em moeda estrangeira, oriunda da moeda funcional da operação no exterior, em relação à moeda funcional da matriz.

Para proteger as alterações dos fluxos de caixas futuros, de variação cambial dos investimentos líquidos, em operações no exterior, o Itaú Unibanco Holding utiliza contratos de Futuros DDI negociados na BM&FBOVESPA, ativos financeiros e contratos de Forward ou contratos de NDF contratados por nossas subsidiárias no exterior.

Nos contratos de Futuro DDI, o ganho (perda) de variação cambial é apurado pela diferença entre dois períodos da cotação de mercado entre Dólar e REAL. Nos contratos de Forward ou contratos de NDF e ativos financeiros, os ganhos (perdas) das variações cambiais são apurados pela diferença entre dois períodos da cotação de mercado entre a MOEDA FUNCIONAL e o Dólar.

Hedge de Investimento Líquido de Operações no Exterior

A ITAÚSA CONSOLIDADO aplica o hedge de investimento líquido de operação no exterior como segue:

- Proteger o risco de variação no valor do investimento, quando mensurado em BRL (moeda funcional da matriz), decorrente das variações nas taxas de câmbio entre a moeda funcional do investimento no exterior e Real.

Para avaliar a eficácia e medir a ineficácia dessas estratégias, a ITAÚSA CONSOLIDADO adota o Dollar Offset Method. O *Dollar Offset Method* é baseado em uma comparação da variação do valor justo (fluxo de caixa), do instrumento de hedge, atribuível às variações das taxas de câmbio e o ganho (perda) decorrente da variação entre as taxas de câmbio, sobre o montante do investimento no exterior designado como objeto de hedge.

Os relacionamentos de hedge foram designados em 2012, sendo que o vencimento dos instrumentos de hedge ocorrerá pela alienação do investimento no exterior, que será no período em que se espera que os fluxos de caixa de variação cambial ocorrerão e afetarão a demonstração do resultado.

Hedge de Valor Justo

A estratégia de hedge de valor justo da ITAÚSA CONSOLIDADO consiste em um hedge de exposição à variação no valor justo, em recebimentos de juros, que são atribuíveis as alterações nas taxas de juros relativos a ativos reconhecidos.

Para proteger a variação no risco de mercado no recebimento de juros, o ITAÚSA CONSOLIDADO utiliza contratos de swaps de taxa de juros. Os objetos de hedge são ativos pré-fixados, denominados em UF (unidade de fomento), emitidos no Chile, com vencimentos entre 2020 e 2027.

Nos contratos de swaps de taxa de juros, o recebimento (pagamento) líquido é feito pela diferença entre o montante computado e multiplicado pela ICPR (Índice de Camera Promédio Real) e um montante computado e multiplicado por uma taxa fixa.

Notas Explicativas

A ITAÚSA CONSOLIDADO aplica o hedge de valor justo como segue:

- Proteger o risco de variação do valor justo de recebimento de juros resultante das variações no valor justo da taxa ICPR.

Para avaliar a eficácia e medir a ineficácia dessa estratégia, a ITAÚSA CONSOLIDADO adota o método percentagem approach. O método percentagem approach é baseado no cálculo da mudança no valor justo da estimativa revisada da posição coberta (objeto de hedge) atribuível ao risco protegido versus a mudança no valor justo do instrumento derivativo de hedge.

Os relacionamentos de hedge foram designados em 2012, e os vencimentos dos swaps relacionados ocorrerão entre 2020 e 2027. O período em que se espera que os recebimentos (pagamentos) dos fluxos de juros ocorrerão e afetarão a demonstração de resultado é mensal.

Os valores nas tabelas a seguir estão apresentados em milhões de reais e apresentam a **posição total** mantida pela controlada em conjunto Itaú Unibanco Holding:

Instrumentos de Hedge utilizados em Hedge de Fluxo de Caixa	31/12/2012			31/12/2011		
	Ganho ou (Perda) acumulado reconhecida em Outros Resultados Abrangentes e Hedge de Fluxo de Caixa (parcela efetiva)	Rubrica onde a parcela inefetiva é reconhecida na demonstração do resultado	Ganho ou (Perda) reconhecido em derivativos (parcela inefetiva)(*)	Ganho ou (Perda) acumulado reconhecida em Outros Resultados Abrangentes e Hedge de Fluxo de Caixa (parcela efetiva)	Rubrica onde a parcela inefetiva é reconhecida na demonstração do resultado	Ganho ou (Perda) reconhecido em derivativos (parcela inefetiva)(*)
Futuros de taxa de juros	(316)	Ganho (Perda) líquido com investimentos de títulos e derivativos	-	(282)	Ganho (Perda) líquido com investimentos de títulos e derivativos	1
Swap de Taxa de Juros	(10)	Ganho (Perda) líquido com investimentos de títulos e derivativos	-	(30)	Ganho (Perda) líquido com investimentos de títulos e derivativos	-
Total	(326)		-	(312)		1

(*) Em 31/12/2012, o ganho (perda) relativo ao hedge de fluxo de caixa esperado a ser reclassificado de resultado abrangente para resultado nos próximos 12 meses é R\$ (376) (R\$ (167) em 31/12/2011).

Instrumentos de Hedge utilizados em Hedge de Investimento Líquido no Exterior	31/12/2012			31/12/2011		
	Ganho ou (Perda) acumulado reconhecida em Outros Resultados Abrangentes e Hedge de Fluxo de Caixa (parcela efetiva)	Rubrica onde a parcela inefetiva é reconhecida na demonstração do resultado	Outro Ganho ou (Perda) reconhecido em derivativos (parcela inefetiva)	Ganho ou (Perda) acumulado reconhecida em Outros Resultados Abrangentes e Hedge de Fluxo de Caixa (parcela efetiva)	Rubrica onde a parcela inefetiva é reconhecida na demonstração do resultado	Outro Ganho ou (Perda) reconhecido em derivativos (parcela inefetiva)
Futuro DDI (1)	(1.473)	Ganho (Perda) líquido com investimentos de títulos e derivativos	66	(890)	Ganho (Perda) líquido com investimentos de títulos e derivativos	42
Forward	67	Ganho (Perda) líquido com investimentos de títulos e derivativos	(6)	130	Ganho (Perda) líquido com investimentos de títulos e derivativos	19
NDF (2)	207	Ganho (Perda) líquido com investimentos de títulos e derivativos	4	335	Ganho (Perda) líquido com investimentos de títulos e derivativos	2
Ativos Financeiros	-	Ganho (Perda) líquido com investimentos de títulos e derivativos	-	(10)	Ganho (Perda) líquido com investimentos de títulos e derivativos	-
Total	(1.199)		64	(435)		63

(1) Futuro DDI é um contrato de Futuro em que os participantes podem negociar o cupom limpo para qualquer prazo entre o primeiro vencimento do contrato futuro de cupom cambial (DI) e um vencimento posterior.

(2) NDF (Non Deliverable Forward), ou Contrato a Termo de Moeda sem Entrega Física é um derivativo operado em mercado de balcão, que tem como objeto a taxa de câmbio de uma determinada moeda.

Instrumentos de Hedge utilizados em Hedge de Valor Justo	31/12/2012			
	Ganho ou (Perda) acumulado reconhecida no Resultado Instrumento de Hedge	Ganho ou (Perda) acumulado reconhecida no Resultado Objeto de Hedge (Parcela Efetiva)	Ganho ou (Perda) reconhecido no Resultado (Parcela Inefetiva)	Rubrica onde a parcela inefetiva é reconhecida na demonstração do resultado
Swap de Taxa de Juros	4	(4)	-	Ganho (Perda) líquido com investimentos de títulos e derivativos
Total	4	(4)	-	

Notas Explicativas

As tabelas abaixo apresentam para cada estratégia o valor nominal e o valor justo dos derivativos e o valor contábil do objeto de Hedge:

Estratégias	31/12/2012			31/12/2011		
	Instrumentos de Hedge		Objeto de Hedge	Instrumentos de Hedge		Objeto de Hedge
	Valor Nominal	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Nominal	Valor Justo	Valor Contábil
Hedge de depósitos e operações compromissadas	50.057	1	50.193	19.113	(4)	19.083
Hedge de ações preferenciais resgatáveis	803	(20)	803	737	(37)	737
Hedge de CDB subordinado	87	-	129	87	-	118
Hedge de Investimento de Operações no Exterior (*)	8.593	30	5.156	6.886	31	4.131
Hedge de Valor Justo de recebimento de juros	470	4	470	-	-	-
Hedge de Valor Justo	60.010	15	56.751	26.823	(10)	24.069

(*) Os instrumentos de hedge incluem a alíquota de overhedge de 40%, referente impostos.

Prazo de vencimento	Estratégias					Total
	Hedge de Depósitos e Operações Compromissadas	Hedge de Ações Preferências Resgatáveis	Hedge de CDB Subordinado	Hedge de Investimento de Operações no Exterior	Hedge de Valor Justo	
2013	41.170	-	-	8.593	-	49.763
2014	7.559	-	87	-	-	7.646
2015	515	803	-	-	-	1.318
2017	813	-	-	-	-	813
2020	-	-	-	-	46	46
2022	-	-	-	-	210	210
2025	-	-	-	-	47	47
2027	-	-	-	-	167	167
Total	50.057	803	87	8.593	470	60.010

NOTA 10 - ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

O Valor Justo e o custo ou custo amortizado correspondente aos Ativos Financeiros Disponíveis para Venda são apresentados na tabela a seguir:

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	31/12/2012				31/12/2011			
	Custo/ Custo Amortizado	Resultados não realizados		Valor Justo	Custo/ Custo Amortizado	Resultados não realizados		Valor Justo
		Ganhos	Perdas			Ganhos	Perdas	
Fundos de Investimento	250	5	-	255	802	4	-	806
Títulos Públicos do Governo Brasileiro (1a)	24.706	847	(91)	25.462	12.296	183	(55)	12.424
Títulos da Dívida Externa do Governo Brasileiro (1b)	17.217	868	(20)	18.065	5.667	240	(1)	5.906
Títulos Públicos - Outros Países (1c)	7.174	6	(43)	7.137	4.327	5	(15)	4.317
Estados Unidos	375	-	-	375	-	-	-	-
México	-	-	-	-	10	1	-	11
Dinamarca	2.554	-	-	2.554	1.949	-	-	1.949
Espanha	-	-	-	-	418	-	-	418
Coréia	1.662	-	-	1.662	295	-	-	295
Chile	1.538	2	(6)	1.534	992	4	(1)	995
Paraguai	528	-	(37)	491	358	-	(14)	344
Uruguai	292	2	-	294	268	-	-	268
Belgica	70	1	-	71	-	-	-	-
França	56	1	-	57	-	-	-	-
Reino Unido	83	-	-	83	-	-	-	-
Outros	16	-	-	16	37	-	-	37
Títulos de Dívida de Empresas (1d)	38.228	1.862	(140)	39.950	23.174	1.699	(816)	24.057
Ações Negociáveis	3.350	553	(91)	3.812	3.458	698	(178)	3.978
Certificado de Recebíveis Imobiliários	7.916	681	(29)	8.568	7.806	707	(499)	8.014
Certificado de Depósito Bancário	391	-	-	391	274	-	-	274
Debêntures	13.656	316	(8)	13.964	7.165	139	(68)	7.236
Euro Bonds e Assemelhados	5.311	297	(12)	5.596	3.554	152	(68)	3.638
Notas Promissórias	777	-	-	777	646	-	-	646
Cédula de Produtor Rural	770	8	-	778	-	-	-	-
Letras Financeiras	5.720	-	-	5.720	-	-	-	-
Outros	337	7	-	344	271	3	(3)	271
TOTAL	87.575	3.588	(294)	90.869	46.266	2.131	(887)	47.510
Participação Itaúsa - 36,78% em Dez/12 e 36,82% em Dez/11	32.213	1.320	(108)	33.425	17.036	785	(327)	17.494
Empresas Industriais	318	8	-	326	270	41	-	311
TOTAL	32.531	1.328	(108)	33.751	17.306	826	(327)	17.805

(1) Os Ativos Disponíveis para Venda dados em Garantias de Operações de Captações de Instituições Financeira e Clientes em 31/12/2012 eram: a) R\$ 9.969 (R\$ 2.208 em 31/12/2011), b) R\$ 11.646 (3.880 em 31/12/2011), c) R\$ 450 (R\$ 12 em 31/12/2011) e d) R\$ 3.864 (R\$ 2.355 em 31/12/2011, totalizando R\$ 25.929 (R\$ 8.455 em 31/12/11), refletidos no Consolidado da Itaúsa proporcionalmente: a) R\$ 3.667 (R\$ 812 em 31/12/2011), b) R\$ 4.284 (1.427 em 31/12/2011), c) R\$ 166 (R\$ 4 em 31/12/2011) e d) R\$ 1.421 (R\$ 866 em 31/12/2011, totalizando R\$ 9.538 (R\$ 3.109 em 31/12/11).

Ganhos e Perdas Realizados

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	01/01 a	01/01 a
	31/12/2012	31/12/2011
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda		
Ganhos	970	597
Perdas	(265)	(153)
Total	705	444
Participação Itaúsa - 36,78% em Dez/12 e 36,82% em Dez/11	259	163
Total	259	163

Notas Explicativas

O custo ou custo amortizado e o valor justo dos ativos financeiros disponíveis para venda, por vencimento, são os seguintes:

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	31/12/2012		31/12/2011	
	Custo / Custo Amortizado	Valor Justo	Custo / Custo Amortizado	Valor Justo
Circulante	25.963	26.515	13.239	13.904
Sem Vencimento	3.595	4.060	4.257	4.779
Até um ano	22.368	22.455	8.982	9.125
Não Circulante	61.612	64.354	33.027	33.606
De um a cinco anos	28.914	29.470	16.875	17.042
De cinco a dez anos	19.924	20.480	9.792	9.655
Após dez anos	12.774	14.404	6.360	6.909
Total	87.575	90.869	46.266	47.510
Participação Itaúsa - 36,78% em Dez/12 e 36,82% em Dez/11	32.213	33.425	17.036	17.494
Empresas Industriais	318	326	270	311
TOTAL	32.531	33.751	17.306	17.805

Durante o exercício findo em 31/12/2012 e 31/12/2011 a ITAÚSA e suas controladas não reconheceram perda por redução ao valor recuperável para os ativos financeiros disponíveis para venda.

NOTA 11 - ATIVOS FINANCEIROS MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO

O custo amortizado correspondente aos Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento são apresentados na tabela a seg

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	31/12/2012	31/12/2011
	Custo Amortizado	Custo Amortizado
Títulos Públicos do Governo Brasileiro	3.013	2.812
Títulos da Dívida Externa do Governo Brasileiro (1a)	118	196
Títulos Públicos - Outros Países	20	-
Títulos de Dívida de Empresas (1b)	51	97
Debêntures	-	30
Euro Bonds e Assemelhados	51	65
Certificado de Recebíveis Imobiliários	-	2
Total	3.202	3.105
Participação Itaúsa - 36,78% em Dez/12 e 36,82% em Dez/11	1.178	1.144
TOTAL	1.178	1.144

(1) Os Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento dados em Garantias de Operações de Captações de Instituições Financeira e Clientes em 31/12/2012 eram: a) R\$ 76 (R\$ 189 em 31/12/11) e b) R\$ 44 (R\$ 41 em 31/12/2011), totalizando R\$ 120 (R\$ 230 em 31/12/2011), refletidos no Consolidado da Itaúsa proporcionalmente: a) R\$ 28 (R\$ 70 em 31/12/11) e b) R\$ 16 (R\$ 15 em 31/12/2011), totalizando R\$ 44 (R\$ 85 em 31/12/2011).

O resultado com os Ativos Mantidos até o Vencimento foi de R\$ 471 (R\$ 360 de 01/01 a 31/12/2011) refletidos no Consolidado da Itaúsa proporcionalmente: R\$ 173 (R\$ 133 de 01/01 a 31/12/2011).

O valor justo dos Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento é divulgado na nota 31.

Notas Explicativas

O custo amortizado dos Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento, por vencimento, são os seguintes

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	31/12/2012	31/12/2011
	Custo Amortizado	Custo Amortizado
Circulante	188	120
Até um ano	188	120
Não Circulante	3.014	2.985
De um a cinco anos	147	242
De cinco a dez anos	1.087	1.077
Após dez anos	1.780	1.666
Total	3.202	3.105
Participação Itaúsa - 36,78% em Dez/12 e 36,82% em Dez/11	1.178	1.144
TOTAL	1.178	1.144

Durante o exercício findo em 31/12/2012 e de 31/12/2011 a ITAÚSA e suas controladas não reconheceram Perda por Redução ao Valor Recuperável para os Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento.

Notas Explicativas**NOTA 12 - OPERAÇÃO DE CRÉDITO E ARRENDAMENTO MERCANTIL FINANCEIRO- ITAÚ UNIBANCO HOLDING****a) Composição da Carteira de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro**

A tabela abaixo apresenta a composição dos saldos de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro por tipo, setor do devedor, vencimento e concentração:

ITAÚ UNIBANCO HOLDING		
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro, por tipo	31/12/2012	31/12/2011
Pessoas Físicas	150.300	149.277
Cartão de Crédito	40.531	38.961
Crédito Pessoal	40.076	36.403
Veículos	51.646	60.463
Crédito Imobiliário	18.047	13.450
Grandes Empresas	104.350	92.079
Micro/Pequenas e Médias Empresas	85.185	85.649
Unidades Externas América Latina	27.149	19.259
Total de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	366.984	346.264
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(25.713)	(23.873)
Total de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro, líquido de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	341.271	322.391
Participação Itaúsa	36,78%	36,82%
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	134.988	127.501
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(9.458)	(8.791)
Total Participação Itaúsa	125.530	118.710
Por vencimento	31/12/2012	31/12/2011
Vencidas a partir de 1 dia	4.868	5.479
A vencer até 3 meses	37.251	35.146
A vencer de 3 a 12 meses	34.705	31.460
A vencer acima de um ano	58.164	55.416
Total de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	134.988	127.501
Por Concentração	31/12/2012	31/12/2011
Principal Devedor	1.540	858
10 Maiores Devedores	6.779	5.013
20 Maiores Devedores	9.840	7.955
50 Maiores Devedores	15.375	13.073
100 Maiores Devedores	20.979	17.778

A composição da Carteira de Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro por setor devedor está evidenciada na Nota 35 item 5.1 Exposição máxima dos Ativos Financeiros segregados por setor de atividade.

O acréscimo do valor presente líquido das operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro com redução do seu valor recuperável e a respectiva provisão para crédito de liquidação duvidosa não são apresentados por seus valores brutos na demonstração do resultado, mas de forma líquida dentro da receita de juros e rendimentos. Se fossem apresentados como valores brutos, haveria um incremento de R\$ 681 e R\$ 705 de receita de juros e rendimentos em 31/12/2012 e 31/12/2011, respectivamente, com igual impacto na despesa de provisão para créditos de liquidação duvidosa.

Notas Explicativas

b) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

A tabela abaixo apresenta as variações na Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa.

ITAÚ UNIBANCO HOLDING							
Composição de saldo por Classe de Ativo	Saldo Inicial	Baixas	Constituição /	Saldo	Baixas	Constituição /	Saldo Final
	31/12/2010	01/01 a 31/12/2011	(Reversão)	Final/Inicial	01/01 a 31/12/2012	(Reversão)	31/12/2012
Pessoas Físicas	10.619	(8.631)	11.641	13.629	(13.199)	14.098	14.528
Cartão de Crédito	3.306	(3.558)	4.077	3.825	(5.335)	4.373	2.863
Crédito Pessoal	3.492	(2.959)	4.810	5.343	(5.134)	7.183	7.392
Veículos	3.709	(2.041)	2.747	4.415	(2.696)	2.508	4.227
Crédito Imobiliário	112	(73)	7	46	(34)	34	46
Grandes Empresas	1.071	(294)	(19)	758	(314)	1.234	1.678
Micros/Pequenas e Médias	8.041	(7.001)	8.157	9.197	(8.407)	8.301	9.091
Unidades Externas e América Latina	263	(233)	259	289	(222)	349	416
Total	19.994	(16.159)	20.038	23.873	(22.142)	23.982	25.713
Participação Itaúsa	36,57%			36,82%		36,78%	
	7.312			8.791			9.458

Abaixo apresentamos a composição da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa por Setor de Atividade dos clientes.

Por Setor do Devedor	31/12/2012	31/12/2011
Setor Público	2	1
Indústria e Comércio	6.443	6.266
Serviços	3.742	3.476
Setor Primário	411	273
Outros Setores	16	32
Pessoa Física	15.099	13.825
Total	25.713	23.873
	36,78%	36,82%
Participação Itaúsa	9.458	8.791

A ITAÚSA CONSOLIDADA avalia a evidência objetiva de Perda para Créditos de Liquidação Duvidosa em Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro de forma individual para os Ativos Financeiros que sejam individualmente significativos e coletivamente para Ativos Financeiros que não sejam individualmente significativos (conforme descrito na nota explicativa 2.4.g. VIII).

Demonstramos a seguir a composição da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa por tipo de avaliação da evidência objetiva de perda:

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	31/12/2012						31/12/2011					
	Impaired		Not Impaired		Total		Impaired		Not Impaired		Total	
	Carteira	PCLD	Carteira	PCLD	Carteira	PCLD	Carteira	PCLD	Carteira	PCLD	Carteira	PCLD
I - Operações Avaliadas Individualmente												
Grandes Empresas (*)	1.467	845	102.883	582	104.350	1.427	1.013	429	91.066	279	92.079	708
II - Operações Avaliadas Coletivamente												
Pessoas Físicas	12.056	7.641	138.244	7.138	150.300	14.779	11.006	6.739	138.271	6.940	149.277	13.679
Cartão de Crédito	2.289	1.428	38.242	1.435	40.531	2.863	3.083	1.918	35.878	1.907	38.961	3.825
Crédito Pessoal	5.000	3.464	35.076	4.179	40.076	7.643	3.475	2.088	32.928	3.305	36.403	5.393
Veículos	4.569	2.726	47.077	1.501	51.646	4.227	4.329	2.707	56.134	1.708	60.463	4.415
Crédito Imobiliário	198	23	17.849	23	18.047	46	119	26	13.331	20	13.450	46
Micro / Pequenas e Médias Empresas	6.368	4.900	78.817	4.191	85.185	9.091	6.770	4.808	78.879	4.389	85.649	9.197
Unidades Externas América Latina	116	68	27.033	348	27.149	416	63	36	19.196	253	19.259	289
Total	20.007	13.454	346.977	12.259	366.984	25.713	18.852	12.012	327.412	11.861	346.264	23.873
Participação Itaúsa			36,78%						36,82%			
	7.359	4.949	127.629	4.509	134.988	9.458	6.942	4.424	120.559	4.367	127.501	8.791

(*) Conforme detalhamento na nota 2.4.g. VIII, os créditos de grandes empresas são inicialmente avaliados individualmente. Caso não haja indicativo objetivo de redução ao valor recuperável são subsequentemente avaliados coletivamente de acordo com as características da operação. Consequentemente é constituída provisão para créditos de liquidação duvidosa para grandes empresas, tanto na avaliação individual quanto na coletiva.

Notas Explicativas**c) Valor Presente das Operações de Arrendamento Mercantil Financeiro (Arrendador)**

É apresentado abaixo a análise do Valor Presente dos pagamentos mínimos futuros a receber de Arrendamentos Mercantis Financeiros por vencimento, composto basicamente por operações de pessoas físicas - veículos:

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	31/12/2012		
	Pagamentos Mínimos Futuros	Rendas a Apropriar	Valor Presente
Circulante	10.811	(1.168)	9.643
Até 1 ano	10.811	(1.168)	9.643
Não Circulante	10.158	(2.751)	7.407
Entre 1 e 5 anos	9.938	(2.704)	7.234
Acima de 5 anos	220	(47)	173
Total	20.969	(3.919)	17.050
Participação Itaúsa		36,78%	
	7.713	(1.442)	6.272
ITAÚ UNIBANCO HOLDING	31/12/2011		
	Pagamentos Mínimos Futuros	Rendas a Apropriar	Valor Presente
Circulante	15.244	(1.172)	14.072
Até 1 ano	15.244	(1.172)	14.072
Não Circulante	18.133	(5.361)	12.772
Entre 1 e 5 anos	17.901	(5.310)	12.591
Acima de 5 anos	232	(51)	181
Total	33.377	(6.533)	26.844
Participação Itaúsa		36,82%	
	12.290	(2.406)	9.884

Os valores da Provisão para Créditos e Liquidação Duvidosa, referentes a Carteira de Arrendamento Mercantil Financeiro são: R\$ 557 em 31/12/2012 (R\$ 744 em 31/12/2011), já considerada a participação da Itaúsa.

Notas Explicativas

d) Operações de Venda ou Transferência de Ativos Financeiros

A ITAÚSA CONSOLIDADO realizou operações de venda ou transferência de ativos financeiros em que houve a retenção dos riscos de crédito dos ativos financeiros transferidos, por meio de cláusulas de coobrigação ou de aquisição de cotas subordinadas de fundos de direitos creditórios. Por conta disso, tais créditos permaneceram registrados como operações de crédito e estão representados pelas seguintes informações em 31/12/2012:

Natureza da Operação	Ativo		Passivo (*)	
	Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Pessoa Física - Crédito Imobiliário	145	160	145	147
Participação Itaúsa	53	59	53	54

(*) Rúbrica Recursos de Mercados Interbancários

NOTA 13 – COMPROMISSOS DE ARRENDAMENTO MERCANTIL – ENTIDADE ARRENDATÁRIA

a) Arrendamento Mercantil Financeiro

A ITAÚSA CONSOLIDADO por intermédio de sua controlada ITAÚ UNIBANCO HOLDING é o arrendatário de contratos de Arrendamento Mercantil Financeiro de equipamentos de processamento de dados, com a opção de compra ou de renovação, sem aluguéis contingentes ou restrições impostas. O valor contábil líquido desses bens é de R\$ 91 (R\$ 125 em 31/12/2011).

A tabela abaixo apresenta o total de pagamentos mínimos futuros em:

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	31/12/2012	31/12/2011
Circulante	174	220
Até 1 ano	174	220
Não Circulante	74	120
De 1 a 5 Anos	74	120
Total de Pagamentos Mínimos Futuros	248	340
Juros Futuro	-	1
Valor Presente	248	339
	36,78%	36,82%
Participação Itaúsa	91	125

b) Arrendamento Mercantil Operacional

A ITAÚSA por intermédio de sua controlada ITAÚ UNIBANCO HOLDING aluga diversos imóveis para uso em suas operações, segundo contratos de locação imobiliária padrão, que normalmente podem ser rescindidos a seu critério e incluem opções de renovação e cláusulas de reajuste. Nenhum contrato de locação impõe qualquer restrição à nossa capacidade para pagar dividendos, participar de operações de financiamento de dívidas ou de capital, ou celebrar outros contratos de locação, não existindo pagamentos contingentes em relação aos contratos.

Notas Explicativas

Os pagamentos mínimos com serviços prestados por terceiros e com aluguéis, segundo contratos de arrendamento operacional e de capital, com prazos de aluguéis iniciais e remanescentes não passíveis de cancelamento superiores a um ano, eram os seguintes:

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	31/12/2012	31/12/2011
Circulante	948	882
Até 1 ano	948	882
Não Circulante	3.412	3.132
De 1 a 5 anos	2.910	2.537
Mais de 5 anos	502	595
Total de Pagamento Mínimos Futuros	4.360	4.014
	36,78%	36,82%
Participação Itaúsa	1.604	1.478

NOTA 14 - ESTOQUES - ÁREA INDUSTRIAL

	31/12/2012	31/12/2011
Matéria-Prima, auxiliares e embalagens	369	397
Produtos Acabados	308	259
Produtos em elaboração	77	74
Almoxarifado Geral	81	77
Adiantamento a Fornecedores	5	20
Provisão para perdas nos estoques	(50)	(58)
Outros	-	2
Total	790	771

O custo dos estoques reconhecidos no resultado e incluídos em "Custo dos Produtos Vendidos" totalizou em 31 de dezembro de 2012 R\$ 3.921 (R\$ 3.496 em 31 de dezembro de 2011).

Em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011 as controladas da ITAÚSA CONSOLIDADO não possuíam estoques dados em garantia.

Notas Explicativas

NOTA 15 - INVESTIMENTOS

I) Participação em Controladas e Controladas em Conjunto - ITAÚSA

O quadro abaixo demonstra a participação da ITAÚSA em entidades controladas e controladas em conjunto, que são consolidadas nessas Demonstrações Contábeis:

Empresas	Saldos em 31/12/2011	Subscrições / Aquisições / (Vendas)	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Recebidos / A Receber (1)	Resultado de Participação em Controladas	Variação do Ajuste ao Valor de Mercado	Ajustes Acumulados de Conversão	Outorga de Opções Reconhecidas	Hedge de Fluxo de Caixa	Outros Ajustes no Patrimônio Líquido (3)	Saldos em 31/12/2012	Valor de Mercado (2)
Itaú Unibanco Holding S.A.	14.810	-	(1.832)	3.206	322	104	36	(91)	(1.442)	15.112	55.395
IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A.	11.896	-	(105)	1.370	283	91	31	(80)	(1.265)	12.221	-
Duratex S.A.	1.299	8	(54)	164	-	2	2	-	(3)	1.418	2.880
Elekeiroz S.A.	460	-	-	-	(1)	-	-	-	-	459	226
Itaotec S.A.	388	-	-	(16)	4	-	-	-	-	376	383
Itaúsa Empreendimentos S.A.	100	-	-	-	-	-	-	-	-	100	-
ITH Zux Cayman Company Ltd.	43	(46)	-	4	-	-	-	-	-	1	-
TOTAL GERAL	28.996	(38)	(1.991)	4.728	608	197	69	(171)	(2.710)	29.688	

(1) Em outros ativos, estão registrados dividendos e juros sobre capital próprio a receber.

(2) Valor justo dos investimentos em coligadas e controladas com base nas cotações de ações das empresas.

(3) Principalmente representado pela compra de participação adicional na Redecard junto a acionistas não controladores (Nota 3).

Empresas	Capital	Patrimônio Líquido	Resultado Líquido do Período	Nº de ações de propriedade da ITAÚSA		Participação no Capital Social	Participação no Capital Votante
				Ordinárias	Preferenciais		
Itaú Unibanco Holding S.A.	45.000	75.998	13.191	885.142.980	77.193	36,78%	64,16%
IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A.	6.000	18.369	2.060	355.227.092	350.942.273	66,53%	50,00%
Duratex S.A.	1.550	4.024	460	194.728.131	-	35,46%	35,46%
Elekeiroz S.A.	320	476	-	14.261.761	16.117.360	96,49%	98,23%
Itaotec S.A.	280	544	1	10.953.371	-	94,01%	94,01%
Itaúsa Empreendimentos S.A.	52	100	-	752.189	-	100,00%	100,00%
ITH Zux Cayman company Ltd.	25	1	-	12.200.000	-	100,00%	100,00%

II - INVESTIMENTOS EM EMPRESAS NÃO CONSOLIDADAS - ITAÚSA CONSOLIDADO

a) Composição

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	% de participação em 31/12/2012						31/12/2011					
	Total	Votante	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido	Investimento	Resultado de Participações	Valor de Mercado	Patrimônio Líquido	Investimento	Valor de Mercado	Lucro Líquido	Resultado de Participações
Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A. (a) (b)	42,93	42,93	2.898	436	2.076	157	2.309	2.681	2.014	2.094	415	144
BSF Holding S.A.(c)	49,00	49,00	607	131	880	64	-	-	-	-	-	-
Banco BPI S.A. (d)	-	-	-	-	-	(102)	-	1.151	219	219	(1.880)	(343)
Serasa S.A. (e)	-	-	-	-	-	70	-	1.119	273	1.161	310	102
Outros (f)	-	-	-	-	49	(14)	-	-	38	-	-	(16)
Total - Itaú Unibanco	-	-	-	-	3.005	175	-	-	2.544	-	-	(113)
Participação Itaúsa						36,78%			36,82%			36,83%
Outros Investimentos					1.105	64			937			(42)
Tablemac (g)					2	6			1			(110)
Total					1.281	72			938			(152)

(a) Para fins de contabilização do resultado de equivalência patrimonial foi utilizada em 2012 a posição de 31/08/2012, conforme o IAS 27.

(b) Para fins de valor de mercado foi considerado a cotação das ações da Porto Seguro S.A. O montante do investimento inclui o valor de R\$ 832 em 31 de dezembro de 2012 e R\$ 862 em 31 de dezembro de 2011, que correspondem a diferença entre a participação nos ativos líquidos a valor justo da Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A. e o custo do investimento.

(c) Em maio/12 o Itaú Unibanco S.A. adquiriu 137.004.000 ações ordinárias da BSF Holding S.A. (Controladora do Banco Carrefour) que corresponde a 49% de participação no seu capital. O montante do investimento inclui o valor de R\$ 583 em 31 de dezembro de 2012 correspondente ao ágio;

(d) Investimento alienado em 20/04/2012;

(e) Investimento detido indiretamente pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING em função da sua participação de 66% na controlada BIU Participações S.A. que detém 24% no capital votante da Serasa S.A.;

(f) Em 31/12/2012, inclui participação no capital total e capital votante das seguintes companhias: Companhia Uruguaya de Medios de Procesamiento S.A. (30,06% capital total e votante); Latosol Empreendimentos e Participação Ltda (32,11% capital total e votante); Redebanc SRL (20,00% capital total e votante) e Tecnologia Bancária S.A. (24,81% capital total e votante).

(g) Em agosto de 2012 a Duratex efetivou a subscrição de 25% do capital social da Tablemac S.A.

Em 31/12/2012, a ITAÚSA CONSOLIDADO recebeu/reconheceu dividendos e juros sobre capital próprio das principais empresas não consolidadas, sendo a principal Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A no montante de R\$ 59 (R\$ 54 em 31/12/2011).

Notas Explicativas

b) Outras informações

A tabela abaixo apresenta o resumo das informações financeiras das investidas do consolidado pelo método de equivalência patrimonial de forma agregada.

ITAÚSA CONSOLIDADO	31/12/2012	31/12/2011
Total de ativos (*)	3.505	107.783
Total de passivos (*)	-	102.831
Total de receitas (*)	567	8.739
Total de despesas (*)	-	(9.894)

(*) Representado substancialmente pelo Banco BPI S.A., no montante de R\$ 103.696 em 31/12/2011 referente a Ativos, de R\$ 102.544 em 31/12/2011 referente a Passivos, de R\$ 9,081 em 31/12/2011 referente a Receitas e de R\$ 8.961 em 31/12/2011 referente a Despesas. Esse investimento foi alienado em 20/04/2012.

As coligadas da Itaúsa não apresentam passivos contingentes aos quais a Itaúsa Consolidado esteja significativamente exposta.

A tabela abaixo apresenta o resumo das informações financeiras das controladas da Itaúsa de forma agregada.

	31/12/2012	31/12/2011
Total de ativos	966.826	826.977
Total de passivos	885.677	746.776
Total de receitas	154.218	140.190
Total de despesas	(140.580)	(125.157)

Notas Explicativas

NOTA 16 - IMOBILIZADO

IMOBILIZADO DE USO (1)	Taxas anuais de depreciação (%)	Saldo em 31/12/2011			Movimentações				Saldo em 31/12/12		
		Custo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Aquisições	Baixas	Despesa Depreciação	Outros	Custo	Depreciação Acumulada	Valor Líquido
IMÓVEIS DE USO (2)	-	3.152	(1.133)	2.019	189	(69)	(155)	18	3.290	(1.288)	2.002
Terrenos	-	1.056	-	1.056	21	(66)	-	(9)	1.002	-	1.002
Edificações	4	1.638	(909)	729	85	(3)	(58)	13	1.733	(967)	766
Benfeitorias	10	458	(224)	234	83	-	(97)	14	555	(321)	234
OUTRAS IMOBILIZAÇÕES DE USO	-	6.153	(3.087)	3.066	1.084	(32)	(603)	(29)	7.151	(3.690)	3.461
Instalações de Uso	5 a 20	773	(450)	323	80	(1)	(59)	47	899	(509)	390
Móveis e Equipamentos de Uso	10 a 20	2.807	(1.166)	1.641	132	(24)	(211)	61	2.951	(1.377)	1.574
Sistema Processamento de Dados (3)	20 a 50	1.868	(1.253)	615	373	(14)	(298)	-	2.227	(1.551)	676
Outros (Comunicação, Seg., Transp.)	4 a 20	705	(218)	487	499	7	(35)	(137)	1.074	(253)	821
TOTAL IMOBILIZADO	-	9.305	(4.220)	5.085	1.273	(101)	(758)	(11)	10.441	(4.978)	5.463

(1) Não há compromisso contratual para compra de Imobilizado;

(2) Inclui o valor de R\$ 1 referente a imóvel penhorado; Imobilização em curso no montante de R\$ 825, sendo de Imóveis de Uso R\$ 87, Benfeitorias R\$ 25; Equipamentos R\$ 20 e outros R\$ 693;

(3) Inclui contratos de arrendamento mercantil, relacionados principalmente a equipamentos de processamento de dados, os quais são contabilizados como arrendamento mercantil financeiro. O ativo e o passivo são contabilizados nas Demonstrações Contábeis.

NOTA 17 – ATIVOS BIOLÓGICOS (Reservas Florestais)

A ITAÚSA CONSOLIDADO detém através de sua controlada Duraflora S.A., reservas florestais de eucalipto e de pinus e que são utilizadas preponderantemente como matéria prima na produção de painéis de madeira, pisos e componentes, e complementarmente para venda a terceiros.

As reservas funcionam como garantia de suprimento das fábricas, bem como na proteção de riscos quanto a futuros aumentos no preço da madeira. Trata-se de uma operação sustentável e integrada aos seus complexos industriais, que aliada a uma rede de abastecimento, proporciona elevado grau de auto suficiência no suprimento de madeira.

Em 31 de dezembro de 2012, a Duraflora S.A. possuía aproximadamente 140 mil hectares em áreas de efetivo plantio (138 mil hectares em 31/12/2011) que são cultivadas nos estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul.

a) Estimativa do valor justo

O valor justo é determinado em função da estimativa de volume de madeira em ponto de colheita, aos preços atuais da madeira em pé, exceto para (i) florestas com até um ano de vida que são mantidas a custo, em decorrência do julgamento que esses valores se aproximam de seu valor justo; e (ii) florestas em formação onde utiliza-se o método de fluxo de caixa descontado.

Os ativos biológicos estão mensurados ao seu valor justo, deduzidos os custos de venda no momento da colheita.

O valor justo foi determinado pela valoração dos volumes previstos em ponto de colheita pelos preços atuais de mercado em função das estimativas de volumes. As premissas utilizadas foram:

i. Fluxo de caixa descontado – volume de madeira previsto em ponto de colheita, considerando os preços de mercado atuais, líquidos dos custos de plantio a realizar e dos custos de capital das terras utilizadas no plantio (trazidos a valor presente).

ii. Preços – são obtidos preços em R\$/metro cúbico através de pesquisas de preço de mercado, divulgados por empresas especializadas em regiões e produtos similares aos da Companhia, além dos preços praticados em operações com terceiros, também em mercados ativos.

iii. Diferenciação - os volumes de colheita foram segregados e valorados conforme espécie (a) pinus e eucalipto, (b) região, (c) destinação: serraria e processo.

iv. Volumes – estimativa dos volumes a serem colhidos (6º ano para o eucalipto e 12º ano para o pinus), baseado na produtividade média projetada para cada região e espécie. A produtividade média poderá variar em função de idade, rotação, condições climáticas, qualidade das mudas, incêndios e outros riscos naturais. Para as florestas formadas utilizam-se os volumes atuais de madeira. São realizados inventários rotativos a partir do segundo ano de vida das florestas e seus efeitos incorporados nas demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

v. Periodicidade – as expectativas em relação ao preço e volumes futuros da madeira são revistos no mínimo trimestralmente ou na medida em que são concluídos os inventários rotativos.

b) Composição dos saldos

O saldo dos ativos biológicos são compostos pelo custo de formação das florestas e do diferencial do valor justo sobre o custo de formação, conforme demonstrado abaixo:

	31/12/2012	31/12/2011
Custo de formação dos ativos biológicos	545	519
Diferencial entre o custo e o valor justo	557	575
Valor justo dos ativos biológicos	1.102	1.094

As florestas estão desoneradas de qualquer ônus ou garantias a terceiros, inclusive instituições financeiras. Além disso, não existem florestas cuja titularidade legal seja restrita.

c) Movimentação

A movimentação dos saldos contábeis no início e no final do exercício é a seguinte:

	31/12/2012	31/12/2011
Saldo inicial	1.094	1.030
Variação do Valor Justo		
Preço Volume	144	154
Exaustão	(163)	(138)
Variação do Valor Histórico		
Formação	115	98
Exaustão	(88)	(57)
Aquisição	-	7
Saldo final	1.102	1.094

	31/12/2012	31/12/2011
Efeitos no resultado do valor justo do ativo biológico	(19)	16
Variação do Valor Justo	144	154
Exaustão do Valor Justo	(163)	(138)

A elevação do saldo é decorrente do aumento das áreas plantadas para suportar a expansão das operações da companhia.

O ajuste na variação do valor justo é decorrente da estabilidade dos preços de mercado, produtividade e volume colhido.

Notas Explicativas

NOTA 18 - ATIVOS INTANGÍVEIS - ITAÚSA CONSOLIDADO (*)

INTANGÍVEL	Taxas anuais de amortização (%)	31/12/2011			Movimentações					31/12/2012		
		Custo	Amortização Acumulada	Valor Líquido	Aquisições	Baixas	Despesa de Amortização	Redução ao Valor Recuperável (1)	Outros	Custo	Amortização Acumulada	Valor Líquido
Direitos de Aquisição de Folha de Pagamento	0%	607	(330)	277	118	-	(136)	(1)	(1)	544	(287)	257
Outros Ativos Intangíveis (*)		3.408	(673)	2.735	533	(8)	(324)	(1)	8	3.872	(929)	2.943
Associação Para Promoção e Oferta de Produtos e Serviços Financeiros	0%	516	(41)	475	4	(9)	(50)	(1)	5	489	(65)	424
Gastos com Aquisição de Software	20%	859	(330)	529	481	1	(109)	-	13	1.290	(375)	915
Marcas e Patentes	0 a 50%	85	(8)	77	1	-	(3)	-	(1)	86	(12)	74
Ágio por Rentabilidade Futura	0%	687	-	687	-	-	-	-	2	689	-	689
Carteira de Clientes	6 a 50%	1.016	(224)	792	-	-	(133)	-	12	1.029	(358)	671
Outros Ativos Intangíveis	10 a 20%	245	(70)	175	47	-	(29)	-	(23)	289	(119)	170
INTANGÍVEL		4.015	(1.003)	3.012	651	(8)	(460)	(2)	7	4.416	(1.216)	3.200

(1) Nota 2.4.1.

(2) O prazo de amortização é de acordo com o prazo do contrato.

(*) Na ITAÚSA o total de intangíveis refere-se principalmente ao ágio sobre ações de emissão do Itaú Unibanco Holding adquiridas após a data de transição, conforme apresentado na Nota 27.

NOTA 19 - DEPÓSITOS

A tabela abaixo apresenta a composição dos Depósitos:

Depósitos e Captações de Clientes

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	31/12/2012			31/12/2011		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Depósitos Remunerados	140.742	67.542	208.284	130.523	83.181	213.704
Depósitos a Prazo	49.897	67.335	117.232	61.560	82.909	144.469
Depósitos Interfinanceiros	7.394	207	7.601	1.793	272	2.065
Depósitos de Poupança	83.451	-	83.451	67.170	-	67.170
Depósitos não Remunerados	34.916	-	34.916	28.932	-	28.932
Depósitos a Vista	34.916	-	34.916	28.932	-	28.932
Total	175.658	67.542	243.200	159.455	83.181	242.636
		36,78%			36,82%	
Participação Itaúsa	64.613	24.844	89.457	58.714	30.629	89.343
Eliminações	(4)	-	(4)	(17)	-	(17)
TOTAL	64.609	24.844	89.453	58.697	30.629	89.326

Notas Explicativas**NOTA 20 - PASSIVOS FINANCEIROS MANTIDOS PARA NEGOCIAÇÃO**

Os Passivos Financeiros Mantidos para Negociação estão apresentados na tabela a seguir:

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	31/12/2012	31/12/2011
Notas Estruturadas	642	2.815
Total	642	2.815
Participação Itaúsa - 36,78% em Dez/12 e 36,82% em Dez/11	236	1.037
TOTAL	236	1.037

O resultado com os Passivos Financeiros Mantidos para Negociação foi de R\$ 1 (R\$ (18) de 01/01 a 31/12/2011).

O efeito do risco de crédito desses instrumentos não é relevante em 31/12/2012 e 31/12/2011.

O saldo é composto por ações no montante de R\$ 110 (R\$ 613 em 31/12/2011) e títulos de dívida no montante de R\$ 127 (R\$ 423 em 31/12/2011). No caso das ações, pelas características do instrumento, não existe valor definido a ser pago no vencimento. Para os títulos de dívida, o valor a ser pago no vencimento envolve variáveis cambiais e índices, não existindo um valor contratual para liquidação.

O custo ou custo amortizado e o valor justo, por vencimento dos Passivos Financeiros Mantidos para Negociação são os seguintes:

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	31/12/2012	31/12/2011
	Custo / Valor	Custo / Valor
	Justo	Justo
Circulante	79	1.803
Até um ano	79	1.803
Não Circulante	563	1.012
De um a cinco anos	522	909
De cinco a dez anos	36	88
Após dez anos	5	15
Total	642	2.815
Participação Itaúsa - 36,78% em Dez/12 e 36,82% em Dez/11	236	1.037
TOTAL	236	1.037

Notas Explicativas

NOTA 21 - CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO, RECURSOS DE MERCADOS INTERBANCÁRIOS E INSTITUCIONAIS

a) Captações no Mercado Aberto e Recursos de Mercados Interbancários

A tabela abaixo apresenta a composição dos recursos:

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	31/12/2012			31/12/2011		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Mercado Aberto	157.120	110.285	267.405	78.408	107.005	185.413
Operações lastreadas com ativos financeiros próprios	57.080	110.285	167.365	43.145	92.576	135.721
Operações lastreadas com ativos financeiros de terceiros	100.040	-	100.040	35.263	14.429	49.692
Interbancários	53.542	43.531	97.073	47.265	43.233	90.498
Letras Hipotecárias	44	183	227	37	207	244
Letras de Crédito Imobiliário	12.432	864	13.296	14.470	1.281	15.751
Letras de Crédito do Agronegócio	2.735	2.586	5.321	1.422	1.862	3.284
Letras Financeiras	7.593	11.102	18.695	2.544	11.764	14.308
Financiamento à Importação e à Exportação	18.878	4.175	23.053	17.755	3.697	21.452
Repasses no país	11.860	24.188	36.048	11.037	24.422	35.459
Outros	-	433	433	-	-	-
Participação Itaúsa		36,78%			36,82%	
Mercado Aberto	57.794	40.566	98.360	28.871	39.401	68.273
Empresas Industriais - Duratex	104	-	104	-	-	-
Mercado Aberto	57.898	40.566	98.464	28.871	39.401	68.273
Mercados Interbancários	19.694	16.012	35.707	17.404	15.919	33.323

As captações para financiamento à importação e à exportação representam linhas de crédito disponíveis para o financiamento de importações e exportações de empresas brasileiras, geralmente denominadas em moeda estrangeira. A tabela a seguir apresenta a taxa de juros em cada uma das operações (a.a.):

	No país	No Exterior
Mercado Aberto	40% CDI a 13,23%	0,15% a 5,00%
Letras Hipotecárias	-	2,70% a 7,50%
Letras de Crédito Imobiliário	82% a 100% CDI	-
Letras Financeiras	IGPM a 113% CDI	-
Letra de Crédito do Agronegócio	85% a 96% CDI	-
Financiamento à Importação e a Exportação	0,40% a 105,25% CDI	0,63% a 11,75%
Repasses no país	0,50% a 10% TJLP	-

Em "Mercado Aberto", apresentamos os passivos em transações nas quais a ITAÚSA CONSOLIDADO vende à vista, para clientes títulos de dívida emitidos por suas subsidiárias consolidadas, anteriormente mantidos em tesouraria, e se compromete a comprá-los a qualquer momento após a venda até uma data final de recompra, na qual eles serão obrigatoriamente recomprados pela ITAÚSA CONSOLIDADO. O preço da recompra é calculado como o preço pago na data da venda acrescido de juros a taxas variando entre 40% CDI a 13,23%. As datas finais de recompra vão até janeiro de 2027.

Notas Explicativas

b) Pela Controladora

Em 01/06/2010 a Itaúsa efetuou captação no mercado mediante a emissão, em série única, de 10.000 debêntures, não conversíveis em ações, com valor de face de R\$ 100 mil cada, com remuneração de 106,5% do CDI, com amortização em três parcelas anuais e sucessivas, em junho de 2011, 2012 e 2013, podendo a Itaúsa, a seu critério, antecipar estes resgates. Em junho de 2011 e 2012 a Itaúsa efetuou pagamentos no valor de R\$ 416 e R\$ 432, referente amortização da primeira e segunda parcelas respectivamente.

Em 13/07/12 a Itaúsa efetuou captação no mercado mediante emissão de Notas Promissórias, no montante de R\$ 400 milhões, com remuneração de 104,40% do CDI, com opção de resgate antecipado, parcial ou integral, a seu exclusivo critério, a partir do 31º dia e vencimento em 28/03/13. Os recursos captados foram destinados ao reforço do capital de giro da Itaúsa. Em 21/08/12 a Itaúsa resgatou 50% do montante emitido.

c) Recursos de Mercados Institucionais

A tabela abaixo apresenta a composição dos recursos de Mercados Institucionais:

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	31/12/2012			31/12/2011		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Dívida subordinada (*)	3.382	51.797	55.179	10.719	28.996	39.715
Obrigações por Emissão de Debêntures	1.569	-	1.569	1.039	-	1.039
Obrigações por TVM no Exterior	7.119	8.161	15.280	8.143	5.910	14.053
Total	12.070	59.958	72.028	19.901	34.906	54.807
		36,78%			36,82%	
Participação Itaúsa	4.440	22.054	26.494	7.328	12.853	20.180
Debêntures e Notas Promissórias Itaúsa	573	-	573	401	350	751
Total	5.013	22.054	27.067	7.729	13.203	20.931

(*) Em 31/12/2012, R\$ 51.134 (R\$ 38.257 em 31/12/2011), com reflexo na Itaúsa Consolidado de R\$ 18.809 e R\$ 14.087, respectivamente, integram o Patrimônio Referência, dentro da proporcionalidade definida pela Resolução 3.444, de 28/02/2007, do CMN, e alterações promovidas pela Resolução nº 3.352, de 31/01/2008, do CNM.

Na tabela a seguir, apresentamos a taxa de juros em cada uma das operações (a.a.):

	No País	No Exterior
Dívida subordinada	CDI + 0,35% a IPCA + 7,80%	3,04% a 6,20%
Obrigações por emissão de debêntures	104,7% CDI	-
Obrigações por TVM no exterior	1,40% a 8,00%	0,24% a 16,43%

Notas Explicativas

NOTA 22 - OUTROS ATIVOS E OUTROS PASSIVOS

a) Outros Ativos

	31/12/2012			31/12/2011		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Financeiros (1)	11.940	4.855	16.795	10.604	4.321	14.925
Operações com Emissores de Cartões de Crédito	7.514	-	7.514	6.745	-	6.745
Operações de Seguros e Resseguros	1.621	-	1.621	1.322	-	1.322
Depósitos em Garantia de Passivos Contingentes (Nota 32)	608	4.357	4.965	957	3.915	4.872
Depósitos em Garantia de Captações de Recursos Externos	279	-	279	221	-	221
Negociação e Intermediação de Valores	932	40	972	593	-	593
Valores a Receber de Reembolso de Contingências (Nota 32)	100	203	303	77	159	236
Serviços Prestados a Receber	781	-	781	463	-	463
Valores a Receber do FCVS - Fundo para Compensação de Variações Salariais (2)	-	254	254	-	247	247
Carteira de Câmbio	-	-	-	99	-	99
Operações sem Características de Concessão de Crédito	106	-	106	127	-	127
Não Financeiros	4.559	612	5.171	3.522	547	4.069
Despesas Antecipadas	980	594	1.574	868	547	1.415
Ativos de Planos de Aposentadoria (Notas 28(b) e (c))	1.209	-	1.209	735	-	735
Diversos no País	634	-	634	422	-	422
Duplicatas a Receber Empresas Industriais	1.172	9	1.181	1.189	-	1.189
Diversos no Exterior	120	9	129	41	-	41
Outros	444	-	444	267	-	267

(1) Neste período não houve perdas referente à redução ao valor recuperável de outros ativos financeiros.

(2) O Fundo de Compensação de Variações Salariais – FCVS foi criado através da Resolução nº 25, de 16.6.67, do Conselho de Administração do extinto BNH (Banco Nacional da Habitação), e tem por finalidade liquidar os saldos remanescentes existentes após o término do prazo dos financiamentos imobiliários contratados até Mar/1990, de contratos financiados no âmbito do SFH (Sistema Nacional da Habitação) e desde que cobertos pelo FCVS.

b) Outros passivos

	31/12/2012			31/12/2011		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Financeiros	18.404	82	18.486	16.202	44	16.246
Operações com Cartões de Crédito	16.599	-	16.599	15.169	-	15.169
Carteira de Câmbio	54	-	54	-	-	-
Negociação e Intermediação de Valores	1.510	54	1.564	922	-	922
Obrigações <i>Leasing</i> Financeiro	64	27	91	81	44	125
Recursos de Consorciados	31	-	31	30	-	30
Outros	147	-	147	-	-	-
Não Financeiros	9.764	1.923	11.687	10.015	252	10.267
Obrigações Empresas Industriais	1.104	1.770	2.874	2.498	-	2.498
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	147	-	147	320	-	320
Credores Diversos - País e Exterior	1.218	-	1.218	754	-	754
Recursos em Trânsito	1.643	-	1.643	1.420	-	1.420
Provisão para Pagamentos Diversos	855	100	955	768	210	978
Sociais e Estatutárias	2.058	20	2.078	1.488	31	1.519
Relativas a Operações de Seguros	340	-	340	341	-	341
Obrigações por Convênios Oficiais e Prestação de Serviços de Pagamentos	136	-	136	555	-	555
Provisão para Benefícios de Planos de Aposentadoria (Nota 29 b e d)	211	14	225	127	11	138
Provisão de Pessoal	582	19	601	568	-	568
Provisão para Seguro Saúde	233	-	233	229	-	229
Rendas Antecipadas	521	-	521	266	-	266
Outros	716	-	716	681	-	681

Notas Explicativas

NOTA 23 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

Em Assembléia Geral Extraordinária ocorrida em 26/04/2012, foi aprovada a seguinte proposta do Conselho de Administração:

- Cancelamento das 8.700.000 ações escriturais preferenciais de emissão própria existentes em tesouraria, sem redução do capital social;
- Aumento do capital social em R\$ 2.822, mediante capitalização de recursos consignados nas Reservas de Lucros, sendo R\$ 1.062 da Reserva para Equalização de Dividendos e R\$ 1.760 da Reserva para Reforço do Capital de Giro;
- Emissão de 440.678.158 novas ações escriturais, sem valor nominal, sendo 169.662.686 ordinárias e 271.015.472 preferenciais, atribuídas gratuitamente aos acionistas, a título de bonificação, na proporção de 1 (uma) ação nova para cada lote de 10 (dez) ações da mesma espécie que possuíam no final do dia 26.04.2012, após o cancelamento de ações de emissão própria proposto no item I acima;

Em decorrência dos itens precedentes, o Capital Social foi elevado para R\$ 16.500, representado por 4.847.459.747 ações escriturais, sem valor nominal, sendo 1.866.289.554 ordinárias e 2.981.170.193 preferenciais, sem direito a voto, mas com as seguintes vantagens:

- Prioridade no recebimento de dividendo mínimo anual de R\$ 10,00 por lote de mil ações, não cumulativo;
- Direito de, em eventual alienação de controle, serem incluídas em oferta pública de aquisição de ações, de modo a lhes assegurar o preço igual a 80% (oitenta por cento) do valor pago por ação com direito a voto, integrante do bloco de controle, assegurando-se dividendo igual ao das ações ordinárias.

Também na AGE de 26/04/2012 deliberou-se aumento de Capital social em R\$ 500 milhões com integralização em dinheiro e/ou compensação com créditos originários de juros sobre o capital próprio complementares declarados em 29/02/2012. Considerada a grande volatilidade do mercado de capitais, reflexo da crise financeira européia, que provocou a queda generalizada na cotação das ações no mercado de valores mobiliários, incluindo os papéis de emissão da Itaúsa, as sobras de subscrição representaram 17,73% do total de ações a serem emitidas. Em decorrência desse fato, em AGE de 06/07/2012 deliberou-se pelo cancelamento da chamada de capital. A devolução aos subscritores foi efetuada em 16/07/2012, sendo os valores atualizados monetariamente pela variação da taxa SELIC.

Notas Explicativas

Abaixo segue a composição e a movimentação das classes das ações do capital integralizado e conciliação dos saldos no final do exercício de 2011 e em 31 de dezembro de 2012:

	Quantidade			Valor
	Ordinárias	Preferenciais	Total	
Ações Representativas do Capital Social em 01/01/2011	1.680.795.973	2.693.485.616	4.374.281.589	13.266
Residentes no País	1.680.546.641	1.746.312.444	3.426.859.085	10.393
Residentes no Exterior	249.332	947.173.172	947.422.504	2.873
Movimentações das ações do capital integralizado				
AGE de 29/04/2011	15.830.895	25.369.105	41.200.000	412
Aumento de Capital	15.830.895	25.369.105	41.200.000	412
Ações Representativas do Capital Social em 31/12/2011	1.696.626.868	2.718.854.721	4.415.481.589	13.678
Residentes no País	1.696.361.573	1.820.597.595	3.516.959.168	10.895
Residentes no Exterior	265.295	898.257.126	898.522.421	2.783
Ações em Tesouraria em 01/01/2011	-	-	-	-
Aquisição de Ações	-	(8.700.000)	(8.700.000)	(80)
Ações em Tesouraria em 31/12/2011 ^(*)	-	(8.700.000)	(8.700.000)	(80)
Em Circulação em 31/12/2011	1.696.626.868	2.710.154.721	4.406.781.589	13.598
Ações Representativas do Capital Social em 01/01/2012	1.696.626.868	2.718.854.721	4.415.481.589	13.678
Residentes no País	1.696.361.573	1.820.597.595	3.516.959.168	10.895
Residentes no Exterior	265.295	898.257.126	898.522.421	2.783
Movimentações das ações do capital integralizado				
AGE de 26/04/2012	169.662.686	271.015.472	440.678.158	2.822
Aumento de Capital Mediante Capitalização de Reservas	-	-	-	2.822
Bonificação de 10% em Ações	169.662.686	271.015.472	440.678.158	-
Ações Representativas do Capital Social em 31/12/2012	1.866.289.554	2.981.170.193	4.847.459.747	16.500
Residentes no País	1.864.554.738	1.962.909.890	3.827.464.628	13.028
Residentes no Exterior	1.734.816	1.018.260.303	1.019.995.119	3.472
Ações em Tesouraria em 01/01/2012 ^(*)	-	(8.700.000)	(8.700.000)	(80)
(-) Cancelamento de Ações - AGE de 26/04/12	-	8.700.000	8.700.000	80
Ações em Tesouraria em 31/12/2012	-	-	-	-
Em Circulação em 31/12/2012	1.866.289.554	2.981.170.193	4.847.459.747	16.500

(*) Ações de própria emissão adquiridas com base em autorizações do Conselho de Administração para manutenção em Tesouraria, posterior cancelamento ou recolocação no mercado.

Notas Explicativas

b) Dividendos

Os acionistas têm direito de receber como dividendo obrigatório, em cada exercício, importância não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido, ajustado conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações. As ações de ambas as espécies participam dos lucros distribuídos em igualdade de condições, depois de assegurado às ordinárias, dividendo igual ao mínimo prioritário anual de R\$ 0,01 por ação a ser pago às ações preferenciais. O dividendo mínimo pode ser pago em quatro parcelas ou mais, no mínimo trimestralmente ou com intervalos menores.

A antecipação trimestral do dividendo mínimo obrigatório, utiliza a posição acionária do último dia do mês anterior como base de cálculo, sendo o pagamento efetuado no primeiro dia útil do mês seguinte no valor de R\$ 0,015 por ação conforme deliberado na AGO/E de 05 de março de 2012.

I. Cálculo

	<i>(Em milhões de Reais)</i>	
Lucro Líquido	4.539	
(-) Reserva Legal	(227)	
Base de Cálculo do Dividendo	4.312	
Dividendo Mínimo Obrigatório	1.078	25,00%
Dividendos/Juros sobre o Capital Próprio declarado/provisionado declarados após 31.12.2012	1.144	26,53%
	518	
Dividendos/Juros sobre o Capital Próprio Proposto	1.662	38,54%

II. Provisionamento de Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos

	Bruto	IRF	Líquido
Pago	1.149	(150)	999
Dividendos	146	-	146
1 parcela trimestral de R\$ 0,015 por ação paga em 02/07/2012	73	-	73
1 parcela trimestral de R\$ 0,015 por ação paga em 01/10/2012	73	-	73
Juros sobre o Capital Próprio	1.003	(150)	853
1 parcela de R\$ 0,110 por ação a ser paga até 30/04/2013	533	(80)	453
1 parcela de R\$ 0,097 por ação a ser paga até 28/06/2013	470	(70)	400
Provisionados	145	-	145
Dividendos	145	-	145
1 parcela trimestral de R\$ 0,015 por ação a ser paga em 02/01/2013	72	-	72
1 parcela trimestral de R\$ 0,015 por ação a ser paga em 01/04/2013	73	-	73
JCP a ser Declarado em 04/03/2013	610	(92)	518
1 parcela de R\$ 0,1258 por ação a ser paga até 28/06/2013	610	(92)	518
Total em 31/12/2012 - R\$ 0,3429 líquido por ação	1.904	(242)	1.662
Total em 31/12/2011 - R\$ 0,3336 líquido por ação ^(*)	1.859	(242)	1.617

(*) Para melhor comparabilidade considerou-se as Bonificações

c) Reservas Integralizadas

- Reserva legal**

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, alterada pela Lei 11.638/07 e Lei 11.941/09, até o limite de 20% do Capital Social.

- Reservas estatutárias**

São constituídas visando:

- a equalização de dividendos com a finalidade de garantir recursos para o pagamento de dividendos, inclusive na forma de juros sobre o capital próprio, ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas;
- reforçar o de Capital de Giro garantindo meios financeiros para a operação da companhia; e

Notas Explicativas

- o aumento de Capital de Empresas Participadas de modo a garantir o direito preferencial de subscrição em aumentos de capital das empresas participadas.

	31/12/2012	31/12/2011
RESERVAS DE LUCROS	12.291	15.268
Legal	2.246	2.019
Estatutárias	10.045	13.249
Equalização de Dividendos	1.627	4.501
Reforço do Capital de Giro	3.077	4.313
Aumento de Capital de Empresas Participadas	5.341	4.435
Proposta de Distribuição de Dividendos Adicionais	610	551
Outras Reservas	332	264
Total das Reservas na Controladora	13.233	16.083

d) Reservas a Integralizar

Refere-se ao saldo do lucro líquido remanescente após a distribuição de dividendos e das apropriações para as reservas estatutárias nos registros legais da ITAÚSA CONSOLIDADO.

NOTA 24 – PAGAMENTO BASEADO EM AÇÕES

Plano para Outorga de Opções de Ações de Controladas

a) Itaú Unibanco Holding

I – Objetivo e Diretrizes do Plano

O Grupo dispõe de plano para outorga de opções de ações aos seus executivos. Esse plano visa integrar executivos no processo de desenvolvimento da instituição a médio e longo prazo, por meio da outorga de opções de ações simples ou bonificadas, pessoais, impenhoráveis e intransferíveis, que concedem o direito de subscrição de uma ação do capital autorizado ou, a critério da administração, de aquisição de uma ação em tesouraria adquirida para recolocação.

Somente podem ser outorgadas opções em exercícios com lucros suficientes para permitir a distribuição do dividendo obrigatório aos acionistas e em quantidade que não ultrapasse o limite de 0,5% (meio por cento) da totalidade das ações obtidas pelos acionistas na data do balanço de encerramento do exercício. Compete ao Comitê de Pessoas do ITAÚ UNIBANCO HOLDING a definição da quantidade, dos beneficiários, do tipo de opção, o prazo de vigência das séries, podendo variar entre o mínimo de 5 anos e o máximo de 10 anos o período de carência para o exercício das opções e o período de indisponibilidade das ações adquiridas em virtude do exercício das opções. Podem participar desse programa diretores e membros do Conselho de Administração do ITAÚ UNIBANCO HOLDING e das empresas por ele controladas e funcionários com base em avaliação de potencial e performance.

Atualmente, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING efetua a liquidação deste PLANO somente entregando ações de sua própria emissão, que são mantidas em tesouraria até o efetivo exercício das opções por parte dos beneficiários.

Notas Explicativas

II – Características dos Programas

II.1 – Opções Simples

Programas Anteriores

O Itaú e o Unibanco, antes da associação, dispunham de Planos de Outorga de Opções de Ações (Programas Anteriores). Aos beneficiários elegíveis ao programa eram outorgados opções simples, de acordo com a avaliação de performance de cada empregado. O preço de exercício é calculado com base no valor médio dos preços das ações preferenciais verificados nos pregões da BM&FBOVESPA no período de, no mínimo, 1 (um) e, no máximo, 3 (três) meses anteriores à data de emissão das opções, facultado ainda ajuste de até 20%, para mais ou para menos e reajustados até o último dia útil do mês anterior ao do exercício da opção pelo IGP-M ou IPCA, na sua falta, pelo índice que o Comitê designar. Não são mais outorgadas opções nesse modelo.

Programa Pós Associação

Aos beneficiários elegíveis ao programa, são outorgadas opções simples, de acordo com a avaliação de performance de cada empregado. O preço de exercício é calculado com base no valor médio dos preços das ações preferenciais verificados nos pregões da BM&FBOVESPA nos três últimos meses do ano antecedente ao da outorga, facultado ainda o ajuste de até 20% para mais ou para menos. O preço de exercício é ajustado pelo IGPM ou, na sua falta, pelo índice que o Comitê designar.

O período de carência é de 1 (um) a 7 (sete) anos contados a partir da data de emissão.

II. II – Plano de Sócios

Os executivos selecionados para participar do programa podem investir um percentual de seus bônus para adquirir ações e ou o direito de receber ações (Instrumentos Baseados em Ações). As ações adquiridas, bem como os instrumentos baseados em ações deverão ser mantidos pelos executivos em sua propriedade por um prazo de 3 a 5 anos e estão sujeitas a variação de mercado. No momento em que adquirem ações próprias e/ou instrumentos baseados em ações, são outorgadas Opções de Sócios de acordo com a classificação dos executivos. Os prazos de carência das Opções de Sócios e dos Instrumentos Baseados em Ações são de 1 a 7 anos. Os Instrumentos Baseados em Ações e as Opções de Sócios são convertidos em ações próprias do ITAÚ UNIBANCO HOLDING na proporção de uma ação preferencial para cada instrumento, após o respectivo período de carência, sem pagamento de valores em moeda corrente durante o exercício.

O preço de aquisição das ações próprias e dos Instrumentos Baseado em Ações é fixado semestralmente e é equivalente à média da cotação das ações nos pregões da BM&FBOVESPA nos 30 dias que antecederem à fixação do referido preço.

As ações recebidas ao final do período de carência das Opções de Sócios deverão ser mantidas pelos beneficiários, sem qualquer tipo de ônus ou gravame, por prazos entre 5 e 8 anos contados a partir da data de aquisição das ações próprias.

A média ponderada do valor justo dos Instrumentos Baseados em Ações na data da concessão foi estimada para as ações adquiridas no exercício findo em 31/12/2012 – R\$ 36,00 por ação (R\$ 37,00 por ação em 31/12/2011).

O valor justo dos Instrumentos Baseados em Ações é o preço de mercado cotado na data de concessão para as ações preferenciais do Itaú Unibanco Holding, menos o preço a vista pago pelos beneficiários. O valor recebido na compra de Instrumentos Baseados em Ações foi de R\$ 50 em 31/12/2012 (R\$ 48 em 31/12/2011).

Notas Explicativas

Resumo da Movimentação do Plano

Outorga Nº	Carência até	Prazo Final para Exercício	Preço de Exercício Atualizado (R\$1)	Opções Exercidas			Quantidade de Ações				
				Preço de Exercício Médio Ponderado	Valor de Mercado Médio Ponderado	Saldo Anterior 31/12/2011	Outorgadas	Exercidas	Perda de Direito (*) / Canceladas	Saldo a Exercer em 31/12/2012	
Opções Simples											
11ª	21/02/2005	31/12/2009	31/12/2012	20,27	19,79	33,68	937.275	-	(937.275)	-	-
11ª	06/08/2007	31/12/2009	31/12/2012	20,27	19,79	33,68	11.357	-	(11.357)	-	-
12ª	21/02/2006	31/12/2010	31/12/2013	30,15	28,25	37,00	6.854.365	-	(1.946.485)	-	4.907.880
12ª	06/08/2007	31/12/2010	31/12/2013	30,15	-	-	15.867	-	-	-	15.867
16ª	10/08/2009	31/12/2010	31/12/2014	34,28	-	-	874.167	-	-	-	874.167
34ª	21/03/2007	21/03/2011	20/03/2012	37,27	-	-	75.901	-	-	(75.901)	-
35ª	22/03/2007	22/03/2011	21/03/2012	38,95	-	-	29.518	-	-	(29.518)	-
36ª	14/05/2008	14/05/2011	13/05/2012	46,72	-	-	25.301	-	-	(25.301)	-
30ª	04/07/2006	04/07/2011	03/07/2012	29,90	-	-	52.707	-	-	(52.707)	-
33ª	30/08/2006	30/08/2011	29/08/2012	33,36	32,70	38,42	21.083	-	(21.083)	-	-
13ª	14/02/2007	31/12/2011	31/12/2014	38,39	35,91	38,32	7.732.975	-	(344.650)	(1.145.825)	6.242.500
13ª	06/08/2007	31/12/2011	31/12/2014	38,39	-	-	30.649	-	-	-	30.649
13ª	28/10/2009	31/12/2011	31/12/2014	38,39	-	-	45.954	-	-	-	45.954
34ª	21/03/2007	21/03/2012	20/03/2013	39,00	-	-	75.901	-	-	-	75.901
35ª	22/03/2007	22/03/2012	21/03/2013	38,95	-	-	29.514	-	-	-	29.514
36ª	14/05/2008	14/05/2012	13/05/2013	48,46	-	-	25.300	-	-	-	25.300
17ª	23/09/2009	23/09/2012	31/12/2014	39,61	-	-	29.551	-	-	-	29.551
14ª	11/02/2008	31/12/2012	31/12/2015	44,27	-	-	9.266.066	-	-	(2.097.144)	7.168.922
14ª	05/05/2008	31/12/2012	31/12/2015	44,27	-	-	20.625	-	-	-	20.625
14ª	28/10/2009	31/12/2012	31/12/2015	44,27	-	-	45.954	-	-	-	45.954
Total de Opções a Exercer					26,63	36,18	26.200.030	-	(3.260.850)	(3.426.396)	19.512.784
36ª	14/05/2008	14/05/2013	13/05/2014	48,46	-	-	25.300	-	-	-	25.300
15ª	03/03/2009	31/12/2013	31/12/2016	28,95	27,12	35,16	14.114.940	-	(1.452.840)	(21.340)	12.640.760
15ª	28/10/2009	31/12/2013	31/12/2016	28,95	-	-	45.954	-	-	-	45.954
18ª	17/04/2010	31/12/2014	31/12/2017	47,02	-	-	6.052.223	-	-	(119.229)	5.932.994
18ª	11/05/2010	31/12/2014	31/12/2017	47,02	-	-	1.163.919	-	-	(49.928)	1.113.991
37ª	19/04/2011	31/12/2015	31/12/2018	45,93	-	-	9.769.432	-	-	(167.211)	9.602.221
37ª	13/01/2012	31/12/2015	31/12/2018	45,93	-	-	-	15.383	-	-	15.383
38ª	13/01/2012	31/12/2016	31/12/2019	34,35	-	-	-	15.097	-	-	15.097
38ª	27/04/2012	31/12/2016	31/12/2019	34,35	-	-	-	10.373.657	-	(40.264)	10.333.393
Total de Opções em Aberto					27,12	35,16	31.171.768	10.404.137	(1.452.840)	(397.972)	39.725.093
Total de Opções Simples					26,78	35,87	57.371.798	10.404.137	(4.713.690)	(3.824.368)	59.237.877
Opções dos Sócios											
04ª	03/03/2008	03/03/2011	-	-	-	-	39.906	-	-	(39.906)	-
05ª	03/09/2008	03/09/2011	-	-	-	-	46.710	-	-	(46.710)	-
06ª	06/03/2009	06/03/2012	-	-	-	35,90	719.023	-	(681.490)	(37.533)	-
07ª	19/06/2009	06/03/2012	-	-	-	35,90	79.446	-	(79.446)	-	-
01ª	03/09/2007	03/09/2012	-	-	-	32,05	309.508	-	(309.294)	(214)	-
03ª	29/02/2008	03/09/2012	-	-	-	-	33.474	-	-	-	33.474
Total de Opções em Aberto						34,79	1.228.067	-	(1.070.230)	(124.363)	33.474
04ª	03/03/2008	03/03/2013	-	-	-	-	388.432	-	-	(15.488)	372.944
08ª	17/08/2010	16/08/2013	-	-	-	-	339.632	-	-	(11.120)	328.512
09ª	30/08/2010	16/08/2013	-	-	-	-	329.711	-	-	(7.750)	321.961
11ª	30/09/2010	16/08/2013	-	-	-	-	17.717	-	-	-	17.717
05ª	03/09/2008	03/09/2013	-	-	-	-	449.442	-	-	(26.875)	422.567
10ª	30/09/2010	29/09/2013	-	-	-	-	1.862.409	-	-	(48.015)	1.814.394
17ª	14/06/2012	27/02/2014	-	-	-	-	-	7.791	-	-	7.791
12ª	28/02/2011	28/02/2014	-	-	-	-	1.558.584	-	-	(28.176)	1.530.408
06ª	06/03/2009	06/03/2014	-	-	-	-	704.604	-	-	(45.197)	659.407
07ª	19/06/2009	06/03/2014	-	-	-	-	79.445	-	-	-	79.445
14ª	04/11/2011	18/08/2014	-	-	-	-	509	-	-	-	509
17ª	14/06/2012	18/08/2014	-	-	-	-	-	2.527	-	-	2.527
13ª	19/08/2011	19/08/2014	-	-	-	-	706.397	-	-	(19.628)	686.769
17ª	14/06/2012	23/02/2015	-	-	-	-	-	8.187	-	-	8.187
15ª	24/02/2012	24/02/2015	-	-	-	-	-	1.583.044	-	(10.952)	1.572.092
16ª	24/02/2012	24/02/2015	-	-	-	-	-	69.156	-	-	69.156
08ª	17/08/2010	16/08/2015	-	-	-	-	338.923	-	-	(11.508)	327.415
09ª	30/08/2010	16/08/2015	-	-	-	-	329.152	-	-	(7.928)	321.224
11ª	30/09/2010	16/08/2015	-	-	-	-	17.712	-	-	-	17.712
10ª	30/09/2010	29/09/2015	-	-	-	-	1.858.518	-	-	(50.048)	1.808.470
17ª	14/06/2012	27/02/2016	-	-	-	-	-	7.790	-	-	7.790
12ª	28/02/2011	28/02/2016	-	-	-	-	1.557.215	-	-	(29.532)	1.527.683
14ª	04/11/2011	18/08/2016	-	-	-	-	508	-	-	-	508
17ª	14/06/2012	18/08/2016	-	-	-	-	-	2.527	-	-	2.527
13ª	19/08/2011	19/08/2016	-	-	-	-	706.338	-	-	(20.011)	686.327
17ª	14/06/2012	23/02/2017	-	-	-	-	-	8.186	-	-	8.186
15ª	24/02/2012	24/02/2017	-	-	-	-	-	1.582.979	-	(11.248)	1.571.731
16ª	24/02/2012	24/02/2017	-	-	-	-	-	69.151	-	-	69.151
Total de Opções em Aberto							11.245.248	3.341.338	-	(343.476)	14.243.110
Total Opções dos Sócios						34,79	12.473.315	3.341.338	(1.070.230)	(467.839)	14.276.584
TOTAL OPÇÕES SIMPLES/DOS SÓCIOS					26,78	35,67	69.845.113	13.745.475	(5.783.920)	(4.292.207)	73.514.461

(*) Refere-se ao não exercício por opção do beneficiário.

Notas Explicativas

Resumo da Movimentação do Plano

Nº	Outorga Data	Carência até	Prazo Exercício Final para	Preço de Exercício Atualizado (R\$1)	Opções Exercidas		Saldo Anterior 31/12/2010	Quantidade de Ações			Saldo a Exercer em 31/12/2011
					Preço de Exercício Médio Ponderado	Valor de Mercado Médio Ponderado		Outorgadas	Exercidas	Canceladas	
Opções Simples											
10ª	16/02/2004	31/12/2008	31/12/2011	13,46	13,23	35,17	712.942	-	712.942	-	-
27ª	01/02/2005	05/05/2009	31/01/2011	16,52	16,42	39,50	12.650	-	12.650	-	-
11ª	21/02/2005	31/12/2009	31/12/2012	18,94	18,39	34,88	2.877.600	-	1.912.825	27.500	937.275
11ª	01/08/2005	31/12/2009	31/12/2012	18,94	18,39	34,88	27.500	-	27.500	-	-
11ª	06/08/2007	31/12/2009	31/12/2012	18,94	-	-	11.357	-	-	-	11.357
27ª	01/02/2005	01/02/2010	31/01/2011	16,52	16,42	39,50	16.389	-	16.389	-	-
34ª	21/03/2007	21/03/2010	20/03/2011	35,34	-	-	75.901	-	-	75.901	-
35ª	22/03/2007	22/03/2010	21/03/2011	35,31	-	-	29.518	-	-	29.518	-
30ª	04/07/2006	04/07/2010	03/07/2011	28,49	28,45	36,48	52.710	-	52.710	-	-
29ª	19/09/2005	19/09/2010	18/09/2011	21,77	21,30	38,45	12.650	-	12.650	-	-
12ª	21/02/2006	31/12/2010	31/12/2013	28,18	27,30	36,42	8.025.250	-	1.110.385	60.500	6.854.365
12ª	06/08/2007	31/12/2010	31/12/2013	28,18	-	-	15.867	-	-	-	15.867
16ª	10/08/2009	31/12/2010	31/12/2014	32,05	-	-	874.167	-	-	-	874.167
34ª	21/03/2007	21/03/2011	20/03/2012	36,85	-	-	75.901	-	-	-	75.901
35ª	22/03/2007	22/03/2011	21/03/2012	36,80	-	-	29.518	-	-	-	29.518
36ª	14/05/2008	14/05/2011	13/05/2012	45,79	-	-	25.301	-	-	-	25.301
30ª	04/07/2006	04/07/2011	03/07/2012	29,21	-	-	52.707	-	-	-	52.707
33ª	30/08/2006	30/08/2011	29/08/2012	32,34	-	-	21.083	-	-	-	21.083
13ª	14/02/2007	31/12/2011	31/12/2014	35,89	34,82	36,93	8.546.975	-	507.375	306.625	7.732.975
13ª	06/08/2007	31/12/2011	31/12/2014	35,89	-	-	30.649	-	-	-	30.649
13ª	28/10/2009	31/12/2011	31/12/2014	35,89	-	-	45.954	-	-	-	45.954
Total de Opções a Exercer					21,84	35,62	21.572.589	-	4.365.426	500.044	16.707.119
34ª	21/03/2007	21/03/2012	20/03/2013	36,85	-	-	75.901	-	-	-	75.901
35ª	22/03/2007	22/03/2012	21/03/2013	36,80	-	-	29.514	-	-	-	29.514
36ª	14/05/2008	14/05/2012	13/05/2013	45,79	-	-	25.300	-	-	-	25.300
17ª	23/09/2009	23/09/2012	31/12/2014	37,02	-	-	29.551	-	-	-	29.551
14ª	11/02/2008	31/12/2012	31/12/2015	41,37	-	-	10.846.487	-	-	1.580.421	9.266.066
14ª	05/05/2008	31/12/2012	31/12/2015	41,37	-	-	20.625	-	-	-	20.625
14ª	28/10/2009	31/12/2012	31/12/2015	41,37	-	-	45.954	-	-	-	45.954
36ª	14/05/2008	14/05/2013	13/05/2014	45,79	-	-	25.300	-	-	-	25.300
15ª	03/03/2009	31/12/2013	31/12/2016	27,06	26,97	33,88	15.067.330	-	804.770	147.620	14.114.940
15ª	28/10/2009	31/12/2013	31/12/2016	27,06	-	-	45.954	-	-	-	45.954
18ª	17/04/2010	31/12/2014	31/12/2017	43,95	-	-	6.126.609	-	-	74.386	6.052.223
18ª	11/05/2010	31/12/2014	31/12/2017	43,95	-	-	1.206.340	-	-	42.421	1.163.919
37ª	19/04/2011	31/12/2015	31/12/2018	42,93	-	-	-	9.863.110	-	93.678	9.769.432
Total de Opções em Aberto					26,97	33,88	33.544.865	9.863.110	804.770	1.938.526	40.664.679
Total de Opções Simples					22,64	35,35	55.117.454	9.863.110	5.170.196	2.438.570	57.371.798
Opções dos Sócios											
04ª	03/03/2008	03/03/2011	-	-	-	37,22	416.487	-	376.581	-	39.906
05ª	03/09/2008	03/09/2011	-	-	-	28,83	490.624	-	431.185	12.729	46.710
Total de Opções a Exercer					-	37,22	907.111	-	807.766	12.729	86.616
06ª	06/03/2009	06/03/2012	-	-	-	-	740.362	-	-	21.339	719.023
07ª	19/06/2009	06/03/2012	-	-	-	-	79.446	-	-	-	79.446
01ª	03/09/2007	03/09/2012	-	-	-	-	329.181	-	-	19.673	309.508
03ª	29/02/2008	03/09/2012	-	-	-	-	33.474	-	-	-	33.474
04ª	03/03/2008	03/03/2013	-	-	-	-	415.930	-	-	27.498	388.432
08ª	17/08/2010	16/08/2013	-	-	-	-	376.916	-	-	37.284	339.632
09ª	30/08/2010	16/08/2013	-	-	-	-	359.991	-	-	30.280	329.711
11ª	30/09/2010	16/08/2013	-	-	-	-	17.717	-	-	-	17.717
05ª	03/09/2008	03/09/2013	-	-	-	-	490.126	-	-	40.684	449.442
10ª	30/09/2010	29/09/2013	-	-	-	-	1.940.987	-	-	78.578	1.862.409
12ª	28/02/2011	28/02/2014	-	-	-	-	-	1.585.541	-	26.957	1.558.584
06ª	06/03/2009	06/03/2014	-	-	-	-	739.608	-	-	35.004	704.604
07ª	19/06/2009	06/03/2014	-	-	-	-	79.445	-	-	-	79.445
14ª	04/11/2011	18/08/2014	-	-	-	-	-	509	-	-	509
13ª	19/08/2011	19/08/2014	-	-	-	-	-	706.397	-	-	706.397
08ª	17/08/2010	16/08/2015	-	-	-	-	376.876	-	-	37.953	338.923
09ª	30/08/2010	16/08/2015	-	-	-	-	359.962	-	-	30.810	329.152
11ª	30/09/2010	16/08/2015	-	-	-	-	17.712	-	-	-	17.712
10ª	30/09/2010	29/09/2015	-	-	-	-	1.940.951	-	-	82.433	1.858.518
12ª	28/02/2011	28/02/2016	-	-	-	-	-	1.585.497	-	28.282	1.557.215
13ª	19/08/2011	19/08/2016	-	-	-	-	-	706.338	-	-	706.338
14ª	04/11/2011	18/08/2016	-	-	-	-	-	508	-	-	508
Total de Opções em Aberto					-	-	8.298.684	4.584.790	-	496.775	12.386.699
Total Opções dos Sócios					-	37,22	9.205.795	4.584.790	807.766	509.504	12.473.315
TOTAL OPÇÕES SIMPLES/DOS SÓCIOS					22,84	32,92	64.323.249	14.447.900	5.977.962	2.948.074	69.845.113

(*) Refere-se ao não exercício por opção do beneficiário.

Notas Explicativas**Resumo da Movimentação dos Instrumentos Baseados em Ações**

Nº	Período de Carência		Saldo	Novos	Convertidos em Ações	Cancelados	Saldo em
			Anterior				31/12/2012
			31/12/2011				
1ª	17/08/2010	16/08/2012	110.588	-	(109.069)	(1.519)	-
1ª	17/08/2010	16/08/2013	110.577	-	-	(3.206)	107.371
1ª	30/08/2010	16/08/2012	10.216	-	(10.216)	-	-
1ª	30/08/2010	16/08/2013	10.212	-	-	-	10.212
1ª	30/09/2010	16/08/2012	3.971	-	(3.971)	-	-
1ª	30/09/2010	16/08/2013	3.970	-	-	-	3.970
2ª	30/09/2010	29/09/2012	424.163	-	(412.329)	(11.834)	-
2ª	30/09/2010	29/09/2013	424.154	-	-	(11.834)	412.320
3ª	28/02/2011	27/02/2011	444.040	-	(444.040)	-	-
3ª	28/02/2011	27/02/2012	444.030	-	-	(8.679)	435.351
3ª	28/02/2011	27/02/2013	444.020	-	-	(8.678)	435.342
4ª	24/02/2012	24/02/2013	-	468.852	-	(4.671)	464.181
4ª	24/02/2012	24/02/2014	-	468.836	-	(4.671)	464.165
4ª	24/02/2012	24/02/2015	-	468.821	-	(4.671)	464.150
Total			2.429.941	1.406.509	(979.625)	(59.763)	2.797.062

Nº	Período de Carência		Saldo em	Novos	Convertidos em Ações	Cancelados	Saldo em
			31/12/2010				31/12/2011
1ª	17/08/2010	16/08/2011	114.980	-	(110.598)	(4.382)	-
1ª	17/08/2010	16/08/2012	114.969	-	-	(4.381)	110.588
1ª	17/08/2010	16/08/2013	114.958	-	-	(4.381)	110.577
1ª	30/08/2010	16/08/2011	10.221	-	(10.221)	-	-
1ª	30/08/2010	16/08/2012	10.216	-	-	-	10.216
1ª	30/08/2010	16/08/2013	10.212	-	-	-	10.212
1ª	30/09/2010	16/08/2011	3.972	-	(3.972)	-	-
1ª	30/09/2010	16/08/2012	3.971	-	-	-	3.971
1ª	30/09/2010	16/08/2013	3.970	-	-	-	3.970
2ª	30/09/2010	29/09/2011	424.172	-	(424.172)	-	-
2ª	30/09/2010	29/09/2012	424.163	-	-	-	424.163
2ª	30/09/2010	29/09/2013	424.154	-	-	-	424.154
3ª	28/02/2011	27/02/2011	-	444.040	-	-	444.040
3ª	28/02/2011	27/02/2012	-	444.030	-	-	444.030
3ª	28/02/2011	27/02/2013	-	444.020	-	-	444.020
Total			1.659.958	1.332.090	(548.963)	(13.144)	2.429.941

Notas Explicativas

II.III) Valor Justo e Premissas Econômicas utilizadas para Reconhecimento dos Custos

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING reconhece na data da outorga o valor justo das opções, utilizando o modelo Binomial para as Opções Simples e Black&Scholes para as Opções dos Sócios. As premissas econômicas utilizadas são:

Preço de Exercício: como preço de exercício da opção, utiliza-se o preço de exercício previamente definido na emissão da opção, atualizado pela variação do IGP-M.

Preço do Ativo Objeto: o preço das ações do ITAÚ UNIBANCO HOLDING (ITUB4) utilizado para o cálculo é o preço de fechamento da BMF&BOVESPA na data base de cálculo.

Dividendos Esperados: é a média anual da taxa de retorno dos últimos três exercícios de Dividendos pagos, acrescidos dos Juros sobre Capital Próprio da ação ITUB4.

Taxa de Juros Livre de Risco: a taxa livre de risco utilizada é o cupom do IGP-M na data de vencimento do plano da opção.

Volatilidade Esperada: calculada a partir do desvio-padrão sobre histórico dos últimos 84 retornos mensais dos preços de fechamento da ação ITUB4 divulgada pela BMF&BOVESPA, ajustados pela variação do IGP-M.

Outorga								
Nº	Data	Carência até	Prazo Final para Exercício	Preço do Ativo Objeto	Valor Justo	Dividendos Esperados	Taxa de Juros Livre de Risco	Volatilidade Esperada
Opções Simples								
37 ^a	13/01/2012	31/12/2015	31/12/2018	35,50	8,85	2,97%	5,25%	30,32%
38 ^a	13/01/2012	31/12/2016	31/12/2019	35,50	12,45	2,97%	5,25%	30,32%
38 ^a	27/04/2012	31/12/2016	31/12/2019	29,70	7,82	3,02%	3,91%	29,93%
Opções dos Sócios (*)								
15 ^a	24/02/2012	24/02/2015	-	36,00	32,94	2,97%	-	-
15 ^a	24/02/2012	24/02/2017	-	36,00	31,04	2,97%	-	-
16 ^a	24/02/2012	24/02/2015	-	36,00	32,94	2,97%	-	-
16 ^a	24/02/2012	24/02/2017	-	36,00	31,04	2,97%	-	-
17 ^a	14/06/2012	18/08/2014	-	29,57	27,69	3,02%	-	-
17 ^a	14/06/2012	27/02/2014	-	29,57	28,08	3,02%	-	-
17 ^a	14/06/2012	23/02/2015	-	29,57	27,26	3,02%	-	-
17 ^a	14/06/2012	18/08/2016	-	29,57	26,06	3,02%	-	-
17 ^a	14/06/2012	27/02/2016	-	29,57	26,44	3,02%	-	-
17 ^a	14/06/2012	23/02/2017	-	29,57	25,65	3,02%	-	-

(*) O valor justo das opções dos sócios é mensurado com referência ao valor justo da ação do ITAÚ UNIBANCO HOLDING na data das outorgas.

Notas Explicativas

II.IV - Efeitos Contábeis Decorrentes das Opções

Conforme prevê o regulamento do Plano, até o presente, nos exercícios das opções outorgadas, foram vendidas ações preferenciais mantidas em tesouraria. Os registros contábeis relativos ao plano ocorrem durante o período de carência, pelo diferimento do valor justo das opções outorgadas com efeito no Resultado e no exercício das opções, pelo montante recebido relativo ao preço de exercício com reflexos no Patrimônio Líquido.

O efeito em Resultado no período de 01/01 a 31/12/2012 foi de R\$ (65) (R\$ (60) de 01/01 a 31/12/2011), em contrapartida a Capital Adicional Integralizado - Opção de Outorga Reconhecida.

No Patrimônio Líquido da ITAÚSA CONSOLIDADO o efeito foi de:

	31/12/2012	31/12/2011
Valor recebido pela venda de ações - Opções Exercidas	77	130
(-) Custo das Ações em Tesouraria Vendidas	(96)	(99)
Efeito na Venda (*)	(19)	31

(*) Registrado em Capital Adicional Integralizado.

b) Duratex S.A.

Conforme previsão Estatutária, a Companhia possui plano para outorga de opções de ações que tem por objetivo integrar executivos no processo de desenvolvimento da Companhia a médio e longo prazo, facultando participarem das valorizações que seu trabalho e dedicação trouxeram para as ações representativas do capital da Duratex.

As opções conferirão aos seus titulares o direito de, observadas as condições estabelecidas no Plano, subscrever ações ordinárias do capital autorizado da Duratex.

As regras e procedimentos operacionais relativos ao Plano são propostos pelo comitê de pessoas, designado pelo Conselho de Administração da Companhia. Periodicamente, esse comitê submete à aprovação do Conselho de Administração propostas relativas à aplicação do Plano.

Só haverá outorga de opções com relação aos exercícios em que tenham sido apurados lucros suficientes para permitir a distribuição do dividendo obrigatório aos acionistas. A quantidade total de opções a serem outorgadas em cada exercício não ultrapassará o limite de 0,5% (meio por cento) da totalidade das ações da Duratex que os acionistas controladores e não controladores possuírem na data do balanço de encerramento do mesmo exercício.

O preço de exercício, a ser pago à Duratex, é fixado pelo Comitê de Pessoas na outorga da opção. Para fixação do preço de exercício das opções o Comitê de Pessoas considera a média dos preços das ações ordinárias da Duratex nos pregões da BM&FBOVESPA, no período de, no mínimo, cinco e, no máximo, noventa pregões anteriores à data da emissão das opções, a critério desse comitê, facultado ainda, ajuste de até 30%, para mais ou para menos. Os preços estabelecidos são reajustados até o mês anterior ao do exercício da opção pelo IGP-M ou, na sua falta, pelo índice que o Comitê de Pessoas designar.

Notas Explicativas

Premissas	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Total de opções de ações outorgadas	2.659.180	2.787.050	2.678.901	2.517.951	1.333.914	1.875.322	1.315.360
Preço de exercício na data da outorga	11,16	11,82	15,34	9,86	16,33	13,02	10,21
Valor justo na data da outorga	9,79	8,88	7,26	3,98	7,04	5,11	5,69
Prazo limite para exercício	10 anos	10 anos	10 anos	8 anos	8 anos	8,5 anos	8,8 anos
Prazo de carência	1,5 anos	1,5 anos	1,5 anos	3 anos	3 anos	3,5 anos	3,8 anos

Para determinação desse valor foram utilizadas as seguintes premissas econômicas:

	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Volatilidade do preço da ação	34,80%	36,60%	36,60%	46,20%	38,50%	32,81%	37,91%
Dividend Yield	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%
Taxa de retorno livre de risco (1)	8,90%	7,60%	7,20%	6,20%	7,10%	5,59%	4,38%
Taxa efetiva de exercício	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%

(1) cupom IGP-M

A companhia efetua a liquidação desse plano de benefícios entregando ações de sua própria emissão que são mantidas em tesouraria até o efetivo exercício das opções por parte dos executivos.

Data da Outorga	Qtde. Outorgada	Data da carência	Prazo para Vencimento	Preço Outorga	Saldo a Exercer		Preço Opção	Valor Total	Demais Períodos				
					dez/11 (*)	dez/12 (*)			2007 a 2010	2011	2012		
30/03/2006	2.659.180	30/06/2007	31/12/2016	11,16	48.856	48.856	11,42	1	1	-	-	-	-
31/01/2007	2.787.050	30/06/2008	31/12/2017	11,82	2.535.227	1.588.612	10,36	25	25	-	-	-	-
13/02/2008	2.678.901	30/06/2009	31/12/2018	15,34	2.932.193	1.649.682	8,47	19	19	-	-	-	-
30/06/2009	2.517.951	30/06/2012	31/12/2017	9,86	1.983.285	922.476	4,64	9	7	2	1	-	-
14/04/2010	1.333.914	31/12/2013	31/12/2018	16,33	1.464.818	1.464.818	8,21	9	2	2	2	2	2
29/06/2011	1.875.322	31/12/2014	31/12/2019	13,02	1.875.322	1.868.298	5,11	9	-	1	3	5	5
02/04/2012	1.315.360	31/12/2015	31/12/2020	10,21	-	1.315.360	5,69	8	-	-	1	6	6
Soma	15.167.678				10.839.701	8.858.102		80	54	5	7	13	13
Efetividade de exercício								96,63%	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%
Valor apurado								77	52 (1)	5 (2)	7 (3)	13 (4)	13 (4)

(1) Valor contabilizado contra o resultado de 2007 a 2010.

(2) Valor contabilizado contra o resultado em 2011.

(3) Valor contabilizado contra o resultado em 2012.

(4) Valor a ser contabilizado contra o resultado até dezembro de 2015.

(*) Contempla bonificação de ações de 20% conforme AGO/E de 29/04/2011.

Em 31 de dezembro de 2012 a Companhia possuía 828.677 ações em tesouraria, que poderão ser utilizadas para fazer face a um eventual exercício de opção.

c) Itaútec S.A.

A Companhia, até o ano de 2006, possuía Plano para Outorga de Opções de Ações conforme previsto no Estatuto Social com objetivo de integrar seus executivos no processo de desenvolvimento da sociedade a médio e longo prazo, facultando participarem das valorizações que seu trabalho e dedicação trouxeram para as ações da Companhia.

Esse plano era administrado por um Comitê e as opções outorgadas eram aprovadas pelo Conselho de Administração, hoje objeto de estudo e revisão pelo Conselho da Administração. Os participantes do plano eram selecionados a exclusivo critério do Comitê dentre os executivos da Companhia. O preço de exercício fixado na outorga da opção tinha como base a cotação média dos preços das ações da Companhia nos pregões da BM&FBOVESPA, compreendendo o período de no mínimo 1 (um) e no máximo 12 (doze) meses anteriores à data de emissão das opções. A critério do Comitê, era facultado, ainda, um ajuste no preço médio de até 50% para mais ou para menos.

As premissas utilizadas no valor justo das opções, com base no modelo "Binominal", foram as seguintes:

Notas Explicativas

Premissas

Data da outorga	Plano 2003	Plano 2004	Plano 2006
Quantidade de ações outorgadas (i) (ii)	160.827	125.998	191.666
Preço da ação na data da outorga (em reais - R\$) (ii)	40,50	44,70	45,60
Preço de exercício (em reais R\$) (ii)	21,45	23,55	36,45
Valor justo da opção (em reais R\$) (ii)	34,94	38,52	32,88
Prazo de carência	30/06/04	30/06/05	30/06/07
Prazo limite para exercício	31/12/13	31/12/14	31/12/16
Volatilidade	81,0%	64,0%	65,0%
Dividendos (<i>dividend yield</i>)	2,9%	1,5%	2,7%
Taxa de retorno livre de risco	48,2%	24,9%	13,7%

(i) Descontados os cancelamentos.

(ii) Considera grupamento, na proporção de 15 ações para cada um, realizado em Outubro de 2006.

A volatilidade compreende o período dos últimos 3 anos até a data da outorga de cada plano.

Nenhuma opção de compra de ações foi exercida até o momento e não houve movimentação na quantidade de ações dos planos descritos acima no período apresentado.

Em 2012 foi reclassificado o montante de R\$ 15 da reserva de capital para reserva de lucros decorrente do prazo de exercício das opções terem expirado. O montante registrado como reserva de capital no patrimônio líquido é de R\$ 22.

Em 31 de dezembro de 2012 o preço de mercado das ações eram de R\$ 35,01 (R\$ 28,00 em 31 de dezembro de 2011) por ação.

d) Elekeiroz S.A.

Plano de outorga de opções

Com o objetivo de integrar os administradores e funcionários no processo de desenvolvimento da Companhia a médio e longo prazo, a AGE realizada em 31 de julho de 2003 deliberou instituir um plano de outorga de opções de ações, facultando aos mesmos participarem das valorizações que seu trabalho e dedicação trouxeram para as ações representativas do capital da Companhia. Até o encerramento dessas demonstrações o referido plano ainda não havia produzido quaisquer efeitos a serem reconhecidos nas referidas demonstrações contábeis da Companhia.

Notas Explicativas**NOTA 25 - OUTRAS RECEITAS, OUTRAS DESPESAS E DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS****a) Outras Receitas Operacionais**

	01/01 a 31/12/2012	01/01 a 31/12/2011
Recuperação de Encargos e Despesas	43	60
Reversão de Provisões Operacionais	88	138
Rendas Operacionais	379	403
Ganhos na Venda de Bens não de Uso, Imobilizado e Investimentos em Empresas não Consolidadas (*)	626	142
Outras	27	4
Total	1.163	747

(*) Composto basicamente por resultado na alienação integral do investimento na Serasa S.A no montante de R\$ 567.

b) Outras Despesas Operacionais

	01/01 a 31/12/2012	01/01 a 31/12/2011
Despesas Relacionadas a Cartões de Crédito	(775)	(666)
Reembolso Relativo à Aquisições	(19)	(54)
Perdas com Fraudes com Terceiros	(270)	(276)
Prejuízo na Venda de Bens não de Uso, Imobilizado e Investimentos em Empresas não Consolidadas (*)	(181)	(68)
Contingências (Nota 32)	(1.234)	(889)
Despesas Operacionais de Empresas Industriais	(463)	(747)
Outros	(485)	(482)
Total	(3.427)	(3.182)

(*) Composto basicamente por resultado na alienação integral do investimento no Banco BPI S.A, no montante de R\$ (111).

Notas Explicativas**c) Despesas Gerais e Administrativas**

	01/01 a 31/12/2012	01/01 a 31/12/2011
Despesas de Pessoal	(5.586)	(5.485)
Remuneração	(2.388)	(2.313)
Encargos	(831)	(916)
Benefícios Sociais	(722)	(639)
Planos de Aposentadoria e Benefícios Pós-Aposentadoria	295	(47)
Plano de Opção de Ações	(67)	(60)
Treinamento	(91)	(98)
Participações de Empregados nos Lucros	(974)	(924)
Desligamentos	(169)	(468)
Provisão Trabalhista (Nota 32)	(639)	(20)
Despesas Administrativas	(4.798)	(4.699)
Processamento de Dados e Telecomunicações	(1.207)	(1.165)
Serviços de Terceiros	(1.309)	(1.203)
Instalações	(354)	(417)
Propaganda, Promoções e Publicidade	(373)	(388)
Despesas de Aluguéis	(358)	(336)
Transportes	(234)	(260)
Materiais	(143)	(169)
Despesas com Serviços Financeiros	(190)	(162)
Segurança	(188)	(177)
Concessionárias de Serviços Públicos	(107)	(108)
Despesas de Viagem	(71)	(73)
Outros	(264)	(241)
Depreciação	(701)	(727)
Amortização	(710)	(393)
Despesas de Comercialização de Seguros	(461)	(466)
Total	(12.256)	(11.770)

Notas Explicativas

NOTA 26 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A ITAÚSA e cada uma de suas controladas apresentam, em cada exercício, declarações de imposto de renda de pessoa jurídica separadas. No Brasil, o imposto de renda abrange o imposto de renda federal e a contribuição social sobre o lucro líquido, que é um adicional sobre o imposto de renda federal.

a) Composição das Despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social

Os montantes registrados como despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social nas demonstrações contábeis consolidadas são reconciliados com as alíquotas legais, como segue:

Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	01/01 a 31/12/2012	01/01 a 31/12/2011
Lucro Líquido Antes de Imposto de Renda e Contribuição Social	6.633	6.631
Encargos (Imposto de Renda e Contribuição Social) às Alíquotas Vigentes	(2.640)	(2.612)
Acréscimos/Decréscimos aos Encargos de Imposto de Renda e Contribuição Social Decorrentes de:		
(Inclusões) Exclusões Permanentes	1.045	1.348
Resultado de Participação sobre o Lucro Abrangente de Empresas Não Consolidadas	52	24
Variação Cambial de Investimentos no Exterior	158	337
Juros Sobre o Capital Próprio	681	675
Dividendos, Juros Sobre Títulos da Dívida Externa e Incentivos Fiscais	69	100
Outras	85	212
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social	(1.595)	(1.264)

b) Tributos Diferidos

I - O saldo de Créditos Tributários e sua movimentação estão representados por:

	31/12/2011	Realização / Reversão	Constituição	31/12/2012
Refletido no Resultado	11.081	(4.260)	5.246	12.067
Relativos a Prejuízos Fiscais e Base Negativa de Contribuição Social	1.857	(554)	475	1.778
Créditos de Liquidação Duvidosa	4.723	(1.779)	3.025	5.969
Ajustes ao Valor de Mercado de TVM e Instrumentos Financeiros Derivativos	114	(111)	85	88
Ágio na Aquisição do Investimento	1.700	(708)	156	1.148
Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias	570	(2)	128	696
Provisões para Passivos Contingentes	1.047	(589)	828	1.286
Ações Cíveis	434	(233)	320	521
Ações Trabalhistas	365	(311)	402	456
Fiscais e Previdenciárias	241	(45)	106	302
Outros	7	-	-	7
Ajustes de Operações Realizadas em Mercado de Liquidação Futura	4	(1)	-	3
Provisão Relativa à Operação de Seguro Saúde	92	-	2	94
Outros	974	(516)	547	1.005
Refletida no Patrimônio Líquido	149	(71)	1.394	1.472
Aquisição de Participação Adicional junto a Acionistas não Controladores – Redecard (Nota 3c)	-	-	1.394	1.394
Ajustes ao Valor de Mercado de Títulos Disponíveis para Venda	127	(71)	-	56
Outros	22	-	-	22
Total (*)	11.230	(4.331)	6.640	13.539

(*) O Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido Ativo e Passivo estão apresentados no balanço patrimonial compensados por entidade tributável e totalizam R\$ 11.093 (R\$ 9.006 em 31/12/2011) e R\$ 2.602 (R\$ 3.133 em 31/12/2011).

Notas Explicativas

II - O saldo da Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos e sua movimentação estão representados por:

	31/12/2011	Realização / Reversão	Constituição	31/12/2012
Refletido no Resultado	4.861	(1.327)	1.042	4.576
Superveniência de Depreciação de Arrendamento Mercantil Financeiro	2.763	(1.024)	249	1.988
Tributação sobre Resultados no Exterior - Ganhos de Capital	29	-	33	62
Ajustes de Operações Realizadas em Mercado de Liquidação Futura	34	(1)	15	48
Ajustes ao Valor de Mercado de Títulos para Negociação e Instrumentos Financeiros Derivativos	64	(64)	86	86
Atualização de Depósitos de Obrigações Legais e Passivos Contingentes	298	(83)	122	337
Planos de Pensão	220	(1)	120	339
Amortização de Deságio	823	-	-	823
Outros	630	(154)	417	893
Refletida no Patrimônio Líquido	496	(314)	290	472
Ajustes ao Valor de Mercado de Títulos Disponíveis para Venda	182	-	290	472
Outros	314	(314)	-	-
Total	5.357	(1.641)	1.332	5.048

(*) O Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido Ativo e Passivo estão apresentados no balanço patrimonial compensados por entidade tributável e totalizam R\$ 11.093 (R\$ 9.006 em 31/12/2011) e R\$ 2.602 (R\$ 3.133 em 31/12/2011).

III - A estimativa de realização e o valor presente dos Créditos Tributários, da Contribuição Social a Compensar e da Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos existentes em 31/12/2012, de acordo com a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, com base no histórico de rentabilidade e em estudo técnico de viabilidade, são:

	Créditos Tributários				Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos				Tributos Diferidos Líquidos	
	Diferenças Temporárias	%	Prejuízo Fiscal e Base Negativa	%	Total	%		%		%
2013	4.244	36%	257	14%	4.501	33%	(844)	17%	3.657	43%
2014	1.388	12%	257	14%	1.645	12%	(1.072)	21%	573	7%
2015	2.029	17%	182	10%	2.211	16%	(524)	10%	1.687	20%
2016	917	8%	523	29%	1.440	11%	(330)	7%	1.110	13%
2017	539	5%	513	29%	1.052	8%	(161)	3%	891	10%
Acima de 2017	2.644	22%	46	3%	2.690	20%	(2.117)	42%	574	7%
Total	11.761	100%	1.778	100%	13.539	100%	(5.048)	100%	8.492	100%
Valor Presente (*)	10.285		1.580		11.865		(4.422)		7.442	

(*) Para o ajuste a valor presente, foi utilizada a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários.

As projeções de lucros tributáveis futuros incluem estimativas referentes a variáveis macroeconômicas, taxas de câmbio, taxas de juros, volume de operações financeiras e de venda de produtos e serviços, entre outros, que podem apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

O lucro líquido contábil não tem relação direta com o lucro tributável para o imposto de renda e a contribuição social em razão das diferenças existentes entre os critérios contábeis e a legislação fiscal pertinente, além de aspectos societários. Portanto, é recomendável que a evolução da realização dos créditos tributários decorrentes das diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa não seja tomada como indicativo de lucros líquidos futuros.

Não existem impostos diferidos ativos e passivos não reconhecidos.

Notas Explicativas**NOTA 27 - LUCRO POR AÇÃO**

O lucro por ação básico e diluído foi calculado conforme tabela a seguir, para os exercícios indicados. O lucro por ação básico é calculado dividindo-se o lucro líquido atribuível ao acionista da ITAÚSA - Investimentos Itaú S.A. pelo número médio de ações durante os exercícios, excluindo-se o número de ações compradas pela empresa e mantidas como ações em tesouraria. O lucro por ação diluído, por sua vez, é calculado de forma similar, mas com o ajuste realizado ao assumir a conversão de todas as ações potencialmente diluíveis no denominador.

Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas Controladores	01/01 a 31/12/2012	01/01 a 31/12/2011
Lucro Líquido	4.539	4.837
Dividendo Mínimo Não Cumulativo Sobre as Ações Preferenciais, Segundo Nossos Estatutos	(30)	(30)
Subtotal	4.509	4.807
Lucro Acumulado a Ser Distribuído aos Detentores de Ações Ordinárias em um Valor por Ação Igual ao Dividendo Mínimo Pagável aos Acionistas Preferenciais	(19)	(19)
Subtotal	4.490	4.788
 Lucro Acumulado a ser Distribuído aos Detentores de Ações Ordinárias e Preferenciais em Bases Proporcionais:		
Aos Detentores de Ações Ordinárias	1.728	1.841
Aos Detentores de Ações Preferenciais	2.761	2.947
 Total do Lucro Líquido Disponível para os Detentores de Ações Ordinárias	1.747	1.860
Total do Lucro Líquido Disponível para os Detentores de Ações Preferenciais	2.791	2.976
 Média Ponderada das Ações em Circulação		
Ações Ordinárias	1.866.289.554	1.859.033.727
Ações Preferenciais	2.981.170.193	2.975.771.020
 Lucro por Ação - Básico e Diluído - R\$		
Ações Ordinárias	0,94	1,00
Ações Preferenciais	0,94	1,00

O impacto da diluição do lucro por ação é menor que R\$ 0,01.

Notas Explicativas

NOTA 28 – COMBINAÇÃO DE NEGÓCIOS

Em maio de 2010, o Bank of America Corporation (BAC) vendeu sua participação no capital social do Itaú Unibanco Holding. As ações preferenciais foram negociadas no mercado e as ações ordinárias foram adquiridas pela ITAÚSA, que elevou sua participação direta e indireta no capital social do Itaú Unibanco Holding de 35,46% para 36,57%.

A data de 30 de junho de 2010 foi determinada para a aplicação do método de aquisição previsto no CPC 15 – Combinação de Negócios. A aplicação do método de aquisição consiste em efetuar o reconhecimento e mensuração dos ativos identificáveis adquiridos, dos passivos assumidos e de quaisquer participações societárias de não-controladores na adquirida e efetuar o reconhecimento e mensuração do ágio por rentabilidade futura (*goodwill*) ou do ganho proveniente de uma compra vantajosa.

Na data de aquisição a ITAÚSA registrou um ágio de R\$ 809 e utilizou o período de apuração previsto no CPC 15 (de até um ano após a data de aquisição) para obter as informações necessárias a fim de identificar e mensurar a sua alocação. No segundo trimestre de 2011 o ágio foi alocado, considerando:

- (i) os ativos identificáveis adquiridos, os passivos assumidos e a participação de não-controladores;
- (ii) a contraprestação pelo controle da adquirida; e
- (iii) ágio por rentabilidade futura (*goodwill*).

O quadro a seguir demonstra o saldo dos ativos e passivos identificáveis e o valor do ágio apurado, na proporção da aquisição de 1,22%:

	31/12/2011	Amortizações/ Realizações	31/12/2012
Intangíveis Amortizáveis			
Relacionamento com Cliente	330	(85)	245
Acesso exclusivo aos clientes de Varejo e Corretoras Imobiliárias	131	(22)	109
Marca Unibanco	3	(3)	-
Outros	4	(1)	3
Total de Ativos Intangíveis amortizáveis (I)	468	(111)	357
Ativos Intangíveis não amortizáveis			
Marca Redecard	4	-	4
Marca Hipercard	2	-	2
Marca Itaú	65	-	65
Total Ativos Intangíveis não Amortizáveis (II)	71	-	71
Total alocado como Intangíveis (III = I + II)	539	(111)	428
Passivo fiscal Diferido (IV)	(216)	45	(171)
Total ágio alocado (V = III + IV)	323	(66)	257
Agio - Goodwill	437	-	437

Ativos intangíveis identificáveis e amortizáveis estão sendo reconhecidos no resultado no prazo de 2 a 16 anos de acordo com a vida útil definida com base na expectativa de benefício econômico futuro gerado pelo ativo.

Os ativos intangíveis não amortizáveis e o ágio residual que também representam expectativas de benefícios econômicos futuros, não possuem vida útil definida, e terão sua recuperação testada no mínimo anualmente pela administração.

Esta aquisição de ações representou um incremento de participação à ITAUSA, sendo que a maior parte dos ativos e passivos identificados foi contabilizada na ITAUSA com base em critérios de similaridade das operações anteriormente registradas, antes do incremento de participação. Da mesma forma ocorreu para as receitas, despesas e o lucro líquido da ITAUSA.

Notas Explicativas

NOTA 29 - BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Nos termos do CPC nº 33, apresentamos a seguir as políticas praticadas pela ITAÚSA e suas controladas quanto aos benefícios a empregados, bem como os procedimentos contábeis adotados.

A ITAÚSA e suas controladas patrocinam planos na modalidade de benefício definido incluindo os planos de contribuição variável, que têm por finalidade básica a concessão de benefício que, em geral, se dão na forma de renda vitalícia, podendo haver conversão em pensão por morte de acordo com o regulamento do plano. Também patrocinam planos de modalidade de contribuição definida, cujo benefício é determinado unicamente com base no saldo acumulado das contas individuais na data da elegibilidade, conforme regulamento de cada plano, o qual não requer cálculo atuarial.

Os funcionários contratados até 31 de julho de 2002, origem Itaú, e até 27 de fevereiro de 2009, origem Unibanco, são beneficiados pelos planos abaixo referidos. Os funcionários contratados pelas empresas da Área de Serviços Financeiros após as referidas datas contam com a opção de participar voluntariamente de um plano de contribuição definida (PGBL), administrado pela Itaú Vida e Previdência S.A. Já para os funcionários contratados pelas empresas da Área Industrial estes contam com a opção de participar voluntariamente do Plano de Benefícios de Contribuição Definida – PAI – CD, administrado pela Fundação Itaúsa Industrial.

a) Descrição dos Planos

Os ativos dos planos estão investidos em fundos separados, com o objetivo exclusivo de prover benefícios aos funcionários elegíveis, e são mantidos de forma independente da ITAÚSA CONSOLIDADO. Esses fundos são mantidos por entidades fechadas de previdência complementar (EFPC) com estrutura jurídica e legal independente, conforme detalhado a seguir:

Entidade	Plano de Benefício
Fundação Itaú Unibanco- Previdência Complementar	Plano de Aposentadoria Complementar - PAC (1) Plano de Benefício Franprev - PBF (1) Plano de Benefício 002 - PB002 (1) Plano Básico Itaulam - PBI (1) Plano Suplementar Itaulam - PSI (2) Plano Itaubanco CD (3) Plano de Aposentadoria Itaubank (3) Plano BD Itaú (1) Plano CD Itaú (2) Plano de Previdência Unibanco (3)
Fundação Bemgeprev	Plano de Aposentadoria Complementar Móvel Vitalícia - ACMV (1)
Fundação Itaúsa Industrial	Plano de Benefícios de Contribuição Definida - PAI-CD (3) Plano de Benefícios Definido- BD (1)
Funbep Fundo de Pensão Multipatrocinado	Plano de Benefícios Funbep I (1) Plano de Benefícios Funbep II (2)
Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco Beg - Prebeg	Plano de Benefícios Prebeg (1)
Itaú Fundo Multipatrocinado - IFM	Plano BD Itaú (1) Plano CD Itaú (2)
Múltipla - Multiempresas de Previdência Complementar	Plano de Aposentadoria Redecard Básico (1) Plano de Aposentadoria Redecard Suplementar (2) Plano de Previdência Redecard (3)(4)
UBB-PREV - Previdência Complementar	Plano de Benefícios Definidos UBB PREV (1) (5)
Banorte Fundação Manoel Baptista da Silva de Seguridade Social	Plano de Benefícios II (1)

(1) Plano de modalidade de benefício definido.

(2) Plano de modalidade de contribuição variável (contabilizado como plano de benefício definido).

(3) Plano de modalidade de contribuição definida.

(4) O Plano de Previdência Redecard foi alterado em janeiro de 2011 de Benefício Definido – BD para Contribuição Definida – CD, com adesão de 95% dos funcionários. Esse plano permite que o funcionário contribua mensalmente com um percentual definido, a ser descontado de sua remuneração mensal e adicionalmente a empresa participa com 100% da opção escolhida pelos empregados, limitado a 9% dos seus rendimentos.

(5) Plano decorrente do processo de incorporação do Plano IJMS pelo Básico, ambos administrados pela UBB Prev, aprovado pela Superintendência de Previdência Complementar- PREVIC em 28/12/2012.

Notas Explicativas

b) Planos de Benefício Definido

I - Principais Premissas Utilizadas na Avaliação Atuarial dos Planos de Aposentadoria

	Área de Serviços Financeiros (1)	
	31/12/2012	31/12/2011
Taxa de Desconto (3)	8,16% a.a.	9,72% a.a.
Taxa de Retorno Esperado dos Ativos (3)	8,16% a.a.	11,32 % a.a.
Tábua de Mortalidade (4)	AT-2000	AT-2000
Rotatividade (5)	Exp.Itaú 2008/2010	Exp.Itaú 2008/2010
Crescimentos Salariais Futuros	7,12 % a.a.	7,12 % a.a.
Crescimentos Benef. Previd. Social / Planos	4,00 % a.a.	4,00 % a.a.
Inflação	4,00 % a.a.	4,00 % a.a.
Método Atuarial (6)	Cred.Unit.Projet.	Cred.Unit.Projet.

	Área Industrial (2)	
	31/12/2012	31/12/2011
Taxa de Desconto (3)	8,16% a.a.	9,52% a.a.
Taxa de Retorno Esperado dos Ativos (3)	8,16% a.a.	10,37 % a.a.
Tábua de Mortalidade (4)	AT-2000	AT-2000
Rotatividade	Nula	Nula
Crescimentos Salariais Futuros	7,12 % a.a.	7,43 % a.a.
Crescimentos Benef. Previd. Social / Planos	4,30 % a.a.	4,30 % a.a.
Inflação	4,30 % a.a.	4,30 % a.a.
Método Atuarial (6)	Cred.Unit.Projet.	Cred.Unit.Projet.

(1)Corresponde às premissas adotadas pelos planos administrados pela Fundação Itaú Unibanco, Bemgeprev, Funbep, Prebeg,IFM, Múltipla, UBB Prev e Fundação Banorte;

(2) Corresponde às premissas adotadas pelo plano de Benefício Definido administrado pela Fundação Itaúsa Industrial;

(3) As premissas Taxa de Desconto e Taxa de Retorno Esperado dos Ativos foram alteradas de forma a estarem compatíveis com o cenário econômico observado na data base do encerramento do balanço.

(4) As tábuas de mortalidade adotadas correspondem àquelas divulgadas pela SOA – “Society of Actuaries”, entidade americana correspondente ao IBA – Instituto Brasileiro de Atuária, que refletem um aumento de 10% nas probabilidades de sobrevivência em relação A expectativa de vida em anos pela tábua de mortalidade AT-2000 para os participantes assistidos com 55 anos é de 27 e de 31 para homens e mulheres, respectivamente.

(5) A premissa de rotatividade é baseada na experiência efetiva da massa de participantes ativos vinculados ao ITAÚ UNIBANCO HOLDING, as quais resultaram em média 2,4% a.a. na experiência 2008/2010.

(6) No método atuarial do Crédito Unitário Projetado, a reserva matemática é definida pelo valor atual do benefício projetado multiplicado pela razão entre o tempo de serviço atingido na data de avaliação e o tempo de serviço que será atingido na data da concessão do benefício. O custeio é determinado tomando-se o valor atual do benefício projetado distribuído ao longo dos anos de atividade de cada participante.

II -Gestão dos Ativos dos Planos de Benefício Definido

A gestão dos recursos das Entidades Fechadas de Previdência Complementar tem o objetivo geral de buscar o equilíbrio de longo prazo entre os ativos e as obrigações previdenciárias, por meio da superação das metas atuariais.

Em relação aos recursos garantidores das reservas matemáticas, a gestão deve assegurar a capacidade de pagamento de benefícios no longo prazo, imunizando os riscos de descasamento entre ativos e passivos por plano de previdência.

Notas Explicativas

A alocação dos ativos dos planos e a meta de alocação, por categoria de ativo, são as seguintes:

Categorias	Posição		% Alocação		Meta 2013
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	
Títulos de Renda Fixa	14.030	10.574	91,29%	87,96%	53% a 100%
Títulos de Renda Variável	766	1.066	4,98%	8,87%	0% a 20%
Investimentos Estruturados	16	14	0,10%	0,12%	0% a 10%
Investimentos no Exterior	-	-	0,00%	0,00%	0% a 5%
Imóveis	531	344	3,46%	2,86%	0% a 7%
Empréstimos a participantes	26	23	0,17%	0,19%	0% a 5%
Total	15.369	12.021	100,00%	100,00%	

Os Ativos do Planos de Benefícios Definidos incluem ações da ITAÚSA e de suas controladas com um valor justo de R\$ 592 (R\$ 545 em 31/12/2011) e imóveis alugados a empresas do conglomerado, com um valor justo de R\$ 498 (R\$ 298 em 31/12/2011).

O rendimento esperado para as carteiras de ativos dos planos de benefícios está baseado nas projeções de retorno para cada um dos segmentos acima discriminados. Para o segmento de renda fixa foram utilizadas as taxas de juros dos títulos de longo prazo contidos nas carteiras e as taxas de juros praticadas pelo mercado por ocasião do fechamento do balanço. Para o segmento de renda variável foram utilizadas expectativas conservadoras de retorno anual para esse segmento. Para o segmento de bens imóveis foram utilizados os fluxos de recebimento de aluguéis esperados para os próximos 12 meses. Para todos os segmentos foram utilizados como base as posições de carteira na data de fechamento do balanço.

III- Montante Líquido Reconhecido no Balanço Patrimonial

Apresenta-se a seguir a apuração do montante líquido reconhecido no balanço patrimonial das empresas controladas pela ITAÚSA:

	31/12/2012	31/12/2011
1- Ativos Líquidos dos Planos	15.369	12.021
2- Passivos Atuariais	(13.053)	(10.545)
3- Superveniência (1-2)	2.316	1.476
4- Restrição do Ativo (*)	(2.287)	(1.379)
5- Montante Líquido Reconhecido no Balanço Patrimonial (3-4)	29	97
Valor Reconhecido no Ativo	487	342
Valor Reconhecido no Passivo	(458)	(245)

(*) Corresponde ao excedente do valor presente do benefício econômico disponível, em conformidade com o item 58 do CPC 33.

O montante líquido reconhecido em função da participação societária da ITAÚSA CONSOLIDADO foi o seguinte:

	31/12/2012	31/12/2011
Montante Líquido Reconhecido no Balanço Patrimonial (*)	11	36
Valor Reconhecido no Ativo	179	126
Valor Reconhecido no Passivo	(168)	(90)

(*) Considera participação no IUH de 36,78% e 36,82% para 31/12/2012 e 31/12/2011, respectivamente, e 100% nas demais controladas.

Notas Explicativas

IV- Evolução dos Ativos Líquidos, dos Passivos Atuariais e da Superveniência

	01/01 a 31/12/2012			01/01 a 31/12/2011		
	Ativo Líquido	Passivos Atuariais	Superveniência	Ativo Líquido	Passivos Atuariais	Superveniência
Valor Presente Início do Período	12.021	(10.545)	1.476	11.468	(9.997)	1.471
Inclusão Plano CD Itaú	-	-	-	12	(13)	(1)
Efeitos Cisão Parcial Redecard (1)	-	-	-	(44)	42	(2)
Rendimentos Esperados dos Ativos(4)	1.328	-	1.328	1.366	-	1.366
Custo Serviço Corrente	-	(85)	(85)	-	(92)	(92)
Custo dos Juros	-	(997)	(997)	-	(941)	(941)
Benefícios Pagos	(680)	680	-	(610)	610	-
Contribuições Patrocinadora	57	-	57	42	-	42
Contribuições Participantes	15	-	15	9	-	9
Ganho/(Perda) Atuarial (2) (3) (4)	2.628	(2.106)	522	(222)	(154)	(376)
Valor Presente Resultado do Exercício	15.369	(13.053)	2.316	12.021	(10.545)	1.476

(1) Durante o exercício de 2011, foi realizado um processo de migração dos participantes do Plano de Aposentadoria Redecard, estruturado na modalidade de benefício definido, para o Plano de Previdência Redecard, estruturado na modalidade de contribuição definida. Para os participantes que migraram para o Plano de Previdência Redecard, a acumulação do benefício futuro passa a ser feita na forma de contribuição definida, não havendo, portanto, substituição por um benefício de mesma natureza.

(2) Os ganhos/ perdas apresentados no Ativo Líquido correspondem aos rendimentos obtidos acima/(abaixo) da taxa de retorno esperado nos ativos.

(3) As perdas apresentadas em Passivos Atuariais de 31/12/2012 correspondem basicamente aos efeitos decorrentes da alteração da premissa Taxa de Desconto (de 9,72% para 8,16%).

(4) O valor do retorno real dos ativos foi de R\$ 3.956 (R\$ 1.144 em 31/12/2011).

O histórico dos ganhos e perdas atuariais é o seguinte:

	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2008
Ativo Líquidos dos Planos	15.369	12.021	11.468	15.045	12.673
Passivos Atuariais	(13.053)	(10.545)	(9.997)	(11.354)	(11.371)
Superveniência	2.316	1.476	1.471	3.691	1.302
Ajustes de Experiência nos Ativos Líquidos	2.628	(222)	697	1.086	(93)
Ajustes de Experiência nos Passivos Atuariais	(2.106)	(154)	(891)	162	(829)

Os valores relativos a 31/12/2009 e 31/12/2008 são apresentados somente para efeitos de evolução, tendo em vista que conformidade com a isenção prevista no IFRS 1 o reconhecimento dos ativos, dos passivos e dos ganhos e perdas foi efetuado em 01/01/2010.

V- Total das Receitas e (Despesas) reconhecidas no Resultado do Período

O total reconhecido de Planos de Benefício Definido pelas empresas controladas pela ITAÚSA inclui os seguintes componentes para 31 de dezembro:

	2012	2011
Custo do Serviço Corrente	(85)	(92)
Custo de Juros	(997)	(941)
Retorno Esperado sobre os Ativos do Plano	1.328	1.366
Efeitos Cisão Parcial Redecard	-	(2)
Efeito na restrição do Ativo	(908)	(157)
Ganho/(Perda) no Exercício	522	(376)
Contribuições Participantes	15	9
Total reconhecido no Resultado do Exercício	(125)	(193)

O total reconhecido em função da participação societária da ITAÚSA foi o seguinte:

Total reconhecido no Resultado do Exercício (*)	(46)	(71)
---	------	------

(*) Considera participação no IUH de 36,78% e 36,83% para 31/12/2012 e 31/12/2011, respectivamente, e 100% nas demais controladas.

No período, considerando a participação societária da ITAÚSA, as contribuições efetuadas totalizaram R\$ 21 (R\$ 15 em 31/12/2011). A taxa de contribuição é crescente em função do rendimento do participante.

Em 2013, considerando a participação societária da ITAÚSA, esperamos contribuir com R\$ 13 para os planos de aposentadoria patrocinados.

A seguir apresentamos a estimativa de pagamentos de benefícios para os próximos 10 anos:

Período	Pagamento Estimado
2012	261
2013	272
2014	280
2015	288
2016	297
2017 a 2022	1.618

c) Planos de Contribuição Definida

Os Planos de Contribuição Definida contam com fundos previdenciais formados pela parcela das contribuições das patrocinadoras não incluídas no saldo de conta dos participantes pela perda da elegibilidade a um benefício pelo plano, bem como de recursos oriundos dos processos de migração de planos de modalidade de benefício definido. O fundo será utilizado para os aportes e as contribuições futuras às contas individuais dos participantes de acordo com as regras do regulamento do respectivo plano de benefícios.

O montante reconhecido considerando a participação societária da ITAÚSA em 31/12/2012 no ativo é de R\$ 1.031 (R\$ 686 em 31/12/2011).

Notas Explicativas

O total reconhecido dos Planos de Contribuição Definida pelas empresas controladas pela ITAÚSA inclui os seguintes componentes para 31 de dezembro:

	2012	2011
Aportes/Contribuições	(149)	(150)
Ganho/Perda nos ativos do plano	1.085	167
Efeito na Restrição do Ativo	(31)	272
Total reconhecido no Resultado do período	905	289

O total reconhecido de Planos de Contribuição Definida em função da participação societária da ITAÚSA foi a seguinte:

	333	106
Total reconhecido no Resultado do período (*)	333	106

(*) Considera participação no IUH de 36,78% e 36,83% para 31/12/2012 e 31/12/2011, respectivamente, e 100% nas demais controladas.

Os ganhos e perdas atuariais do período foram reconhecidos no resultado na rubrica "Despesas Gerais e Administrativas".

No período, considerando a participação societária da ITAÚSA, as contribuições para os planos de contribuição definida, inclusive PGBL, totalizaram R\$ 98 (R\$ 77 em 31/12/2011) sendo R\$ 80 (R\$ 59 em 31/12/2011) oriundos dos fundos previdenciais.

d) Outros Benefícios Pós Emprego

A ITAÚSA e suas subsidiárias não oferecem outros benefícios pós emprego, exceto nos casos decorrentes de compromissos de manutenção assumidos em contratos de aquisição firmados pela ITAÚSA, nos prazos e condições estabelecidos, em que patrocinam total ou parcialmente planos de saúde para massas específicas de ex-funcionários e beneficiários.

I- Movimentação

Com base no relatório preparado por atuário independente, as variações nas obrigações por estes outros benefícios projetados e os montantes reconhecidos no passivo do balanço patrimonial das empresas controladas pela ITAÚSA, são os seguintes:

	31/12/2012	31/12/2011
No Início do período	(120)	(105)
Custo de Juros	(11)	(10)
Benefícios Pagos	6	6
Ganho/(Perda) Atuarial	(23)	(11)
No Final do Exercício	(148)	(120)

O valor de Outros Benefícios Pós Emprego reconhecido em função da participação societária da ITAÚSA foi o seguinte:

	(54)	(44)
Total reconhecido no Passivo (*)	(54)	(44)

(*) Considera participação no IUH de 36,78% e 36,82% para 31/12/2012 e 31/12/2011, respectivamente, e 100% nas demais controladas.

Os ganhos e perdas atuariais do período foram reconhecidos no resultado na rubrica "Despesas Gerais e Administrativas".

A seguir apresentamos a estimativa de pagamentos de benefícios para os próximos 10 anos:

Período	Pagamento Estimado
2012	2
2013	2
2014	3
2015	3
2016	3
2017 a 2022	19

II- Premissas e Sensibilidades 1%

Para apuração das obrigações por benefícios projetados além das premissas utilizadas para os planos de benefícios definidos (28b I), adota-se a premissa de crescimento do custo médico de 8,16% a.a..

Os pressupostos quanto às taxas relacionadas ao custo de assistência médica possuem um efeito significativo sobre os valores reconhecidos no resultado. A mudança de um ponto percentual nas taxas de custo de assistência médica teria os seguintes efeitos:

	Aumento de 1,0%	Redução de 1,0%
Efeito sobre o Custo de Serviço e o Custo de Juros	2	(2)
Efeito sobre o valor Presente da Obrigação	26	(21)

Notas Explicativas

NOTA 30 – CONTRATOS DE SEGUROS

a) Contratos de Seguros

A ITAÚSA CONSOLIDADO, através de suas controladas, oferece ao mercado, os produtos de Seguros e Previdência. Os produtos são ofertados através das corretoras de seguros (de mercado e cativas), nos canais de agências do Banco Itaú Unibanco e eletrônicos, observadas as suas características e atendidas exigências regulatórias.

Para todos os segmentos, o processo de criação de um novo produto é feito por demanda considerando novas oportunidades de mercado ou atendimento de alguma negociação específica.

Os produtos desenvolvidos são submetidos a um comitê, coordenado e controlado pela Governança de Produtos, onde todos os fluxos englobando visões operacional, comercial, jurídica, contábil, financeira, controles internos e tecnologia são analisados, discutidos e aprovados pelas diversas áreas envolvidas.

O processo de Governança de avaliação de produtos é normatizado pela Política Corporativa de Avaliação de Produtos e Operações e requer a integração de atividades entre áreas de produtos e avaliadoras, formando um grupo organizado de atividades que busca gerar valor para os clientes e promover diferenciais competitivos.

Circulares normativas internas prevêm e suportam os fluxos de avaliação e aprovação de produtos, atribuição de responsabilidades, subsídios a execução de processos e também limites máximos e mínimos de saldos, contribuição, prêmio mínimo e outros, que visam preservar a consistência do processo e resultado dos produtos.

Também há políticas de subscrição de riscos estabelecidas em cada segmento, assim como limites técnicos atuariais por ramo e cobertura, os quais são controlados de forma sistêmica ou operacional.

Este processo de criação de produtos observa a seguinte cadeia de eventos:

- Desenho do produto pelos gestores atendendo a demanda mercadológica;
- Encaminhamento das características detalhadas do produto para a Governança;
- Criação das parametrizações dos novos produtos nos sistemas informatizados com avaliação concomitante da necessidade de desenvolvimento de novas implementações;
- Lançamento do produto pós autorização do comitê de Governança de Produtos.

Para produtos de previdência há ainda fluxos de abertura de fundos junto à Comissão de Valores Mobiliários – CVM e etapas de obtenção de aprovação de notas técnica atuariais e regulamentos na Superintendência de Seguros Privados – SUSEP para posterior comercialização. Há possibilidade de customizações de valores mínimos, taxas de fundos e carregamento, tábua atuarial e juros mediante negociação com avaliações de modelo de precificação interno acordadas em contrato específico.

Existem políticas de saldo e contribuições mínimas adequadas a cada negociação. Os benefícios de risco, considerados coberturas acessórias, obedecem a condições próprias e específicas como limite de cobertura, público-alvo e declaração de saúde, entre outros, conforme cada negócio. Adicionalmente riscos agravados contam com cobertura de excedente via resseguro.

Cada produto tem regras conforme canal e segmento onde é comercializado. As políticas de preços são definidas em modelos internos, em conformidade com modelo de precificação padrão corporativo desenvolvido pela Área de Controle de Riscos e Finanças, no contexto da Governança de avaliação de produtos.

A gestão de custos dos produtos de Seguros e Previdência contempla os grupos de Despesas Administrativas, Operacionais e de Comercialização, onde as Despesas Administrativas, partindo da contabilização por Centros de Custos, são alocadas aos produtos e canais de comercialização de acordo com a definição das respectivas atividades seguindo o modelo gerencial corporativo do ITAÚ UNIBANCO HOLDING. As despesas Operacionais e de Comercialização seguem o ramo para identificação do produto e a segmentação da apólice para a definição do canal de comercialização.

Notas Explicativas

b) Principais Produtos

I- Seguros

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING, através de suas seguradoras, oferece ao mercado produtos de seguros com a finalidade de assumir riscos e restabelecer o equilíbrio econômico do patrimônio afetado do segurado.

Nesse segmento os clientes estão divididos principalmente entre os mercados Pessoa Física (Varejo, UniClass, Personalité e Private) e Pessoa Jurídica (Empresas, Corporate e Condomínio).

O contrato firmado entre partes visa garantir a proteção dos bens do cliente. Mediante o pagamento de prêmio, o segurado se garante de proteção através de reposição ou reparação financeira predeterminadas, de danos que venham causar desestabilização patrimonial ou pessoal. Em contraparte, as Seguradoras do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, constituem provisões técnicas por elas administradas, através de áreas especializadas dentro do conglomerado, com o objetivo de reparar a perda do segurado em caso de ocorrência de sinistros dos riscos previstos.

Os riscos de seguros comercializados pelas seguradoras do ITAÚ UNIBANCO HOLDING se dividem em seguros elementares e seguros de vida.

- Seguros Elementares: garantem as perdas, danos ou responsabilidades sobre objetos ou pessoas, excluída desta classificação os seguros do ramo vida;
- Seguros de Vida: incluem cobertura contra risco de morte e acidentes pessoais.

Índices dos Maiores Ramos	Sinistralidade		Comercialização	
	%		%	
	01 01 a 31/12/2012	01 01 a 31/12/2011	01 01 a 31/12/2012	01 01 a 31/12/2011
Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Via Terrestre (DPVAT)	87,7	86,4	1,5	1,5
Compreensivo Empresarial	43,7	43,6	15,7	17,7
Vida em Grupo	44,6	39,0	10,8	11,5
Prestamista	21,4	21,8	23,1	25,2
Extensão de Garantia - Patrimonial	17,9	19,5	65,1	65,4
Riscos Nomeados e Operacionais	85,6	71,0	4,5	6,0
Acidentes Pessoais Coletivo	7,9	6,3	37,8	45,3

II- Previdência Privada

Desenvolvido como uma solução para assegurar a manutenção da qualidade de vida dos participantes, complementando os rendimentos proporcionados pela Previdência Social, através de investimentos feitos a longo prazo, os produtos de Previdência Privada subdividem-se essencialmente em três grandes grupos:

- PGBL – Plano Gerador de Benefícios Livres: Tem como principal objetivo a acumulação, mas pode ser contratado com coberturas adicionais de risco. Indicado para clientes que apresentam declaração completa de IR, pois podem deduzir as contribuições feitas da base de cálculo do IR até 12% da renda bruta tributável anual.
- VGBL – Vida Gerador de Benefícios Livres: É um seguro estruturado na forma de plano de previdência. A sua forma de tributação difere do PGBL, neste caso, a base de cálculo são os rendimentos auferidos.
- FGB – Fundo Gerador de Benefícios: Plano de previdência com garantia mínima de rentabilidade e possibilidade de ganho pela performance do ativo. Uma vez reconhecida a distribuição dos ganhos a uma determinada porcentagem, conforme estabelecido pela política do FGB, não é a critério da administração, mas representa uma obrigação da ITAÚSA. Apesar de existirem planos ativos, não são mais comercializados.

Notas Explicativas

III- Receita de Prêmios de Seguros e Previdência Privada

Segue abaixo a receita dos principais produtos de Seguros e Previdência:

	Prêmios e Contribuições Emitidas Diretos		Resseguros		Prêmios e Contribuições Retidas	
	01/01 a 31/12/2012	01/01 a 31/12/2011	01/01 a 31/12/2012	01/01 a 31/12/2011	01/01 a 31/12/2012	01/01 a 31/12/2011
	VGBL	15.890	10.010	-	-	15.890
PGBL	1.554	1.424	-	(1)	1.554	1.423
Extensão de Garantia - Patrimonial	1.368	1.365	-	-	1.368	1.365
Vida em Grupo	1.299	1.165	(41)	(24)	1.258	1.141
Acidentes Pessoais Coletivo	642	661	-	(1)	642	660
Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Via Terrestre (DPVAT)	404	308	-	-	404	308
Prestamista	460	461	(2)	-	458	461
Tradicional	278	369	-	-	278	369
Riscos Diversos	221	207	(54)	(36)	167	171
Compreensivo Empresarial	204	176	(49)	(38)	155	138
Doenças Graves ou Terminais	130	111	-	-	130	111
Riscos Nomeados e Operacionais	479	480	(361)	(384)	118	96
Acidentes Pessoais Individual	104	108	(2)	-	102	108
Responsabilidade Civil Geral	125	80	(57)	(27)	68	53
Riscos de Petróleo	282	257	(237)	(220)	45	37
Vida Individual	18	20	-	-	18	20
Riscos de Engenharia	104	72	(88)	(64)	16	8
Demais Ramos	1.186	905	(275)	(215)	911	690
Total	24.748	18.179	(1.166)	(1.010)	23.582	17.169
Participação Itaúsa	36,78%	36,82%	36,78%	36,82%	36,78%	36,82%
	9.103	6.693	(429)	(371)	8.674	6.322

c) Provisões Técnicas de Seguros e Previdência

As provisões técnicas de seguros e previdência são constituídas de acordo com os critérios estabelecidos pela Resolução do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP - nº 162 de 26 de dezembro de 2006 e alterações posteriores.

I - Seguros:

- **Provisão de Prêmios Não Ganhos** – Constituída com base nos prêmios emitidos, pelo regime de competência diária, e representa a parcela do prêmio correspondente ao período do risco ainda não decorrido. A Provisão de Prêmios Não Ganhos para os Riscos Vigentes Mas Não Emitidos é constituída com base em nota técnica atuarial e tem como objetivo estimar a parcela de prêmios não ganhos referentes aos riscos assumidos pelas seguradoras e que estão em processo de emissão;
- **Provisão de Insuficiência de Prêmios** - Constituída, de acordo com nota técnica atuarial, se for constatada insuficiência de prêmios;
- **Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL)** - Constituída com base nas notificações de sinistros, em valor suficiente para fazer face aos compromissos futuros; para determinação do valor provisionado dos sinistros em discussão judicial, os peritos reguladores e assessores jurídicos efetuam as avaliações com base na importância segurada e nas regulações técnicas, levando-se em conta a probabilidade de resultado desfavorável para a seguradora.
- **Provisão para Sinistros Ocorridos e não Avisados – IBNR** - Constituída em função do montante esperado de sinistros ocorridos em riscos assumidos na carteira e não avisados.

Notas Explicativas

- **Outras Provisões** – Constituída basicamente pela provisão técnica da modalidade extensão de garantia do seguro garantia estendida e o cálculo é efetuado durante o prazo compreendido entre a data de início de vigência do contrato e a data de início da cobertura do risco, sendo que o valor a ser constituído deverá ser igual ao prêmio comercial retido.

II - Previdência Privada:

As provisões matemáticas representam os valores das obrigações assumidas sob forma de seguros de Sobrevivência, Planos de Aposentadoria, Invalidez, Pensão, Pecúlio e Vida Individual e são calculadas segundo o regime financeiro previsto contratualmente.

- **Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder e de Benefícios Concedidos** – Correspondem, respectivamente, aos compromissos assumidos com participantes, cuja percepção dos benefícios ainda não iniciou e àqueles em gozo de benefícios;
- **Provisão de Insuficiência de Contribuição** – Constituída quando constatada a insuficiência de prêmios ou contribuições;
- **Provisão de Riscos Não Expirados** – Constituída para contemplar a estimativa para os riscos vigentes, mas não expirados;
- **Provisão de Eventos Ocorridos Mas Não Avisados - IBNR** - Constituída em função dos valores esperado de eventos ocorridos mas não avisados;
- **Provisão de Excedente Financeiro** – Constituída pela diferença entre pagamentos atualizados diariamente pela Carteira de Investimentos com o fundo acumulado constituído;
- **Outras Provisões** – Referem-se basicamente a Provisão para Despesas Administrativas constituídas de acordo com Nota Técnica Atuarial para cobrir despesas decorrentes de pagamento de benefícios previstos no plano, em função de eventos ocorridos e a ocorrer. Inclui também a rubrica Resgates e/ou Outros Valores a Regularizar que se refere aos valores ainda não regularizados até a data do balanço.

III - Movimentação das Provisões de Seguros e Previdência Privada

Abaixo segue detalhes da movimentação dos saldos das Provisões das operações de seguros e previdência privada:

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	31/12/2012				31/12/2011			
	Seguros de Danos, Pessoas e Vida Individual	Previdência Complementar	Vida com Cobertura de Sobrevivência	Total	Seguros de Danos, Pessoas e Vida Individual	Previdência Complementar	Vida com Cobertura de Sobrevivência	Total
Saldo Inicial	7.609	20.893	42.402	70.904	5.527	18.296	33.041	56.864
(+) Adições decorrentes de prêmios / contribuições	6.940	1.893	15.710	24.543	6.775	1.706	9.936	18.417
(-) Diferimento pelo risco decorrido	(6.576)	-	-	(6.576)	(5.788)	-	-	(5.788)
(-) Pagamento de sinistros / benefícios	(2.126)	(92)	(6)	(2.224)	(1.508)	(103)	(6)	(1.617)
(+) Sinistros Avisados	3.073	-	-	3.073	2.020	-	-	2.020
(-) Resgates	(4)	(985)	(5.213)	(6.202)	(152)	(917)	(3.745)	(4.814)
(+/-) Portabilidades líquidas	-	161	57	218	(115)	152	(14)	23
(+) Atualização das provisões e excedente financeiro	3	1.891	4.440	6.334	1	1.658	3.362	5.021
(+/-) Outras (constituição/reversão)	201	(32)	79	248	849	101	(172)	778
Provisão de Seguros e Previdência Privada	9.120	23.729	57.469	90.318	7.609	20.893	42.402	70.904
Participação Itaúsa	3.355	8.728	21.139	33.222	2.802	7.693	15.613	26.108

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	SEGUROS		PREVIDENCIA		TOTAL	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Matemática de Benefícios a Conceder e Concedidos	19	17	79.733	61.953	79.752	61.970
Prêmios não Ganhos	3.371	3.026	-	-	3.371	3.026
Sinistros a Liquidar (*)	3.222	2.297	-	-	3.222	2.297
IBNR	821	712	12	10	833	722
Insuficiência de Prêmios	336	313	-	-	336	313
Insuficiência de Contribuição	-	-	750	692	750	692
Excedente Financeiro	1	2	514	475	515	477
Outras Provisões (Nota 30cl)	1.350	1.242	189	165	1.539	1.407
TOTAL	9.120	7.609	81.198	63.295	90.318	70.904
Participação Itaúsa	3.355	2.802	29.867	23.306	33.222	26.108

(*) A provisão de Sinistros a Liquidar e IBNR está demonstrada na Nota 30e.

Notas Explicativas

d) Despesa de Comercialização Diferida

Os custos de aquisição diferidos de seguros diretos são os custos, diretos e indiretos, incorridos para vender, subscrever e iniciar um novo contrato de seguro.

Os custos diretos, basicamente, estão representados pelas comissões pagas a corretores, agenciamento e angariação e são diferidas para amortização proporcional ao reconhecimento da receita de prêmio ganho, ou seja, em função do decurso da vigência do risco, pelo prazo correspondente ao contrato de seguros, conforme normas de cálculos vigentes.

Os saldos estão registrados no ativo bruto de resseguros e sua movimentação está demonstrada no quadro a seguir.

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	Seguro
Saldo em 01/01/2012	2.064
Constituições	207
Amortizações	(40)
Saldo em 31/12/2012	2.231
Saldo a amortizar até 12 meses	1.412
Saldo a amortizar após 12 meses	819
Participação Itaúsa - 36,78% em Dez/12	821
<hr/>	
Saldo em 01/01/2011	1.649
Constituições	583
Amortizações	(168)
Saldo em 31/12/2011	2.064
Saldo a amortizar até 12 meses	1.495
Saldo a amortizar após 12 meses	569
Participação Itaúsa - 36,82% em Dez/11	760

Os valores de despesas de comercialização diferida de resseguros estão demonstradas na nota 30I.

e) Tabela de Desenvolvimento de Sinistros

Mudanças podem ocorrer no montante de obrigações do ITAÚ UNIBANCO HOLDING ao final de cada fechamento anual. A tabela a seguir demonstra este desenvolvimento pelo método dos sinistros ocorridos. A parte superior da tabela abaixo ilustra como a estimativa do sinistro final se desenvolve através do tempo. A parte inferior da tabela reconcilia os valores pendentes de pagamento contra o valor do passivo divulgado no balanço de 31/12/2012.

A Provisão de Sinistros a Liquidar estava composta da seguinte forma, no fechamento de 31/12/2012:

Notas Explicativas**I - Bruto de Resseguro****Provisão de Sinistros a Liquidar**

Passivo apresentado na tabela de desenvolvimento de sinistros	2.526
Operações DPVAT	226
Retrocessão e Outras Estimativas	470
Total da Provisão (*)	3.222

Participação Itaúsa	36,78%
	1.185

(*) O total da Provisão refere-se a Sinistros a Liquidar demonstrados na nota 30c III.

Data de Cadastro	31/12/2008	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2012	Total
No final do ano de divulgação	1.766	1.444	1.882	1.534	2.353	
1 ano depois	1.757	1.452	2.069	1.711		
2 anos depois	1.763	1.452	2.065			
3 anos depois	1.730	1.463				
4 anos depois	1.806					
Estimativa corrente	1.806	1.463	2.065	1.711	2.353	9.398
Pagamentos acumulados até a data base	1.638	1.359	1.824	1.368	1.144	7.333
Passivo reconhecido no balanço	168	104	241	343	1.209	2.065
Passivo em relação a anos anteriores a 2008						461
Total do passivo incluso no balanço						2.526
Participação Itaúsa						36,78%
						929

II - Líquido de Resseguro**Provisão de Sinistros a Liquidar**

Passivo apresentado na tabela de desenvolvimento de sinistros	756
Operações DPVAT	226
Resseguros, Retrocessão e Outras Estimativas	2.240
Total da Provisão (*)	3.222

Participação Itaúsa	36,78%
	1.185

(*) O total da Provisão refere-se a Sinistros a Liquidar demonstrados na nota 30c III.

Data de Cadastro	31/12/2008	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2012	Total
No final do ano de divulgação	1.144	1.151	1.184	1.177	1.387	
1 ano depois	1.134	1.155	1.159	1.231		
2 anos depois	1.146	1.157	1.184			
3 anos depois	1.143	1.160				
4 anos depois	1.150					
Estimativa corrente	1.150	1.160	1.184	1.231	1.387	6.112
Pagamentos acumulados até a data base	1.101	1.116	1.130	1.138	1.038	5.523
Passivo reconhecido no balanço	49	44	54	93	349	589
Passivo em relação a anos anteriores a 2008						167
Total do passivo incluso no balanço						756
Participação Itaúsa						36,78%
						278

As variações observadas nas estimativas dos sinistros ocorridos no ano de 2010 devem-se principalmente à ocorrência de sinistros atípicos, com valores brutos muitas vezes superiores à média até então observada. Porém, como os percentuais de resseguro são elevados, a análise líquida não sofre interferência deste fator. Além disso, em face da grande volatilidade inerente às análises dos dados brutos de resseguro, principalmente na operação de grandes riscos, recomenda-se a análise dos valores líquidos de resseguro.

Notas Explicativas

f) Teste de Adequação de Passivo

Conforme estabelecido no CPC 11 a seguradora deve realizar o Teste de Adequação de Passivos, confrontando o valor contabilizado de suas provisões técnicas com a estimativa corrente do fluxo de caixa projetado. Considerar na estimativa todos os fluxos de caixa relacionados ao negócio é o requisito mínimo para realização do teste de adequação.

O Teste de Adequação de Passivo não indicou insuficiência neste período.

As Premissas utilizadas no teste foram:

- a) Os critérios de agrupamento de riscos consideram grupos sujeitos a riscos similares e gerenciados em conjunto como uma única carteira.
- b) A relevante estrutura a termos de taxa de juros livre de risco foi obtida da curva de títulos considerados sem risco de crédito disponíveis no mercado financeiro brasileiro e fixada conforme metodologia interna do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, considerando a adição de um spread que levou em conta o impacto do resultado de mercado dos títulos Held To Maturity da carteira de Ativos Garantidores.
- c) A metodologia para teste de todos os produtos é baseada em projeção de fluxos de caixa. Especificamente para os produtos de seguros, os fluxos de caixa foram projetados utilizando o método conhecido como triangulo de chain ladder com periodicidade trimestral.
- d) Cancelamentos, resgates parciais, contribuições futuras, conversões em renda e despesas administrativas são revistos periodicamente e baseiam-se nas melhores práticas e na análise da experiência das subsidiárias. Desta forma, representam as melhores estimativas para as projeções das estimativas correntes.
- e) Mortalidade: tábuas BR-EMS vigentes, ajustadas por critério de desenvolvimento das expectativas de longevidade da escala G.

g) Risco de Seguro - Efeito de Mudanças nas premissas atuariais

Os seguros de danos são seguros de curta duração e as principais premissas atuariais envolvidas no gerenciamento e precificação de seus riscos são frequência de sinistros e severidade. Volatilidade acima do esperado em quantidade de sinistros e montante de indenizações pode resultar em perdas não esperadas.

Os seguros de vida e previdência são produtos, em geral, de média ou longa duração e os principais riscos envolvidos no negócio podem ser classificados como risco biométrico, risco financeiro e risco comportamental.

Risco biométrico refere-se a: i) aumento acima do esperado nas expectativas de longevidade em produtos com cobertura por sobrevivência (previdência, em sua maioria); ii) queda acima do esperado nas expectativas de mortalidade em produtos com cobertura por morte (seguros de vida, em sua maioria).

Produtos que oferecem uma garantia financeira predefinida em contrato carregam um risco financeiro intrínseco ao seu risco de subscrição, sendo esse risco considerado como risco de seguro.

Risco comportamental refere-se ao aumento acima do esperado nas taxas de conversão em renda, resultando em aumento nas despesas com pagamento de benefícios de aposentadoria.

As estimativas das premissas atuariais são baseadas na análise histórica do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, *benchmarks* de mercado e na experiência do atuário.

Notas Explicativas

Foram efetuados testes de sensibilidade nos valores das estimativas correntes com base em variações nas principais premissas atuariais. Os resultados da análise de sensibilidade do TAP - Teste de Adequação dos Passivos foram os seguintes:

Teste de Sensibilidade	31/12/2012		31/12/2011	
	Impacto no Resultado do TAP		Impacto no Resultado do TAP	
	Bruto de Resseguros	Líquido de Resseguros	Bruto de Resseguros	Líquido de Resseguros
Cenário com acréscimo de 5% nas Taxas de Mortalidade	Sem insuficiência	Sem insuficiência	Sem insuficiência	Sem insuficiência
Cenário com decréscimo de 5% nas Taxas de Mortalidade	Sem insuficiência	Sem insuficiência	Sem insuficiência	Sem insuficiência
Cenário com acréscimo de 0,01% na Taxa de Juros Livre de Risco	Sem insuficiência	Sem insuficiência	Sem insuficiência	Sem insuficiência
Cenário com decréscimo de 0,01% na Taxa de Juros Livre de Risco	Sem insuficiência	Sem insuficiência	Sem insuficiência	Sem insuficiência
Cenário com acréscimo de 5% nas Taxas de Conversão em Renda	Sem insuficiência	Sem insuficiência	Sem insuficiência	Sem insuficiência
Cenário com decréscimo de 5% nas Taxas de Conversão em Renda	Sem insuficiência	Sem insuficiência	Sem insuficiência	Sem insuficiência
Cenário com acréscimo de 5% nos Sinistros	Sem insuficiência	Sem insuficiência	Sem insuficiência	Sem insuficiência
Cenário com decréscimo de 5% nos Sinistros	Sem insuficiência	Sem insuficiência	Sem insuficiência	Sem insuficiência

h) Riscos das Operações de Seguros e Previdência

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING dispõe de comitês específicos, cuja atribuição é definir a administração dos recursos provenientes das Provisões Técnicas de Seguros e Previdência, estabelecer diretrizes para administração destes recursos com objetivo de rentabilidade a longo prazo e definir modelos de avaliações, limites de risco e estratégias de alocação de recursos em ativos financeiros definidos. Tais foros são integrados não apenas por executivos e pelos responsáveis diretos pelo processo de gestão do negócio, mas igualmente por profissionais com funções de direção ou coordenação das áreas comerciais e financeiras.

Os produtos de grandes riscos são distribuídos por corretores, no caso do produto garantia estendida, o produto é ofertado pela empresa varejista que comercializa o bem de consumo, a produção de DPVAT é oriunda da participação que as seguradoras do ITAÚ UNIBANCO HOLDING tem na Seguradora Líder dos Consórcios de DPVAT.

Não há concentração de produtos em relação ao prêmio de seguros, reduzindo o risco de concentração em produtos e canais de

distribuição. Para os produtos de grandes riscos adota-se a estratégia de menor retenção, conforme alguns ramos demonstrados abaixo:

	01/01 a 31/12/2012			01/01 a 31/12/2011		
	Prêmios de Seguros	Prêmio Retido	Retenção (%)	Prêmios de Seguros	Prêmio Retido	Retenção (%)
DANOS						
Extensão de Garantia	1.368	1.368	100,0	1.365	1.365	100,0
Prestamista	460	458	99,6	461	461	100,0
DPVAT	404	404	100,0	308	308	100,0
PESSOAS						
Vida em Grupo	1.299	1.258	96,8	1.165	1.141	97,9
Acidentes Pessoais Coletivo	642	642	100,0	661	660	99,8
Acidentes Pessoais Individual	104	102	98,1	109	108	99,1
Vida Individual	18	18	100,0	20	19	95,0
GRANDES RISCOS						
Riscos Nomeados e Operacionais	479	118	24,6	480	96	20,0
Riscos de Petróleo	282	45	16,0	257	37	14,4
Riscos de Engenharia	104	16	15,4	72	8	11,1

Notas Explicativas

i) Estrutura de Gerenciamento do Risco de Subscrição

• Controle Centralizado do Risco de Subscrição

O controle dos riscos da seguradora é realizado de forma centralizada pela Área Executiva Independente Responsável pelo Controle de Riscos, ao passo que a gestão é de responsabilidade das Unidades de Negócio Expostas ao Risco de Subscrição e da Área de Gestão de Riscos das Seguradoras da ITAÚSA CONSOLIDADO.

• Gestão Descentralizada do Risco de Subscrição

A gestão do risco de subscrição é responsabilidade da Área de Negócios, sendo coordenada pela Área de Gestão de Riscos das Seguradoras da ITAÚSA CONSOLIDADO com participação da Área Atuarial Institucional e Unidades e Gestores de Produtos. Estas unidades, em suas operações diárias, assumem risco tendo em vista a rentabilidade dos seus negócios.

j) Papéis e Responsabilidades

I- Área Executiva Independente Responsável pelo Controle de Riscos

Cumpra a esta área gerar condições para:

- Validação e controle dos modelos de risco de subscrição.
- Controle e avaliação das alterações nas políticas da atividade de Seguros e Previdência.
- Acompanhamento do desempenho das carteiras de Seguros e Previdência.
- Desenvolvimento de modelos de risco de subscrição.
- Avaliação do risco dos produtos, em sua criação e de maneira recorrente, de Seguros e Previdência.
- Definição e publicidade da estrutura de Gerenciamento de Risco de Subscrição.
- Adoção de políticas de remuneração que não incentivem comportamentos incompatíveis com um nível de risco considerado prudente nas políticas e estratégias de longo prazo estabelecidas pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

II- Área Executiva Responsável por Risco Operacional e Eficiência

- Responsável pela definição dos métodos para identificação, avaliação, monitoramento, controle e mitigação do Risco Operacional.
- Reporte tempestivo dos principais pontos de ocorrências de riscos operacionais à Área Executiva Independente Responsável pelo Controle de Riscos.
- Atendimento às demandas do Banco Central do Brasil e demais órgãos supervisores brasileiros referentes à gestão de risco operacional, bem como o monitoramento da aderência das unidades e Áreas de Controle do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, sob a coordenação da Área de Compliance Legal, à regulamentação dos órgãos supervisores locais.

III- Unidades de Negócio Expostas ao Risco de Subscrição

- Aplicar e/ou enquadrar os produtos às exigências da Área Executiva Independente Responsável pelo Controle de Riscos e da Área de Gestão de Riscos das Seguradoras da ITAÚSA CONSOLIDADO..
- Atender às solicitações da área Executiva independente responsável pelo Controle de Riscos, elaborando ou fornecendo bases de dados e informações para a elaboração de relatórios gerenciais ou estudos específicos, quando disponíveis.
- Garantir a qualidade das informações utilizadas nos modelos de probabilidade de sinistro e das perdas em caso de sinistro.

Notas Explicativas

- Garantir um adequado nível de conhecimento dos conceitos dos riscos envolvidos para identificação e classificação dos mesmos, assegurando o correto entendimento para modelagem da Área Executiva Independente Responsável pelo Controle de Riscos e da Área de Gestão de Riscos das Seguradoras da ITAÚSA CONSOLIDADO.

IV- Área de Resseguros

- Definir políticas de acesso aos mercados de resseguro, regulamentando as operações de Subscrição alinhadas com as avaliações de crédito e subscrição da Área Executiva Independente Responsável pelo Controle de Riscos e da Área de Gestão de Riscos das Seguradoras do ITAÚSA CONSOLIDADO.
- Garantir um adequado nível de conhecimento dos conceitos dos riscos envolvidos para identificação e classificação dos mesmos, assegurando o correto entendimento para modelagem da Área Executiva Independente Responsável pelo Controle de Riscos e da Área de Gestão de Riscos das Seguradoras da ITAÚSA CONSOLIDADO.
- Envio dos relatórios gerenciais à Área Executiva Independente Responsável pelo Controle de Riscos e à Área de Gestão de Riscos das Seguradoras da ITAÚSA CONSOLIDADO.
- Garantir atualização, alcance, abrangência, acurácia e tempestividade das informações relativas ao resseguro.

V- Área de Gestão de Riscos das Seguradoras da ITAÚSA CONSOLIDADO

- Elaborar políticas e procedimentos de subscrição que abordem todo o ciclo de subscrição.
- Elaborar os indicadores estratégicos, informando os eventuais desajustes às alçadas superiores.
- Envio dos relatórios gerenciais à Área Executiva Independente Responsável pelo Controle de Riscos.
- Garantir um adequado nível de conhecimento dos conceitos dos riscos envolvidos para identificação e classificação dos mesmos, assegurando o correto entendimento e modelagem da Área Executiva Independente Responsável pelo Controle de Riscos.
- Monitorar os riscos incorridos das Unidades de Negócio Expostas ao Risco de Subscrição.
- Reportar, com qualidade e celeridade, as informações requeridas sob sua responsabilidade aos Órgãos Reguladores Brasileiros.

VI- Área Atuarial

- Desenvolver e aperfeiçoar modelos de Provisões e Reservas e encaminhá-los, devidamente documentados, à Área Executiva Independente Responsável pelo Controle de Riscos e à Área de Gestão de Riscos das Seguradoras da ITAÚSA CONSOLIDADO. Envio dos relatórios gerenciais à Executiva Independente Responsável pelo Controle de Riscos.
- Garantir o alcance, abrangência, acurácia e tempestividade das informações relativas às operações demandadas devidamente conciliadas contabilmente.
- Garantir um adequado nível de conhecimento dos conceitos dos riscos envolvidos para identificação e classificação dos mesmos, assegurando o correto entendimento e modelagem da Área Executiva Independente Responsável pelo Controle de Riscos.

VII- Área de Controles Internos

- Verificar regularmente a adequação do sistema de controles internos.
- Conduzir revisões periódicas do processo de risco da atividade de Seguros e para assegurar sua integridade, precisão e razoabilidade.

Notas Explicativas

VIII- Auditoria Interna

Efetuar verificações independentes e periódicas quanto à efetividade do processo de controle do risco da atividade de Seguros e Previdência, de acordo com as orientações do Comitê de Auditoria.

A administração das unidades de seguros e previdência privada trabalham em conjunto com o gestor de investimentos com o objetivo de assegurar que os ativos garantidores dos produtos de longo prazo, com retornos mínimos garantidos, sejam geridos de acordo com as características do seu passivo visando o seu equilíbrio atuarial e a solvência no longo prazo.

Anualmente a empresa elabora mapeamento detalhado dos passivos dos produtos de longo prazo que resulta em fluxos de pagamento de benefícios futuros projetados. Esse mapeamento é feito sob pressupostos atuariais.

O gestor de investimentos, de posse dessa informação, utiliza modelos de Asset Liability Management para encontrar a melhor composição de carteira de ativos que permita neutralizar os riscos contidos nesse tipo de produto, considerando a sua viabilidade econômico-financeira no longo prazo. As carteiras de ativos garantidores são rebalanceadas periodicamente em função das oscilações de preço no mercado de ativos, das necessidades de liquidez da empresa e das alterações nas características do passivo.

k) Risco de Mercado, Crédito e Liquidez

Risco de Mercado

O risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira, incluindo os riscos das operações sujeitas à *variação cambial*, das taxas de juros, dos preços de ações, dos índices de preços e dos preços de mercadorias (*commodities*), entre outros índices sobre estes fatores de risco.

A estrutura de limites e alertas segue as diretrizes do Conselho de Administração e é aprovada pela Comissão Superior de Políticas de Risco (CSRisc), após discussões e deliberações da Comissão Superior de Tesouraria Institucional (CSTI) sobre métricas e limites de risco de mercado. A revisão dessa estrutura de limites é realizada no mínimo anualmente.

As análises do risco de mercado são realizadas com base nas seguintes métricas:

- Valor em Risco (*VaR - Value at Risk*): medida estatística que quantifica a perda econômica potencial máxima esperada em condições normais de mercado, considerando horizonte de tempo e intervalo de confiança definidos (Nota 34);
- Perdas em Cenários de Estresse (Teste de Estresse): técnica de simulação para avaliação do comportamento dos ativos e passivos da carteira quando diversos fatores de risco são levados a situações extremas de mercado (baseadas em cenários prospectivos);
- Sensibilidade (*DV01 – Delta Variation Risk*): em relação às operações de seguros, impacto no valor de mercado dos fluxos de caixa, quando submetidos a um aumento de 1 ponto-base a.a. nas taxas de juros atuais ou taxa do indexador e 1 ponto percentual no preço de ações e moedas.

Notas Explicativas

Classe	31/12/2012		31/12/2011	
	Saldo Contábil	DV01	Saldo Contábil	DV01
Títulos Públicos				
NTN-C	3.254	(3,53)	2.936	(2,66)
NTN-B	1.821	(2,20)	1.544	(1,29)
NTN-F	7	-	21	(0,00)
LTN	168	(0,00)	-	-
Futuro DI	1	-	19	(0,00)
Títulos Privado				
Indexado a IGPM	26	(0,00)	139	(0,02)
Indexado a IPCA	289	(0,22)	217	(0,17)
Indexado a PRE	67	(0,01)	74	-
Ações	516	5,16	376	3,76
Ativos pós-fixados	5.660	-	5.623	-
Compromissadas Over	4.574	-	6.243	-
Total	16.383	(0,80)	17.192	(0,38)
Participação da Itaúsa		36,78%		36,82%
	6.026	(0,29)	6.330	(0,14)

Risco de Liquidez

A ITAÚSA CONSOLIDADO identificam o risco de liquidez como o risco de escassez de recursos líquidos, disponíveis para honrar suas obrigações correntes num determinado momento. O gerenciamento do risco de liquidez é feito de forma contínua a partir do monitoramento do fluxo dos pagamentos relativo aos seus passivos vis a vis o fluxo de recebimentos gerado pelas suas operações e pela sua carteira de ativos financeiros. Além disso, seguindo os princípios de conservadorismo e prudência, a ITAÚSA CONSOLIDADO mantém recursos investidos em ativos de curto prazo, com liquidez imediata, para fazer frente às suas necessidades regulares e contingenciais de liquidez.

Passivo	31/12/2012		31/12/2011		Ativo	31/12/2012		31/12/2011	
	Valor	DU (*)	Valor	DU (*)		Valor	DU (*)	Valor	DU (*)
Provisão Técnica					Ativo Garantidor				
PPNG, PPNG-RVNE, PCP e OPT (1)	1.746	17	1.690	12	LFT, Compromissadas, NTN-B, CDB, LF e Debentures	1.746	7	1.690	7
Provisão de Insuficiência de Prêmio	253	182	233	187	LFT, Compromissadas, NTN-B, CDB, LF e Debentures	253	7	233	7
IBNR e Provisões de Sinistros a Liquidar (2)	1.409	18	1.401	19	LFT, Compromissadas, NTN-B, CDB, LF e Debentures	1.409	7	1.401	7
Outras Provisões	345	-	303	-	LFT, Compromissadas, NTN-B, CDB e Debentures	345	-	303	-
Sub Total	3.753		3.627		Sub Total	3.753		3.627	
Provisões									
Despesas Administrativas	41	126	43	125	LFT, Operações Compromissadas, NTN-B, CDB, LF e Debentures	41	7	43	7
Matemática de Benefícios Concedidos	1.066	126	977	126	LFT, Operações Compromissadas, LTN, NTN-B, NTN-C, NTN-F, CDB, LF e Debentures	1.066	136	977	124
Matemática de Benefícios a Conceder-PGBL/VGBL	75.055	133	57.626	109	LFT, Operações Compromissadas, LTN, NTN-B, NTN-C, NTN-F, CDB, LF e Debentures (3)	75.055	27	57.626	8
Matemática de Benefícios a Conceder-Tradicional	3.630	179	3.365	116	LFT, Operações Compromissadas, NTN-B, NTN-C, Debentures	3.630	136	3.365	109
Insuficiência de Contribuição	751	179	692	109	LFT, Operações Compromissadas, NTN-B, NTN-C, CDB, LF e Debentures	751	136	692	109
Excedente Financeiro	515	179	477	109	LFT, Operações Compromissadas, NTN-B, NTN-C, CDB, LF e Debentures	515	136	477	109
Sub Total	81.058		63.180		Sub Total	81.058		63.180	
Total Reservas Técnicas	84.811		66.807		Total Ativos Garantidores	84.811		66.807	

(*) DU = Duration em meses

(1) Valor Líquido de Direito Creditório

(2) Líquido de Depósitos Judiciais e de Provisões Retidas IRB

(3) Desconsidera as reservas de PGBL / VGBL alocadas em renda variável

Notas Explicativas

Risco de Crédito

Nas operações de resseguro, a política interna proíbe a concentração excessiva em um único ressegurador. Atualmente aquele que detém a maior parcela de nossas operações não excede 39% do total. Observamos também as determinações da SUSEP quanto aos resseguradores que operamos, notadamente, com relação às "classificação de solvência, emitida por agência classificadora de risco", com os seguintes níveis mínimos:

Agência Classificadora de Riscos	Nível Mínimo Exigido
Standard & Poor's	BBB-
Fitch	BBB-
Moody's	Baa3
AM Best	B+

I) Resseguro

As despesas e receitas originadas na cessão de prêmios de resseguro são registradas no período em que ocorrem observando assim o regime de competência não ocorrendo compensação de ativos e passivos relacionados de resseguro, salvo previsão contratual de compensação de contas entre as partes. As análises dos programas de resseguro são realizadas prevendo a necessidades atuais mantendo a flexibilidade necessária caso ocorram mudanças de estratégia da administração em resposta aos diversos cenários que esta possa estar exposta.

Com a aprovação da Lei Complementar nº 126 de 15 de janeiro de 2007, houve abertura do mercado de resseguro com a criação de três categorias de empresas autorizadas a operar no Brasil, local, admitida e eventual. A transição para o novo mercado foi feita de modo progressivo mantendo o direito das empresas resseguradoras locais a 60% dos prêmios cedidos pelas seguradoras até janeiro de 2010, após esse período esse percentual pode ser reduzido para 40%. A partir de 31 de março de 2011, esse percentual de 40% foi obrigatoriamente ser cedido para resseguradores locais.

Ativos de Resseguro

Os ativos de resseguro representam os valores estimados a recuperar das resseguradoras decorrentes das perdas ocorridas. Tais ativos são avaliados segundo bases consistentes dos contratos de cessão de riscos, e para os casos de perdas efetivamente pagas são reavaliadas transcorridos 365 dias quanto a possibilidade de não recuperação destes, em casos de dúvidas tais ativos são reduzidos pela constituição de provisão para risco de créditos com resseguros.

Resseguro Cedido

O Itaú Unibanco Holding cede, no curso normal de suas operações, prêmios de resseguros para cobertura de perdas sobre riscos subscritos aos seus segurados e estão em conformidade com os limites operacionais estabelecidos pelo órgão regulador. Além dos contratos proporcionais são também firmados contratos não proporcionais que transferem parte da responsabilidade à companhia resseguradora sobre perdas que se materializarão após um determinado nível de sinistros na carteira. Os prêmios de resseguro não proporcional são incluídos em outros ativos e amortizados em outras despesas operacionais de acordo diferimento do prazo de vigência do contrato pelo regime de competência diária.

Notas Explicativas**I - Operações com Resseguradoras - Movimentação**

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	Créditos		Débitos	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Saldo Inicial	214	176	313	106
Contratos Emitidos	-	-	1.106	926
Sinistros a Recuperar	26	52	-	-
Antecipação/Pagamentos ao Ressegurador	(7)	32	(1.043)	(751)
Atualização Monetária e Juros de Sinistros	-	-	8	32
Outras Constituições / Reversões	1	(46)	-	-
Saldo Final	234	214	384	313
Participação Itaúsa	36,78%	36,82%	36,78%	36,82%
	86	79	141	115

II - Ativos de Resseguros - Provisões Técnicas - Saldo

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	31/12/2012	31/12/2011
Sinistros de Resseguros	2.098	1.394
Prêmios de Resseguros	700	535
Comissão de Resseguros	(45)	(58)
	2.753	1.871
Participação Itaúsa	36,78%	36,82%
	1.013	689

III - Provisões Técnicas - Sinistros de Resseguros - Movimentação

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	31/12/2012	31/12/2011
Saldo Inicial	1.394	1.185
Sinistros Avisados	1.313	615
Sinistros Pagos	(598)	(101)
Outras Constituições / Reversões	(11)	(305)
Saldo Final	2.098	1.394
Participação Itaúsa	36,78%	36,82%
	772	513

IV - Provisões Técnicas - Prêmios de Resseguros - Movimentação

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	31/12/2012	31/12/2011
Saldo Inicial	535	404
Constituições	1.049	814
Reversões	(884)	(683)
Saldo Final	700	535
Participação Itaúsa	36,78%	36,82%
	257	197

V - Provisões Técnicas - Comissão de Resseguros - Movimentação

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	31/12/2012	31/12/2011
Saldo Inicial	(58)	(59)
Constituições	(64)	(50)
Reversões	77	51
Saldo Final	(45)	(58)
Participação Itaúsa	36,78%	36,82%
	(17)	(21)

Notas Explicativas

m) Entidades Reguladoras

As operações de Seguros e Previdência são reguladas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e pela Superintendência de Seguros Privados. Estas entidades são responsáveis pela regulamentação do mercado e conseqüentemente auxiliam na mitigação dos riscos inerentes do negócio.

O Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP é o órgão normativo das atividades de seguros do país, foi criado pelo Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966. A principal atribuição do CNSP, na época da sua criação, era a de fixar as diretrizes e normas da política governamental para os segmentos de Seguros Privados, tendo posteriormente, com o advento da Lei nº 6.435, de 15 de julho de 1977, suas atribuições se estendido à Previdência Privada, no âmbito das entidades abertas.

A Superintendência de Seguros Privados - SUSEP é o órgão responsável pelo controle e fiscalização dos mercados de seguro, previdência privada aberta e resseguro. Autarquia vinculada ao Ministério da Fazenda, foi criada pelo Decreto-lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, que também instituiu o Sistema Nacional de Seguros Privados, do qual fazem parte o Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, o IRB Brasil Resseguros S.A. - IRB Brasil Re, as sociedades autorizadas a operar em seguros privados e as entidades de previdência privada aberta.

n) Requerimentos de Capital para a Atividade de Seguros

O Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, acompanhando a tendência mundial de fortalecimento do mercado segurador, divulgou a resolução CNSP nº 227 de 06/12/2010 (que revogou as Resoluções nºs 178 de 28/12/2007 e 200 de 16/12/2008), e a circular nº 411 de 22/12/2010. Os normativos dispõem sobre as regras de capital regulamentar exigido para autorização e funcionamento das sociedades seguradoras e previdência e as regras de alocação de capital provenientes do risco de subscrição para os diversos ramos de seguros. Em janeiro de 2011 entrou em vigor a Resolução CNSP nº 228 de 6/12/2010, que dispõe sobre os critérios de estabelecimento do capital adicional baseado no risco de crédito das sociedades supervisionadas.

O Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) individual das empresas do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, que participam exclusivamente de atividades de seguros e previdência é superior ao capital regulamentar exigido. As seguradoras do ITAÚ UNIBANCO HOLDING apresentam capital excedente em relação ao mínimo regulatório em R\$ 1.362 (R\$ 2.049 em 31/12/2011) na Itaú Seguros S.A. e R\$ 553 (R\$ 1.565 em 31/12/2011) na Itaú Vida e Previdência S.A..

Notas Explicativas

NOTA 31 – VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Nos casos em que não estão disponíveis preços cotados em mercado, os valores justos são baseados em estimativas, com a utilização de fluxos de caixa descontados ou outras técnicas de avaliação. Essas técnicas são afetadas de forma significativa pelas premissas utilizadas, inclusive a taxa de desconto e a estimativa dos fluxos de caixa futuros. O valor justo estimado obtido por meio dessas técnicas não pode ser substanciado por comparação com mercados independentes e, em muitos casos, não pode ser realizado na liquidação imediata do instrumento.

A tabela a seguir resume o valor contábil e o valor justo estimado dos instrumentos financeiros:

	31/12/2012		31/12/2011	
	Valor Contábil	Valor Justo estimado	Valor Contábil	Valor Justo estimado
Ativos Financeiros				
Disponibilidades e Depósitos Compulsórios no Banco Central	28.621	28.621	40.099	40.099
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	8.764	8.774	10.244	10.255
Aplicações no Mercado Aberto	61.188	61.188	35.001	35.001
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação (*)	53.622	53.622	45.049	45.049
Ativos Financeiros Designados a Valor Justo através do Resultado (*)	81	81	69	69
Derivativos (*)	4.290	4.290	3.240	3.240
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda (*)	33.751	33.751	17.805	17.805
Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	1.178	1.661	1.144	1.367
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	125.530	126.304	118.710	118.942
Outros Ativos Financeiros	16.795	16.795	14.925	14.925
Passivos Financeiros				
Depósitos	89.453	89.426	89.326	89.296
Captação no Mercado Aberto	98.464	98.464	68.273	68.273
Passivos Financeiros Mantidos para Negociação (*)	236	236	1.037	1.037
Derivativos (*)	4.072	4.072	2.486	2.486
Recursos de Mercados Interbancários	35.707	35.628	33.323	33.269
Recursos de Mercados Institucionais	27.067	26.702	20.931	20.885
Passivos de Planos de Capitalização	1.064	1.064	1.045	1.045
Outros Passivos Financeiros	18.486	18.486	16.246	16.246

(*) Estes ativos e passivos são registrados no balanço pelo seu Valor Justo.

(1) Os valores no quadro acima já reflete a participação da Itaúsa

Os Instrumentos Financeiros não incluídos no Balanço Patrimonial (Nota 35) são representados por Cartas de Crédito em Aberto (*standby*) e Garantias Prestadas no total de R\$ 60.310 (R\$ 51.530 em 31/12/2011), refletidos no Consolidado da Itaúsa proporcionalmente R\$ 22.184 (R\$ 18.974 em 31/12/2011), com valor justo estimado R\$ 728 (R\$ 695 em 31/12/2011) e R\$ 268 em 2012 (256 em 31/12/2011) no Consolidado da Itaúsa, respectivamente.

Os métodos e premissas utilizados para a estimativa do valor justo estão definidos abaixo:

a) Disponibilidades, Depósitos Compulsórios no Banco Central e Aplicações no Mercado Aberto - O valor contábil desses instrumentos se aproxima de seu valor justo.

b) Aplicações em Depósitos Interfinanceiros – O ITAÚ UNIBANCO HOLDING estima os valores justos das aplicações em depósitos interfinanceiros efetuando o desconto dos fluxos de caixa estimados adotando-se as taxas de juros do mercado.

Notas Explicativas

c) Ativos Financeiros Mantidos para Negociação, inclusive Derivativos (Ativos e Passivos), Ativos Financeiros designados ao Valor Justo através do Resultado, Ativos Financeiros Disponíveis para Venda e Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento – Sob condições normais, os preços cotados de mercado são os melhores indicadores dos valores justos dos instrumentos financeiros. Entretanto, nem todos os instrumentos possuem liquidez ou cotações e, nesses casos, faz-se necessário a adoção das estimativas de valor presente e outras técnicas para definição de preço. Os valores justos dos títulos públicos são apurados com base nas taxas de juros fornecidas por terceiros no mercado e validados comparando-se com as informações fornecidas pela ANDIMA. Os valores justos de títulos de dívida de empresas são calculados adotando-se critérios semelhantes aos das aplicações em depósitos interfinanceiros, conforme descrito acima. Os valores justos de ações são apurados com base em seus preços cotados de mercado. Os valores justos dos instrumentos derivativos foram apurados conforme segue:

- *Swaps*: Seus fluxos de caixa são descontados a valor presente com base em curvas de rentabilidade que refletem os fatores apropriados de risco. Essas curvas de rentabilidade podem ser traçadas principalmente com base nos preços de troca de derivativos na BM&F, de títulos públicos brasileiros no mercado secundário ou de derivativos e títulos e valores mobiliários negociados no exterior. Essas curvas de rentabilidade podem ser utilizadas para obter o valor justo de *swaps* de moeda, *swaps* de taxa de juros e *swaps* com base em outros fatores de risco (commodities, índices de bolsas, etc.).
- Futuros e Termo: cotações em bolsas ou utilizando-se critério idêntico ao utilizado nos *swaps*;
- Opções: Seus valores justos são apurados com base em modelos matemáticos (como o da Black & Scholes) que são alimentados com dados de volatilidade implícita, curva de rentabilidade da taxa de juros e o valor justo do ativo subjacente. Os preços de mercado corrente das opções são utilizados para calcular as volatilidades implícitas. Todos esses dados são obtidos de diferentes fontes (geralmente a Bloomberg).
- Crédito: Estão inversamente relacionados à probabilidade de inadimplência (PDD) em um instrumento financeiro sujeito a risco de crédito. O processo de reajuste a preço de mercado desses *spreads* se baseia nas diferenças entre as curvas de rentabilidade sem risco e as curvas de rentabilidade ajustadas pelo risco de crédito.

d) Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro - O valor justo é estimado por grupos de empréstimos com características financeiras e de risco similares utilizando modelos de valorização. O valor justo dos empréstimos de taxa fixa foi determinado pelo desconto dos fluxos de caixa estimados com a utilização de taxas de juros próximas as taxas atuais da ITAÚSA CONSOLIDADO para empréstimos similares. Para a maior parte dos empréstimos à taxa variável, o valor contábil foi considerado como próximo de seu valor justo. O valor justo das operações de crédito e arrendamento mercantil de curso normal foi calculado pelo desconto dos pagamentos previstos de principal e de juros até o vencimento, com as taxas indicadas acima. O valor justo das operações de crédito e arrendamento mercantil de curso anormal foi baseado no desconto dos fluxos de caixa previstos, com a utilização de uma taxa proporcional ao risco associado aos fluxos de caixa estimados, ou no valor da garantia subjacente. As premissas relacionadas aos fluxos de caixa e às taxas de desconto são determinadas com a utilização de informações disponíveis no mercado e de informações específicas do tomador.

e) Outros Ativos Financeiros – basicamente compostos de recebíveis de emissores de cartão de crédito, depósitos em garantia de passivos contingentes e negociação e intermediação de valores mobiliários. Os valores contábeis desses ativos aproximam-se significativamente de seus valores justos, uma vez que basicamente representam valores a serem recebidos no curto prazo de titulares de cartões de crédito e a serem pagos a emissores de cartões de créditos, depósitos exigidos judicialmente (indexado a taxas de mercado) feitos pela ITAÚSA CONSOLIDADO como garantia de ações judiciais ou recebíveis no curto prazo (geralmente com vencimento de aproximadamente 5 (cinco) dias úteis). Todos esses itens representam ativos sem riscos significativos de mercado ou de crédito.

De acordo com o CPC, a ITAUSA CONSOLIDADO classifica as mensurações de valor justo usando uma hierarquia de valor justo que reflita a significância dos *inputs* usados no processo de mensuração:

Nível 1: As informações observáveis que refletem os preços cotados (não ajustados) para ativos ou passivos idênticos em mercados ativos. Um mercado ativo é aquele no qual as transações para o ativo ou passivo que está sendo mensurado geralmente ocorre com a frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação continuamente.

Notas Explicativas

Nível 2: As informações que não os preços cotados incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo direta ou indiretamente. O Nível 2 inclui geralmente: (i) preços cotados para ativos ou passivos semelhantes em mercados ativos; (ii) preços cotados para ativos ou passivos idênticos ou semelhantes em mercados que não são ativos, isto é, mercados nos quais há poucas transações para o ativo ou passivo, os preços não são correntes, ou as cotações de preço variam substancialmente ao longo do tempo ou entre os especialistas no mercado de balcão (*market makers*), ou nos quais poucas informações são divulgadas publicamente; (iii) as informações que não os preços cotados que são observáveis para o ativo ou passivo (por exemplo, taxas de juros e curvas de rentabilidade observáveis em intervalos cotados regularmente, volatilidades, etc.); (iv) as informações que são derivadas principalmente de ou corroboradas por dados do mercado observáveis através de correlação ou por outros meios.

Nível 3: as informações não são observáveis para o ativo ou passivo. As informações não observáveis devem ser usadas para mensurar o valor justo na proporção em que as informações observáveis não estão disponíveis, permitindo, dessa forma, que as situações nas quais há pouca, se houver, atividade de mercado para o ativo ou passivo na data de mensuração.

Ativos Financeiros Mantidos para Negociação, Ativos Financeiros Disponíveis para Venda, e Designados ao Valor Justo através do Resultado:

Nível 1: Os títulos e valores mobiliários de alta liquidez com preços disponíveis em um mercado ativo estão classificados no nível 1 da hierarquia de valor justo. Neste nível foram classificados a maioria dos Títulos do Governo Brasileiro (principalmente LTN, LFT, NTN-B, NTN-C e NTN-F), outros títulos estrangeiros do governo e ações negociadas em bolsa e outros títulos negociados no mercado ativo.

Nível 2: Nos casos em que as informações de precificação não estiverem disponíveis para um título ou valor mobiliário específico, a avaliação geralmente se baseia em preços cotados do mercado de instrumentos semelhantes, informações de precificação obtidas por meio dos serviços de precificação, como Bloomberg, Reuters e corretoras (somente quando representam transações efetivas) ou fluxos de caixa descontados, que usam as informações derivadas de ativos ativamente negociados em um mercado ativo. Esses títulos e valores mobiliários são classificados no nível 2 da hierarquia de valor justo e são compostos por certos títulos do governo brasileiro, debêntures e alguns títulos do governo cotados em um mercado menos líquido do que aqueles classificados no nível 1, e alguns preços das ações em fundos de investimentos. A ITAÚSA CONSOLIDADO não detém posições em fundos de investimentos alternativos ou em fundos de participação em empresas de capital fechado.

Nível 3: Nos casos em que não há informações de precificação em um mercado ativo, a ITAÚSA CONSOLIDADO usa modelos desenvolvidos internamente, a partir de curvas geradas conforme modelo proprietário. No nível 3 são classificados alguns títulos do governo brasileiro e privados (principalmente NTN-I, NTN-A1, CRI, TDA e CCI com vencimentos após 2025, CVS e notas promissórias) e que não são geralmente negociados em um mercado ativo.

Derivativos:

Nível 1: Os derivativos negociados em bolsas de valores são classificados no nível 1 da hierarquia.

Nível 2: Para os derivativos não negociados em bolsas de valores, a ITAÚSA CONSOLIDADO estima o valor justo por meio da adoção de uma série de técnicas como o Black&Scholes, Garman & Kohlhagen, Monte Carlo ou até mesmo os modelos de fluxo de caixa descontados geralmente adotados no mercado financeiro. Os derivativos incluídos no nível 2 são swaps de inadimplência de crédito, swaps de moeda cruzada, swaps de taxa de juros, opções de *plain vanilla*, alguns *forwards* e geralmente todos os *swaps*. Todos os modelos adotados pela ITAÚSA CONSOLIDADO são amplamente aceitos na indústria de serviços financeiros e refletem os termos contratuais do derivativo. Considerando que muitos desses modelos não contêm um alto nível de subjetividade, uma vez que as metodologias adotadas nos modelos não exigem grandes decisões, e as informações para o modelo estão prontamente observáveis nos mercados ativamente cotados, esses produtos foram classificados no nível 2 da hierarquia de avaliação.

Nível 3: Os derivativos com valores justos baseados em informações não observáveis em um mercado ativo foram classificados no nível 3 da hierarquia de valor justo e estão compostos por opções exóticas, alguns, swaps indexados com informações não observáveis e swaps com outros produtos, como *swap* com opção e com verificação, derivativos de crédito e futuros de algumas commodities. Estas operações têm sua precificação derivada de superfície de volatilidade gerada à partir de volatilidade histórica.

Notas Explicativas

Todas as metodologias descritas para avaliação podem resultar em um valor justo que pode não ser indicativo do valor realizável líquido ou dos valores justos futuros. No entanto, a ITAÚSA CONSOLIDADO acredita que todas as metodologias adotadas são apropriadas e consistentes com os participantes do mercado. Independentemente disso, a adoção de outras metodologias ou o uso de pressupostos diferentes para apurar o valor justo pode resultar em estimativas diferentes dos valores justos na data do balanço.

Notas Explicativas

Distribuição dos Níveis

A tabela a seguir apresenta a abertura dos Níveis de Risco em 31/12/2012 e de 31/12/2011 para nossos ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros disponíveis para venda.

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	31/12/2012				31/12/2011			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Fundos de investimento	-	1.468	-	1.468	-	1.339	-	1.339
Títulos Públicos do Governo Brasileiro	111.045	161	-	111.206	93.727	187	-	93.914
Títulos da Dívida Externa do Governo Brasileiro	1.286	-	-	1.286	910	-	-	910
Títulos Públicos - Outros Países	710	162	-	872	722	80	-	802
Argentina	106	-	-	106	225	-	-	225
Estados Unidos	345	-	-	345	292	-	-	292
México	225	-	-	225	205	-	-	205
Chile	-	108	-	108	-	50	-	50
Uruguai	-	33	-	33	-	27	-	27
Colômbia	34	-	-	34	-	-	-	-
Outros	-	21	-	21	-	3	-	3
Títulos de Empresas	5.507	25.157	20	30.684	4.682	19.952	290	24.924
Ações negociáveis	2.815	-	-	2.815	2.241	56	-	2.297
Certificado de Recebíveis Imobiliários	-	21	-	21	-	24	-	24
Certificado de Depósito Bancário	-	2.933	-	2.933	-	7.820	-	7.820
Debêntures	2.692	1.944	-	4.636	2.434	1.092	-	3.526
Euro Bonds e Assemelhados	-	1.612	-	1.612	7	1.424	-	1.431
Notas Promissórias	-	-	20	20	-	-	290	290
Letras Financeiras	-	18.441	-	18.441	-	8.973	-	8.973
Outros (basicamente Letras Financeiras)	-	206	-	206	-	563	-	563
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	118.548	26.948	20	145.516	100.041	21.558	290	121.889
Participação Itaúsa - 36,78% em Dez/12 e 36,82% em Dez/11	43.606	9.912	7	53.525	36.837	7.938	107	44.882
Itaúsa e empresas industriais	-	97	-	97	-	-	-	167
TOTAL	43.606	10.009	7	53.622	36.837	7.938	107	45.049
Fundos de investimento	-	255	-	255	-	806	-	806
Títulos Públicos do Governo Brasileiro	25.131	25	306	25.462	12.120	45	259	12.424
Títulos da Dívida Externa do Governo Brasileiro	18.065	-	-	18.065	5.906	-	-	5.906
Títulos Públicos - Outros Países	602	6.535	-	7.137	11	4.306	-	4.317
Estados Unidos	375	-	-	375	-	-	-	-
Dinamarca	-	2.554	-	2.554	-	1.949	-	1.949
Espanha	-	-	-	-	-	418	-	418
Coreia	-	1.662	-	1.662	-	295	-	295
México	-	-	-	-	11	-	-	11
Chile	-	1.534	-	1.534	-	995	-	995
Paraguai	-	491	-	491	-	344	-	344
Uruguai	-	294	-	294	-	268	-	268
Belgica	71	-	-	71	-	-	-	-
França	57	-	-	57	-	-	-	-
Reino Unido	83	-	-	83	-	-	-	-
Outros	16	-	-	16	-	37	-	37
Títulos de Empresas	4.553	33.214	2.183	39.950	2.951	19.769	1.337	24.057
Ações negociáveis	2.258	1.554	-	3.812	808	3.170	-	3.978
Certificado de Recebíveis Imobiliários	-	7.200	1.368	8.568	-	7.323	691	8.014
Certificado de Depósito Bancário	-	391	-	391	-	274	-	274
Debêntures	2.280	11.684	-	13.964	2.103	5.133	-	7.236
Euro Bonds e Assemelhados	15	5.576	5	5.596	40	3.598	-	3.638
Notas Promissórias	-	-	777	777	-	-	646	646
Cédulas do Produtor Rural	-	778	-	778	-	108	-	108
Letras Financeiras	-	5.720	-	5.720	-	-	-	-
Outros	-	311	33	344	-	163	-	163
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	48.351	40.029	2.489	90.869	20.988	24.926	1.596	47.510
Participação Itaúsa - 36,78% em Dez/12 e 36,82% em Dez/11	17.785	14.724	916	33.425	7.728	9.178	588	17.494
Itaúsa e empresas industriais	-	326	-	326	-	-	-	311
TOTAL	17.785	15.050	916	33.751	7.728	9.178	588	17.805
Títulos públicos do governo brasileiro	-	220	-	220	-	186	-	186
Ativos Financeiros Designados a Valor Justo através do Resultado	-	220	-	220	-	186	-	186
Participação Itaúsa - 36,78% em Dez/12 e 36,82% em Dez/11	-	81	-	81	-	69	-	69
TOTAL	-	81	-	81	-	69	-	69
Notas Estruturadas	-	642	-	642	-	2.815	-	2.815
Passivos Financeiros Designados a Valor Justo	-	642	-	642	-	2.815	-	2.815
Participação Itaúsa - 36,78% em Dez/12 e 36,82% em Dez/11	-	236	-	236	-	1.037	-	1.037
TOTAL	-	236	-	236	-	1.037	-	1.037

A tabela a seguir apresenta a abertura dos Níveis de Risco em 31/12/2012 e de 31/12/2011 para nossos Derivativos:

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	31/12/2012				31/12/2011			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Opções	-	1.759	147	1.906	-	1.755	688	2.443
Termo	-	3.528	2	3.530	-	1.876	3	1.879
Swaps - Diferencial a Receber	-	3.661	25	3.686	-	2.732	18	2.750
Verificação de Swap	-	35	-	35	-	4	-	4
Derivativos de Crédito	-	728	-	728	-	399	-	399
Forwards	-	379	-	379	-	450	1	451
Futuros	-	-	-	-	17	9	-	26
Outros Derivativos	-	1.194	139	1.333	-	607	195	802
Derivativos - Ativo	-	11.284	313	11.597	17	7.832	905	8.754
Participação Itaúsa - 36,78% em Dez/12 e 36,82% em Dez/11	-	4.151	115	4.266	6	2.884	333	3.224
Itaúsa e empresas industriais	-	-	24	24	-	-	-	16
TOTAL	-	4.151	139	4.290	6	2.884	333	3.240
Opções	-	(2.132)	(149)	(2.281)	-	(1.930)	(676)	(2.606)
Termo	-	(2.291)	(2)	(2.293)	-	(811)	(7)	(818)
Swaps - Diferencial a Pagar	-	(5.053)	(15)	(5.068)	-	(2.782)	(16)	(2.798)
Swap c/ Verificação	-	(42)	-	(42)	-	(2)	-	(2)
Derivativos de Crédito	-	(90)	-	(90)	-	(110)	-	(110)
Forwards	-	(343)	(3)	(346)	-	(325)	(1)	(326)
Futuros	(23)	-	-	(23)	-	-	-	-
Outros Derivativos	-	(926)	-	(926)	-	(87)	-	(87)
Derivativos - Passivo	(23)	(10.877)	(169)	(11.069)	-	(6.047)	(700)	(6.747)
Participação Itaúsa - 36,78% em Dez/12 e 36,82% em Dez/11	(8)	(4.001)	(62)	(4.072)	-	(2.227)	(258)	(2.484)
Itaúsa e empresas industriais	-	-	-	-	-	-	-	(2)
TOTAL	(8)	(4.001)	(62)	(4.072)	-	(2.227)	(258)	(2.486)

Notas Explicativas

Mensuração de Valor justo de Nível 2 baseado em serviços de precificação e corretoras

Quando informações de precificação não estão disponíveis para os títulos classificados como nível 2, são utilizados serviços de precificação, tal como Bloomberg ou corretores para valorizar tais instrumentos.

Em todos os casos, de forma a assegurar que o valor justo desses instrumentos seja apropriadamente classificado como nível 2, são realizadas análises internas das informações recebidas, de modo a entender a natureza dos *inputs* que são usados na determinação de tais valores pelo prestador de serviço.

São considerados no nível 2 os preços fornecidos pelos serviços de precificação que atendam aos seguintes requerimentos: os *inputs* estão prontamente disponíveis, regularmente distribuídos, fornecidos por fontes ativamente envolvidas em mercados relevantes e não são proprietários.

Do total de R\$ 24.717 milhões de instrumentos financeiros classificados como nível 2, em 31 de dezembro de 2012, foi usado o serviço de precificação ou corretores para avaliar títulos com valor justo de R\$ 7.557 milhões, substancialmente representados por:

- **Debêntures:** Quando disponível, são usadas informações de preço para transações registradas no Sistema Nacional de Debêntures (SND), plataforma eletrônica operada pela CETIP, que provê serviços múltiplos para as transações envolvendo debêntures no mercado secundário. Alternativamente são utilizados os preços de debêntures fornecidos pela ANBIMA. Sua metodologia inclui a obtenção diária, de preços ilustrativos, não-vinculativos, de um grupo de participantes de mercado considerados significativos. Tal informação é sujeita a filtros estatísticos definidos na metodologia, com o propósito de eliminar os *outliers*.
- **Títulos globais e corporativos:** O processo de precificação destes títulos consiste em capturar de 2 a 8 cotações da Bloomberg, conforme o ativo. A metodologia consiste em comparar os maiores preços de compra e os menores preços de venda de negociações ocorridas providas pela Bloomberg, para o último dia do mês. Comparam-se tais preços com as informações de ordens de compras que a Tesouraria Institucional do Itaú Unibanco fornece à Bloomberg. Se a diferença entre ambos os preços for menor que 0,5%, é usado o preço médio da Bloomberg. Se maior que 0,5% ou se a Tesouraria Institucional não tiver provido informação sobre esse título específico, então é usado o preço médio coletado direto a outros bancos. O preço da Tesouraria Institucional é utilizado apenas como referência e nunca no cálculo do preço final.

Mensurações de valor justo recorrentes de Nível 3

As tabelas a seguir incluem as movimentações dos valores do balanço patrimonial, para instrumentos financeiros classificados pela ITAUSA CONSOLIDADO no nível 3 da hierarquia de avaliação.

Notas Explicativas

Distribuição dos Níveis

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	Valor justo em 31/12/2011	Total de ganhos ou perdas (realizado/não realizado)	Compras, emissões e liquidações	Liquidações	Transferências outros níveis	Valor justo em 31/12/2012	Total de ganhos (perdas) relacionados aos ativos e passivos ainda detidos na data do relatório
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	290	(238)	71	(103)	-	20	-
Títulos de Dívidas de Empresas	290	(238)	71	(103)	-	20	-
Notas Promissórias	290	(238)	71	(103)	-	20	-
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	1.596	234	3.028	(2.369)	-	2.489	638
Títulos públicos do governo brasileiro	259	75	364	(392)	-	306	17
Títulos de Dívidas de Empresas	1.337	159	2.664	(1.977)	-	2.183	621
Certificado de Recebíveis Imobiliários	691	123	684	(130)	-	1.368	623
Notas Promissórias	646	37	1.941	(1.847)	-	777	-
Euro Bonds e Assemelhados	-	(3)	8	-	-	5	(3)
Outros	-	2	31	-	-	33	1
Participação Itaúsa	36,82%	(1)	1.140	(909)	-	923	235
	694	(1)	1.140	(909)	-	923	235

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	Valor justo em 31/12/2011	Total de ganhos ou perdas (realizado/não realizado)	Compras, emissões e liquidações	Liquidações	Transferências outros níveis	Valor justo em 31/12/2012	Total de ganhos (perdas) relacionados aos ativos e passivos ainda detidos na data do relatório
Derivativos - Ativo	905	20	243	(855)	-	313	12
Opções	688	25	218	(784)	-	147	17
Swap - Diferencial a receber	18	(6)	13	-	-	25	4
Termo	3	-	6	(7)	-	2	1
Forwards	1	-	-	(1)	-	-	-
Outros Derivativos	195	1	6	(63)	-	139	(10)
Derivativos - Passivo	(700)	19	(238)	750	-	(169)	(30)
Opções	(676)	21	(228)	734	-	(149)	(17)
Termo	(7)	-	(7)	12	-	(2)	1
Swaps - Diferencial a Pagar	(16)	(2)	-	3	-	(15)	(14)
Forwards	(1)	-	(3)	1	-	(3)	-
Participação Itaúsa	36,82%	14	2	(39)	-	53	(5)
	75	14	2	(39)	-	53	(5)

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	Valor justo em 31/12/2010	Total de ganhos ou perdas (realizado/não realizado)	Compras, emissões e liquidações	Liquidações	Transferências outros níveis	Valor justo em 31/12/2011	Total de ganhos (perdas) relacionados aos ativos e passivos ainda detidos na data do relatório
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	159	89	1.422	(1.391)	11	290	-
Títulos de Dívidas de Empresas	159	89	1.422	(1.391)	11	290	-
Certificado de Recebíveis Imobiliários	157	85	562	(804)	-	-	-
Notas Promissórias	-	3	697	(410)	-	290	-
Outros	2	1	163	(177)	11	-	-
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	1.647	767	3.217	(3.530)	(505)	1.596	266
Títulos públicos do governo brasileiro	320	-	38	(64)	(35)	259	(100)
Títulos de Dívidas de Empresas	1.327	767	3.179	(3.466)	(470)	1.337	366
Ações Negociáveis	-	-	227	-	(227)	-	-
Certificado de Recebíveis Imobiliários	62	686	1.125	(1.103)	(79)	691	366
Notas Promissórias	1.265	78	1.666	(2.363)	-	646	-
Outros	-	3	161	-	(164)	-	-
Participação Itaúsa	36,57%	315	1.708	(1.812)	(182)	694	98
	661	315	1.708	(1.812)	(182)	694	98

ITAÚ UNIBANCO HOLDING	Valor justo em 31/12/2010	Total de ganhos ou perdas (realizado/não realizado)	Compras, emissões e liquidações	Liquidações	Transferências outros níveis	Valor justo em 31/12/2011	Total de ganhos (perdas) relacionados aos ativos e passivos ainda detidos na data do relatório
Derivativos - Ativo	485	811	835	(1.226)	-	905	(93)
Opções	56	89	690	(147)	-	688	(63)
Swap - Diferencial a receber	5	(15)	28	-	-	18	3
Termo	-	-	3	-	-	3	-
Derivativos de Crédito	261	57	104	(422)	-	-	-
Forwards	-	-	1	-	-	1	-
Outros Derivativos	163	680	9	(657)	-	195	(33)
Derivativos - Passivo	(335)	130	(166)	(329)	-	(700)	(316)
Opções	(188)	82	(110)	(460)	-	(676)	(302)
Termo	-	-	(7)	-	-	(7)	-
Swaps - Diferencial a Pagar	(6)	(13)	(16)	19	-	(16)	(14)
Derivativos de Crédito	(119)	55	(5)	69	-	-	-
Forwards	-	-	(1)	-	-	(1)	-
Futuros	(9)	6	(27)	30	-	-	-
Outros Derivativos	(13)	-	-	13	-	-	-
Participação Itaúsa	36,57%	346	246	(573)	-	75	(151)
	55	346	246	(573)	-	75	(151)

Notas Explicativas

Os instrumentos financeiros derivativos classificados no Nível 3 como Outros Derivativos correspondem basicamente a CDS indexadas a Ações.

Não existiram transferências significativas entre Nível 1 e Nível 2 durante os exercícios findos em 31/12/2012 e 31/12/2011.

Análise de sensibilidade de operações Nível 3

O valor justo dos instrumentos financeiros classificados como nível 3 é mensurado utilizando-se técnicas de avaliação que incorporam premissas não evidenciadas por preços de transações correntes em mercados ativos. A tabela a seguir demonstra a sensibilidade desses valores justos em cenários de alterações nas taxas de juros, no preço de ativos ou em cenários que combinam choques nos preços com choques de volatilidades para ativos não lineares (volatilidades decorrentes da ausência de linearidade entre os preços dos derivativos e dos ativos-objetos):

Grupos de Fatores de Risco de Mercado	Cenários	Impactos	
		Resultado	Patrimônio
Taxa de Juros	I	(0,0)	(1,1)
	II	(0,4)	(27,5)
	III	(0,9)	(54,3)
Moedas, Commodities e Índices	I	(0,4)	-
	II	(0,8)	-
Não Lineares	I	(3,6)	-
	II	(8,3)	-

Na mensuração das sensibilidades são utilizados os seguintes cenários:

Taxa de Juros

Aplicação de choques de 1, 25 e 50 pontos-base (cenários I, II e III respectivamente) nas curvas de juros, tanto de crescimento quanto de queda, sendo consideradas as maiores perdas resultantes em cada cenário.

Moedas, Commodities e Índices

Aplicação de choques de 5 e 10 pontos percentuais (cenários I e II respectivamente) nos preços de moedas, commodities e índices, tanto de crescimento quanto de queda, sendo consideradas as maiores perdas resultantes em cada cenário.

Não lineares

Cenário I: Aplicação de choques combinados de 5 pontos percentuais nos preços e 25 pontos percentuais na volatilidade, tanto de crescimento quanto de queda, sendo consideradas as maiores perdas resultantes em cada cenário.

Cenário II: Aplicação de choques combinados de 10 pontos percentuais nos preços e 25 pontos percentuais na volatilidade, tanto de crescimento quanto de queda, sendo consideradas as maiores perdas resultantes em cada cenário.

Notas Explicativas**NOTA 32 – PROVISÕES, CONTINGÊNCIAS E OUTROS COMPROMISSOS**

Provisões	31/12/2012	31/12/2011
Cíveis	1.391	1.186
Trabalhistas	1.859	1.549
Fiscais e Previdenciárias	4.176	3.425
Outros	71	61
Total	7.497	6.221
Circulante	614	1.156
Não Circulante	6.883	5.065

A ITAÚSA e suas controladas e subsidiárias, na execução de suas atividades normais, encontram-se envolvidas em contingências.

Os dados estão sendo apresentados, considerando a participação proporcional da Itaúsa no Itaú Unibanco Holding proporcional, conforme segue:

a) Ativos Contingentes: não existem ativos contingentes contabilizados.

b) Provisões e Contingencia: os critérios de quantificação das contingências são adequados às características específicas das carteiras cíveis, trabalhistas e fiscais, bem como outros riscos.

- Ações Cíveis

Processos Massificados (processos relativos a causas consideradas semelhantes e cujo valor individual não seja relevante): a apuração da contingência é mensal e o valor esperado da perda é objeto de provisão contábil, realizada por aplicação de parâmetro estatístico elaborado tendo em conta o tipo de ação e as características do juízo (Juizado Especial Cível ou Justiça Comum).

Processos Individualizados (processos relativos a causas com características peculiares ou de valor relevante): a apuração é realizada periodicamente, a partir da determinação do valor do pedido e da probabilidade de perda, que, por sua vez, é estimada conforme as características de fato e de direito relativas àquela ação. Os valores considerados de perda provável são objeto de provisão contábil.

As contingências são em geral decorrentes de revisão de contrato e de indenização por danos materiais e morais, sendo em sua maior parte do Juizado Especial Cível e, portanto, limitadas a 40 salários mínimos. O Itaú Unibanco Holding também é parte em ações específicas referentes a cobrança de expurgos inflacionários em caderneta de poupança decorrente de planos econômicos.

A jurisprudência no STF é favorável aos bancos com relação a fenômeno econômico semelhante ao da poupança, como no caso da correção de depósitos a prazo e das correções aplicadas aos contratos em geral. Além disso, recentemente foi decidido no STJ que o prazo para a propositura de ações civis públicas que discutem os expurgos é de cinco anos. Com essa decisão, parte das ações, como foram propostas após o prazo de cinco anos, poderão tornar-se improcedentes.

Não são reconhecidos contabilmente os valores envolvidos em Ações Cíveis de perda possível, cujo risco total estimado é de R\$ 615 (R\$ 222 em 31/12/2011), sendo que as naturezas referem-se às ações indenizatórias ou de cobranças, cujos valores individuais não são relevantes.

Notas Explicativas

- Ações Trabalhistas

Processos Massificados (processos relativos a causas consideradas semelhantes e cujo valor individual não seja relevante): o valor esperado da perda é apurado e provisionado mensalmente, conforme modelo estatístico que precifica as ações, acrescido do custo médio de honorários. São ajustadas ao valor do depósito em garantia de execução quando este é realizado.

Processos Individualizados (processos relativos a causas com características peculiares ou de valor relevante): a apuração é realizada periodicamente, a partir da determinação do valor do pedido e da probabilidade de perda, que, por sua vez, é estimada conforme as características de fato e de direito relativas àquela ação. Os valores considerados de perda provável são objeto de provisão contábil.

As contingências têm relação com processos em que se discutem pretensos direitos trabalhistas, relativos à legislação trabalhista específica da categoria profissional tais como horas extras, equiparação salarial, reintegração, adicional de transferência, complemento de aposentadoria e outros.

Não são reconhecidos contabilmente os valores envolvidos em Ações trabalhistas de perda possível, cujo total estimado é de R\$ 17 (R\$ 17 em 31/12/2011).

- Outros Riscos

São quantificados e provisionados principalmente pela avaliação de crédito rural em operações com cobrança e créditos com FCVS cedidos ao Banco Nacional.

Provisões	01/01 a 31/12/2012			
	Cíveis	Trabalhistas	Outros	Total
Saldo Inicial	1.186	1.549	61	2.796
(-) Contingências Garantidas por Cláusula de Indenização	(50)	(342)	-	(392)
Subtotal	1.136	1.207	61	2.404
Atualização/Encargos	56	54	-	110
Movimentação do Período Refletida no Resultado	<u>806</u>	<u>607</u>	<u>10</u>	<u>1.423</u>
Constituição	1.166	641	13	1.820
Reversão	(360)	(34)	(3)	(397)
Pagamento	(650)	(358)	-	(1.008)
Subtotal	1.348	1.510	71	2.929
(+) Contingências Garantidas por Cláusula de Indenização	43	349	-	392
Saldo Final	1.391	1.859	71	3.321
Depósitos em Garantia de Recursos em 31/12/2012 - (Nota 22a)	755	919	-	1.674

- Ações Fiscais e Previdenciárias

As contingências equivalem ao valor principal dos tributos envolvidos em discussões administrativas ou judiciais, objeto de autolancamento ou lançamento de ofício, acrescido de juros e, quando aplicável, multa e encargos. Tal valor é objeto de provisão contábil, independentemente da probabilidade de perda, quando se trata de obrigação legal, ou seja, o êxito na ação depende de ser reconhecida a inconstitucionalidade de lei vigente. Nos demais casos constituem provisão sempre que a perda for considerada provável.

Segue abaixo a movimentação das provisões e dos respectivos depósitos em garantia das Ações Fiscais e Previdenciárias:

Notas Explicativas

Segue abaixo a movimentação das provisões e dos respectivos depósitos em garantia das Ações Fiscais e Previdenciárias:

Provisões	01/01 a 31/12/2012	01/01 a 31/12/2011
Saldo Inicial	3.425	2.917
(-) Contingências Garantidas por Cláusula de Indenização	(21)	(16)
Subtotal	3.404	2.901
Atualização/Encargos ⁽¹⁾	350	213
Movimentação do Período Refletida no Resultado	424	375
Constituição ⁽¹⁾	554	452
Reversão ^{(1) (2)}	(130)	(77)
Pagamento ⁽²⁾	(25)	(85)
Subtotal	4.153	3.404
(+) Contingências Garantidas por Cláusula de Indenização	23	21
Saldo Final ⁽³⁾	4.176	3.425

(1) Os valores estão contemplados nas rubricas Despesas Tributárias, Despesas Gerais e Administrativas e em Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes.

(2) O ITAÚ UNIBANCO HOLDING e suas controladas aderiram ao Programa de Parcelamento de Tributos Federais instituído pela Lei nº 11.941 de 27/05/2009. No 1º semestre/2010 foram incluídos débitos administrados pela Receita Federal do Brasil, sendo que a principal tese refere-se ao alargamento da base de cálculo de PIS e Cofins, previsto pelo § 1º do art. 3º da Lei nº 9.718 de 27/11/1998.

(3) Contempla valores decorrentes de participações em Joint Ventures no montante de R\$ 3.

Depósitos em Garantia	01/01 a 31/12/2012	01/01 a 31/12/2011
Saldo Inicial	1.954	1.765
Apropriação de Rendas	112	136
Movimentação do Período	8	53
Depositados	108	107
Levantamentos Efetuados	(93)	(49)
Conversão em Renda	(7)	(5)
Reclassificação para Ativos Dados em Garantia de Contingências	(330)	-
Saldo Final	1.744	1.954

As principais discussões relativas às Provisões são descritas a seguir:

- PIS e COFINS - Base de Cálculo – R\$ 1.285: defendemos a incidência das contribuições sobre o faturamento, entendido como a receita da venda de bens e serviços. O saldo do depósito em garantia correspondente totaliza R\$ 345.
- CSLL - Isonomia – R\$ 726: a Lei aumentou a alíquota de CSLL das empresas financeiras e seguradoras para 15%, mantendo a alíquota de 9% para as demais pessoas jurídicas, discutimos a ausência de respaldo constitucional e, por isonomia, defendemos a incidência à alíquota normal de 9%. O saldo do depósito em garantia correspondente totaliza R\$ 139.

Notas Explicativas

- IRPJ e CSLL - Lucros no Exterior – R\$ 190: discutimos a base de cálculo para incidência desses tributos sobre os lucros auferidos no exterior e a inaplicabilidade da Instrução Normativa SRF 213-02 no que excede o texto legal. O saldo do depósito em garantia correspondente totaliza R\$ 175.
- PIS – R\$ 141 - Anterioridade Nonagesimal e Irretroatividade: pleiteamos o afastamento das Emendas Constitucionais 10/96 e 17/97, dado o princípio da anterioridade e irretroatividade, visando recolhimento com base na Lei Complementar 07/70. O saldo do depósito em garantia correspondente totaliza R\$ 40.

Contingências não reconhecidas no Balanço – não são reconhecidos contabilmente os valores envolvidos em Ações Fiscais e Previdenciárias de perda possível, cujo risco total estimado é de R\$ 3.088, sendo as principais descritas a seguir.

- IRPJ, CSLL, PIS e COFINS - Indeferimento de Pedido de Compensação - R\$ 498: casos em que são apreciadas a liquidez e a certeza do crédito compensado.
- INSS - Verbas não Remuneratórias – R\$ 515: defendemos a não incidência do tributo sobre essas verbas, principalmente participação nos lucros, nos resultados, vale transporte e abono único.
- IRPJ, CSLL – Juros sobre o Capital Próprio – R\$ 332: defendemos a dedutibilidade dos JCP declarados aos acionistas com base na taxa de juros TJLP aplicada sobre o patrimônio líquido do ano e de anos anteriores.
- IRPJ, CSLL – Perdas e Descontos no Recebimento de Créditos - R\$ 167: dedutibilidade das perdas efetivas a título de despesa operacional – cessão de crédito e renegociação.
- IRPJ, CSLL – Lucros disponibilizados no exterior R\$ 121: Aplicação da norma fiscal brasileira (lucro real) – IN 213/2002 e a não disponibilização de lucros com a mera transferência de capital entre investidas da Holding
- ISS Atividades Bancárias – R\$ 144: trata-se de operações bancárias cujas receitas não se confundem com preço por serviço prestado e/ou são decorrentes de atividades não listadas em Lei Complementar.
- IRPJ e CSLL – Ágio – Dedução – R\$ 136: dedutibilidade do ágio na aquisição de investimentos com expectativa de rentabilidade futura.
- Outros Impostos – processos tributários das empresas industriais R\$ 276.

c) Contas a Receber – Reembolso de Contingências

O saldo de Valores a Receber relativo a reembolso de contingências totaliza R\$ 303 (R\$ 236 em 31/12/2011) (Nota 22a), representado principalmente pela garantia estabelecida no processo de privatização do Banco Banerj S.A., ocorrida em 1997, onde o Estado do Rio de Janeiro constituiu um fundo para garantir a recomposição patrimonial em Contingências Cíveis, Trabalhistas e Fiscais.

d) Ativos dados em garantia de contingências

Os ativos dados em garantia de contingências são relativos a processos de passivos contingentes e estão vinculados ou depositados de acordo com os montantes abaixo:

	31/12/2012	31/12/2011
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação e Disponíveis para Venda (basicamente		
Letras Financeiras do Tesouro)	735	637
Depósitos em Garantia (Nota 22a)	1.554	1.265

Notas Explicativas

Em geral, os depósitos em garantia de recursos referentes às ações judiciais, no Brasil, devem ser feitos em juízo e são retidos em juízo até que seja tomada uma decisão judicial. No caso de uma decisão desfavorável à ITAÚSA CONSOLIDADO, o valor depositado é liberado da conta de depósito em garantia de recursos e transferido para a contraparte da ação judicial. No caso de uma decisão favorável à ITAÚSA CONSOLIDADO, o valor é liberado no montante total depositado atualizado.

Em geral, as provisões referentes às ações judiciais da ITAÚSA CONSOLIDADO são de longo prazo, considerando o tempo necessário para a conclusão dessas ações no sistema judicial brasileiro, razão pela qual não foi divulgada a estimativa com a relação ao ano específico em que essas ações judiciais serão encerradas.

A ITAÚSA e suas controladas, com base na opinião de seus assessores legais, não estão envolvidas em quaisquer outros processos administrativos ou judiciais que possam afetar significativamente os resultados de suas operações.

NOTA 33 – INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

De acordo com as normas vigentes, um segmento operacional pode ser entendido como um componente de uma entidade:

- (a) Que opera em atividades das quais poderá obter receitas e incorrer em despesas (incluindo receitas e despesas relacionadas a operações com outros componentes da mesma entidade).
- (b) Cujos resultados operacionais sejam regularmente revisados pelo principal responsável da entidade pelas decisões operacionais relacionadas à alocação de recursos ao segmento e à avaliação de seu desempenho.
- (c) Para as quais informações financeiras opcionais estejam disponíveis.

Os segmentos operacionais da ITAÚSA foram definidos de acordo com os relatórios apresentadas ao Comitê Executivo para a tomada de decisão. Desta forma, os segmentos estão divididos em Área de Serviços Financeiros e Área Industrial.

A ITAÚSA é uma holding e suas controladas são: Duratex, Elekeiroz e Itaotec, que atuam na área industrial, e o Itaú Unibanco Holding, que atua na área financeira e sobre a qual temos controle conjunto.

As controladas da Itaúsa tem autonomia para definir seus padrões diferenciados e específicos na gestão e segmentação dos seus respectivos negócios.

- **Área Financeira**

O Itaú Unibanco Holding é uma instituição bancária que oferece, diretamente ou por intermédio de suas subsidiárias, uma ampla gama de produtos de crédito e outros serviços financeiros a uma base diversificada de clientes pessoas físicas e jurídicas, no Brasil e no Exterior.

A ITAÚSA exerce controle compartilhado nos negócios do Itaú Unibanco Holding e detém uma participação de 36,78%, em 31/12/2012 (36,82% em 31/12/2011).

- **Área Industrial**

No segmento industrial temos uma diversidade entre as empresas, por esse motivo segregamos a informação por empresa. Abaixo uma breve descrição dos produtos fabricados pelas empresas:

I) Duratex: fabrica metais sanitários, louças sanitárias e seus respectivos acessórios, negociados sob as marcas Deca e Hydra (para válvulas de descarga) que se destacam pela ampla linha de produtos, pelo design arrojado e pela qualidade superior; e fabrica painéis de madeira feitos a partir de pinus e eucalipto, amplamente utilizados na fabricação de móveis, com destaque para a chapa de fibra, o painel de aglomerado e os painéis de média, alta e super densidade, mais conhecidos como MDF, HDF e SDF, a partir dos quais, são fabricados pisos laminados (Durafloor) e revestimentos para teto e parede.

Notas Explicativas

II) Elekeiroz: atua no mercado químico e tem por objetivo a industrialização e comercialização de produtos químicos e petroquímicos em geral, inclusive a revenda de tais produtos adquiridos de terceiros, importação e exportação, bem como a participação em outras sociedades. Os produtos fabricados pela Elekeiroz são destinados fundamentalmente para o setor industrial, especialmente construção civil, vestuário, automotivo e alimentício.

III) Itautec: atua no mercado de informática, sendo especializada no desenvolvimento de produtos e soluções de computação, automações e serviços tecnológicos.

	Janeiro a dezembro	ÁREA DE SERVIÇOS FINANCEIROS	ÁREA INDUSTRIAL			CONSOLIDADO IFRS (1) (2)
		Itaú Unibanco Holding S.A.	Duratex S.A.	Elekeiroz S.A.	Itautec S.A.	
Ativos Totais	2012	957.154	7.759	678	1.076	364.017
	2011	818.136	6.814	654	1.176	312.002
Receitas Operacionais (3)	2012	125.484	3.394	900	1.545	52.325
	2011	124.877	2.970	777	1.542	51.381
Lucro Líquido	2012	12.634	460	-	2	5.040
	2011	13.837	375	15	44	5.367
Patrimônio Líquido	2012	75.998	4.024	476	544	32.709
	2011	73.941	3.693	477	538	32.290
Rentabilidade Anualizada sobre o Patrimônio Líquido Médio (%) (4)	2012	16,9%	11,9%	0,1%	0,3%	15,4%
	2011	20,0%	10,5%	3,1%	8,3%	17,6%
Geração Interna de Recursos (5)	2012	49.136	985	50	(25)	19.039
	2011	43.182	861	38	76	16.529

(1) O conglomerado Itaúsa inclui: a consolidação de 100% das empresas controladas e a consolidação proporcional à participação detida das empresas controladas em conjunto.

(2) Os dados do Consolidado/Conglomerado apresentam valores líquidos das eliminações de consolidação e dos resultados não-realizados de operações intercompanhias. Os valores do Itaú Unibanco foram consolidados proporcionalmente a participação detida pela Itaúsa em dezembro de 2012 de 36,78% (36,82% em dezembro de 2011).

(3) As Receitas Operacionais por área de atuação foram obtidas conforme segue:

- Itaú Unibanco : Receita de Juros e Rendimentos, Ganho(Perdas) Líquido com Ativos e Passivos Financeiros, Receita de Dividendos, Receita de Prestação de Serviços Financeiros, Resultado de Operações de Seguros, Previdência e Capitalização antes das Despesas com Sinistros e Comercialização e Outras Receitas Operacionais.
- Duratex S.A., Itautec S.A. e Elekeiroz S.A.: Vendas de Produtos e Serviços e Receita de Prestação de Serviços.

(4) Representa a relação entre o lucro líquido do exercício e o patrimônio líquido médio ((dez + mar + jun + set + dez)/5)

(5) Refere-se aos recursos provenientes das operações obtidos pela Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Notas Explicativas

Abaixo seguem informações das Receitas por área geográfica da área de serviços financeiros, já na proporção da participação da ITAÚSA.

As controladas da área industrial não têm transações externas relevantes no consolidado.

	01/01 a 31/12/2012			01/01 a 31/12/2011		
	Brasil	Exterior	Total	Brasil	Exterior	Total
Receitas da Intermediação Financeira (*)	34.967	2.517	37.484	36.484	1.797	38.281
Ativos não Correntes	3.500	288	3.788	3.125	256	3.381

(*) Inclui receita de juros e rendimentos, ganho (perda) líquido com ativos e passivos financeiros e resultado de operações de câmbio e variação cambial de transações no exterior.

Informações adicionais

Nenhuma receita de transações com um único cliente externo ou contraparte atingiu 10% ou mais da receita total da ITAÚSA CONSOLIDADO em 2012 e em 2011.

NOTA 34 – PARTES RELACIONADAS

a) As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade.

As operações entre as empresas incluídas na consolidação foram eliminadas nas demonstrações consolidadas e consideram, ainda, a ausência de risco.

As partes relacionadas não consolidadas são as seguintes:

- Os controladores da ITAÚSA;
- A Fundação Itaúbanko, o FUNBEP – Fundo de Pensão Multipatrocinado, a Caixa de Previdência dos Funcionários do BEG (PREBEG), Fundação Bemgeprev, Itaúbank Sociedade de Previdência Privada, UBB – Prev Previdência Complementar, Fundação Banorte Manuel Baptista da Silva de Seguridade Social e a Fundação Itaúsa Industrial, entidades fechadas de previdência privada que administram planos de aposentadoria complementar patrocinados pelo ITAÚSA e/ou por suas controladas;
- A Fundação Itaú Social, o Instituto Itaú Cultural, o Instituto Unibanco, o Instituto Assistencial Pedro Di Perna, o Instituto Unibanco de Cinema e a Associação Clube “A”, entidades mantidas pelo ITAÚ UNIBANCO e suas controladas para atuação nas suas respectivas áreas de interesse; e
- Os Investimentos nas Empresas Não Consolidadas (Nota 15) - Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A., SERASA S.A. e BSF Holding S.A..

Notas Explicativas

As operações com tais partes relacionadas caracterizam-se basicamente por:

a) Partes Relacionadas

	ATIVO/(PASSIVO)		RECEITAS/(DESPESAS)	
	31/12/2012	31/12/2011	01/01 a 31/12/2012	01/01 a 31/12/2011
Valores a Receber (Pagar) Sociedades Ligadas	(119)	(106)	-	-
Fundação BEMGEPREV	(9)	(3)	-	-
UBB Prev Previdência Complementar	(25)	(19)	-	-
Fundação Banorte Manuel Baptista da Silva de Seguridade Social	(81)	(76)	-	-
Caixa de Prev. Dos Func. Do B anco BEG - PREBEG	(6)	(9)	-	-
Fundação Itaubanco	1	1	-	-
Outras	1	-	-	-
Receitas (Despesas) de Prestação de Serviços	-	-	23	30
Fundação Itaubanco	-	-	25	21
FUNBEP - Fundo de Pensão Multipatrocinado	-	-	5	5
Outras	-	-	(7)	4
Receita (Despesas) com Aluguéis	-	-	(37)	(37)
Fundação Itaubanco	-	-	(27)	(27)
FUNBEP - Fundo de Pensão Multipatrocinado	-	-	(10)	(10)
Despesas com Doações	-	-	(72)	(56)
Instituto Itaú Cultural	-	-	(69)	(56)
Associação Clube "A"	-	-	(3)	-

b) Garantias Prestadas

Além dessas transações, existem garantias prestadas pela ITAÚSA, representadas por operações de avais, fianças e outras, conforme abaixo:

	31/12/2012	31/12/2011
Duratex S.A.	463	382
Elekeiroz S.A.	67	46
Itautec S.A.	131	164
Total	661	592

c) Remuneração do Pessoal-Chave da Administração

Os honorários atribuídos no período aos administradores da ITAÚSA são compostos conforme segue:

	31/12/2012	31/12/2011
Remuneração	5	7
Participações no Lucro	5	6
Total	10	13

Notas Explicativas

NOTA 35 – GERENCIAMENTO DE RISCOS FINANCEIROS

Introdução

Para entender os riscos inerentes à atividade da ITAÚSA, é preciso primeiro saber que o propósito da entidade é a gestão de participações societárias. Assim sendo, fica evidente que os riscos aos quais a ITAÚSA está sujeita são os riscos geridos pelas suas controladas e coligadas.

Quanto ao risco de liquidez, a previsão de fluxo de caixa da ITAÚSA é realizada pela Administração que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais, que refletem principalmente ao pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio e liquidação das debêntures emitidas.

O excesso de caixa da ITAÚSA é investido em títulos públicos e em cotas de fundos de investimentos.

Na data do relatório, a ITAÚSA mantinha aplicações financeiras de curto prazo de R\$ 429 que se espera gerar prontamente entradas de caixa para administrar o risco de liquidez.

Conforme nota 20c, as debêntures remuneram 106,5% do CDI e a amortização ocorre em três parcelas anuais e sucessivas em junho de 2011, 2012 e 2013.

Com o propósito de manter os investimentos em níveis aceitáveis de risco, novos investimentos ou aumentos de participação são discutidos em reunião conjunta da Diretoria Executiva e o Conselho de Administração da ITAÚSA.

Como forma de gerenciar melhor sua exposição, a ITAÚSA possui o controle dos seus investimentos com maior propensão ao risco, notadamente aqueles da área financeira. As entidades nas quais a ITAÚSA participa direta ou indiretamente, mas não controla, não estão sujeitas a riscos relevantes. Esta nota de riscos prioriza a gestão da controlada em conjunto que concentra o maior nível de riscos de mercado, crédito e liquidez, o Itaú Unibanco Holding. Desta forma, estamos apresentando as suas informações de gestão de risco pelos valores integrais, sem aplicar a proporcionalidade da participação da ITAÚSA.

ÁREA FINANCEIRA

Risco de Crédito

1. Mensuração do Risco de Crédito

O risco de crédito é a possibilidade de ocorrência de perdas associadas (i) ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, (ii) à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, (iii) à redução de ganhos ou remunerações, ou (iv) às vantagens concedidas na renegociação ou devido aos custos de recuperação.

Em linha com os princípios da Resolução nº 3.721 de 30 de abril de 2009 do CMN, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING possui uma estrutura e um normativo institucional de gerenciamento do risco de crédito, aprovado pelo seu Conselho de Administração, aplicável às empresas e subsidiárias no Brasil e exterior.

A gestão do risco de crédito do ITAÚ UNIBANCO HOLDING visa à criação de valor para os acionistas, através da análise do retorno ajustado ao risco, com foco em manter a qualidade da carteira de crédito em níveis adequados para cada área de mercado em que opera.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING leva em consideração a probabilidade de inadimplência do cliente ou contraparte (PD), o valor estimado da exposição em caso de inadimplência (EAD) e a perda dada a inadimplência (LGD), além da concentração em tomadores e sua correlação entre os diversos setores de atividade econômica para aferir o risco de crédito. A avaliação desses componentes de risco faz parte do processo de concessão de crédito, da gestão da carteira e definição de limites.

Notas Explicativas

O ITAÚ UNIBANCO estabelece o risco máximo de concentração e correlação considerados adequados pelo Conglomerado. O monitoramento contínuo do grau de concentração de suas carteiras, avaliando os setores de atividade econômica e maiores devedores, possibilita a tomada de medidas preventivas de modo a evitar que os limites estabelecidos sejam violados e garante a distribuição de clientes adequadamente diversificada.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING estabelece sua política de crédito com base em fatores internos, como os critérios de classificação de clientes, desempenho e evolução da carteira, níveis de inadimplência, taxas de retorno e o capital econômico alocado; e fatores externos, relacionados ao ambiente econômico, taxas de juros, indicadores de inadimplência do mercado, inflação e variação do consumo.

A área de controle centralizado avalia o impacto da criação ou modificação de políticas de crédito ou produtos, antes da sua implantação, de forma a permitir a identificação e a quantificação de incertezas inerentes a cada unidade de negócio. O processo de avaliação de política e produtos possibilita ao ITAÚ UNIBANCO HOLDING identificar os riscos potenciais, a fim de certificar-se de que as decisões de crédito fazem sentido, por uma perspectiva econômica e de risco.

O processo centralizado de aprovação das políticas e validação dos modelos de crédito do ITAÚ UNIBANCO HOLDING garante a sincronização das ações de crédito e a otimização das oportunidades de negócios.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING leva em consideração três componentes para aferir o risco de crédito: a probabilidade de inadimplência do cliente ou contraparte (PD), o valor estimado da exposição em caso de inadimplência (EAD) e o potencial de recuperação de créditos inadimplentes (LGD). A avaliação dessas componentes de risco faz parte do processo de concessão de crédito, da gestão da carteira e definição de limites.

A tabela abaixo demonstra a correspondência entre os níveis de risco atribuídos pelos modelos internos do grupo (baixo, médio, alto e impairment) e a probabilidade de inadimplência associada a cada um desses níveis.

Classificação Interna	PD
Baixo	Menor ou igual a 4,44%
Médio	Maior que 4,44% e menor ou igual a 25,95%
Alto	Maior que 25,95%
<i>Impairment</i>	Operações Corporate com PD maior que 31,84% Operações em Atraso >90 dias Operações Renegociadas com atraso superior a 60 dias

A classificação de crédito na carteira de atacado baseia-se em informações tais como a situação econômico-financeira do proponente, sua capacidade de geração de caixa, o grupo de crédito a que pertence, a situação atual e as perspectivas do setor de atividade econômica em que atua. As propostas de crédito são analisadas caso a caso, utilizando um mecanismo de alçadas, subordinadas à Comissão Superior de Crédito.

Em relação ao varejo (pessoas físicas, pequenas e médias empresas), a classificação é atribuída com base em modelos estatísticos de *application* e *behaviour* score. As decisões são tomadas tendo como base esses modelos, que são continuamente monitorados, por estrutura independente. Excepcionalmente, pode também haver análise individualizada de casos específicos, em que a aprovação de crédito é submetida às alçadas competentes.

Os títulos públicos e outros instrumentos de dívida são classificados pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING de acordo com sua qualidade de crédito, visando administrar suas exposições.

2. Gerenciamento de risco de crédito

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING realiza o gerenciamento do risco de crédito de forma centralizada e independente, segregada das demais unidades de negociação e da auditoria interna, conforme exigido pela regulamentação. A gestão do risco de crédito é descentralizada, realizada por cada unidade de negócio.

Notas Explicativas

O monitoramento centralizado das carteiras é realizado por área executiva independente responsável pelo gerenciamento de risco de crédito, que utiliza indicadores de risco e desempenho para analisar a carteira de crédito em nível agregado, por linha de negócio, área, produto e demais variáveis que considera relevante.

O monitoramento descentralizado das carteiras, com foco na gestão, é realizado por todas as áreas de crédito das unidades de negócio, que avaliam as carteiras em nível detalhado. O monitoramento para fins de gestão avalia a carteira detalhadamente podendo ser realizado de forma agregada (preferencialmente de acordo com os mesmos parâmetros utilizados nas políticas de crédito) ou em nível cliente.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING controla rigorosamente a exposição a crédito de clientes e contrapartes, atuando para reverter eventuais situações em que a exposição observada exceda o desejado. Nesse sentido, podem ser adotadas uma série de medidas contratualmente previstas, tais como a liquidação antecipada e a requisição de garantias adicionais.

3. Garantias e política de mitigação do risco de crédito

Como forma de controle do risco de crédito, o Itaú Unibanco possui um normativo institucional que define as diretrizes gerais e responsabilidades relativas à utilização de garantias, além disso, cada unidade de negócio, responsável pela gestão do risco de crédito, formaliza a utilização das garantias em suas políticas de crédito.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING utiliza garantias para aumentar sua capacidade de recuperação em operações dotadas de risco de crédito. As garantias podem ser pessoais, reais, estruturas jurídicas com poder de mitigação e acordos de compensação.

Para que as garantias sejam consideradas como instrumento de redução de risco é necessário que cumpram as exigências e determinações das normas que as regulam, sejam internas ou externas.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING assegura que qualquer garantia que gera impacto em mitigação, alocação de capital e provisionamento é juridicamente exercível (eficaz), exequível e é regularmente reavaliada.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING utiliza ainda derivativos de crédito, tais como CDS único-nome (*single name*), para mitigar o risco de crédito de suas carteiras de empréstimos e títulos; estes instrumentos são precificados com base em modelos que utilizam o preço justo de variáveis de mercado, tais como spreads de crédito, taxas de recuperação, correlações e taxas de juros.

Os limites de crédito são monitorados continuamente e alterados em função do comportamento dos clientes. Assim, os valores potenciais de perda representam uma fração do montante disponível.

4. Política de provisionamento

A política de provisionamento adotada pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING está alinhada com as diretrizes do IFRS e do Acordo da Basileia. Desse modo, as provisões para operações de crédito são constituídas a partir do momento em que houver sinais de deterioração da carteira, tendo em vista um horizonte de perda adequado às especificidades de cada tipo de operação. Consideram-se como *impairment* principalmente os créditos com atraso superior a 90 dias, créditos renegociados com atraso superior a 60 dias e operações *corporate* com classificação interna inferior a um certo nível. As baixas a prejuízo ocorrem após 360 dias dos créditos terem vencido ou 540 dias após vencido no caso de empréstimos com vencimento acima de 36 meses.

Notas Explicativas

5. Exposição ao risco de crédito

	31/12/2012			31/12/2011		
	Brasil	Exterior	Total	Brasil	Exterior	Total
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	9.254	14.572	23.826	9.820	18.001	27.821
Aplicações no Mercado Aberto	162.235	502	162.737	91.643	605	92.248
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	139.699	5.817	145.516	116.615	5.274	121.889
Ativos Financeiros Designados a Valor Justo através do Resultado	4	216	220	-	186	186
Derivativos	7.615	3.982	11.597	5.864	2.890	8.754
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	36.214	54.655	90.869	7.323	40.187	47.510
Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	2.656	546	3.202	2.500	605	3.105
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil	259.540	81.731	341.271	251.034	71.357	322.391
Outros Ativos Financeiros	41.284	3.208	44.492	38.199	2.055	40.254
Off Balance	274.822	14.653	289.475	254.711	14.830	269.541
Avais e Fianças	56.470	3.840	60.310	48.908	2.622	51.530
Cartas de Crédito	14.605	-	14.605	11.172	-	11.172
Compromissos a Liberar	203.747	10.813	214.560	194.631	12.208	206.839
Crédito Imobiliário	13.004	-	13.004	14.308	-	14.308
Cheque Especial	96.935	-	96.935	91.904	-	91.904
Cartão de Crédito	82.478	669	83.147	83.767	489	84.256
Outros Limites Pré-Aprovados	11.330	10.144	21.474	4.652	11.719	16.371
Total	933.323	179.882	1.113.205	777.709	155.990	933.699

A tabela apresenta a exposição máxima em 31/12/2012 e 31/12/2011, sem considerar qualquer garantia recebida ou outras melhorias de crédito agregadas.

Para os ativos registrados no balanço patrimonial, as exposições descritas são baseadas em valores contábeis líquidos. Esta análise somente inclui os ativos financeiros sujeitos ao risco de crédito. Eles excluem ativos não financeiros.

Os valores contratuais de avais e fianças e de cartas de crédito representam o potencial máximo de risco de crédito caso a contraparte não cumpra com os termos do contrato. A grande maioria dos compromissos a liberar (crédito imobiliário, conta garantida e outros limites pré-aprovados) vence sem ser sacado, já que a sua renovação é mensal e temos poder de efetuar o cancelamento a qualquer momento. Conseqüentemente, o valor contratual não representa nossa real exposição futura ao risco de crédito e nem a necessidade de liquidez proveniente desses compromissos.

Como descrito no quadro anterior a exposição mais significativa é derivada de Operações de Crédito, Ativos mantidos para negociação, Aplicações em Instituições financeiras, além de Avais, Fianças e outros compromissos assumidos.

A qualidade dos ativos financeiros descritos na exposição máxima resultam em:

- 70,8% das operações de crédito e demais ativos financeiros (Quadros 6.1 e 6.1.2) são categorizados como baixa probabilidade de inadimplência de acordo com a classificação interna, além de que;
- somente 6,1% do total das Operações de Crédito (Quadro 6.1) são representados por créditos vencidos sem evento de perda; e
- 5,5% do total das Operações de Crédito (Quadro 6.1) são créditos vencidos com eventos de perda.

Notas Explicativas

5.1) Exposição máxima dos Ativos Financeiros segregados por setor de atividade

a) Operações de Crédito

	31/12/2012	%	31/12/2011	%
Setor Público	877	0,2%	1.990	0,6%
Indústria e Comércio	107.405	29,3%	99.859	28,8%
Serviços	77.922	21,2%	70.642	20,4%
Setor Primário	16.649	4,5%	16.109	4,7%
Outros Setores	2.194	0,6%	1.497	0,4%
Pessoa Física	161.937	44,2%	156.167	45,1%
Total	366.984	100,0%	346.264	100,0%

b) Demais Ativos Financeiros (*)

	31/12/2012	%	31/12/2011	%
Setor Primário	1.924	0,4%	1.029	0,3%
Setor Público	110.012	25,1%	88.174	29,2%
Indústria e Comércio	7.563	1,7%	5.381	1,8%
Serviços	129.223	29,5%	72.281	24,0%
Outros Setores	2.633	0,6%	14.574	4,8%
Pessoa Física	49	0,0%	5	0,0%
Financeiras	186.563	42,6%	120.069	39,8%
Total	437.967	100,0%	301.513	100,0%

(*) inclui Ativos financeiros mantidos para negociação, derivativos, ativos designados a valor justo através do resultado, ativos financeiros disponíveis para venda, Ativos financeiros mantidos até o vencimento, Aplicações em depósitos interfinanceiros e Aplicações no Mercado Aberto.

- c) Os riscos de créditos dos "Off Balance" (Avais e Fianças, Cartas de Crédito e Compromissos a Liberar) não são categorizados e nem gerenciados por setor de atividade.

Notas Explicativas

6. Qualidade de Crédito dos Ativos Financeiros

6.1 A tabela abaixo apresenta a segregação de operações de crédito, considerando: créditos ainda não vencidos e créditos vencidos com ou sem evento de perda:

Classificação Interna	31/12/2012				31/12/2011			
	Créditos não Vencidos e sem Evento de Perda	Créditos Vencidos e sem Evento de Perda	Créditos Vencidos com Evento de Perda	Total dos Créditos	Créditos não Vencidos e sem Evento de Perda	Créditos Vencidos e sem Evento de Perda	Créditos Vencidos com Evento de Perda	Total dos Créditos
Baixo	249.288	5.438	-	254.726	221.315	5.800	-	227.115
Médio	61.076	9.391	-	70.467	63.763	10.921	-	74.684
Alto	14.190	7.594	-	21.784	16.910	8.703	-	25.613
Impairment	-	-	20.007	20.007	-	-	18.852	18.852
Total	324.554	22.423	20.007	366.984	301.988	25.424	18.852	346.264
%	88,4%	6,1%	5,5%	100,0%	87,3%	7,3%	5,4%	100,0%

A tabela abaixo apresenta a segregação de operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro por portfólio de área e por classes, baseada nos indicadores de qualidade de crédito:

	31/12/2012					31/12/2011				
	Baixo	Médio	Alto	Impairment	Total	Baixo	Médio	Alto	Impairment	Total
Pessoas Físicas	85.044	40.741	12.459	12.056	150.300	74.484	49.320	14.467	11.006	149.277
Cartão de Crédito	24.557	11.692	1.993	2.289	40.531	19.332	13.061	3.485	3.083	38.961
Crédito Pessoal	13.823	13.540	7.713	5.000	40.076	8.895	15.985	8.048	3.475	36.403
Veículos	29.887	14.468	2.722	4.569	51.646	33.934	19.357	2.843	4.329	60.463
Crédito Imobiliário	16.777	1.041	31	198	18.047	12.323	917	91	119	13.450
Grandes Empresas	98.234	4.648	1	1.467	104.350	87.223	3.500	343	1.013	92.079
Micros/Pequenas e Médias Empresas	47.825	22.124	8.868	6.368	85.185	51.548	17.444	9.887	6.770	85.649
Unidades Externas América Latina	23.623	2.954	456	116	27.149	13.860	4.420	916	63	19.259
Total	254.726	70.467	21.784	20.007	366.984	227.115	74.684	25.613	18.852	346.264
%	69,4%	19,2%	5,9%	5,5%	100,0%	65,6%	21,6%	7,4%	5,4%	100,0%

A tabela abaixo apresenta a segregação das operações de Créditos e Arrendamento Mercantil Financeiro não Vencidos e Sem Evento de Perda, por portfólio de área e por classes, baseada nos indicadores de qualidade de crédito:

	31/12/2012				31/12/2011			
	Baixo	Médio	Alto	Total	Baixo	Médio	Alto	Total
I - Operações Avaliadas Individualmente								
Grandes Empresas	97.439	4.647	-	102.086	85.863	3.423	314	89.600
II - Operações Avaliadas Coletivamente								
Pessoas Físicas	81.653	32.971	7.540	122.164	71.630	40.321	8.952	120.903
Cartão de Crédito	24.390	11.076	1.352	36.818	19.245	12.580	2.503	34.328
Crédito Pessoal	13.632	12.660	5.439	31.731	8.777	14.893	5.870	29.540
Veículos	27.347	8.737	736	36.820	31.516	12.248	565	44.329
Crédito Imobiliário	16.284	498	13	16.795	12.092	600	14	12.706
Micros/Pequenas e Médias Empresas	47.163	20.739	6.293	74.195	50.774	15.899	6.828	73.501
Unidades Externas América Latina	23.033	2.719	357	26.109	13.048	4.120	816	17.984
Total	249.288	61.076	14.190	324.554	221.315	63.763	16.910	301.988

6.1.1 As operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro, por portfólio de área e por classes, estão assim classificadas pelo seu vencimento (Créditos Vencidos sem Evento de Perda):

	31/12/2012				31/12/2011			
	Vencidos em até 30 dias	Vencidos de 31 a 60 dias	Vencidos de 61 a 90 dias	Total	Vencidos em até 30 dias	Vencidos de 31 a 60 dias	Vencidos de 61 a 90 dias	Total
Pessoas Físicas	10.732	4.075	1.273	16.080	11.764	4.112	1.491	17.367
Cartão de Crédito	832	308	283	1.423	805	344	401	1.550
Crédito Pessoal	2.045	991	311	3.347	2.056	871	460	3.387
Veículos	7.099	2.559	599	10.257	8.456	2.760	589	11.805
Crédito Imobiliário	756	217	80	1.053	447	137	41	625
Grandes Empresas	686	88	23	797	1.232	185	51	1.468
Micros/Pequenas e Médias Empresas	2.912	1.171	539	4.622	3.433	1.349	596	5.378
Unidades Externas América Latina	794	98	32	924	1.144	41	26	1.211
Total	15.124	5.432	1.867	22.423	17.573	5.687	2.164	25.424

Notas Explicativas

6.1.2 O quadro abaixo apresenta a carteira dos demais ativos financeiros, avaliados individualmente, classificados por nível de risco em:

31/12/2012							
Classificação Interna	Aplicações em depósitos interfinanceiros e aplicações no mercado aberto	Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	Ativos Financeiros Designados a valor justo através do resultado	Derivativos Ativo	Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	Total
Baixo	186.563	98.147	220	4.458	22.808	3.084	315.280
Médio	-	47.369	-	7.122	68.037	118	122.646
Alto	-	-	-	17	24	-	41
Total	186.563	145.516	220	11.597	90.869	3.202	437.967
%	42,7%	33,2%	0,1%	2,6%	20,7%	0,7%	100,0%

31/12/2011							
Classificação Interna	Aplicações em depósitos interfinanceiros e aplicações no mercado aberto	Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	Ativos Financeiros Designados a valor justo através do resultado	Derivativos Ativo	Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	Total
Baixo	120.069	111.938	186	4.750	26.849	3.101	266.893
Médio	-	9.197	-	3.742	20.580	4	33.523
Alto	-	754	-	262	81	-	1.097
Total	120.069	121.889	186	8.754	47.510	3.105	301.513
%	39,8%	40,4%	0,1%	2,9%	15,8%	1,0%	100,0%

Notas Explicativas

6.1.3 Garantias de operações de crédito

Efeito financeiro da garantia	31/12/2012				31/12/2011			
	(I) Ativos com excesso de garantia		(II) Ativos com insuficiência de garantia		(I) Ativos com excesso de garantia		(II) Ativos com insuficiência de garantia	
	Valor contábil do ativo	Valor justo da garantia	Valor contábil do ativo	Valor justo da garantia	Valor contábil do ativo	Valor justo da garantia	Valor contábil do ativo	Valor justo da garantia
Pessoas Físicas	60.634	140.467	8.022	6.933	67.786	146.078	7.608	6.924
Crédito Pessoal	329	946	17	12	635	1.607	88	70
Veículos	42.610	73.709	7.809	6.813	54.062	82.309	7.216	6.638
Crédito Imobiliário	17.695	65.812	196	108	13.089	62.162	304	216
Micros/Pequenas, Médias e Grandes Empresas	127.655	439.665	33.917	14.408	115.349	238.458	61.710	42.887
Unidades Externas América Latina	5.441	8.695	21.708	12.053	-	-	19.259	13.497
Total	193.730	588.827	63.647	33.394	183.135	384.536	88.577	63.308

A diferença entre o total da carteira de crédito e a carteira de crédito com garantia é gerada por empréstimos não garantidos R\$ 109.607 (R\$ 74.553 em 31/12/2011).

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING utiliza garantias para reduzir a ocorrência de perdas em operações com risco de crédito, gerenciando suas garantias de modo que elas sejam sempre suficientes, legalmente executáveis (efetivas) e viáveis, sendo revisadas regularmente. Assim, a garantia é utilizada para maximizar o potencial de recuperação de crédito em caso de inadimplimento, e não para reduzir o valor da exposição de clientes ou contrapartes.

Pessoas Físicas

Crédito Pessoal - Esta categoria de produtos de crédito geralmente requer garantias, com foco em avais e fianças.

Veículos - Neste tipo de operação, os ativos dos clientes funcionam como garantia, assim como os ativos arrendados nas operações de arrendamento.

Crédito Imobiliário - Os próprios imóveis são dados em garantias.

Micros/Pequenas, Médias e Grandes Empresas - Nessas operações pode ser utilizada qualquer garantia prevista na política de crédito do ITAÚ UNIBANCO HOLDING (alienação fiduciária, cessão fiduciária, aval/devedor solidário, hipoteca e outras).

Unidades Externas América Latina - Nessas operações pode ser utilizada qualquer garantia prevista na política de crédito do ITAÚ UNIBANCO HOLDING (alienação fiduciária, cessão fiduciária, aval/devedor solidário, hipoteca e outras).

7. Operações de crédito renegociadas

Atividades de renegociação incluem acordos de pagamentos prorrogados, modificação e diferimento de pagamentos. Após a reestruturação, a situação do cliente (anteriormente inadimplente) retorna à situação de não vencida e é classificada nos *ratings* internos apropriados (considerando toda a informação disponível incluindo a renegociação). As operações de crédito renegociadas que estariam em curso anormal ou em situação de perda em 30 de setembro de 2012, caso não tivessem sido renegociadas, totalizam R\$ 19.483 (R\$ 14.570 em 31/12/2011).

8. Bens retomados

Os ativos são classificados como bens apreendidos e reconhecidos quando da efetiva posse.

Os ativos recebidos quando da execução de empréstimos, inclusive imóveis, são registrados inicialmente pelo menor valor entre: (i) o valor justo do bem menos os custos estimados para sua venda, ou (ii) o valor contábil do empréstimo.

Reduções posteriores no valor justo do ativo são registradas como provisão para desvalorização, com um débito correspondente no resultado. Os custos da manutenção desses ativos são lançados à despesa conforme incorridos.

A política de venda destes bens contempla a realização de leilões periódicos que são divulgados previamente ao mercado além de considerar a restrição para a manutenção em propriedade da Instituição pelo prazo máximo de um ano, expedidas pelo órgão regulador brasileiro (Banco Central do Brasil). Este prazo pode ser prorrogável a critério do referido regulador.

Os saldos apresentados abaixo representam o total de bens retomados no período de 01/01 a 31/12/2012 e 2011:

Notas Explicativas

	01/01 a 31/12/2012	01/01 a 31/12/2011
Imóveis Não de Uso	4	8
Imóveis Habitacionais - Crédito Imobiliário	67	34
Veículos - Vinculado a Operações de Crédito	2	4
Outros (veículos/móveis/equipamentos) - Dação	9	1
Total	82	47

Risco de Mercado

O risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira, incluindo os riscos das operações sujeitas à variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações, dos índices de preços e dos preços de mercadorias (*commodities*), entre outros índices sobre estes fatores de risco.

A gestão de risco de mercado é o processo pelo qual o ITAÚ UNIBANCO HOLDING monitora e controla os riscos de variações nas cotações de mercado dos instrumentos financeiros, objetivando a otimização da relação risco-retorno, valendo-se de estrutura de limites, modelos e ferramentas de gestão adequadas.

O controle de risco de mercado realizado pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING abrange todos os instrumentos financeiros constantes nas carteiras das empresas sob sua responsabilidade. Neste sentido, o normativo institucional de gerenciamento de risco de mercado do ITAÚ UNIBANCO HOLDING encontra-se em linha com os princípios da Resolução nº 3.464 de 26 de junho de 2007 do CMN e alterações posteriores, constituindo-se um conjunto de princípios que norteiam a estratégia do ITAÚ UNIBANCO HOLDING no controle e gerenciamento de risco de mercado de todas as suas unidades de negócio e suas entidades organizacionais.

O documento que detalha as diretrizes estabelecidas pelo normativo institucional de controle de risco de mercado pode ser visualizado no site www.itaunibanco.com.br/ri, na seção Governança Corporativa, Regulamentos e Políticas, Relatório de Acesso Público - Risco de Mercado.

A estratégia de gerenciamento de risco do ITAÚ UNIBANCO HOLDING busca balancear seus objetivos de negócio, considerando, dentre outros:

- Conjuntura política, econômica e de mercado;
- Carteira de risco de mercado do ITAÚ UNIBANCO HOLDING;
- Capacidade de atuar em mercados específicos.

O processo de gerenciamento de risco de mercado do ITAÚ UNIBANCO HOLDING ocorre dentro da governança e hierarquia de Comissões e limites aprovados especificamente para este fim, e cobre desde o acompanhamento de indicadores agregados de risco (nível de carteira) até limites granulares (nível de mesas individuais), garantindo efetividade e cobertura de controle. Estes limites são dimensionados, avaliando-se os resultados projetados do balanço, o tamanho do patrimônio e o perfil de risco de cada entidade organizacional, sendo definidos em termos das medidas de risco utilizadas na gestão. Os limites são monitorados e controlados diariamente e os excessos são reportados e discutidos nas Comissões competentes.

A estrutura de limites e alertas segue as diretrizes do Conselho de Administração e é aprovada pela Comissão Superior de Políticas de Risco (CSRisc), após deliberações da Comissão Superior de Tesouraria Institucional (CSTI) sobre métricas e limites de risco de mercado. A revisão dessa estrutura de limites é realizada, no mínimo, anualmente.

Essa estrutura de controle de limites tem a função de:

- Proporcionar mais conforto para todos os níveis executivos de que a assunção de riscos de mercado está em linha com os objetivos de risco-retorno do ITAÚ UNIBANCO HOLDING;
- Promover o diálogo disciplinado e bem informado sobre o perfil de risco Global e sua evolução no tempo;
- Aumentar a transparência sobre o modo como o negócio busca a otimização dos resultados;
- Fornecer mecanismos de alerta antecipado para facilitar a gestão eficaz dos riscos, sem obstruir os objetivos de negócio; e
- Evitar a concentração de riscos.

Notas Explicativas

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING utiliza sistemas proprietários para mensurar o risco de mercado consolidado. O processamento desses sistemas ocorre principalmente em São Paulo, em ambiente com controle de acesso, de alta disponibilidade, com processos de guarda e recuperação de dados e conta com infraestrutura para garantir a continuidade de negócios em situações de contingência (*disaster recovery*). Atualmente, está em análise o uso de soluções de mercado para complementar a arquitetura tecnológica de risco como parte do processo evolutivo para atendimento das futuras exigências regulatórias e gerenciais.

O processo de gestão e controle de risco de mercado é submetido a revisões periódicas, com objetivo de manter-se alinhado às melhores práticas de mercado e aderente aos processos de melhoria contínua no ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

O controle de risco de mercado é realizado por área independente das áreas de negócios, responsável por executar as atividades diárias de mensuração, avaliação, análise e reporte de risco às áreas e pessoas responsáveis, de acordo com a governança estabelecida e acompanhando as ações necessárias para readequação da posição e/ou nível de risco. Para isto, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING conta com um processo estruturado de comunicação e fluxo de informações que fornece subsídios para acompanhamento das Comissões Superiores e atendimento aos órgãos reguladores no Brasil e agentes regulatórios no exterior.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING realiza *hedge* de operações de clientes e de posições proprietárias, inclusive de investimentos no exterior, buscando mitigar os riscos derivados das oscilações dos preços de fatores de risco de mercado relevantes e enquadrar as operações nos limites de exposição vigentes. Derivativos são os instrumentos mais utilizados para a execução destas atividades de *hedges*. Nas situações em que essas operações se configuram como *hedge* contábil, gera-se documentação comprobatória específica, inclusive com o acompanhamento contínuo da efetividade do *hedge* (retrospectivo e prospectivo) e das demais alterações no processo contábil. Os procedimentos de *hedge* contábil e econômico são regidos por normativos institucionais no ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

A mensuração de risco de mercado segrega suas operações em Carteira de Negociação e Carteira de Não Negociação, de acordo com os critérios estabelecidos pelo Novo Acordo de Basileia II e pelos regulamentos: Circular 3.354, de 27 de junho de 2007 do BACEN, e Resolução 3.464.

A Carteira de Negociação consiste em todas as operações, inclusive derivativos, detidas com a intenção de negociação no curto prazo ou destinadas a *hedge* de outros instrumentos financeiros desta carteira, e que não tenham restrição à negociação. São operações destinadas à obtenção de benefícios com os movimentos de preços efetivos ou esperados no curto prazo e nas oportunidades de arbitragens.

A Carteira de Não Negociação é formada pelas operações não classificadas na Carteira de Negociação. As operações de Tesouraria na Carteira de Não Negociação são executadas em conjunto com a gestão ativa de riscos financeiros inerentes ao balanço global do ITAÚ UNIBANCO HOLDING e detidas sem intenção de negociação no curto prazo. Sua composição pode incluir derivativos.

As exposições a risco de mercado inerentes aos diversos instrumentos financeiros, inclusive derivativos, são decompostas em vários fatores de risco. Fatores de risco de mercado são componentes primários do mercado na formação dos preços. Os principais grupos de fatores de risco mensurados pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING são:

- Taxas de Juros: risco de perda nas operações sujeitas às variações nas taxas de juros, abrangendo:
 - Taxas de juros prefixadas denominadas em real;
 - Taxas dos cupons indexados a determinadas taxas de juros;
- Cupons Cambiais: risco de perda nas operações sujeitas às taxas dos cupons de moedas estrangeiras;
- Moedas Estrangeiras: risco de perda nas operações sujeitas à variação cambial;
- Índices de Preços: risco de perda nas operações sujeitas às variações nas taxas dos cupons de índices de preços;
- Ações: risco de perda nas operações sujeitas à variação do preço de ações;
- *Commodities*: risco de perda das operações sujeitas à variação do preço de mercadorias.

O tratamento de risco de mercado para taxa de juros da Carteira de Não Negociação adota a metodologia de marcação a mercado dos diversos produtos, apurando a sensibilidade às variações das taxas de juros, modelo *Value at Risk (VaR)* e aplicação de testes de estresse em toda a carteira, conforme estabelecido nos normativos institucionais do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

Para avaliação de posições em ações das Carteiras de Negociação e de Não Negociação, utiliza-se o *VaR*, além de aplicar testes de estresse, conforme apresentado no parágrafo abaixo.

Notas Explicativas

As análises do risco de mercado são realizadas com base nas seguintes métricas:

- Valor em Risco (*VaR - Value at Risk*): medida estatística que quantifica a perda econômica potencial esperada em condições normais de mercado, considerando um determinado horizonte de tempo e intervalo de confiança;
- Perdas em Cenários de Estresse (Teste de Estresse): técnica de simulação para avaliação do comportamento dos ativos, passivos e derivativos da carteira quando diversos fatores de risco são levados a situações extremas de mercado (baseadas em cenários prospectivos);
- Alerta de *Stop Loss*: um cenário de estresse adicional onde perdas são somadas ao prejuízo máximo potencial em cenários otimistas e pessimistas;
- Concentração: exposição acumulada de determinado ativo ou fator de risco calculada a valor de mercado ("*MtM - Mark to Market*").

Adicionalmente, são analisadas medidas de sensibilidade e de controle de perdas. Entre elas, incluem-se:

- Análise de Descasamentos (GAPS): exposição acumulada dos fluxos de caixa, por fator de risco, expressos a valor de mercado, alocados nas datas de vencimento;
- Sensibilidade (*DV01- Delta Variation*): impacto no valor de mercado dos fluxos de caixa quando submetidos a um aumento de 1 ponto-base a.a. nas taxas de juros atuais ou taxa do indexador e 1 ponto percentual no preço de ações e moedas;
- Sensibilidades aos Diversos Fatores de Riscos (GREGAS): derivadas parciais de uma carteira de opções em relação aos preços dos ativos-objetos, às volatilidades implícitas, às taxas de juros e ao tempo;
- Perda Máxima (*Stop Loss*): prejuízo máximo que um portfólio classificado na Carteira de Negociação está autorizado a atingir.

VaR - Consolidado Itaú Unibanco

O modelo interno de *VaR* utilizado pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING considera 1 dia como horizonte de tempo e 99% como grau de confiança. As volatilidades e correlações são estimadas com uma metodologia de ponderação da volatilidade que confere maior peso às informações mais recentes.

A tabela de *VaR* Global Consolidado propicia a análise da exposição ao risco de mercado das carteiras do ITAÚ UNIBANCO HOLDING e de suas subsidiárias no exterior, demonstrando onde se encontram as maiores concentrações de risco de mercado (subsidiárias no exterior: Banco Itaú BBA International S.A., Banco Itaú Argentina S.A., Banco Itaú Chile S.A., Banco Itaú Uruguai S.A., Banco Itaú Paraguai S.A. e Itaú BBA Colômbia S.A. - *Corporación Financiera*).

Em abril de 2012, obtivemos autorização para constituir o Itaú BBA Colômbia S.A. - *Corporación Financiera*. A constituição desta nova unidade ocorreu em junho de 2012 e a licença de funcionamento foi emitida pela *Superintendencia Financiera de Colombia* em outubro de 2012. A operação da unidade se intensificará de forma gradual ao longo de 2013.

Com o objetivo de aperfeiçoar a qualidade das informações quantitativas de Risco de Mercado, no segundo trimestre de 2012 o ITAÚ UNIBANCO HOLDING efetuou na tabela de *VaR* uma realocação dos fatores de risco dentro de seus respectivos grupos. Esta realocação não afeta a exposição de risco de mercado da instituição, o que pode ser observado pela ausência de alterações nos valores de *VaR* Global Total. Os números apresentados nesta publicação referentes ao acumulado nos anos atual e anterior já refletem essa realocação dos fatores de risco, facilitando a comparação.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING, mantendo sua gestão conservadora e diversificação da carteira, seguiu com sua política de operar dentro de limites reduzidos em relação a seu capital.

Neste exercício, o *VaR* Global Médio foi de R\$ 290 milhões ou 0,38% do patrimônio total (em todo o ano de 2011 foi de R\$ 142 milhões ou 0,19%).

Notas Explicativas

	VaR Global (*)							
	Média	Mínimo	Máximo	31/12/2012	Média	Mínimo	Máximo	31/12/2011
	(em milhões de R\$)				(em milhões de R\$)			
Grupo de Fatores de Risco								
Taxa de Juros	191,2	71,8	427,6	348,7	100,9	24,6	222,6	104,8
Cupons Cambiais	20,4	7,3	49,6	11,4	29,5	12,6	59,0	23,6
Moedas Estrangeiras	25,7	4,6	53,9	8,8	19,1	5,2	38,8	18,0
Índices de Preços	110,3	14,8	325,0	51,2	17,7	2,5	41,6	21,1
Renda Variável	24,2	13,6	43,5	16,8	36,9	17,4	57,1	25,2
Unidades Externas (**)								
Itaú BBA <i>International</i>	1,7	0,7	5,1	1,1	2,9	0,4	6,5	1,5
Itaú Argentina	3,0	1,7	5,6	5,5	4,0	1,6	9,4	3,7
Itaú Chile	5,5	3,2	9,6	4,4	5,3	1,9	10,3	5,3
Itaú Uruguai	1,7	0,3	3,4	2,0	0,5	0,2	1,1	0,7
Itaú Paraguai	0,4	0,2	1,4	1,0	0,6	0,2	1,7	0,2
Itaú BBA Colômbia	-	-	-	-	-	-	-	-
Efeito de diversificação				(77,1)				(53,4)
Total	289,7	118,0	601,4	373,7	142,0	74,0	278,5	150,9

(*) Ajustado para refletir o tratamento fiscal das classes individuais de ativos.

(**) Apurado na moeda local e convertido para reais pela cotação de cada dia.

Notas Explicativas

Análise de Sensibilidade (Carteira de Negociação e Carteira de Não Negociação)

Em cumprimento à Instrução Normativa CVM nº 475 de 17 de dezembro de 2008, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING realizou análise de sensibilidade por fatores de risco de mercado considerados relevantes aos quais o ITAÚ UNIBANCO HOLDING estava exposto. Cada fator de risco de mercado foi sensibilizado com aplicações de choques de 25% e 50%, tanto de crescimento quanto de queda. As maiores perdas resultantes, por fator de risco, em cada um dos cenários, foram apresentadas com impacto no resultado, líquido de efeitos fiscais, fornecendo uma visão da exposição do ITAÚ UNIBANCO HOLDING em cenários excepcionais.

As análises de sensibilidade aqui apresentadas são uma avaliação estática da exposição da carteira e, portanto, não consideram a capacidade dinâmica de reação da gestão (tesouraria e áreas de controle) que aciona medidas mitigadoras do risco, sempre que uma situação de perda ou risco elevado é identificada, minimizando a possibilidade de perdas significativas. Adicionalmente, ressalta-se que os resultados apresentados não se traduzem necessariamente em resultados contábeis, pois o estudo tem fins exclusivos de divulgação da exposição a riscos e as respectivas ações de proteção considerando o valor justo dos instrumentos financeiros, dissociado de quaisquer práticas contábeis adotadas pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

Valores em reais mil

Carteira de Negociação		Exposições		31/12/2012 (*)		
Fatores de Risco	Risco de Variação em:	Cenários				
		I	II	III		
Prefixado	Taxa de juros prefixada em reais	(1.125)	(27.972)	(55.628)		
Cupons Cambiais	Taxas dos cupons de moedas estrangeiras	(119)	(2.947)	(5.850)		
Moedas Estrangeiras	Variação cambial	(407)	(10.184)	(20.369)		
Índices de Preços	Taxas dos cupons de inflação	(515)	(12.674)	(24.966)		
TR	Taxa do cupom de TR	355	(8.943)	(18.041)		
Ações	Preços de ações	4.497	(112.417)	(224.834)		
Total sem correlação		2.686	(175.137)	(349.688)		
Total com correlação		1.879	(122.545)	(244.679)		

(*) Valores líquidos dos efeitos fiscais.

Valores em reais mil

Carteira de Negociação e Não Negociação		Exposições		31/12/2012 (*)		
Fatores de Risco	Risco de Variação em:	Cenários				
		I	II	III		
Prefixado	Taxa de juros prefixada em reais	(3.823)	(95.225)	(189.727)		
Cupons Cambiais	Taxas dos cupons de moedas estrangeiras	(1.494)	(36.754)	(72.318)		
Moedas Estrangeiras	Variação cambial	4.212	(105.306)	(210.611)		
Índices de Preços	Taxas dos cupons de inflação	(2.695)	(65.562)	(127.546)		
TR	Taxa do cupom de TR	(5.173)	(126.114)	(245.750)		
Ações	Preços de ações	6.644	(166.106)	(332.212)		
Total sem correlação		(2.328)	(595.067)	(1.178.164)		
Total com correlação		(1.629)	(416.373)	(824.370)		
Total sem correlação - área industrial (**)			(1.674)	(2.889)		

(*) Valores líquidos dos efeitos fiscais.

(**) Inclui exposições em moeda estrangeira, taxa de juros e preços.

Para mensurar estas sensibilidades, são utilizados os seguintes cenários:

Cenário I: Acréscimo de 1 ponto-base nas curvas de juros pré-fixado, cupom de moedas, inflação e índices de taxas de juros, e 1 ponto percentual nos preços de moedas e ações, que têm como base as informações divulgadas pelo mercado (BM&FBOVESPA, Anbima, etc.);

Cenário II: Aplicação de choques de 25 pontos-base nas curvas de juros pré-fixado, cupom de moedas, inflação e índices de taxas de juros, e 25 pontos percentuais nos preços de moedas e ações, tanto de crescimento quanto de queda, sendo consideradas as maiores perdas resultantes por fator de risco;

Cenário III: Aplicação de choques de 50 pontos-base nas curvas de juros pré-fixado, cupom de moedas, inflação e índices de taxas de juros, e 50 pontos percentuais nos preços de moedas e ações, tanto de crescimento quanto de queda, sendo consideradas as maiores perdas resultantes por fator de risco.

Notas Explicativas

Taxa de Juros

O gerenciamento de risco de taxas de juros é realizado com base na marcação a mercado dos diversos instrumentos financeiros, apurando a sensibilidade às variações de juros, e aplicando choques nas taxas de juros. Já a tabela de posição de contas sujeitas a risco de taxa de juros apresenta uma visão diferente, agrupando por produtos o valor contábil das contas distribuído por vencimento. Esta tabela não é usada diretamente para fins de gestão de riscos de taxas de juros, sendo mais utilizada para permitir a avaliação de descasamentos entre as contas e os produtos a elas associados bem como para identificar possíveis concentrações de risco.

A tabela a seguir demonstra a posição contábil dos nossos ativos e passivos que rendem juros e assim não refletem as diferenças de posição de taxa de juros que possam existir em qualquer outra data. Adicionalmente, variações na sensibilidade das taxas de juros podem existir dentro dos períodos de repricing apresentados por conta de diferentes datas de repricing durante o período.

Posição de contas sujeitas a risco de taxa de juros (1)

	31/12/2012						31/12/2011					
	0-30	31-180	181-365	1-5 anos	Acima de 5 anos	Total	0-30	31-180	181-365	1-5 anos	Acima de 5 anos	Total
Ativos Remunerados	255.232	191.194	78.496	246.502	97.228	868.652	236.921	142.241	90.272	221.692	54.704	745.830
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	15.321	3.274	4.835	395	1	23.826	18.911	3.226	3.247	2.177	260	27.821
Aplicações no Mercado Aberto	87.829	71.539	3.190	179	-	162.737	50.131	40.462	1.655	-	-	92.248
Depósitos Compulsórios no Banco Central	63.701	-	-	-	-	63.701	98.053	-	-	-	-	98.053
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	17.163	7.251	7.920	85.581	27.601	145.516	7.188	3.369	27.149	72.088	12.095	121.889
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação e designados a Valor	220	-	-	-	-	220	186	-	-	-	-	186
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	13.120	7.914	5.481	29.470	34.884	90.869	6.139	3.997	3.768	17.042	16.564	47.510
Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	-	118	70	147	2.867	3.202	87	-	33	242	2.743	3.105
Derivativos	1.943	3.581	1.390	3.742	941	11.597	2.277	2.199	1.473	2.315	490	8.754
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil	55.935	97.517	55.610	126.988	30.934	366.984	53.949	88.988	52.947	127.828	22.552	346.264
Passivos Remunerados	233.991	78.742	59.229	210.743	76.688	659.393	167.707	69.188	47.978	220.434	51.515	556.822
Depósitos de Poupança	83.451	-	-	-	-	83.451	67.170	-	-	-	-	67.170
Depósitos a Prazo	12.369	20.861	16.667	62.226	5.109	117.232	30.918	19.167	11.475	79.542	3.367	144.469
Depósitos Interfinanceiros	2.643	3.550	1.201	207	-	7.601	665	683	445	272	-	2.065
Mercado Aberto	123.001	17.838	16.281	82.424	27.861	267.405	55.866	11.403	11.139	89.261	17.744	185.413
Mercado Interbancário	5.606	26.871	21.065	38.802	4.729	97.073	5.904	24.588	16.773	38.781	4.452	90.498
Mercado Institucional	2.299	7.018	2.753	22.062	37.896	72.028	2.772	11.248	5.881	9.565	25.341	54.807
Derivativos	1.724	2.582	1.211	4.500	1.052	11.069	1.526	1.245	1.364	2.104	508	6.747
Passivos Financeiros Mantidos para Negociação	6	22	51	522	41	642	48	854	901	909	103	2.815
Passivos de Planos de Capitalização	2.892	-	-	-	-	2.892	2.838	-	-	-	-	2.838
Diferença ativo/passivo (2)	21.241	112.452	19.267	35.759	20.540	209.259	69.214	73.053	42.294	1.258	3.189	189.008
Diferença Acumulada	21.241	133.693	152.960	188.719	209.259	69.214	142.267	184.561	185.819	189.008	189.008	
Índice da diferença acumulada para o total de Ativos Remunerados	2,4%	15,4%	17,6%	21,7%	24,1%		9,3%	19,1%	24,7%	24,9%	25,3%	

(1) Prazos contratuais remanescentes.

(2) As diferenças decorrem de descasamento de prazos entre os vencimento de todos os ativos e passivos remunerados, na respectiva data-base, considerando os prazos acordados contratualmente.

Notas Explicativas**Posição de contas sujeitas a risco de moeda**

31/12/2012					
ATIVO	Dólar	Euro	len	Outros	Total
Disponibilidades	5.681	388	39	2.602	8.710
Depósitos Compulsórios no Banco Central	-	-	1	2.528	2.529
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	11.160	1.209	1	2.202	14.572
Aplicações em Mercado Aberto	463	-	-	39	502
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	4.909	646	-	262	5.817
Ativos Financeiros Designados a Valor Justo através do Resultado	-	216	-	-	216
Derivativos	3.100	588	-	294	3.982
Ativos Financeiros Disponíveis para venda	50.828	354	-	3.473	54.655
Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	546	-	-	-	546
Operações de Crédito, líquida	44.417	4.950	1	32.363	91.529
TOTAL DO ATIVO	121.104	8.351	42	43.763	173.260

31/12/2012					
PASSIVO	Dólar	Euro	len	Outros	Total
Depósitos	32.602	1.917	441	26.836	61.796
Captações no Mercado Aberto	17.156	-	-	622	17.778
Passivos Financeiros Mantidos para Negociação	-	720	-	-	720
Derivativos	2.755	493	-	205	3.453
Recursos de Mercados Interbancários	27.430	150	-	2.393	29.973
Recursos de Mercados Institucionais	52.421	3.065	-	2.411	57.897
TOTAL DO PASSIVO	132.364	6.345	441	32.467	171.617

POSIÇÃO LIQUÍDA	(11.260)	2.006	(399)	11.296	1.643
------------------------	-----------------	--------------	--------------	---------------	--------------

Posição de contas sujeitas a risco de moeda

31/12/2011					
ATIVO	Dólar	Euro	len	Outros	Total
Disponibilidades	2.560	323	64	2.221	5.168
Depósitos Compulsórios no Banco Central	-	13	-	2.098	2.111
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	15.681	1.274	2	1.044	18.001
Aplicações em Mercado Aberto	478	-	-	127	605
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação	4.327	643	-	304	5.274
Ativos Financeiros Designados a Valor Justo através do Resultado	-	186	-	-	186
Derivativos	2.018	614	-	258	2.890
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	37.880	98	-	2.209	40.187
Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	605	-	-	-	605
Operações de Crédito, líquida	40.494	5.338	2.832	22.693	71.357
TOTAL DO ATIVO	104.043	8.489	2.898	30.954	146.384

31/12/2011					
PASSIVO	Dólar	Euro	len	Outros	Total
Depósitos	36.830	2.390	409	19.438	59.067
Captações no Mercado Aberto	7.228	-	-	176	7.404
Passivos Financeiros Mantidos para Negociação	-	2.815	-	-	2.815
Derivativos	1.684	537	-	137	2.358
Recursos de Mercados Interbancários	28.022	643	2	2.015	30.682
Recursos de Mercados Institucionais	47.643	3.530	-	1.230	52.403
TOTAL DO PASSIVO	121.407	9.915	411	22.996	154.729

POSIÇÃO LIQUÍDA	(17.364)	(1.426)	2.487	7.958	(8.345)
------------------------	-----------------	----------------	--------------	--------------	----------------

A exposição ao risco de ações encontra-se divulgada na nota 7, referente a Ativos Financeiros Mantidos para Negociação, e Nota 10, referente a Ativos Financeiros Disponíveis para Venda.

Notas Explicativas

Risco de Liquidez

Risco de liquidez é definido como a ocorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis - "descasamentos" entre pagamentos e recebimentos - que possam afetar a capacidade de pagamento do ITAÚ UNIBANCO HOLDING, levando-se em consideração as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

Políticas e Procedimentos

O gerenciamento do risco de liquidez busca garantir liquidez suficiente para suportar potenciais saídas de recursos em situações de estresse de mercado, bem como a compatibilidade entre as captações e os prazos e a liquidez dos ativos.

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING possui estrutura dedicada ao monitoramento, controle e análise do risco de liquidez, utilizando-se de modelos de projeções das variáveis que afetam o fluxo de caixa e o nível de reserva em moeda local e estrangeira.

O processo de mensuração do risco de liquidez faz uso de sistemas corporativos e de aplicativos próprios desenvolvidos internamente. O ITAÚ UNIBANCO HOLDING administra sistemas de informática proprietários para atendimento aos processos de mensuração de risco de liquidez.

Além disso, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING estabelece diretrizes e limites cujo cumprimento é analisado periodicamente em comitês técnicos e que visam a garantir uma margem de segurança adicional às necessidades mínimas projetadas. As políticas de gestão de liquidez e os limites associados são estabelecidos com base em cenários prospectivos revistos periodicamente e nas definições da alta administração.

Estes cenários podem ser revistos à luz das necessidades de caixa, em virtude de situações atípicas de mercado ou decorrentes de decisões estratégicas do ITAÚ UNIBANCO HOLDING.

Em observância às exigências da Resolução 2.804 de 21 de dezembro de 2000 do CMN e da Circular 3.393 de 03 de junho de 2008 do BACEN, é enviado mensalmente ao BACEN o Demonstrativo de Risco de Liquidez (DRL) e periodicamente são elaborados e submetidos à alta administração os seguintes itens para acompanhamento e suporte às decisões:

- Diferentes cenários projetados para a evolução da liquidez.
- Planos de contingência para situações de crise.
- Relatórios e gráficos que descrevem as posições de risco.
- Avaliação do custo de captação e fontes alternativas de captação.
- Acompanhamento da diversificação de captação através de um controle constante de fontes de captação, considerando tipo do investidor e prazo, entre outros fatores.

Fontes Primárias de *Funding*

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING dispõe de fontes diversificadas de recursos, com parcela significativa advinda do segmento de varejo. O total dos recursos de clientes atingiu R\$ 481,1 bilhões (R\$ 448,1 bilhões 31/12/2011), com destaque para as captações de depósitos a prazo. Parte considerável destes recursos – 29,4% do total, ou R\$ 141,4 bilhões - tem disponibilidade imediata para o cliente. No entanto, o comportamento histórico do saldo acumulado dos dois maiores itens - depósito à vista e poupança - é relativamente consistente: a soma dos seus saldos cresce ao longo do tempo e há excesso de entradas de caixa sobre as saídas na comparação das médias mensais dos fluxos.

Notas Explicativas

Recursos de Clientes	31/12/2012			31/12/2011		
	0-30 dias	Total	%	0-30 dias	Total	%
Depósitos	133.377	243.199		127.686	242.638	
Recursos à Vista	34.916	34.916	7,3	28.933	28.933	6,5
Recursos de Poupança	83.451	83.451	17,3	67.170	67.170	15,0
Recursos a Prazo	12.368	117.232	24,4	30.917	144.469	32,2
Outros Recursos	2.642	7.600	1,6	666	2.066	0,5
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos (1)	3.863	55.108	11,5	4.862	51.557	11,5
Recursos de Emissão Própria (2)	3.394	127.652	26,5	2.913	114.155	25,5
Dívida Subordinada	797	55.179	11,5	60	39.715	8,9
Total	141.431	481.138		135.521	448.064	

(1) Inclui Letras Hipotecárias, de Crédito Imobiliário, Agronegócios e Financeiras, registradas em Recursos de Mercados Interbancários, e Obrigações por Emissão de Debêntures e TVM no Exterior, registradas em Recursos de Mercados Institucionais.

(2) Referem-se a Captações no Mercado Aberto com títulos de emissão própria.

Controle de Liquidez

O ITAÚ UNIBANCO HOLDING gerencia suas reservas de liquidez mediante estimativas dos recursos que estarão disponíveis para aplicação, considerando a continuidade dos negócios em condições de normalidade.

Durante o período de 2012, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING manteve níveis adequados de liquidez no Brasil e no exterior. Os ativos líquidos totalizavam R\$ 120,8 bilhões e representavam 85,4% dos recursos resgatáveis a curto prazo, 25,1% do total de recursos e 17,7% dos ativos totais.

A tabela abaixo apresenta os indicadores utilizados pelo ITAÚ UNIBANCO HOLDING na gestão de riscos de liquidez:

Indicadores de Liquidez	31/12/2012	31/12/2011
	%	%
Ativos Líquidos ⁽¹⁾ / Recursos em até 30 dias ⁽²⁾	85,4	59,6
Ativos Líquidos ⁽¹⁾ / Recursos Totais ⁽³⁾	25,1	18,0
Ativos Líquidos ⁽¹⁾ / Ativos Totais ⁽⁴⁾	17,7	15,4

(1) Ativos Líquidos são: Disponibilidades, Aplicações no Mercado Aberto - Posição Bancada e Títulos Públicos - Livres. Estão detalhados no quadro de Fluxos Futuros não descontados - Ativos Financeiros

(2) Quadro Recursos de Clientes (Total Recursos de Clientes 0-30 dias)

(3) Quadro Recursos de Clientes (Total Recursos de Clientes)

(4) Detalhados no quadro de Fluxos Futuros não Descontados - Ativos Financeiros, totalizam a valor presente R\$ 682.867 (R\$ 524.416 em 31/12/11).

Notas Explicativas

Adicionalmente, apresentamos os ativos e os passivos de acordo com os vencimentos contratuais remanescentes, considerando seus fluxos não descontados.

R\$ Milhões

Fluxos Futuros não Descontados exceto para derivativos	31/12/2012					31/12/2011				
	0 - 30	31 - 365	366-720	Acima de 720 dias	Total	0 - 30	31 - 365	366-720	Acima de 720 dias	Total
ATIVOS FINANCEIROS (1)										
Disponibilidades	13.967	-	-	-	13.967	10.633	-	-	-	10.633
Aplicações em Instituições Financeiras	109.340	61.934	320	159	171.753	68.277	36.721	2.295	287	107.580
Aplicações no Mercado Aberto - Posição Bancada (2)	22.895	-	-	1	22.896	25.438	-	-	-	25.438
Aplicações no Mercado Aberto - Posição Financiada	71.124	53.678	-	-	124.802	23.948	29.706	-	-	53.654
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	15.321	8.256	320	158	24.055	18.891	7.015	2.295	287	28.488
Títulos e Valores Mobiliários	102.046	7.293	9.261	78.689	197.289	50.127	5.368	3.979	54.096	113.570
Títulos Públicos - Livres	83.980	-	-	-	83.980	44.741	-	-	-	44.741
Títulos Públicos - Compromissadas de Recompra	13.581	2.208	1.024	37.165	53.978	686	1.779	916	23.210	26.591
Títulos Privados - Livres	4.482	4.229	7.968	37.201	53.880	4.693	3.299	2.332	28.648	38.972
Títulos Privados - Compromissadas de Recompra	3	856	269	4.323	5.451	7	290	731	2.238	3.266
Instrumentos Financeiros Derivativos	1.943	4.971	1.756	2.927	11.597	2.277	3.672	960	1.845	8.754
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil (3)	48.460	153.079	82.459	116.066	400.064	48.966	133.015	78.609	110.750	371.340
Total de Ativos Financeiros	275.756	227.277	93.796	197.841	794.670	180.280	178.776	85.843	166.978	611.877

(1) A carteira ativa não considera os saldos dos depósitos compulsórios no Banco Central que montam em R\$ 63.701 (R\$ 98.053 em 31/12/2011) cuja liberação desses recursos está atrelada ao vencimento das carteiras passivas. Os valores dos fundos PGBL e VGBL não são considerados na carteira ativa pois estão contemplados na Nota 30.

(2) Subtraído o valor de R\$ 9.106 (R\$ 7.227 em 31/12/2011), cujos títulos estão vinculados à garantia de operações na BM&FBovespa S.A. e no Banco Central.

(3) Subtraído o valor de pagamentos ao lojista de R\$ 27.382 (R\$ 25.749 em 31/12/2011).

Fluxos Futuros não Descontados exceto para derivativos	31/12/2012					31/12/2011				
	0 - 30 dias	31 - 365 dias	365 - 720 dias	Acima de 720 dias	Total	0 - 30 dias	31 - 365 dias	365 - 720 dias	Acima de 720 dias	Total
PASSIVOS FINANCEIROS										
Depósitos	133.310	42.494	15.290	74.632	265.726	122.173	38.410	33.101	67.913	261.597
Depósito a Vista	34.916	-	-	-	34.916	28.933	-	-	-	28.933
Depósito Poupança	83.451	-	-	-	83.451	67.170	-	-	-	67.170
Depósito a Prazo	12.261	37.620	15.150	74.402	139.433	25.423	37.239	32.903	67.806	163.371
Depósito Interfinanceiros	2.682	4.874	140	230	7.926	647	1.171	198	107	2.123
Depósitos Compulsórios	(35.238)	(9.761)	(3.744)	(14.959)	(63.702)	(39.562)	(15.790)	(13.951)	(28.750)	(98.053)
Depósito a Vista	(8.590)	-	-	-	(8.590)	(9.939)	-	-	-	(9.939)
Depósito Poupança	(23.582)	-	-	-	(23.582)	(18.843)	-	-	-	(18.843)
Depósito a Prazo	(3.066)	(9.761)	(3.744)	(14.959)	(31.530)	(10.780)	(15.790)	(13.951)	(28.750)	(69.271)
Captações no Mercado Aberto (1)	134.028	35.529	54.086	85.195	308.838	56.618	24.205	45.139	91.587	217.549
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos (2)	3.793	29.349	11.049	15.526	59.717	4.365	25.714	12.998	13.274	56.351
Obrigações por Empréstimos e Repasses (3)	2.938	27.596	11.277	24.083	65.894	3.339	25.276	10.617	24.484	63.716
Dívidas Subordinadas (4)	831	4.352	7.726	61.698	74.607	69	11.338	3.174	40.941	55.522
Instrumentos Financeiros Derivativos	1.724	3.793	2.154	3.398	11.069	1.526	2.609	885	1.727	6.747
Total Passivos Financeiros	241.386	133.352	97.838	249.573	722.149	148.528	111.762	91.963	211.176	563.429

(1) Inclui Carteira Própria e de Terceiros.

(2) Inclui Letras Hipotecárias de Crédito Imobiliário, Agronegócios e Financeiras registradas em Recursos de Mercados Interbancários e Obrigações por Emissão de Debêntures e TVM no Exterior registrados em Recursos de Mercados Institucionais.

(3) Registradas em Recursos de Mercados Interbancários.

(4) Registradas em Recursos de Mercados Institucionais.

Compromissos Off Balance	31/12/2012					31/12/2011				
	0 - 30 dias	31 - 365 dias	365 - 720 dias	Acima de 720 dias	Total	0 - 30 dias	31 - 365 dias	365 - 720 dias	Acima de 720 dias	Total
Avais e Fianças	1.526	13.271	3.078	42.435	60.310	1.014	10.488	4.269	35.759	51.530
Compromissos a Liberar	94.197	25.452	15.675	79.236	214.560	92.260	22.068	12.993	79.518	206.839
Cartas de Crédito Imobiliário a Liberar	14.605	-	-	-	14.605	11.172	-	-	-	11.172
Total	110.328	38.723	18.753	121.671	289.475	104.446	32.556	17.262	115.277	269.541

Notas Explicativas

NOTA 36 – EVENTOS SUBSEQUENTES

a) Aquisição da Thermosystem Indústria Eletro Eletrônica Ltda.

A Duratex S.A assinou, em 2 de janeiro de 2013, o contrato de aquisição da totalidade das quotas de capital social da Thermosystem Indústria Eletro Eletrônica Ltda. pelo preço de R\$ 58,1 milhões. Este valor poderá ser ajustado, para mais ou para menos, de acordo com o capital de giro que será calculado a partir dos demonstrativos contábeis de encerramento do exercício de 2012. A condição de pagamento foi escalonada da seguinte forma: 50% em janeiro de 2013, 20% em fevereiro de 2013 (5 dias úteis a partir do fechamento do balanço de encerramento do exercício de 2012), e os 30% finais serão pagos em três parcelas anuais e sucessivas, vencidas em 30 de abril de 2014, 2015 e 2016.

b) Plano de Previdência Privada – Fundação Itaúsa Industrial

Em 28 de janeiro de 2013 a Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, aprovou a revisão do Plano de Benefício Definido – BD o equacionamento do superávit e restabelecimento do equilíbrio técnico do plano, mediante a reversão às patrocinadoras do montante de R\$ 81 milhões (R\$ 54 milhões líquido dos efeitos tributários), relativo à Reserva Especial constante em seu Patrimônio Social. Esse montante será disponibilizado de acordo com a Resolução CGPC nº 26, em 36 meses a partir de 2013.

Pareceres e Declarações / Parecer dos Auditores Independentes - Sem Ressalva

Aos Administradores e Acionistas
Itaúsa – Investimentos Itaú S.A.

Examinamos as demonstrações contábeis individuais da Itaúsa – Investimentos Itaú S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Examinamos também as demonstrações contábeis consolidadas da Itaúsa – Investimentos Itaú S.A. e suas controladas ("Consolidado") que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Itaúsa – Investimentos Itaú S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas referidas anteriormente apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Itaúsa – Investimentos Itaú S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2012, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Conforme descrito na Nota 2.1, as demonstrações contábeis individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Itaúsa – Investimentos Itaú S.A., essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações contábeis separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, uma vez que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em virtude desse assunto.

Outros assuntos

Informação suplementar - demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

São Paulo, 04 de março de 2013

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Paulo Sergio Miron
Contador CRC 1SP173647/O-5

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

Os membros efetivos do Conselho Fiscal da ITAÚSA - INVESTIMENTOS ITAÚ S.A., após procederem ao exame do Relatório da Administração e das Demonstrações Contábeis referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2012, verificaram a exatidão de todos os elementos apreciados e, à vista da opinião sem ressalvas e esclarecimentos prestados pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, entendem que esses documentos refletem adequadamente a situação patrimonial, a posição financeira e as atividades desenvolvidas pela Sociedade no período. São Paulo (SP), 4 de março de 2013. (aa) Tereza Cristina Grossi Togni – Presidente; José Carlos de Brito e Cunha e Paulo Ricardo Moraes Amaral – Conselheiros.

HENRI PENCHAS
Diretor de Relações com Investidores

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em reunião realizada em 04/03/2013, e após analisar e discutir as demonstrações contábeis de 2012, o relatório de análise gerencial da operação, bem como os respectivos pareceres da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, a Diretoria deliberou, por unanimidade, em observância à disposição do inciso VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, declarar que reviu, discutiu e concorda com as demonstrações contábeis e com o relatório gerencial da operação relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes

Em reunião realizada em 04/03/2013, e após analisar e discutir as demonstrações contábeis de 2012, o relatório de análise gerencial da operação, bem como os respectivos pareceres da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, a Diretoria deliberou, por unanimidade, em observância à disposição do inciso V do artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, declarar que reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas nos pareceres emitidos pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes.